

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

**ORGANIZADO POR
JORGE MACAÍSTA MALHEIROS**

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Imigração brasileira em Portugal/org. Jorge Malheiros. –
(Comunidades; 1)

ISBN 978-989-8000-30-9

I – MALHEIROS, Jorge Macaísta, 1966-

CDU 314
316

Promotor

Observatório da Imigração
www.oi.acidi.gov.pt

Coordenador

Prof. Roberto Carneiro
rc@cecep.ucp.pt

Organização

Jorge Macaísta Malheiros

Autores

Jorge Malheiros, Lúcia Bógus, Filipa Pinho, João Peixoto, Alexandra Figueiredo, Beatriz Padilla,
Pedro Rossi, Aline Schiltz, Sandra Silva, Igor Machado, Roberto Carneiro, Fernando Cristóvão,
Letícia Caldéron Chelius, Casa do Brasil de Lisboa

Edição

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I. P.)
R. Álvaro Coutinho, 14 – 1150-025 LISBOA
Telefone: (0351) 218106100 • Fax: (00351) 218106117 • E-mail: acidi@acidi.gov.pt

Capa e Conceção Gráfica

António Souto

Paginação

Paulinas Editora – Prior Velho

Impressão e Acabamentos

Artipol – Artes Tipográficas, Lda. – Águeda

Primeira Edição

1500 Exemplares

ISBN

978-989-8000-30-9

Depósito Legal

261 240/07

Lisboa, Junho 2007

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

ÍNDICE GERAL

Introdução (<i>Roberto Carneiro</i>)	7
I. Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos <i>Jorge Malheiros</i>	11
II. Esperança Além-Mar: Portugal no “arquipélago migratório” brasileiro <i>Lúcia Bógus</i>	39
III. A imprensa na construção do processo migratório: a constituição de Portugal como destino plausível da emigração brasileira <i>Filipa Pinho</i>	59
IV. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal <i>João Peixoto, Alexandra Figueiredo</i>	87
V. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise <i>Beatriz Padilla</i>	113
VI. Remessas de imigrantes: estudo de caso de brasileiros em Portugal <i>Pedro Rossi</i>	135
VII. A relação entre os imigrantes brasileiros e os Portugueses – a construção de imagens recíprocas <i>Sandra Silva, Aline Schiltz</i>	155
VIII. Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal <i>Igor Machado</i>	171
IX. O futuro da imigração brasileira para Portugal: <i>olhares</i> , perspectivas e interrogações <i>Roberto Carneiro, Fernando Cristóvão, Igor Machado, Jorge Malheiros, João Peixoto</i>	191

ANÁLISES COMPLEMENTARES

X. Redefinindo a geografia política nacional: sobre a participação política dos cidadãos brasileiros no exterior <i>Letícia Calderón Chelius</i>	205
XI. Acordos bilaterais e legalização: o impacte na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal <i>Beatriz Padilla</i>	217
XII. A 2. ^a vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003): Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal – Informação estatística e elementos de análise <i>Casa do Brasil em Lisboa</i>	227

ÍNDICE DE QUADROS

– Quadro 1.1 (<i>Brasileiros no stock total da população estrangeira – 1986, 1991, 1996, 2001 e 2003</i>)	20
– Quadro 1.2a (<i>Estruturas socioprofissionais dos maiores grupos de estrangeiros Área Metropolitana de Lisboa, 2001</i>)	26
– Quadro 1.2b (<i>Estruturas socioprofissionais dos maiores grupos de estrangeiros [variação percentual, entre 1991 e 2001] – Área Metropolitana de Lisboa, 2001</i>)	27
– Quadro 1.3 (<i>Taxas de natalidade por nacionalidade, 1995-2004 [%]</i>)	31
– Quadro 2.1 (<i>Distribuição geográfica, por distrito, do stock de Brasileiros com autorização de residência em Portugal, 1999-2004</i>)	53
– Quadro 3.1 (<i>Comparação entre montantes salariais em Portugal e no Brasil</i>)	80
– Quadro 4.1 (<i>Distribuição geográfica do total da população brasileira em Portugal, em 1991 e 2001, por sexo [Nuts III]</i>)	92
– Quadro 4.2a (<i>Qualificação académica da população brasileira com idade superior ou igual a 15 anos, em 1991, por sexo</i>)	93
– Quadro 4.2b (<i>Qualificação académica da população brasileira com idade superior ou igual a 15 anos, em 2001, por sexo</i>)	93
– Quadro 4.3a (<i>Condição perante o trabalho do total da população brasileira, em 1991, por sexo</i>)	95
– Quadro 4.3b (<i>Condição perante o trabalho do total da população brasileira, em 2001, por sexo</i>)	95
– Quadro 4.4a (<i>Profissões da população brasileira activa em 1991, por sexo</i>)	96
– Quadro 4.4b (<i>Profissões da população brasileira activa em 2001, por sexo</i>)	97
– Quadro 4.5a (<i>Grupo socioeconómico da população activa brasileira, em 1991, por sexo</i>)	99
– Quadro 4.5b (<i>Grupo socioeconómico da população activa brasileira, em 2001, por sexo</i>)	100
– Quadro 4.6a (<i>Grupo socioeconómico da população activa brasileira, por qualificação académica, em 1991 [%]</i>)	101
– Quadro 4.6b (<i>Grupo socioeconómico da população activa brasileira, por qualificação académica, em 2001 (%)</i>)	102
– Quadro 4.7a (<i>Sector de actividade da população brasileira activa, por sexo, em 1991</i>)	104
– Quadro 4.7b (<i>Sector de actividade da população brasileira activa, por sexo, em 2001</i>)	104
– Quadro 5.1 (<i>Utilização de redes sociais, por sexo</i>)	120
– Quadro 6.1 (<i>Representatividade das remessas no balanço de pagamentos brasileiro</i>)	138
– Quadro 6.2 (<i>Transferências unilaterais</i>)	140
– Quadro 6.3 (<i>População brasileira em Portugal</i>)	142
– Quadro 6.4 (<i>Distribuição espacial dos Brasileiros em Portugal</i>)	144
– Quadro 6.5 (<i>Dados do Banco do Brasil para o serviço BBRemessas de envio de dinheiro de Portugal para o Brasil, entre 1 de Janeiro e 30 de Abril de 2004</i>)	145
– Quadro 6.6 (<i>Utilidade do dinheiro enviado para ajudar a família</i>)	148
– Quadro 6.7 (<i>Racionalidade do imigrante frente às remessas</i>)	149

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

– Quadro 6.8 (<i>Fases da imigração brasileira em Portugal</i>)	151
– Quadro 7.1 (<i>Características do Núcleo Central e do Sistema Periférico</i>)	158
– Quadro 7.2 (<i>Opinião de Portugueses sobre a situação de Brasileiros no mercado de trabalho português</i>)	162
– Quadro 7.3 (<i>Opinião de Brasileiros sobre mercado de trabalho [comparação com os Portugueses]</i>)	162
– Quadro 7.4 (<i>Hábitos culturais e valores sociais na percepção dos Brasileiros [%]</i>)	163
– Quadro 7.5 (<i>Hábitos culturais e valores sociais das comunidades imigrantes [opinião dos Portugueses] [%]</i>)	164
– Quadro 7.6 (<i>Estereótipos dos Portugueses acerca dos Brasileiros [%]</i>)	165
– Quadro 7.7 (<i>Sentimentos de discriminação sentidos pelos Brasileiros em diversas situações</i>) ...	166
– Quadro 7.8 (<i>Relações de amizade dos Brasileiros [%]</i>)	167
– Quadro 7.9 (<i>Relações de vizinhança [opinião de Brasileiros – BR – e Portugueses – PT] [%]</i>) ...	167
– Quadro 7.10 (<i>Sentimento de Brasileiros em relação ao casamento filhos/irmãos(ã) com... [%]</i>) .	168
– Quadro 11.1 (<i>Processos de Legalização em Portugal</i>)	218
– Quadro 12.1 (<i>Distribuição dos inquiridos segundo a residência</i>)	229
– Quadro 12.2 (<i>Distribuição dos inquiridos segundo o grupo etário</i>)	230
– Quadro 12.3 (<i>Distribuição dos inquiridos segundo o sexo</i>)	230
– Quadro 12.4 (<i>Estado civil dos inquiridos</i>)	239
– Quadro 12.5 (<i>Inquiridos que vivem com a família em Portugal</i>)	239
– Quadro 12.6 (<i>Origem geográfica [principais Estados]</i>)	239
– Quadro 12.7 (<i>Escolaridade dos inquiridos</i>)	240
– Quadro 12.8A (<i>Distribuição dos inquiridos por categorias profissionais</i>)	240
– Quadro 12.8B (<i>Grupos profissionais dos imigrantes no país de origem segundo os grupos profissionais em Portugal</i>)	241
– Quadro 12.9A (<i>Estatuto legal de estrangeiro</i>)	242
– Quadro 12.9B (<i>Estatuto jurídico em Portugal, segundo o tempo de permanência</i>)	242
– Quadro 12.10 (<i>Principais motivos para emigração</i>)	243
– Quadro 12.11 (<i>Situação contratual</i>)	243
– Quadro 12.12 (<i>Descontos para sistemas de saúde e segurança social</i>)	243
– Quadro 12.13 (<i>Tipo de alojamento onde habitavam no momento do inquérito</i>)	244
– Quadro 12.14 (<i>Comparação da situação dos inquiridos em Portugal [no momento do inquérito] com a situação dos mesmos no Brasil</i>)	244
– Quadro 12.15 (<i>Casos de discriminação contra Brasileiros nas sub-regiões da AML</i>)	245
– Quadro 12.16A (<i>Remessas enviadas pelos inquiridos</i>)	245
– Quadro 12.16B (<i>Remessas – Regularidade do envio por montante</i>)	246
– Quadro 12.17 (<i>Expectativas de retorno ao Brasil segundo a idade</i>)	246

ÍNDICE DE FIGURAS

– Figura 1.1 (<i>Evolução do número de estrangeiros por continente de origem – 1960 a 2003</i>)	20
– Figura 1.2a (<i>Distribuição regional dos estrangeiros brasileiros com autorizações de residência – 1986</i>)	21
– Figura 1.2b (<i>Distribuição regional dos estrangeiros brasileiros com autorizações de residência – 1993</i>)	21
– Figura 1.2c (<i>Distribuição regional dos estrangeiros brasileiros com autorizações de residência – 2003</i>)	22
– Figura 1.3a (<i>Situação laboral da população brasileira – 1991</i>)	24
– Figura 1.3b (<i>Situação laboral da população brasileira – 2001</i>)	24
– Figura 1.4 (<i>Evolução da percentagem de imigrantes femininas nos fluxos anuais de entradas, segundo as maiores regiões de origem [1992-2003]</i>)	28
– Figura 1.5 (<i>Distribuição geográfica dos cidadãos brasileiros com autorização de residência em Portugal – 2004 [distritos]</i>)	33
– Figura 1.6 (<i>Taxas de variação média anual dos cidadãos brasileiros com autorização de residência em Portugal – 1999-2004 [distritos]</i>)	33
– Figura 2.1 (<i>Casamentos mistos [homens portugueses e mulheres estrangeiras – 1990-2000]</i>) ..	46
– Figura 2.2 (<i>Casamentos mistos [mulheres portuguesas e homens estrangeiros – 1990-2000]</i>) ..	46
– Figura 6.1 (<i>Remessas e os principais produtos de exportação brasileira em 2003</i>)	137
– Figura 6.2 (<i>Evolução dos brasileiros com autorização de residência em Portugal</i>)	139
– Figura 6.3 (<i>Parcela do ordenado destinada às remessas</i>)	145
– Figura 6.4 (<i>Motivos do envio</i>)	146
– Figura 6.5 (<i>Principal beneficiário das remessas por sexo</i>)	147
– Figura 6.6 (<i>Como pensa utilizar o dinheiro poupado em Portugal quando chegar ao Brasil?</i>) ...	148
– Figura 6.7 (<i>Frequência de consulta do câmbio por motivo das remessas</i>)	150

INTRODUÇÃO

O Observatório da Imigração vem reflectindo, desde há algum tempo a esta parte, sobre a justeza de abrir uma nova linha editorial dedicada ao estudo transversal e multidisciplinar de uma comunidade imigrante em Portugal.

Tratava-se de proporcionar um olhar em profundidade, numa perspectiva marcadamente horizontal, sobre um grupo cultural cujo dinamismo interno e externo – designadamente na sua relação com a sociedade de acolhimento, a sociedade portuguesa – justificasse uma análise autónoma.

Acresce o interesse científico de reunir num único volume uma espécie de “estado da arte” dos conhecimentos sobre essa comunidade, “eleita” como tema do livro. Para o efeito, importaria recolher e avaliar o *corpus* de investigação concluída e publicada sobre variadas vertentes da vida dessa comunidade de referência, procurando aliar o melhor das pesquisas existentes em Portugal (país de destino) e na origem (país de partida). Uma das novidades da iniciativa editorial consistiria, pois, no convite dirigido a um conjunto qualificado de investigadores, com obra reconhecida, para elaborar ensaios originais e susceptíveis de traduzir os “estados gerais” de conhecimentos acumulados sobre as diversas problemáticas atinentes à comunidade em questão.

Esclarecidos os pressupostos de partida, fácil será perceber como chegámos à comunidade brasileira em Portugal. Com efeito, ela reúne um conjunto singular de características que a tornam um alvo preferencial.

Desde logo, a História. Portugal e Brasil vivem um diálogo de interdependência que perdura há 500 anos, entrecortado por períodos de relacionamento difícil mas que nunca puseram em causa uma cumplicidade transatlântica reiteradamente alimentada ao longo das centúrias. Os processos cruzados de internacionalização, num mundo cada vez mais global, acabaram por fazer apelo aos destinos conjugados dos dois povos irmãos.

Registe-se, em abono da verdade, que a última década vem conhecendo um notável recrudescimento das relações bilaterais: nos 10 anos recentes, as empresas portuguesas investiram no Brasil cerca de 15,5 mil milhões de euros (entre 1 e 2% do PIB nacional); a intensificação do fluxo migratório brasileiro para Portugal – no quadro do que se vem chamando uma segunda vaga de migrações – fez com que a comunidade brasileira se tornasse a mais numerosa, aproximando-se de 1% da população residente; em contrapartida, o número de turistas portugueses no Brasil não pára de crescer, sendo de sublinhar o significativo investimento conexo de privados em segundas residências no Brasil.

A língua comum, potenciada por um intercâmbio literário pujante e pelo “imaginário realista” da telenovela, é traço de união indelével; a informalidade no trato e o “jeito” brasileiro de comunicar vêm revolucionando vastos sectores de serviços em Portugal com particular realce para o comércio de retalho, a hotelaria e a restauração; a omnipresença do futebol brasileiro nos relvados e nos *media* são factores que elevam a presença da comunidade brasileira entre nós a um estatuto absolutamente indiscutível; as efemérides passadas e futuras convocam ambas as pátrias a uma celebração continuada: foram os Quinhentos Anos de Cabral (2000), serão os Duzentos Anos da Viagem da Corte Portuguesa para o Brasil (2007-2008), será o Quadricentenário do Nascimento do Pe. António Vieira (2008), figura superlativa da história comum e da cultura partilhada.

A tudo isso junta-se a verificação de um elenco muito significativo, e robusto, de investigação sobre a mobilidade de Brasileiros para Portugal e suas consequências, nos domínios identitário, político, económico, cultural, social e cívico. Consequentemente, o momento afigura-se propício para se proceder a um ponto de situação sobre os saberes científicos acumulados nos mais diversos centros de investigação e sobre o labor de dezenas de equipas de investigadores das duas margens do Atlântico.

Construída a opção certa da comunidade a escrutinar, no desenvolvimento de uma sistemática lógica, o passo seguinte consistia no processo de selecção da personalidade capaz de reunir um conjunto exigente de atributos necessários à coordenação científica da obra.

A escolha recaiu no Prof. Jorge Macaísta Malheiros.

Académico respeitado, rigoroso e escrupuloso nos critérios científicos, estudioso habitual da realidade brasileira, membro de uma ilustre escola de investigação sobre os fenómenos migratórios contemporâneos, nó de importantes redes de investigadores, o nome do Prof. Jorge Macaísta Malheiros surgiu com toda a naturalidade.

A obra que agora se apresenta é fruto da sua criatividade e também da sua persistência. Tendo reunido um notável conjunto de autores, ele teceu um importante labor de coordenação de pessoas e de articulação de perspectivas de análise. A riqueza e originalidade do volume ficam a dever-se, em larga medida, ao trabalho robusto de entrosamento científico meticulosamente executado pelo seu coordenador.

É assim justo que o Observatório da Imigração e o ACIDI, I. P. venham dar público testemunho do seu reconhecimento ao Prof. Jorge Macaísta Malheiros. Em primeiro lugar, por ter aceite prontamente o complexo desafio colocado; e, também, por dele se ter desincumbido com tamanho empenho e qualidade, ambos expressos num produto final que assume a forma de “*digest*” académico sobre a temática. Aos ilustres investigadores e autores que aceitaram colaborar na produção da obra dirigimos, igualmente, uma palavra de sentido agradecimento.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Estamos convictos de que se inaugura um formato inovador – e com futuro – no contexto das actividades do Observatório da Imigração. A estimulação de olhares “frescos” sobre a imigração em Portugal será sempre gratificante na medida em que, como foi o caso, a resposta da comunidade científica se revele cúmplice, visando também o reforço de uma parceria que constitui o cerne do método de trabalho do Observatório.

A avaliação plena e serena desta experiência terá de se fazer para dela retirar as devidas ilações e para introduzir os necessários ajustamentos de rota a uma viagem que, no âmbito do Observatório da Imigração, se tem por inovadora.

Todavia, mesmo antes de a levar a cabo, de forma exaustiva, torna-se evidente que a presente iniciativa é merecedora de continuidade. Num primeiro plano, por ser notório que outras comunidades de imigrantes justificam uma ambição análoga e um tratamento científico idêntico. Num segundo plano, e concluído este trabalho pioneiro, pela hipótese de um dia vir a ser oportuno voltar a coligir dados e observações sobre a comunidade brasileira, uma vez que a sua inserção em Portugal é altamente dinâmica e que o acompanhamento longitudinal da sua evolução no tempo se apresenta como desafio de inegável envergadura. A opção do coordenador científico em rematar o volume com um breve ensaio sobre o futuro da imigração brasileira para Portugal contém, em si mesma, um irrecusável convite a esta revisitação, em tempo próprio.

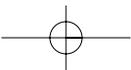
Por tudo o que fica dito, e seguramente pelo muito que fica por dizer, este “zoom” sobre a imigração brasileira em Portugal representa um facto novo – e muito relevante – na curta, mas intensa, vida do Observatório da Imigração.

Uma palavra final de apreço e de reconhecimento é devida ao Senhor Alto-Comissário, Dr. Rui Marques. Sem o seu incondicional apoio e sem o seu permanente ânimo seria impossível levar a cabo este magno desafio.

Bem haja!

ROBERTO CARNEIRO

Coordenador do Observatório da Imigração do ACIDI, I. P.



I

OS BRASILEIROS EM PORTUGAL – A SÍNTESE DO QUE SABEMOS¹

JORGE MALHEIROS

*Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa*

1. Introdução – justificações e esclarecimentos prévios

Em Maio de 2006, o Município de Vila de Rei tornou-se o principal protagonista de um processo inédito em Portugal, ao funcionar como facilitador da imigração legal de quatro famílias brasileiras oriundas do município de Maringá (Estado do Paraná), que se instalaram no município e ali iniciaram actividade profissional. Esta situação, que obteve significativa cobertura mediática, gerou controvérsia na sociedade portuguesa, podendo mesmo afirmar-se que as “vozes populares” discordantes, que interpretaram este processo como a concessão de privilégios laborais e residenciais² às famílias brasileiras, se sobrepuseram às opiniões neutras ou favoráveis.

À margem da polémica suscitada e da reduzida sustentabilidade conseguida, o conteúdo intrínseco deste acontecimento, bem como o debate gerado em seu torno, abrem a porta para um conjunto de questões relativas à imigração brasileira contemporânea que suscitam, por sua vez, outras interrogações acerca da própria situação de Portugal enquanto país de imigração. Afinal, qual é a dimensão efectiva da comunidade brasileira em Portugal e qual o seu significado em termos de presença nos diversos segmentos do mercado de trabalho nacional? Qual o significado desta imigração para a economia brasileira? Trata-se de uma imigração sus-

¹ O editor agradece ao Professor Roberto Carneiro toda a colaboração dada ao processo de produção deste trabalho, desde o incentivo para a sua criação até às inúmeras sugestões de conteúdo, passando pela demorada paciência para com alguns desajustes entretanto verificados. Um outro agradecimento vai para Sofia Nunes pelo cuidado que colocou nos processos de tratamento de informação estatística e na tradução de um texto original de Espanhol para Português. Naturalmente, todas as incorrecções e deficiências são da exclusiva responsabilidade do editor.

² Os membros destes agregados familiares que se encontravam em idade activa chegaram a Portugal com contratos de trabalho que previam remunerações alinhadas pelo salário mínimo nacional e possuíam um apoio inicial para o alojamento em Vila de Rei. Refira-se que ambas as situações (chegada a Portugal com contrato de trabalho e garantia de alojamento por parte da entidade empregadora) estão previstas na legislação portuguesa sobre imigração, funcionando mesmo a primeira como condição prévia para a entrada legal de trabalhadores estrangeiros em Portugal. Quanto à garantia de alojamento por parte da entidade empregadora, tal pode estar previsto nos contratos de trabalho, sendo frequente nos casos de imigração temporária (associada à concessão de vistos de trabalho, por exemplo) para o desempenho de actividades domésticas ou no âmbito da construção civil e obras públicas.

tentável que se manterá no presente contexto de fraco dinamismo económico, podendo acelerar logo que o ritmo de crescimento acelere? Qual o papel dos matrimónios mistos e do reagrupamento familiar nestes processos migratórios? Será que os imigrantes brasileiros podem constituir um pequeno contributo para relançar focos localizados de dinâmica económica e demográfica em áreas periféricas do País? Como evoluirão as imagens e as relações recíprocas que se estabelecem entre Portugueses e Brasileiros, aparentemente marcadas por uma ambivalência que por um lado evidencia uma forte proximidade (os brasileiros são percebidos como os estrangeiros “mais próximos” e simpáticos, aqueles com quem os portugueses contraem mais matrimónios...) e, por outro, revela tensões diversas, assentes no preconceito (a ligação das mulheres brasileiras à prostituição ou uma certa imagem dos brasileiros como “conversadores” ou “alegres e abertos”, mas não necessariamente trabalhadores empenhados e muito produtivos), na suposta atribuição de privilégios ou na concorrência em sede de mercado de trabalho (desde os dentistas da “primeira vaga” até aos trabalhadores do comércio ou aos imigrantes de Vila de Rei...). Cabe ainda aqui uma última interrogação relativa ao papel dos *media* no processo de construção de Portugal como destino migratório para os brasileiros e, também, no próprio processo de construção da imagem dos Brasileiros em Portugal.

São estas, portanto, algumas das questões a que se procura dar resposta nesta obra colectiva, que envolveu investigadores dos dois lados do Atlântico especializados na análise das diversas dimensões da imigração brasileira. Não temos, naturalmente, a ambição de responder a todas as perguntas e muito menos de que os resultados apresentados tenham um carácter definitivo, até porque no contexto do verdadeiro espírito científico, as respostas encontradas são “apenas” verdades temporariamente verificáveis, que investigações posteriores se encarregarão de completar, aprofundar ou mesmo refutar. De resto, é este espírito de descoberta que faz de cada resposta dada pelos investigadores o ponto de partida para novas questões, que alimentarão a vetusta espiral do conhecimento.

De qualquer forma, cremos que os trabalhos reunidos nesta obra cobrem, de forma bastante completa, rigorosa e actualizada, o actual estado dos conhecimentos relativos à imigração brasileira para Portugal, nos seus diversos contornos. Contudo, antes de entrarmos numa breve apresentação dos diversos capítulos que a integram, convém mencionar duas aporias que, de alguma forma, resultam das próprias características deste trabalho. Em primeiro lugar, o leitor vai encontrar, ao longo dos diversos capítulos, uma ou outra repetição de carácter temático ou mesmo analítico. Embora os diversos capítulos abordem questões distintas, algumas das temáticas apresentam inevitáveis margens de sobreposição (a integração das mulheres brasileiras e a discussão dos imigrantes do Brasil no mercado de trabalho português ou os debates em torno da (re)construção das identidades e das imagens da alteridade), para além de vários autores procurarem contextualizar, de forma naturalmente breve, a imigração brasileira para Portugal. Apesar do esforço de edição no sentido de reduzir esta última componente de redundância, os textos de cada autor valem pelo seu estilo e capacidade de análise próprios, possuindo níveis de articulação interna específicos que traduzem a qualidade da

investigação produzida, não sendo pertinente, nem em termos éticos, nem em termos científicos, sugerir alterações que, de alguma forma, desvirtuem o trabalho produzido.

Para além da existência de sobreposições, o leitor poderá também detectar algumas discordâncias ou mesmo contradições aparentes, correspondendo isto à segunda aporia que queremos levantar.

Neste caso, como as ciências sociais produzem os seus próprios objectos científicos, para retomar aqui a perspectiva brilhantemente enunciada por Sedas Nunes, é natural que o processo de interpretação da informação, efectuado por investigadores provenientes de disciplinas com centros de interesse distintos, produzam análises de carácter essencialmente complementar mas que, em pequenos aspectos, possam revelar pequenas discordâncias. Adicionalmente, as fontes de informação relativas às migrações internacionais apresentam algumas limitações, não sendo excepção os dados relativos aos imigrantes brasileiros em Portugal. Efectivamente, não é possível contabilizar, de facto, os estrangeiros em situação irregular; os *stocks* de brasileiros instalados no País, contabilizados através dos Censos de 2001, das autorizações de residência e das autorizações de permanência apresentam diferenças e a informação proveniente das saídas do Brasil é muito limitada. Por todas estas razões, é importante que o leitor tenha em atenção a fonte de informação utilizada por cada autor e, também, o ano a que se reportam os dados, uma vez que algumas pequenas diferenças têm origem, precisamente, na natureza da informação tratada. De qualquer modo, e apesar desta chamada de atenção, a convergência e a complementaridade do conjunto de olhares reflectido nesta obra é incomparavelmente superior às pequenas discordâncias nela existentes, pelas quais o editor assume, desde já, toda a responsabilidade.

2. A estrutura do trabalho – uma apresentação breve

Para além deste capítulo introdutório, que procura traçar o quadro geral da imigração brasileira para Portugal, e do capítulo nono, onde um conjunto de autores reflecte sobre o futuro deste fluxo migratório, os restantes capítulos abordam, de forma mais específica e aprofundada, diversos aspectos da imigração brasileira.

No segundo capítulo, Lúcia Bógus contextualiza a imigração brasileira contemporânea, traçando o quadro global de fluxos, identificando motivos e ciclos e tipificando os padrões migratórios. Mas esta análise não fica apenas pelo enquadramento global, uma vez que se preocupa em posicionar o caso da imigração brasileira para Portugal no contexto global da imigração brasileira, introduzindo alguns elementos comparativos de grande interesse.

Embora Lúcia Bogus aborde as transformações por que passou a imigração brasileira para Portugal, no período contemporâneo (meados dos anos 80 até ao presente), é o capítulo terceiro, da autoria de Filipa Pinho, que evidencia o modo como Portugal se constituiu, a partir da segunda metade dos anos 80, como um destino imigratório para os Brasileiros. Centrando-se no pe-

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

ríodo da denominada “primeira vaga migratória de Brasileiros”, composta por uma larga parcela de imigrantes com níveis de instrução elevados e que se inseriram em segmentos mais qualificados do mercado de trabalho português, a autora analisa com detalhe o modo como a imprensa brasileira “construiu” a imagem de Portugal e da economia portuguesa, na segunda metade dos anos 80-início dos anos 90, potenciando o seu papel enquanto destino migratório.

Já no domínio amplo da integração dos Brasileiros em Portugal, João Peixoto e Alexandra Figueiredo analisam, no capítulo 4, os contornos da inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho português, comparando a situação observada no início dos anos 90 com a situação registada em 2001. Apoiando-se numa análise detalhada e minuciosa dos dados dos Censos de 1991 e 2001, complementados com informação adicional, os autores colocam em evidência as modificações nos perfis de qualificações e, sobretudo, nos modos de inserção profissional das duas vagas da imigração brasileira contemporânea, que apresentam uma ligeira tendência para alguma redução dos níveis médios de instrução – mesmo assim, ainda superiores ao perfil médio da população portuguesa – acompanhada por um reforço mais significativo das formas de inserção profissional associadas a profissões menos qualificadas. Esta análise de teor mais quantitativo é de algum modo complementada pelo contributo de Beatriz Padilla (capítulo 5), que aborda a problemática específica das mulheres brasileiras em Portugal, não só no domínio da inserção no mercado de trabalho, mas também ao nível dos motivos de imigração, dos contornos do processo migratório e das próprias experiências e sentimentos vividos em contextos marcados pelos estereótipos. Também do ponto de vista metodológico, este capítulo complementa o anterior, na medida em que se centra em métodos qualitativos (entrevistas com mulheres brasileiras), que possibilitam extrair depoimentos de grande riqueza relativamente ao modo como as mulheres brasileiras constroem os seus percursos migratórios e autopercepcionam a sua situação nas esferas laboral, doméstica e social, face aos homens e mulheres do grupo maioritário (Portugueses) e aos próprios compatriotas.

O capítulo 6, centrado na questão das remessas dos imigrantes brasileiros e elaborado por Pedro Rossi, assume uma natureza duplamente original no contexto desta obra, uma vez que privilegia uma abordagem de natureza económica e está orientado para os efeitos no país de origem, embora parta da análise dos comportamentos dos imigrantes brasileiros em Portugal. Com base em informação recolhida através de um inquérito por amostragem dirigido aos imigrantes brasileiros residentes na Área Metropolitana de Lisboa, complementada com alguns dados adicionais provenientes do Banco do Brasil, o autor analisa o comportamento dos imigrantes relativamente ao envio de remessas para o Brasil, procurando perceber a dimensão quantitativa destas, as motivações dos imigrantes e o modo como estes aplicam as suas poupanças no país de destino.

As questões relativas aos processos identitários em contexto migratório e à análise das representações recíprocas e do quadro relacional em que se movimentam Portugueses e Brasileiros são abordadas nos capítulos 7 e 8 deste livro, para além dos elementos fornecidos por Beatriz Padilla no texto que trata especificamente da problemática da mulher brasileira em Portu-

gal. O contributo de Aline Schiltz e Sandra Silva, desenvolvido a partir de elementos estatísticos recolhidos e gentilmente cedidos pela equipa do Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa (CEPCEP/UCP), dirigida pelo Professor Mário Lages no âmbito do projecto *Os Imigrantes e a População Portuguesa, Imagens Recíprocas*, permite perceber o modo como Portugueses e Brasileiros se percebem mutuamente, em termos de hábitos e práticas culturais, fornecendo indicações a propósito dos estereótipos atribuídos ao “outro” e do tipo de relações de amizade e vizinhança implementadas. Tal como nas questões relativas ao mercado de trabalho, também neste caso se pode dizer que o texto de Igor Machado (capítulo 8) aprofunda a abordagem efectuada pelas duas autoras atrás mencionadas, na medida em que explora, com recurso a uma metodologia qualitativa, os elementos constituintes do processo de (re)construção identitária, em contexto relacional, dos imigrantes brasileiros no Porto. Nesta análise, o autor analisa o processo de “exotização da identidade” dos imigrantes brasileiros como resultado da reificação dos estereótipos atribuídos pelos Portugueses e, de algum modo, “assimilados” estrategicamente pelos Brasileiros. Tudo isto é construído no âmbito de um contexto relacional, onde também ocorre uma estereotipização da identidade dos Portugueses (a maioria) por parte dos imigrantes brasileiros, funcionando a alegria (associada aos Brasileiros) e a tristeza (atribuída aos Portugueses) como os marcadores identitários que melhor distinguem os dois grupos. Para além destes aspectos, Igor Machado analisa ainda questões relativas à percepção que os Brasileiros têm de si próprios, enquanto membros de uma comunidade e, também, às tentativas de representação institucional desta.

Ao encerrar a primeira secção do livro, o capítulo nono discute, de forma sustentada, hipóteses relativas ao futuro da imigração brasileira para Portugal, projectando os fluxos enquadrados por diversos cenários, restrições e quadros de mobilidade, reflectindo sobre as formas de inserção no mercado de trabalho e equacionando impactes no próprio Brasil. E, como seria de esperar, fecha com interrogações. Interrogações acerca do que ainda não sabemos da imigração brasileira para Portugal, considerando-se aqui quer as questões inerentes à discussão relativa ao futuro da imigração brasileira, quer outras questões que, já hoje, constituem hiatos no conhecimento que (não) temos de algumas dimensões deste fenómeno migratório.

A segunda secção desta obra inclui três capítulos que assumem características mais sintéticas e singelas, mas cuja inclusão permite cobrir dimensões importantes da imigração brasileira para Portugal. No capítulo 10, Letícia Calderón Chelius analisa os contornos do processo que conduziu à possibilidade de participação política dos imigrantes nos actos eleitorais brasileiros. Alguns elementos sobre o modo de votar a partir do exterior, bem como um exemplo relativo à influência política dos imigrantes, baseado num episódio passado com a comunidade brasileira em Portugal, constituem os outros elementos que integram este original capítulo. A temática dos processos de regularização extraordinária é tratada por Beatriz Padilla no capítulo 11, que se centra no conteúdo e numa interessante análise preliminar dos efeitos do *Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais assinado entre Portugal e o Brasil* (o denomi-

nado Acordo Lula, que constitui o primeiro acordo bilateral assinado por Portugal, que possibilita a regularização de trabalhadores imigrantes).

O livro encerra com um capítulo relativo à apresentação e análise sumária dos resultados do inquérito efectuado, pela Casa do Brasil em Lisboa, a uma amostra de imigrantes brasileiros de “2.ª vaga – chegados após 1998”, residentes em diversas localidades nos distritos de Lisboa e Setúbal, nos meses de Junho-Julho de 2003. A base de dados resultante deste questionário constitui, até ao momento, a fonte de informação específica mais completa e actualizada sobre o fluxo migratório e o processo de integração dos imigrantes brasileiros em Portugal, sendo utilizada e citada por muitos dos autores que contribuíram para esta obra colectiva.

3. Os principais domínios em análise e debate

3.1 *Portugal como destino da imigração brasileira: especificidades lusas e ligações atlânticas*

Actualmente, os brasileiros transformaram-se no maior grupo formal e contabilizado de estrangeiros em Portugal. Mesmo considerando os estrangeiros em situação irregular e aqueles que entretanto obtiveram a nacionalidade portuguesa, a população de origem brasileira disputará com os cabo-verdianos e, eventualmente, os angolanos, o primeiro lugar no *ranking* dos grupos étnicos de origem não nacional instalados em Portugal. Contudo, mais relevante do que a dimensão do efectivo populacional brasileiro, importa perceber os motivos que estão na base do forte crescimento ocorrido nos últimos oito-dez anos e, especialmente, o impacte desta população nos diversos domínios da sociedade portuguesa, desde o mercado de trabalho às manifestações culturais, passando pelos efeitos demográfico-territoriais e pelas implicações ao nível dos processos de reconstrução identitária e de relacionamento intergrupar.

Beneficiando de antigas ligações estabelecidas durante a colonização e especialmente durante o longo período da moderna emigração transatlântica portuguesa, que vai de meados do século XIX até finais dos anos 50 do século XX, a imigração do Brasil para Portugal começou como um movimento limitado de contracorrente que incluía alguns profissionais qualificados (dentistas, peritos de *marketing*, informáticos, etc.), em meados dos anos 80, para se tornar num fluxo significativo de imigrantes laborais, nos finais dos anos 90 e princípios do século XXI.

Naturalmente, a sucessão de crises económicas experimentadas pelo Brasil, nos anos 80 e 90, limitaram as oportunidades do mercado de trabalho e de mobilidade social, contribuindo para criar a pressão emigratória que levou os Brasileiros, não apenas para Portugal, mas também para outros países como o Japão, a Itália ou os EUA (Bógus, 1995). Factores como a insegurança dos cidadãos ou a instabilidade dos mercados financeiros, associada a taxas de inflação muito elevadas em largos períodos dos anos 90, também contribuíram para incentivar o desejo de partida de muitos Brasileiros, sobretudo de classe média e mesmo média-alta (ver Pinho, capítulo 3 deste livro).

Do ponto de vista do país de recepção, Portugal fez uma trajectória de emigração para imigração, entre os anos 80 e 90. A entrada na CEE em 1986, que injectou muitos milhões de euros em Portugal, contribuindo para a dinâmica da economia portuguesa, entre meados dos anos 80 e o início do século XXI³, apoiada em sectores como as obras públicas, o comércio – a beneficiar de uma forte expansão do consumo ampliada pela generalização dos mecanismos de acesso ao crédito – e os serviços financeiros, deu um contributo relevante para este processo. Efectivamente, a modernização das infra-estruturas nacionais (redes de transportes, equipamentos de nível regional e nacional...), associada à transição para uma economia de serviços e a algumas mudanças sociais tais como o crescimento limitado, mas importante, dos níveis de qualificação dos jovens, criaram as condições necessárias para atrair um grande número de imigrantes. Até meados dos anos 90, estes eram basicamente dos PALOP, processo que evidencia algumas ligações à primeira vaga migratória laboral contemporânea, iniciada em finais dos anos 60 e início dos anos 70, que envolvia trabalhadores cabo-verdianos, e que foi de alguma forma continuada – embora por motivos distintos – com a chegada de milhares de Africanos, durante o período de descolonização, em meados dos anos 70. Para além destas pessoas, apenas alguns reformados da Europa do Norte, vários familiares e descendentes de emigrantes portugueses e um conjunto de profissionais brasileiros e europeus envolvidos em processos de imigração individual ou no quadro de empresas multinacionais, constituíam fluxos migratórios relevantes (Peixoto, 1996; Malheiros, 1996; Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999).

Este panorama sofreu mudanças muito significativas, na segunda metade da década de 90 e, especialmente, após 1998/1999, quando os números da imigração duplicaram (207 607 em 2000; 413 304 em 2002) e se acentuou bastante o processo de diversificação das origens que já se vinha notando desde os anos 80 (Malheiros, 1998). Esta diversificação da composição dos fluxos assentou bastante na inclusão de mais Asiáticos (sobretudo Chineses e nacionais dos países do subcontinente indiano) e, especialmente, na chegada e posterior fixação, em muito poucos anos, de milhares de Europeus de Leste⁴. Foi também neste contexto que os números da imigração brasileira para Portugal sofreram um impulso significativo, ocorrendo simultaneamente alterações relevantes na composição interna dos fluxos, conduzindo alguns autores a distinguir esta “segunda vaga” de imigração brasileira – com níveis de instrução algo mais reduzidos e direccionada para segmentos menos qualificados do mercado de trabalho – de uma “primeira vaga” ocorrida em finais dos anos 80/primeira metade dos anos 90 (ver, a este propósito, os capítulos 3 – Filipa Pinho; 4 – João Peixoto e Alexandra Figueiredo;

³ Em termos mais rigorosos, este período foi marcado por dois ciclos de crescimento distintos, o primeiro situado entre 1984 e 1992/1993 (adesão à CEE e início de significativos afluxos de capitais comunitários) e o segundo, que inclui já a transição para a moeda única e a sua posterior adopção, correspondente ao período 1994-2002/03.

⁴ Em Dezembro de 2003, os Ucrrianos correspondiam ao maior grupo de estrangeiros, regularizados e contabilizados, presente em Portugal, com uma população de 64 821 indivíduos. No ano seguinte, os valores correspondentes aos *stocks* de Autorizações de Residência e Autorizações de Permanência já colocavam os Brasileiros como a principal população estrangeira do País, com um efectivo de 66 721 indivíduos (os Ucrrianos ascendiam a 65 884 pessoas e os Cabo-verdianos a 64 259).

5 – Beatriz Padilla; e 12 – Casa do Brasil), mais qualificada e que, sobretudo num momento inicial, apresentava características de contracorrente migratória ao fluxo de Portugueses que outrora demandaram o Brasil.

Perante o quadro que se acaba de traçar, torna-se fundamental fazer um ponto de situação relativamente ao actual momento da imigração brasileira para Portugal. Por um lado, embora se trate de um fluxo que já possui alguma profundidade temporal, as modificações que foi sofrendo justificam uma análise diacrónica fina e abrangente, de modo a que se perceba como é que as dinâmicas inerentes às diversas dimensões do processo migratório (origens geográficas regionais, locais de instalação, formas de inserção no mercado de trabalho, reconstrução identitária, diferenciações segundo o género...) se articulam reciprocamente. Por outro lado, do ponto de vista académico, apenas nos últimos quatro-cinco anos se multiplicaram os trabalhos sobre os diversos aspectos da imigração brasileira para Portugal – muitos dos quais de divulgação restrita, na medida em que se trata de dissertações de mestrado ou de estudos temáticos –, justificando-se agora a realização de uma síntese das investigações produzidas, estabelecendo, em simultâneo, pontes temáticas (entre os estudos de natureza económica, antropológica, sociológica, geográfica...), temporais (entre os trabalhos actuais e aqueles – poucos – produzidos a propósito da “primeira vaga”) e geográficas (sobretudo entre investigadores brasileiros e portugueses). Finalmente, pela relativa proximidade entre Brasileiros e Portugueses, pelas próprias especificidades do enquadramento legal dos fluxos migratórios em causa⁵ e, também, pela capacidade de oferta de mão-de-obra do mercado brasileiro que, para além da quantidade, é caracterizada pela sua forte diversidade interna, importa proceder a uma reflexão em torno do significado desta imigração, aproveitando um momento de transição na economia e no contexto migratório português, caracterizado pela redução da capacidade de atracção do país e por uma atenuação dos fluxos de chegada.

Claro que a análise da evolução da economia portuguesa, desde a instauração da democracia, marcada por três ciclos distintos e por situações de crise que emergiram sempre na primeira metade dos vários decénios, deixa antever o regresso a um ciclo económico mais favorável, apesar de este tardar em evidenciar-se plenamente. Mesmo que este novo ciclo não registe, nos próximos anos, uma dinâmica idêntica à verificada no final do século XX, alguma retoma na imigração será previsível, continuando a posicionar-se os Brasileiros como um dos principais grupos de imigrantes – se não o principal –, que pressionará e alimentará o mercado de trabalho português. Efectivamente, o estabelecimento e o reforço de redes migratórias, ancoradas no Brasil ao longo dos últimos anos, associados às condições particulares que enquadram a imigração brasileira para Portugal (inserção no espaço da CPLP, acordos bilaterais relativos à circulação de mão-de-obra e ao acesso a direitos, importância da ancestralidade

⁵ Existe, desde 1971, a denominada Convenção de Brasília, que define o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres entre Portugueses e Brasileiros. Muito mais recentemente, foi assinado um novo acordo sobre a Contratação Recíproca de Nacionais (Julho de 2003). A este propósito, ver o texto de Beatriz Padilla, correspondente ao capítulo 11 deste livro.

lusa que facilita o acesso à nacionalidade portuguesa) apontam, desde logo, para a relevância deste fluxo no futuro. Se a isto adicionarmos o potencial da oferta de mão-de-obra do Brasil, não apenas por força da sua dinâmica demográfica, mas também por via da manutenção de desigualdades regionais internas – que continuarão a levar os activos de determinadas áreas para as grandes cidades brasileiras e para o estrangeiro – e da existência de um abundante capital humano semiqualeficado e qualificado escolarizado em Português, completa-se o quadro dos principais factores que fazem de Portugal um destino preferencial para a imigração brasileira, seja como espaço de acolhimento final, seja como eventual ponto de entrada para outros locais na Europa.

Neste contexto, convém lembrar que a questão da pressão migratória e da necessidade de imigrantes para alimentar o mercado de trabalho de um país que, alinhando-se pelo comportamento dos seus vizinhos europeus, regista um processo de envelhecimento relativamente rápido, remete directamente para as linhas estratégicas que nortearão a política imigratória portuguesa, onde a dimensão relativa à gestão dos fluxos migratórios ocupa naturalmente um lugar central. Mas esta gestão dos fluxos é apenas “metade da história”. A outra metade corresponde ao conjunto bastante amplo de domínios (condições de participação no mercado de trabalho, acesso aos serviços sociais básicos, quadro de relações com a população maioritária...) que configuram a denominada integração dos imigrantes, no caso concreto dos cidadãos brasileiros que já escolheram ou que ainda venham a escolher Portugal como destino migratório. De qualquer forma, seja qual for a evolução futura dos fluxos migratórios de Brasileiros para Portugal, a história das migrações ensina-nos que, mesmo em períodos de crise, uma parte dos imigrantes não retorna aos seus locais de origem – podem manter ligações mais ou menos fortes com o seu país, desenvolver práticas transnacionais relevantes, mas, em larga medida, “vêm para ficar”⁶.

3.2 Os dois fluxos da imigração brasileira contemporânea para Portugal: conteúdos e mudanças

Ao observarmos a figura 1.1 torna-se relevante o aumento dos Latino-americanos no *stock* dos estrangeiros residentes estabelecidos em Portugal. Se juntarmos os estrangeiros com autorizações de residência e de permanência⁷ e olharmos especificamente para os Brasileiros, que correspondem a mais de 90% dos Sul-americanos, torna-se clara a sua forte contribuição para a criação de um “país de imigração” em Portugal: entre 1986 e 2003, o número de Bra-

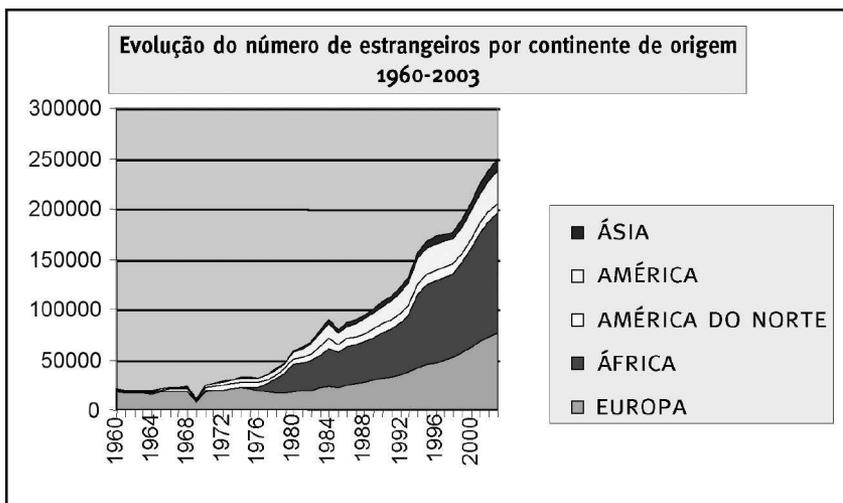
⁶ Um bom exemplo disto corresponde à situação dos trabalhadores imigrados, instalados nos países europeus, no período da crise despoletada em 1973. Efectivamente, muitos destes resolveram não regressar aos países de origem apesar do contexto de crise, optando mesmo pelo reagrupamento familiar no destino durante este período (Castles, 1984).

⁷ Foi criado pelo DL n.º 4/2001 um título excepcional que permitia a regularização dos trabalhadores estrangeiros que já estavam em Portugal sem documentação, desde que estes conseguissem registar e apresentar um contrato de trabalho formal. Esta possibilidade terminou em Novembro de 2001 e foi removida na revisão do Decreto-Lei relativo à entrada, permanência e afastamento de estrangeiros, promulgado em Março de 2003 (DL n.º 34/2003 de 12 de Março).

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

sileiros cresceu quase nove vezes, passando a sua percentagem, no total dos estrangeiros regulares, de menos de 9% para aproximadamente 15%. Seguindo o padrão de outros grupos migratórios, é durante o período de expansão ocorrido entre finais dos anos 90 e 2000/2001⁸ que a população brasileira estabelecida em Portugal regista o aumento mais significativo, quer em termos absolutos quer relativos (Quadro 1.1).

FIGURA 1.1



Nota: Apenas detentores de Autorizações de Residência.

QUADRO 1.1

Brasileiros no stock total da população estrangeira – 1986, 1991, 1996, 2001 e 2003

	1986		1991		1996		2001		2003	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Brasileiros	7470	8,6	12678	11,1	20082	11,6	47254	13,5	64295	14,8
Total Estrangeiros	86982		113978		172912		350503		434352	

Fonte: INE, *Anuário Demográfico* (vários anos).

Observação: Para 1986, 1991 e 1996, apenas são considerados os detentores de Autorizações de Residência. Para 2001 e 2003, são considerados os detentores de Autorizações de Residência e Permanência.

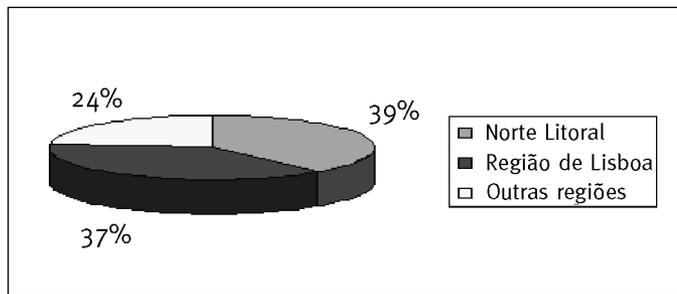
⁸ Em 2001, tornaram-se visíveis os primeiros indicadores de recessão económica.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Contudo, os perfis dos imigrantes brasileiros que chegaram neste último período são de alguma forma distintos dos perfis dos que se instalaram na segunda metade dos anos 80 e nos anos 90. Por exemplo, ao observarmos a evolução da distribuição regional dos Brasileiros notamos uma progressiva concentração na Região de Lisboa, especialmente a partir de meados dos anos 90. Este processo, que tem implícita uma redução da percentagem de imigrantes brasileiros no Norte Litoral, aponta para o decréscimo do efeito de contracorrente que levou muitos brasileiros de ascendência portuguesa para o Porto e regiões vizinhas, não apenas nos decénios de 80 e 90, mas também em anos anteriores (Pires, 1993; Baganha, Ferrão e Malheiros, 2001). A importância do estabelecimento em Lisboa, especialmente na vaga de Brasileiros pós-1999, é um indicador indirecto de uma imigração mais laboral, uma vez que Lisboa é o mercado de trabalho mais dinâmico e diversificado do País, com características claramente urbanas, e não foi, especialmente em termos relativos, um local central na história da emigração portuguesa para o Brasil.

FIGURA 1.2a

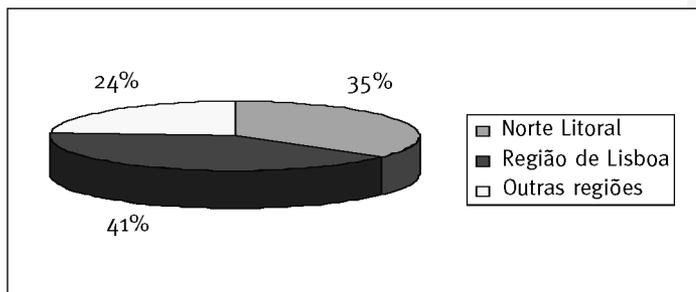
Distribuição regional dos estrangeiros brasileiros com autorizações de residência – 1986



Fonte: INE, *Anuário Demográfico*, 1986.

FIGURA 1.2b

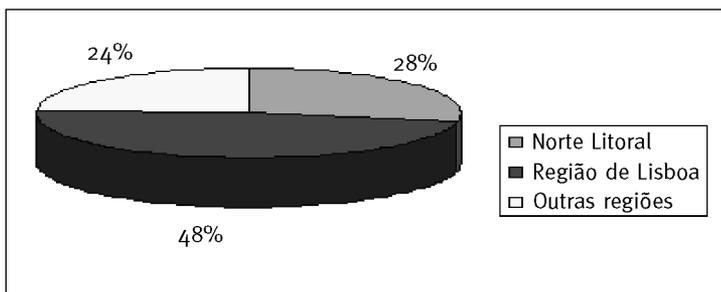
Distribuição regional dos estrangeiros brasileiros com autorizações de residência – 1993



Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*, 1993.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

FIGURA 1.2C

Distribuição regional dos estrangeiros brasileiros com autorizações de residência – 2003

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas, 2003*.

O fortalecimento da imigração laboral brasileira para Portugal e, em particular, para a região de Lisboa, é bem visível na análise das informações recolhidas nos questionários aplicados a imigrantes brasileiros envolvidos na 2.^a vaga migratória. Segundo os dados recolhidos no inquérito efectuado em 2004, pela Casa do Brasil em Lisboa (ver capítulo 12, neste livro), quase 80% dos brasileiros entrevistados apresentam razões económicas (desemprego e baixos salários) para justificar a imigração.

Tal como veremos no ponto seguinte, se as qualificações dos imigrantes brasileiros não apresentam decréscimos muito notórios da 1.^a para a 2.^a vaga imigratória, já as formas de inserção profissional registam alterações mais significativas, revelando tendência para uma maior inserção em segmentos do mercado de trabalho menos qualificados. Por exemplo, embora os níveis de instrução dos imigrantes brasileiros das 1.^a e 2.^a vagas não sejam muito diferentes e se situem sistematicamente acima dos valores para os Portugueses, podemos observar uma incorporação mais elevada de pessoas com níveis de instrução ligeiramente mais baixos nos grupos mais recentes (Padilla, 2004). Esta situação leva a que alguns autores assumam que a imigração contemporânea brasileira para Portugal incorpore não apenas pessoas de classe média (dominante na primeira vaga), mas também uma crescente proporção de indivíduos vindos da classe média-baixa da sociedade brasileira (Padilla 2004; Peixoto e Figueiredo, capítulo 4 deste livro).

Voltando ao tópico de abertura deste capítulo, é importante mencionar que os Brasileiros se tornaram o grupo estrangeiro maioritário, ultrapassando os Ucrrianos e todos os grupos dos PALOP. Beneficiando de um processo especial de regularização que resultou do Acordo Bilate-

ral assinado em Julho de 2003⁹ e de um antigo estatuto de “Igualdade de Direitos”, os Brasileiros são considerados em diversos estudos de opinião efectuados junto da população portuguesa como o grupo imigrante mais próximo desta¹⁰. Adicionalmente, o facto de falarem português contribui para uma melhor interacção social, para além de facilitar a sua inserção no sector dos serviços. Por último, a já referida constituição e densificação das suas redes migratórias confere alguma sustentabilidade ao processo de manutenção dos fluxos migratórios¹¹. Se parece começar a ser evidente que as migrações oriundas da Europa de Leste, hoje substancialmente menos intensas do que no período compreendido entre 1999 e 2003, quando dominaram o panorama imigratório português, carecem de condições que assegurem a sua continuidade em termos significativos (devido à maior distância face à sociedade portuguesa, à existência de redes sociais mais limitadas e, também, à evolução do próprio processo de transição económica em curso nestes países), já a probabilidade de o Brasil se manter como a maior fonte de imigrantes de Portugal é algo que deve ser considerado com muita atenção.

3.2 A participação dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho português

A análise dos quadros 1.3a) e 1.3b) clarifica a tendência anteriormente mencionada relativamente à mudança das características da imigração brasileira no sentido da adopção de um perfil migratório de tipo mais laboral. Enquanto em 1991 a população não trabalhadora ainda era dominante devido ao peso das mulheres não activas (e.g. cônjuges brasileiras de portugueses que retornaram à sua terra de origem), dos reformados e também dos jovens (e.g. crianças de ascendência portuguesa nascidas no Brasil que nunca obtiveram a cidadania portuguesa), em 2001 a percentagem de população trabalhadora representava mais de 2/3 dos Brasileiros estabelecidos em Portugal, valor bem acima do peso total da população residente.

Os perfis da inserção laboral da imigração brasileira pós-anos 70 sempre foram mais diversificados do que os perfis de inserção laboral dos cidadãos dos PALOP (sobre-representados nos serviços desqualificados e em funções socialmente desvalorizadas de sectores como a

⁹ Este Acordo Bilateral foi assinado durante uma visita do Presidente Lula da Silva a Portugal e entrou em vigor em Outubro de 2003. Para além de estabelecer as condições recíprocas de recrutamento e incorporação de trabalhadores vindos do outro país, ofereceu a possibilidade de regularização a milhares de Brasileiros que estavam a trabalhar irregularmente em Portugal, depois de terem entrado no País com vistos de turismo, antes de 11 de Julho de 2003 (data de assinatura do Acordo). Para beneficiarem desta prerrogativa, os Brasileiros tiveram que provar a sua entrada em Portugal, antes de 11 de Julho de 2003, registar um contrato de trabalho válido e pedir um visto de trabalho num Consulado Português (normalmente Madrid ou Sevilha). Para obter mais informações sobre esta questão, ver capítulo 12, neste livro.

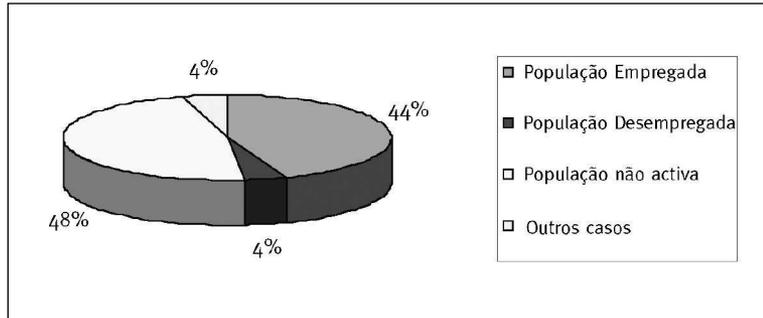
¹⁰ A este propósito, ver o texto de Schiltz e Silva, correspondente ao capítulo 7 deste livro.

¹¹ Um estudo recente coordenado por Fonseca (2005) demonstra que uma grande percentagem de Brasileiros que vêm para Portugal tem amigos ou familiares da mesma cidade ou aldeia já instalados neste país. Efectivamente, a comunalidade das origens geográficas internas dos Brasileiros que chegam a Portugal, após 1998, fica bem evidenciada pelo facto de quase um terço destes ser proveniente de um conjunto de cidades do Estado de Minas Gerais. Se acrescentarmos a estas pessoas aquelas que vêm dos estados de Espírito Santo e São Paulo, atingimos mais de 50% do valor total da imigração brasileira para Portugal (ver, a este propósito, o ponto 2 do capítulo 12 deste livro).

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

FIGURA 1.3a

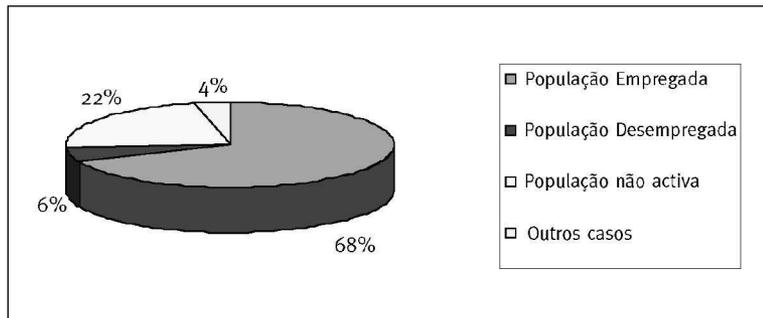
Situação laboral da população brasileira – 1991



Fonte: INE, Censos 1991.

FIGURA 1.3b

Situação laboral da população brasileira – 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

construção e as obras públicas) e, também, dos estrangeiros oriundos da UE (mais presentes no sector da gestão e nos sectores dos serviços mais avançados). Actualmente, alguns autores (por exemplo, Peixoto e Figueiredo no capítulo 4 deste livro) mencionam o “carácter dual” da imigração brasileira, que está presente tanto nos segmentos qualificados do mercado de trabalho primário (trabalhos bem remunerados com perspectivas de carreira e supostamente maiores níveis de estabilidade) como nas posições indiferenciadas do mercado de trabalho secundário (caracterizado pelos baixos salários, elevada instabilidade e fortes níveis de segmentação associados a factores como o género, a idade e a etnicidade).

Contudo, esta dualidade não é uniforme nas duas vagas da imigração brasileira. No período entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90, os profissionais qualificados têm uma grande representação, beneficiando do seu número relativamente baixo e especialmente do processo de reestruturação e modernização da economia portuguesa. Nesse período, alguns sectores “novos” expandiram-se (*marketing*, informática, etc.) e não conseguiram encontrar profissionais experientes no mercado de trabalho interno, preenchendo essas lacunas com recurso a especialistas estrangeiros, constituindo os brasileiros uma parte importante deste contingente. Noutros sectores, tais como a medicina dentária, a oferta portuguesa era insuficiente para satisfazer as crescentes necessidades, abrindo-se várias oportunidades para os médicos brasileiros, ainda que o carácter altamente corporativista do sector tivesse gerado algumas tensões que envolveram não apenas os dentistas e os seus corpos representativos, mas também os Governos Português e Brasileiro (Feldman-Bianco, 2001). Finalmente, a liberalização e a abertura da economia portuguesa nos anos 80 e especialmente depois da adesão à UE, em 1986, tornou Portugal mais interessante para o investimento estrangeiro, incluindo o brasileiro. Por conseguinte, alguns profissionais qualificados acompanharam as firmas brasileiras que se estabeleceram em Portugal nesse período.

A análise dos quadros 1.2a) e 1.2b) clarifica as mudanças na “estrutura dual” do trabalho brasileiro em Portugal, revelando uma clara tendência para formas de inserção laboral menos qualificadas. Embora o sector terciário continue a ser dominante em 2001, os maiores aumentos relativos verificados na década de 90 ocorrem nas categorias que compreendem os trabalhadores semiqualiificados da construção e os trabalhadores sem qualificações da indústria, da construção e do comércio, situação que traduz quer uma maior presença em actividades socialmente menos valorizadas (e.g. construção civil), quer um reforço da presença nos segmentos menos qualificados dos diversos sectores produtivos.

Em contrapartida, pode ser observada uma evolução contrária, nas categorias correspondentes aos profissionais altamente qualificados e aos grandes empresários, cujo peso relativo cresce mesmo entre 1991 e 2001.

Esta evolução em direcção a uma progressiva desqualificação (ver Peixoto e Figueiredo no capítulo 4 deste livro) parece estar associada às mudanças de oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho português. A expansão económica de finais dos anos 90 justificou um aumento das necessidades de trabalho numa situação caracterizada quase por pleno emprego. Contudo, as oportunidades nos segmentos altamente qualificados do mercado de trabalho foram diminutas neste período; por um lado, porque o investimento estrangeiro decresceu; e, por outro, porque a oferta interna de profissionais para os sectores que estavam em défice nos anos 80 e início dos anos 90 aumentou. Além disso, o aumento estrutural dos níveis de educação da população portuguesa e especialmente as expectativas sociais associadas aos empregos de “colarinho branco” e aos empregos qualificados, criaram lacunas nos segmentos menos qualificados dos serviços, da indústria e mesmo da agricultura. Já no sector da construção, o processo de etnicização é mais precoce, tendo-se acelerado no início dos

QUADRO 1.2a

**Estruturas socioprofissionais dos maiores grupos de estrangeiros
Área Metropolitana de Lisboa, 2001**

	Patrões e Gestores de pequenas empresas	Pequenos patrões; trabalhadores independentes e profissionais independentes de ID	Trabalhadores independentes e empregados (administração, comércio e serviços)	Trabalhadores independentes e trabalhadores semiquali-ficados da indústria e construção	Pequenos agricultores e trabalhadores semi-qualificados da agricultura	Trabalhadores não qualificados da indústria e construção	Empregados dos serviços sem qualificações	Grandes Patrões e Directores/ Gestores	Outros	População não activa
	Percentagens (%)									
Total	3,2	11,3	16,0	9,9	0,5	1,3	6,0	2,5	1,5	47,8
Portugal	3,2	11,5	16,3	9,4	0,5	1,1	5,8	2,4	1,5	48,4
EU – 15	4,9	23,7	10,1	3,9	0,4	0,7	2,0	8,0	1,2	45,0
Europa de Leste	2,0	7,8	7,7	39,0	2,2	18,5	9,8	1,9	1,7	9,5
PALOP	2,4	3,2	9,1	23,6	0,3	4,9	14,9	1,6	2,3	37,6
Outros – África	3,8	6,1	9,7	27,9	0,8	8,6	7,4	3,0	2,6	30,2
América do Norte	3,1	22,6	6,7	2,2	0,6	0,5	1,8	4,3	2,3	56,0
Brasil	4,8	11,8	16,9	21,0	0,6	6,6	8,4	5,3	1,6	22,9
Outros da América Central e do Sul	5,9	21,4	12,3	8,9	0,3	1,5	8,9	4,8	2,4	33,4
China, Índia e Paquistão	11,7	2,8	22,1	18,6	0,5	13,6	3,8	1,6	1,1	24,3
Outros – Ásia	4,9	8,4	17,1	10,5	1,5	5,1	8,7	4,7	1,3	37,6

Fonte: INE, *Censos da População 2001 (dados não publicados)*

QUADRO 1.2b

***Estruturas socioprofissionais dos maiores grupos de estrangeiros
(variação percentual entre 1991 e 2001) – Área Metropolitana de Lisboa, 2001***

	Patrões e Gestores de pequenas empresas	Pequenos patrões; trabalhadores independentes e profissionais independentes de ID	Trabalhadores independentes e empregados (administração, comércio e serviços)	Trabalhadores independentes e trabalhadores semiquualificados da indústria e construção	Pequenos agricultores e trabalhadores semiquualificados da agricultura	Trabalhadores não qualificados da indústria e construção	Empregados dos serviços sem qualificações	Grandes Patrões e Directores/ Gestores	Outros	População não activa
	Diferença 1991-2001 (em pontos percentuais)									
Total	1,5	3,5	-0,3	-0,6	-0,3	-0,8	1,5	0,1	-0,2	-4,3
Portugal	1,5	3,6	-0,1	-1,1	-0,3	-1,0	1,2	0,1	-0,2	-3,7
EU – 15	1,0	10,1	0,4	1,1	0,1	0,0	0,4	-0,2	0,2	-13,1
Europa de Leste	1,6	-20,8	0,6	35,9	1,8	18,0	9,4	-1,6	-0,5	-44,3
PALOP	1,3	0,7	1,1	1,2	-0,1	-4,0	3,8	-0,6	0,6	-4,0
Outros – África	2,3	0,7	1,4	9,0	0,6	4,2	3,0	-0,8	0,9	-21,2
América do Norte	2,1	7,3	1,6	0,6	0,6	0,4	1,2	-1,0	0,0	-12,8
Brasil	2,3	-8,3	3,0	16,6	0,4	5,8	5,8	-0,7	0,8	-25,7
Outros da América Central e do Sul	3,4	6,0	4,4	4,9	0,1	0,7	7,0	-1,5	1,5	-26,4
China, Índia e Paquistão	1,9	-2,1	3,6	16,5	0,0	12,7	1,5	-1,0	0,1	-33,3
Outros – Ásia	-0,2	-1,0	7,9	9,3	1,5	4,2	6,7	-6,1	1,1	-23,5

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

anos 80, depois da incorporação de um primeiro grupo de Cabo-verdianos, logo em meados dos anos 60. Perante este contexto, compreende-se que os Brasileiros da 2.ª vaga tenham encontrado mais oportunidades de emprego em tarefas não qualificadas, incrementando-se o desajuste entre as qualificações possuídas e as qualificações necessárias para a prática de certas profissões em sectores como a construção civil, o comércio ou as actividades domésticas.

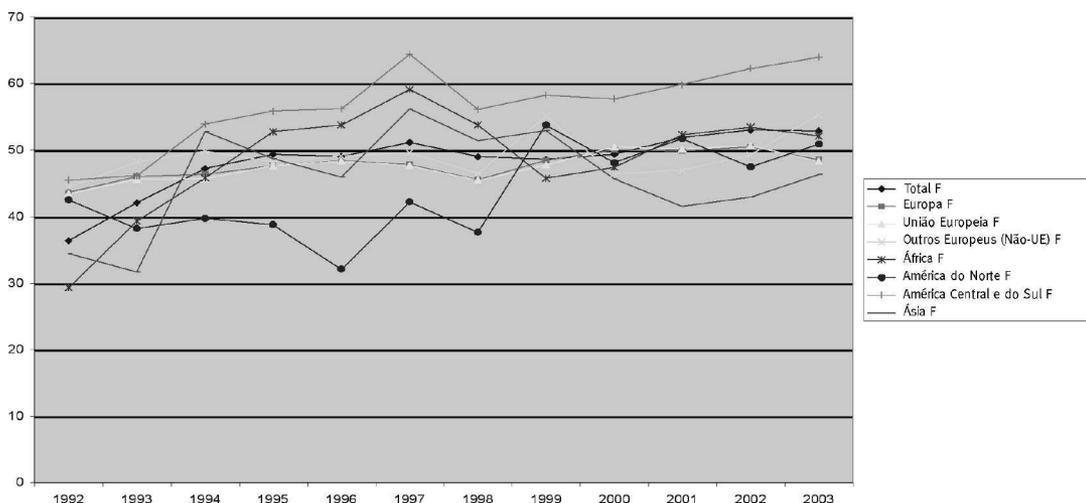
Por último, o domínio da língua portuguesa e o desenvolvimento de certos estereótipos que configuram uma determinada representação dos (e das) imigrantes brasileiros(as) (simpáticos, bons conversadores, dotados de “um contacto fácil com os outros”...) também contribuem para facilitar a sua forte presença no sector da construção civil e, sobretudo, em determinados ramos de actividade do sector terciário, marcados por elevados níveis de segmentação em função de factores como o género ou a etnicidade.

3.2 A imigração brasileira no feminino

A figura 1.4 clarifica o processo de progressiva feminização da imigração brasileira para Portugal¹², que regista a mais elevada proporção de mulheres de todos os grandes grupos de imigrantes com residência legal em Portugal.

FIGURA 1.4

Evolução da percentagem de imigrantes femininas nos fluxos anuais de entradas, segundo as maiores regiões de origem (1992-2003)



¹² Embora na Figura 1.4 os dados se refiram à percentagem de estrangeiras oriundas de todos os países da América Central e do Sul, como 90% destas são Brasileiras, justifica-se uma leitura que toma como referência esta última nacionalidade.

Não obstante o predomínio da inserção em actividades formais, a feminização da imigração brasileira expressa também a crescente presença destas imigrantes na indústria do lazer e do sexo em Portugal (ver capítulos 4 e 5 deste livro, da autoria de Peixoto e Figueiredo e de Padilla, respectivamente). O desenvolvimento de redes imigratórias centradas no negócio da prostituição, com o recrutamento de mulheres no Brasil e a sua colocação em bares e “casas de massagens” em Portugal e noutros países da Europa, como Espanha e Holanda, é uma actividade muito complexa que aponta para sintomas explícitos ou implícitos de exploração e ilegalidade que facilitam a incorporação de mulheres estrangeiras, particularmente em situação irregular.

Se parece detectar-se um número crescente de mulheres brasileiras envolvidas na prostituição em Portugal, a grande maioria das imigrantes trabalham noutros sectores de actividade como o comércio, a limpeza e a hotelaria. Não obstante, existe uma espécie de imaginário nacional que associa as mulheres brasileiras a estereótipos como “exuberante”, “sensual” ou “oferecida” (Padilla, capítulo 5 deste livro). Além disso, os *media* parecem dar uma atenção redobrada aos casos de prostituição que envolvem Brasileiras, verificando-se que as imagens do “Carnaval do Rio” e das próprias novelas brasileiras reproduzem o quadro das “sensuais mulheres brasileiras” (Feldmann-Bianco, 2001). Finalmente, o crescente número de casamentos mistos, envolvendo Portugueses, particularmente homens, e Brasileiras, bem como alguns movimentos sociais informais¹³ que tendem a responsabilizar as mulheres brasileiras pelas mudanças sociais que estão a ocorrer nas famílias portuguesas (aumento do número de divórcios, diversificação dos modelos familiares) contribuem para reforçar e generalizar a imagem das mulheres brasileiras que “apenas querem encontrar parceiros portugueses” ou, pior, a imagem das mulheres brasileiras como prostitutas.

Estes estereótipos têm um efeito negativo sobre todas as imigrantes brasileiras, que frequentemente têm de lidar com alguma hostilidade, quer por parte das mulheres portuguesas quer por parte de outras mulheres brasileiras. Além disso, o comportamento dos homens portugueses perante as mulheres brasileiras é frequentemente marcado por atitudes que, explícita ou implicitamente, podem considerar-se assédio sexual.

3.2 Apontamentos sobre o impacte demográfico e territorial da imigração brasileira em Portugal

Acabámos de mencionar a contribuição dos imigrantes brasileiros para o crescente número de casamentos mistos em Portugal. Seguindo a tendência crescente da imigração, entre 1996

¹³ O mais conhecido destes movimentos aconteceu em 2003, quando o grupo autodenominado “Mães de Bragança” começou uma campanha contra as mulheres brasileiras que trabalhavam nos bares e discotecas da cidade, acusando-as de “seduzirem os homens casados e destruírem os seus casamentos”. Se este foi um caso visível, que mereceu alguma atenção da parte dos *media* nacionais e até internacionais, continuamos a encontrar, com alguma frequência, em entrevistas e questionários sobre imigrantes e imigração em Portugal, algumas mulheres portuguesas que expressam opiniões similares àquelas divulgadas pelo movimento de Bragança.

e 2003, o número de casamentos mistos aumentou de 1292 para 3581 (aproximadamente 6,7% do total), que corresponde ao valor máximo registado nas duas últimas décadas.

Ao longo de toda a década passada, os casamentos mistos envolvendo parceiros brasileiros foram os mais frequentes em Portugal, nomeadamente os realizados entre homens portugueses e mulheres brasileiras. Este tipo de casamento aumentou significativamente entre 1996 e 2003 (de 122 para 1165), representando, no último ano, mais de metade (52,9%) dos casamentos mistos envolvendo homens portugueses e mulheres estrangeiras.

No que diz respeito aos nascimentos, a contribuição dos Brasileiros para a demografia portuguesa tem sido crescente e relativamente elevada quando comparada com os diferentes grupos de estrangeiros (Quadro 1.4). A segunda vaga de migrações brasileiras tem uma estrutura demográfica mais jovem que a vaga anterior e isso teve efeitos evidentes no número de nascimentos e taxas de fecundidade. Antes de 2000, embora as taxas brutas de natalidade dos Brasileiros fossem mais elevadas do que as dos Portugueses, os valores eram relativamente baixos quando comparados com a maioria dos grupos estrangeiros não-europeus. Em 2001, a situação da Taxa Bruta de Fecundidade (TBF) das mulheres brasileiras (1,81) ia ao encontro da imagem já descrita, porque se situava entre o valor global para os Portugueses (1,42) e o valor global para todos os grupos de mulheres estrangeiras (2,38). Tal como em diversos outros grupos migratórios, o comportamento fértil dos imigrantes brasileiros está aparentemente abaixo do comportamento fértil dos brasileiros na sua terra natal, onde as Taxas Brutas de Fecundidade atingiram 2,4 em 2001 (Valente Rosa *et al.*, 2004).

Entre 2001 e 2004, o número de nascimentos de mães brasileiras aumentou quase 2,6 vezes, passando de 711 para 1909, acompanhando o crescimento no número de Brasileiros estabelecidos em Portugal, o incremento dos jovens na estrutura demográfica e o maior envolvimento das mulheres brasileiras em casamentos mistos com homens portugueses. Devido a este novo contexto, os Brasileiros são agora um dos grupos estrangeiros que lideram em termos da sua contribuição para os nascimentos não-portugueses, apresentando uma das taxas de natalidade mais elevadas (Quadro 1.3), mesmo que a Taxa Bruta de Fecundidade esteja abaixo da observada entre as imigrantes chinesas, cabo-verdianas, guineenses e romenas (Valente Rosa *et al.*, 2004).

Em síntese, o papel dos imigrantes para a demografia portuguesa está a tornar-se cada vez mais importante, contribuindo não só para atenuar os efeitos do envelhecimento demográfico como também para evitar decréscimos mais fortes dos níveis de fecundidade. Embora o comportamento fértil dos Brasileiros não seja muito distante do comportamento dos nacionais, os anos de 2003 e 2004 foram marcados por um aumento significativo na contribuição das Brasileiras para os nascimentos registados em Portugal.

Para além dos contributos para a fecundidade e a atenuação dos processos de envelhecimento, é igualmente relevante perceber se os imigrantes em geral, e os Brasileiros em particular,

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 1.3

Taxas de natalidade por nacionalidade, 1995-2004 (%)

	TOTAL	Portugal	Total das nacionalidades estrangeiras	Europa	PALOP	Brasil	Outras nacionalidades
1995	10,8	10,74	15,01	9,74	18,84	14,42	13,57
1996	11,11	11,04	14,87	8,69	20,93	14,29	9,15
1997	11,35	11,27	16,03	8,97	22,74	13,46	11,78
1998	11,37	11,25	18,16	10,26	25,49	15,18	13,96
1999	11,61	11,31	26,85	15,44	38,62	19,77	19,93
2000	11,91	11,56	28,20	15,52	40,57	20,97	21,08
2001	10,89	10,68	16,94	7,80	30,33	15,05	12,67
2002	11,00	10,68	18,76	11,38	30,69	34,78	12,24
2003	10,75	10,41	18,60	13,17	24,42	24,42	14,93
2004	10,56	10,00	18,91	13,38	22,91	28,62	15,59

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas e SEF*.

Nota: Número de nascimentos por nacionalidade da mãe em relação ao stock de estrangeiros com autorizações de residência e permanência (apenas 2001, 2002, 2003 e 2004).

podem, ou não, contribuir para contrariar os processos de despovoamento em curso nalgumas regiões periféricas.

Entre 2001 e 2003, a propósito do importante crescimento do número de imigrantes, sobretudo oriundos da Europa de Leste, verificado em diversas regiões periféricas, com destaque para o Alentejo, alguns autores (Fonseca e Malheiros, 2004) realçaram o potencial associado a este fenómeno, em termos de desenvolvimento regional, designadamente ao nível da demografia e das dinâmicas económicas. A evolução ocorrida desde então não parece confirmar os indícios prometedores que se evidenciavam há três anos atrás, uma vez que a tendência para uma maior presença dos imigrantes – sobretudo da Europa de Leste – em espaços periféricos aparecem agora descontinuadas, verificando-se mesmo uma redução em regiões como a Beira Alta ou os Açores. Efectivamente, em contexto de retracção económica, os processos de convergência regional tendem a atenuar-se, o que significa que a capacidade de atracção dos mercados de trabalho das regiões periféricas se atenua, reduzindo-se, em consequência, a possibilidade de retenção dos trabalhadores imigrantes. De resto, entre finais da década de 90 e 2002-2003, a realização de algumas grandes obras públicas em regiões periféricas (e.g. Barragem do Alqueva no Alentejo, nova aerogare da ilha do Pico nos Açores, alguns novos IP's, como o prolongamento da A23, entre Abrantes e a Guarda) contribuiu para incrementar, conjuntamente, a necessidade de mão-de-obra, em larga medida satisfeita por imigrantes.

Para perceber os contornos do eventual contributo dos imigrantes brasileiros para o desenvolvimento das regiões periféricas de Portugal, é pertinente analisar a dinâmica recente da distribuição geográfica desta população no território nacional.

Embora ocorra um aumento da população brasileira residente, em todos os distritos, os ritmos de crescimento verificados apresentam bastantes diferenças (Figura 1.6). Ainda que o Norte Litoral¹⁴ e a Região de Lisboa¹⁵ continuem a concentrar, em 2004, cerca de 75% dos Brasileiros com autorização de residência (Figura 1.5), as dinâmicas registadas, entre 1999 e aquele ano (período de chegada da denominada “2.ª vaga” da imigração brasileira), apontam para níveis de crescimento inferiores aos verificados no conjunto do País, com excepção da situação verificada no distrito de Setúbal (Figura 1.6). Como tivemos oportunidade de mencionar, a passagem de uma imigração brasileira, ainda bastante marcada pelo efeito de contracorrente (mais evidente durante a denominada “1.ª vaga”) a uma imigração de contornos mais laborais evidenciou, em termos de distribuição geográfica, um reforço da presença, por um lado, nas áreas de expansão das regiões urbanas com mercados de trabalho terciarizados, diversificados e dinâmicos e, por outro, em regiões com uma capacidade atractiva reduzida, mas onde a agropecuária de mercado se sobrepõe às estruturas agrárias componesadas, ainda marcadas pela autoprodução e pelo minifúndio. Compreende-se assim que Setúbal (periferia sul de Lisboa) e os distritos que prolongam para norte a AML (Leiria e, sobretudo, Santarém) emirjam como espaços de forte aumento da população estrangeira e, neste caso, dos Brasileiros. Para além destas áreas, são as regiões com sistemas agrícolas mais orientados para o mercado (e.g. Alentejo e, também, Beira Baixa e Santarém) e com níveis de especialização elevados no turismo (Algarve e Madeira) que registam as maiores variações positivas no número de imigrantes brasileiros, entre 1999 e 2004. Na linha desta última observação, é importante chamar a atenção para a sobre-representação dos brasileiros nas áreas turísticas do litoral, uma vez que mesmo na Região de Lisboa, as principais concentrações ocorrem na Costa da Caparica (na Margem Sul do Tejo) e na Ericeira e em Cascais-Estoril (Margem Norte).

4. As características e os impactes da imigração brasileira e o quadro de opções políticas

Embora recente, a imigração brasileira para Portugal regista já duas vagas caracterizadas por um conjunto de traços distintivos. A primeira vaga aconteceu entre meados dos anos 80 e finais dos anos 90 e incorpora uma elevada proporção de profissionais qualificados e população que não trabalha. O efeito de contracorrente da primeira emigração portuguesa para o

¹⁴ Utiliza-se esta designação para o conjunto dos distritos de Aveiro, Porto, Braga e Viana do Castelo.

¹⁵ Como a organização da informação estatística recolhida pelo SEF assume os distritos como unidade geográfica principal, utiliza-se o termo Região de Lisboa para designar o conjunto que integra os distritos de Lisboa e de Setúbal.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

FIGURA 1.5

Distribuição geográfica dos cidadãos brasileiros com autorização de residência em Portugal – 2004 (distritos)

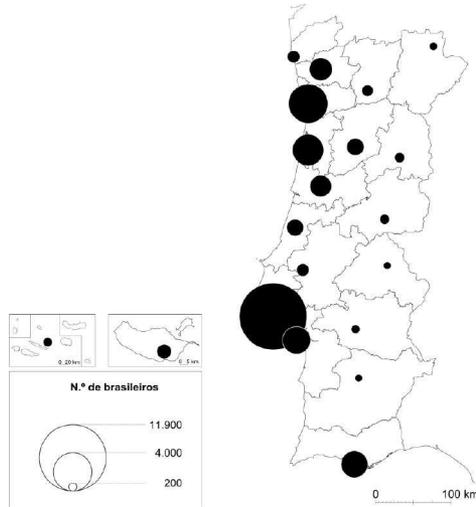
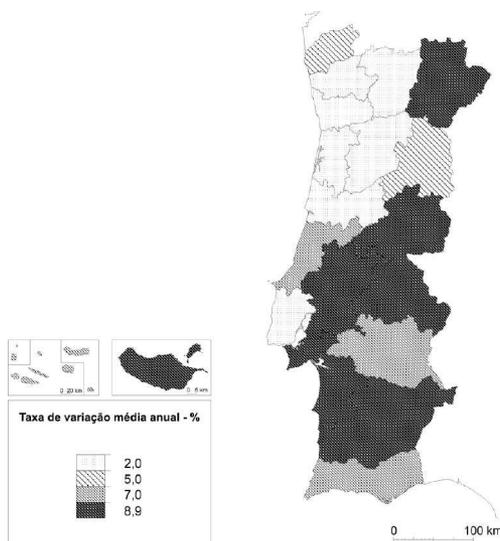


FIGURA 1.6

Taxas de variação média anual dos cidadãos brasileiros com autorização de residência em Portugal – 1999-2004 (distritos)



Brasil ainda estava aqui muito presente, como fica demonstrado pela sobre-representação de cidadãos brasileiros nas regiões do Norte Litoral português.

A vaga pós-1999 (a segunda vaga) é mais numerosa, está menos presente no Norte Litoral e mais dispersa pelas regiões portuguesas – embora a Região de Lisboa registre a maior concentração de imigrantes –, sendo claramente dominada pela migração laboral. Esta vaga incorpora imigrantes ligeiramente mais novos e uma proporção um pouco mais elevada de pessoas vindas da classe média-baixa da sociedade brasileira que entram em segmentos do mercado de trabalho secundário português, especialmente no sector dos serviços, mas também na construção civil. Nesta segunda vaga podemos ainda observar uma certa tendência para a feminização da imigração brasileira, especialmente se tivermos em atenção apenas a evolução dos novos pedidos anuais de autorizações de residência.

Tendo em consideração a crescente importância da imigração brasileira para Portugal e as suas principais características, é importante incorporar estes elementos nos debates sobre a gestão destes fluxos migratórios e a integração destes imigrantes.

Os brasileiros tornaram-se num segmento específico do sistema de migrações lusófonas, centrado em Lisboa. Actualmente, constituem a fonte mais importante de população estrangeira (e trabalho estrangeiro) em Portugal e essa situação tem todas as condições para se prolongar nos próximos anos devido à consolidação das redes sociais, à percepção relativamente positiva na sociedade portuguesa, à existência de prerrogativas especiais e acordos bilaterais e, naturalmente, à insatisfação interna das necessidades de trabalho em determinadas funções e ramos de actividade. De resto, a dimensão e diversidade da oferta laboral dos Brasileiros (de cirurgiões dentistas especializados aos jovens trabalhadores não qualificados da construção) torna-a muito adaptável às necessidades e à flexibilidade do mercado de trabalho português. Neste contexto, é importante fazer um esforço mais firme e activo para gerir este fluxo migratório em colaboração com as autoridades brasileiras e, num contexto mais alargado, com os países da CPLP. Além disso, é necessário considerar as disposições europeias no que se refere à gestão da imigração de países terceiros, especialmente se assumirmos Portugal como uma “porta de entrada” da imigração brasileira para a Europa.

Se modificarmos a perspectiva e nos posicionarmos do lado brasileiro, constatamos que a imigração para Portugal tem alguns impactes económicos, quer porque permite que uma pequeníssima parcela da população tenha acesso a um mercado de emprego mais estável e melhor remunerado, quer porque os salários dos Brasileiros no exterior são parcialmente enviados para o Brasil sob a forma de remessas. Tratando-se de um país de escala continental, é certo que os impactes da imigração para Portugal são, essencialmente, sentidos ao nível local e familiar. Perante este quadro, e contrabalançando aspectos negativos (saída de alguma mão-de-obra em idade activa, tráfico de imigrantes para a prostituição) e positivos (envio de remessas, melhoria do poder de compra das famílias, atenuação do desemprego...), é importante que os acordos de migração saibam incorporar componentes inerentes à protecção dos

imigrantes, promovendo o combate à sua exploração, e, também, formas de orientar o uso de remessas e da experiência adquirida nos locais de destino como mais-valias do processo de promoção do desenvolvimento das localidades de origem.

No que diz respeito à integração, os Brasileiros parecem beneficiar de uma imagem social mais favorável, quando comparados com as imagens partilhadas pelos Europeus de Leste (vistos como bons trabalhadores mas de alguma forma frios e distantes da sociedade autóctone) e com os PALOP (vítimas de preconceito racial e frequentemente associados a comportamentos anti-sociais). Contudo, há evidências de alguma tensão social entre Portugueses e Brasileiros e o desenvolvimento de atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação a estes está a tornar-se mais frequente na sociedade portuguesa. Nalgumas investigações, vários imigrantes queixaram-se de atitudes discriminatórias por parte dos Portugueses, sendo interessante perceber se estas atitudes são mais frequentes para com os Brasileiros crioulos ou os Brasileiros brancos.

Contudo, as mulheres brasileiras parecem ter-se tornado as principais vítimas dos estereótipos da sociedade portuguesa, que tende a “exotizar”¹⁶ a imagem do(a) Brasileiro(a), sendo frequentemente vistas como “exóticas e fáceis” quando não, associadas à prostituição. Neste contexto, para além da dimensão violenta e explícita associada à exploração de Brasileiras para fins sexuais, emerge uma outra dimensão, mais subtil mas igualmente perniciosa, que corresponde à generalização do estigma da “prostituta” a todas as mulheres brasileiras, levando frequentemente ao preconceito e mesmo a atitudes discriminatórias.

Finalmente, a actual situação de estagnação económica está a fazer aumentar a concorrência pelos postos de trabalho e a conduzir ao crescimento dos níveis de desemprego de nacionais e estrangeiros. Neste contexto, histórias passadas dizem-nos que o risco de demonizar imigrantes (mesmo os possuidores de imagens positivas) aumenta. De resto, é curioso verificar que, desde finais dos anos 80, quando teve início a primeira vaga de imigração brasileira, emergem de tempos a tempos na sociedade portuguesa, casos de tensão, frequentemente (re)tratados e/ou ampliados pelos *media*, em que se atribui aos Brasileiros a responsabilidade por determinadas situações de escassez/concorrência laboral ou de aparente desordem social. Foi assim com os dentistas brasileiros, aos quais foi aplicada uma imagem inicial generalizada de menor competência ou mesmo “desonestidade”, com o denominado “movimento das mães de Bragança”, responsabilizando um conjunto de mulheres brasileiras por causarem instabilidade familiar na cidade e, mais recentemente, com a imigração organizada de (poucas) famílias brasileiras para Vila de Rei, percebida por muitos como um processo que privilegiava estrangeiros em detrimento dos Portugueses, sendo a situação dos recém-chegados apresentada de uma forma quase idílica. Todos estes casos geraram polémica na sociedade portuguesa, embora não exista, reconheça-se, uma posição dominante antibrasileira. Contudo, eles também evidenciam o modo como o preconceito e o estereótipo moldam as atitudes, le-

¹⁶ Expressão feliz de Igor Machado (ver capítulo 8 deste livro).

vando a que se atribua ao “outro”, ao estrangeiro, a responsabilidade por processos associados a crises sociais ou a instabilidade, cujas causas são sempre mais profundas e complexas, radicando nas dinâmicas da própria sociedade de origem.

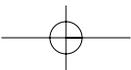
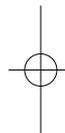
Atendendo à situação de fraco dinamismo, experimentada pela economia portuguesa, associada a uma maior presença dos imigrantes brasileiros, o risco de pequenos focos de tensão se transformarem em conflitos mais extensos não está completamente ausente, se bem que o quadro global de relacionamento entre Portugueses e imigrantes brasileiros pareça bastante favorável, sobretudo se colocado em confronto com os estereótipos e as representações menos positivas e socialmente mais distantes que outros grupos de estrangeiros (Africanos, Europeus de Leste) possuem na sociedade portuguesa. De qualquer forma, a monitorização cuidadosa de tensões potenciais e a continuação das campanhas que realçam o contributo positivo dos imigrantes – Brasileiros e outros –, para o mercado de trabalho e para a sociedade, são estratégias centrais para combater o preconceito e para prevenir o aparecimento de eventuais conflitos. Adicionalmente, a continuação do processo de reconhecimento dos direitos de cidadania aos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, não apenas do ponto de vista formal, mas sobretudo em termos substantivos, implica necessariamente uma maior responsabilização dos autóctones e dos imigrantes. Este processo requer reciprocidade, respeito pelos deveres sociais e, sobretudo, a aquisição da consciência de pertença a uma sociedade etnicamente diversa, cuja coesão depende do modo como “olhamos para o outro” – o não reconhecimento e a promoção do distanciamento entre grupos, seja por via da segregação, seja pela prática de um multiculturalismo estrito que reifica as diferenças, conduzirá, inevitavelmente, ao agravamento das fracturas sociais.

Referências bibliográficas

- BAGANHA, Maria Ioannis, FERRÃO, João e MALHEIROS, Jorge (1999) – “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, *Análise Social*, vol. 34, n. 150, pp. 147-173.
- BOGUS, Lúcia (1995) – “Migrantes Brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar” in PATARRA, N. (org.), *Emigração e Imigração no Brasil Contemporâneo*, São Paulo, FNUAP, pp. 111-121.
- CASA DO BRASIL DE LISBOA (2004) – *A “Segunda Vaga” de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)*, Lisboa, Casa do Brasil de Lisboa.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (2001) – “Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference”, *Identities – Global Studies in Culture and Power*, vol. 8, n. 4, pp. 607-650.
- FONSECA, Lucinda, MALHEIROS, Jorge (2003) – “Nouvelle” Immigration, marché du travail et compétitivité des régions portugaises, in *Géographie, Économie et Société*, n. 2/2003, pp. 161-183.
- et al. (2005) – *A reunificação familiar dos imigrantes em Portugal*, Lisboa, Observatório da Imigração/Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

- MALHEIROS, Jorge (1996) – *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança*, Lisboa, Colibri.
- (1998) – “Immigration, Clandestine Work and Labour Market Strategies: the Construction Sector in the Metropolitan Region of Lisbon”, in *South European Society and Politics*, vol. 3, n. 3, pp. 169-185.
- PADILLA, Beatriz (2004) – “Integration of Brazilian immigrants in Portuguese society: problems and possibilities”, Comunicação apresentada à 9th International Metropolis Conference, Genebra, 2004 (publicado em *Socius – Working Papers*, ISEG/UTL, n. 1/2005).
- PEIXOTO, João (1999) – *A Mobilidade Internacional dos Quadros – Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- PIRES, Rui Pena (2003) – *Migrações e Integração – Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- SABINO, Catarina (2005) – “Tráfico de mulheres”, in PEIXOTO, J., et al., *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, Lisboa, Observatório da Imigração/ACIME, pp. 220-277.
- VALENTE ROSA, Maria João et al. (2004) – *Contributos dos imigrantes para a demografia portuguesa*, Lisboa, Observatório da Imigração/Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.



II

ESPERANÇA ALÉM-MAR: PORTUGAL NO “ARQUIPÉLAGO MIGRATÓRIO” BRASILEIRO¹

LÚCIA MARIA MACHADO BÓGUS

*Departamento de Sociologia**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo***Introdução**

As migrações internacionais têm assumido importância e complexidade crescentes, sobretudo no que diz respeito às características e à temporalidade dos fluxos, aos destinos migratórios e às formas espaciais dos deslocamentos. Nesse contexto, a diversidade assumida pelos fluxos migratórios tem apresentado alterações nas lógicas de circulação entre os diferentes países de origem e de destino e, além da migração individual em busca de oportunidades económicas e melhor condição de vida, cresce a migração familiar e ampliam-se as redes migratórias, garantindo a manutenção dos laços com as regiões de origem e realimentando os crescentes fluxos em direcção a alguns destinos preferenciais.

Uma das faces mais importantes do processo de globalização é a da internacionalização dos mercados de trabalho, através da migração dos trabalhadores. Esta modalidade de deslocamento populacional para os países mais industrializados não é nova, tendo-se intensificado no pós-Segunda Guerra Mundial. No entanto, ao longo dos últimos trinta anos, tais deslocamentos populacionais têm passado por profundas mudanças ligadas à reestruturação dos sistemas produtivos e financeiros, aos impactes das novas tecnologias e à crescente interacção promovida pelos meios de comunicação, tornando-se também fluxos migratórios globalizados. O Relatório do Fundo das Nações Unidas para a População, de 1993, já alertava para o facto de que as migrações internacionais seriam o grande problema da transição para o século XXI, lembrando que é da responsabilidade de cada país garantir condições de desenvolvimento que respondam, directamente, às necessidades de seus cidadãos, onde quer que se encontrem. De acordo com aquele relatório, a pobreza e a “insegurança social” seriam os grandes responsáveis pelas migrações internacionais, constituindo, em alguns casos, a única alternativa possível para a realização dos ideais de ascensão social e, em muitos outros, a oportunidade de garantir a sobrevivência. Na verdade, considerando-se apenas os últimos vinte anos do século XX, a Europa Ocidental recebeu cerca de 18 milhões de imigrantes, a maior parte para residência definitiva, provenientes

¹ Este texto é parte de um conjunto de trabalhos (cf. referências bibliográficas), elaborados no âmbito do projecto de pesquisa “(Re)Descobrimo o Velho Mundo: emigração brasileira recente para Portugal e Itália”, realizado no período 1995-2001, com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnologia). Contou, na sua versão final, necessariamente actualizada, com a colaboração da bolsista de Iniciação Científica, Carolina Teixeira Nakagawa.

dos países africanos, do Leste europeu e dos países do Hemisfério Sul, dentre os quais o Brasil, onde as sucessivas crises económicas truncaram as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e destruíram os mecanismos de ascensão social até então existentes.

Nesse contexto, deixaram o Brasil, desde meados da década de 1980, cerca de 2 milhões de pessoas. Tradicional país de imigração, que construiu a sua história com a participação de povos de muitas nacionalidades, o enorme país lusófono da América do Sul inseriu-se nas novas migrações internacionais sem que o Estado ou a sociedade civil se dessem conta da magnitude das mudanças em curso, que ampliaram a permeabilidade das fronteiras, tanto para o exterior como para o interior. O fenómeno, que já envolvia outros países da América Latina, passou então a incorporar brasileiros, sobretudo jovens, que, perante uma economia estagnada, descobriram na emigração a possibilidade de um futuro melhor. Os principais destinos dessa emigração recente foram os Estados Unidos, o Japão, alguns países da União Europeia – sempre com maior concentração em áreas metropolitanas como Roma, Milão e Lisboa – e os países fronteiriços com o Brasil, especialmente os do chamado Cone Sul. O perfil desse emigrante brasileiro é extremamente variado. Na verdade, não se pode falar de um perfil, mas de perfis, com diferentes composições por sexo, idade, nível de escolarização e inserção profissional. Muitos possuem pouca qualificação e baixo grau de escolaridade, inserindo-se nos países de destino em actividades distintas daquelas a que se dedicavam no Brasil, no momento anterior à emigração. Não raro, as qualificações exigidas também estão aquém das que poderiam ser oferecidas, mas os emigrantes sujeitam-se a qualquer tipo de trabalho, na esperança de obter melhores colocações em momento posterior. Deve-se mencionar, também, o caso dos emigrantes brasileiros de qualificação elevada e formações profissionais específicas, que se dirigem a determinados países respondendo à procura do mercado de trabalho. Isso ocorreu no caso de Portugal, com os dentistas ou os profissionais de *marketing* e decoração de interiores, durante a década de 1980.

Quanto aos países receptores, sobretudo da Europa Ocidental, as relações estabelecidas com o Brasil vinculam-se aos laços culturais e de sangue, advindos de uma “emigração colonizadora”, principalmente por parte de Italianos e Portugueses, que se deslocaram maciçamente para o Brasil e contribuíram para a formação da identidade cultural dos cidadãos deste país. Por outro lado, é grande a importância dos vínculos estabelecidos mais recentemente com os capitais industriais e financeiros de países de capitalismo central (Alemanha, França, Itália e ultimamente Inglaterra), descortinando a possibilidade de novos mercados de trabalho que as facilidades de comunicação do mundo globalizado tornaram ainda mais próximos. Tais investimentos têm favorecido os movimentos de emigração, provocando a evasão de quadros profissionais altamente qualificados para as sedes de multinacionais localizadas, principalmente, em países desenvolvidos.

Além desses aspectos, são também comumente mencionados como factores que provocam os fluxos emigratórios, na actualidade:

- a ocorrência de altas taxas de desemprego nos países de origem dos emigrantes, aliada à existência de recursos para a mobilidade e à expectativa de melhores oportunidades nos países de destino;

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

- a existência de uma “colónia” nos países de destino, facilitando o acesso a emprego e habitação (Wilson & Portes, 1980; Sassen-Koob, 1979);
- a disposição dos imigrantes para aceitar trabalhos “desagradáveis” ou “sujos”, o que explica o facto de conseguirem emprego, mesmo em situação de desemprego crescente (Sassen-Koob, 1980);
- o papel do Estado na regulação da oferta de mão-de-obra e na elaboração de políticas migratórias (Vainer, 1995).

Todos estes factores devem ser necessariamente considerados e dizem respeito ao conjunto das condições histórico-sociais em que se inscrevem os movimentos migratórios. Cada um dos factores mencionados pode actuar, conjunta ou isoladamente, com intensidade variável, de acordo com a situação específica do migrante ou do seu grupo social e conforme o quadro conjuntural/estrutural dos países envolvidos, sejam emissores ou receptores dos fluxos migratórios.

No caso brasileiro, as principais áreas geográficas de emigração são justamente aquelas onde existe um desajuste entre as oportunidades económicas e a estrutura de empregos, destacando-se os estados da região sudeste, principalmente Minas Gerais e São Paulo. Quanto às “colónias” a que se referem Wilson & Portes e Sassen-Koob, cabe mencionar o papel desempenhado por países que exportaram trabalhadores para o Brasil, sobretudo a partir do século XIX, e que hoje passaram à condição de receptores de força de trabalho, num verdadeiro movimento de refluxo. Destacam-se aqui, principalmente, o Japão e a Itália. Quanto a Portugal, a sua presença no Brasil desde a era dos Descobrimentos, faz com que seja considerado “país-irmão”, com proximidade linguística e cultural, o que tem favorecido de maneira crescente a busca daquele país como área de destino”.

Apesar de os dados disponíveis não serem totalmente confiáveis, é sabido que, entre 1836 e 1968, o maior contingente de imigrantes para o Brasil era de Portugueses e Italianos, somando um total de 1,38 milhões de pessoas. Este grupo foi seguido por imigrantes Espanhóis, Alemães e Japoneses, que juntos representavam 1,22 milhões, acrescido de um terceiro grupo composto por Russos, Austríacos, Turcos, Polacos e Franceses, representando um total de 400 000 imigrantes. Ao todo eram cinco milhões de pessoas, oriundas de várias partes da Europa e da Ásia. A diversidade cultural era contrabalançada por uma clara prevalência europeia. A maioria destes imigrantes dirigiu-se para regiões ricas do Sul e Sudeste do país, especialmente para São Paulo e Rio de Janeiro.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a este fluxo foram acrescentadas novas ondas migratórias, especialmente de países árabes, que se dirigiram para regiões de produção de borracha no Norte do Brasil (região amazónica). Desde então, muitos imigrantes sírios e libaneses se fixaram nas áreas urbanas, onde se engajaram em actividades de vendas, especialmente na área têxtil. Muitos deles vieram para o Brasil devido às políticas restritivas de imigração dos EUA, que impediam sua entrada naquele país, sua primeira escolha de destino. Nos anos de 1970, o perfil dos imi-

grantes estrangeiros mudou novamente com a chegada de muitas companhias estrangeiras, que trouxeram consigo profissionais capacitados e empregados de corporações multinacionais.

A partir de 1980, houve um marcante declínio nos registos das imigrações para o Brasil. Demógrafos começaram a considerar o Brasil uma “população fechada”, ou seja, a população migrante que entrava e saía possuía baixa importância relativa nas taxas de crescimento populacional. Neste momento, a migração interna, que havia começado no meio da década de 1950 e ganhara força nos anos de 1960 e 1970, continuou sendo predominante, embora com menor intensidade do que naquelas décadas. Esta migração teve suas causas tanto em factores de expulsão, como as grandes secas no Nordeste brasileiro e a pobreza daí resultante, como na atracção gerada pelas oportunidades de trabalho na região sudeste, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro (Singer, 1973). Na Região Metropolitana de São Paulo, o crescimento industrial, especialmente no sector da construção civil, tornou-se o principal factor de atracção das migrações nacionais e, nas últimas décadas do século XX, milhões de trabalhadores foram atraídos para as áreas urbanas, metrópoles nacionais e cidades de porte médio, transformando a sociedade brasileira rural em predominantemente urbana. No final do século XX, 81% da população brasileira vivia em cidades.

Cabe ainda mencionar o grande afluxo de migrantes latinos, oriundos de países fronteiriços ao Brasil (Bolívia, Peru, Paraguai, Chile, Uruguai e Argentina). A presença latina tornou-se intensa durante os anos de 1980 e mais firmemente estabelecida na década de 1990, especialmente em São Paulo, além de outros grandes centros urbanos e cidades próximas às fronteiras nacionais. Um grande número destes imigrantes permanece na ilegalidade. O trabalho escravo é frequentemente encontrado entre eles, em estabelecimentos comerciais ou pequenas firmas de proprietários compatriotas, não somente latinos mas incluindo imigrantes chineses e coreanos. Este desrespeito pelos Direitos Humanos vem sendo constantemente denunciado pela Igreja Católica e outros grupos da Sociedade Civil Brasileira e resultou, por vezes, em processos de amnistia, legalização dos imigrantes e aperfeiçoamento de leis de imigração.

Dentre os estrangeiros residentes atualmente no Brasil, também se incluem os refugiados, a maioria de Angola e outros países da África e Ásia. Fugindo de guerras e perseguição política ou religiosa, alguns deles vieram de países da América Latina como Cuba, Peru e Argentina. Apesar do baixo número de refugiados que possuem residência no Brasil, a legislação do país sobre a questão é uma das mais avançadas do mundo, permitindo a concessão de documentação para trabalho e acesso livre ao mercado de trabalho. Além disso, a legislação brasileira tem ampliado o conceito de refugiado para incluir vítimas de violações gerais de Direitos Humanos.

Ao final do século XX, a situação da imigração no Brasil sofreu uma completa reversão em relação ao final do século XIX. Ao invés de receber pessoas de outros países, a nação começou a exportar mão-de-obra para nações desenvolvidas da América do Norte e Europa, bem como para o Japão. Este fenómeno é parte dos processos de globalização, reestruturação produtiva, e da “flexibilização” das relações de trabalho (Sassen, 1988). Tais processos têm direccionado os movi-

mentos migratórios ao limitar as oportunidades de trabalho, especialmente dos jovens nos seus países de origem, levando-os à busca de oportunidades e melhores condições de vida no exterior (Piore 1992; Bógus 1995, 1997; Sales 1999). Os mais afectados são os jovens com maiores níveis de escolaridade, os quais nos países de destino acabam por inserir-se, geralmente, em actividades bem aquém de sua qualificação profissional.

De qualquer modo, a mobilidade da força de trabalho no actual contexto mundial é maior que em qualquer outro período da história. O Brasil tem beneficiado e sofrido com as transformações vigentes nesta passagem de século e, ao que tudo indica, as exigências capitalistas, continuarão influenciando as mudanças demográficas brasileiras no século XXI.

1. Emigração de Brasileiros: Especificidades e tendências recentes

Apesar da inexistência de dados oficiais acerca da emigração recente de Brasileiros, as estimativas realizadas por Carvalho (1996) apontam para a grande magnitude do fenómeno, a partir de 1980. Conforme esse autor, as alterações observadas na estrutura por sexo e grupos de idade do Censo Demográfico de 1991 têm como hipótese explicativa mais plausível a perda de população através de emigração. Segundo tal estimativa, teriam deixado o país – entre 1980 e 1991 – 1 180 000 mulheres com mais de dez anos de idade e 1 380 000 homens nas mesmas faixas etárias. Embora muito elevados, os números obtidos nessa estimativa não se mostram improváveis quando cotejados com dados de outras fontes, como por exemplo o Censo de Brasileiros no Exterior, realizado pelo Itamaraty em 1995 que aponta, inclusive, para a subestimação dos seus próprios resultados, devido à clandestinidade que caracteriza grande parte dos emigrantes brasileiros que deixaram o país no período acima considerado. Estimativas mais recentes, de Janeiro de 2001, realizadas pelo próprio Ministério de Relações Exteriores, apontaram para o decréscimo no contingente de Brasileiros residentes no exterior que, no entanto, permanece bastante elevado, atingindo 1 887 893 pessoas que tiveram como destinos principais os Estados Unidos (799 203 pessoas); o Paraguai (454 501 pessoas); o Japão (224 970 pessoas); a Alemanha (60 403 pessoas); Portugal (51 590 pessoas) e a Itália (37 121 pessoas). Também neste caso, deve lembrar-se a possibilidade da subestimação dos dados em virtude da clandestinidade de parte dos movimentos migratórios, camuflados por viagens de carácter turístico ou para estudos no exterior.

No que diz respeito à transferência de recursos desses imigrantes para suas áreas de origem, o Brasil está entre os vinte países que mais recebem recursos por remessas. Conforme dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a quantidade de remessas para o Brasil, incluindo as realizadas por meios informais, atingiram, em 2003, cerca de 5,2 mil milhões de dólares. Sem dúvida, pode afirmar-se que o mercado de remessas feitas por emigrantes está em franca expansão mundial. Actualmente, mais de dois milhões de Brasileiros vivem no exterior, distribuídos por 30 países. No que diz respeito aos impactes causados nas áreas de origem dos emigrantes com o envio dessas remessas, os maiores referem-se à dinamização do mercado imo-

biliário, à construção civil e ao aumento dos níveis de consumo de familiares que ali permaneceram (Soares, 1995).

Os fluxos migratórios de Brasileiros apresentam especificidades de acordo com os locais de destino. No caso de Portugal, em virtude das facilidades de idioma e hábitos culturais, além da presença de redes sociais relativamente consolidadas, o número de imigrantes clandestinos é bastante elevado, chegando-se a estimar para o ano de 2004 a presença de 100 000 Brasileiros residindo em território português, entre documentados e indocumentados, o que significaria que o valor destes últimos ultrapassaria, em muito, os 30 000. Impõe-se, entretanto, a necessidade de novos estudos que permitam aprofundar o conhecimento do fenómeno e as suas alterações recentes.

Explicados geralmente pela falta de oportunidades no mercado de trabalho brasileiro, marcado pela informalidade crescente e pelos baixos salários, os movimentos migratórios internacionais apresentam características distintas, que variam conforme os países de destino e incluem:

- 1) População jovem, em geral solteiros, na faixa dos 15 aos 34 anos, com qualificação profissional média e superior, com possibilidade de inserção em actividades comerciais autónomas, ou como assalariados nos ramos de comércio e serviços. Dirige-se a centros urbanos de países europeus ou da América do Norte em busca de mercados de trabalho onde existam lacunas a preencher. No caso de Portugal, onde a presença desses migrantes foi marcante desde os anos de 1980, houve, a partir de 1999, mudanças importantes nos perfis desses jovens: onde predominavam os profissionais das áreas de propaganda, *marketing* e odontologia, hoje é crescente o número de trabalhadores manuais, como pedreiros e marceneiros, além de trabalhadores nos ramos de comércio e serviços empregados em restaurantes, hotéis, lojas, etc. (cf. o IGT – Inspeção-Geral do Trabalho, 2002).
- 2) Jovens e adultos, entre 25 e 44 anos, de média escolaridade, geralmente pouco qualificados, que têm como destino países como o Japão, com deslocamentos em princípio temporários, com contratos de trabalho preestabelecidos (Rossini, 1992). Nesses casos, a migração de retorno é frequente, bem como as remessas de dinheiro para o país de origem. Essa migração tem o carácter típico de busca da ascensão social, poucas vezes alcançada, dado o tempo curto de permanência, o isolamento a que são submetidos os trabalhadores brasileiros e o alto custo de vida naquele país (Galimberti, 2002).
- 3) Jovens com reduzidos níveis de escolaridade, sem formação profissional específica e oriundos principalmente de pequenas e médias cidades de várias regiões brasileiras, onde os baixos níveis salariais e as pequenas oportunidades de emprego e/ou trabalho incentivam a busca de novas oportunidades, através da emigração. Dirige-se a países onde há procura por trabalho doméstico, serviços de limpeza e cuidados de população idosa, com níveis de remuneração superiores aos das suas regiões de origem. Para muitos desses migrantes, a intenção de permanência é substituída por um retorno mais precoce do que o esperado dada a impossibilidade de obtenção de um visto de trabalho ou residência. Este tipo de imigrante pode ser encontrado em algumas cidades dos Estados Unidos, como por exemplo, Boston e Miami, onde as redes sociais já existentes garantem a facilidade do alojamento e da obtenção do primeiro emprego. São também frequentes nas cidades italianas de Roma e Milão, onde se

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

tem observado, nos últimos cinco anos, a diminuição do número de emigrantes brasileiros do sexo masculino e a manutenção do número de mulheres, geralmente inseridas em actividades domésticas e no cuidado de idosos. A maior presença feminina na Itália é ainda explicada pelo significativo número de casamentos de Brasileiras com Italianos.

No caso de Portugal, a situação dos imigrantes é bastante distinta relativamente a este aspecto em particular, especialmente em virtude de uma identidade étnica e linguística. Assim, os “casamentos mistos”, embora pouco numerosos, destacam-se no conjunto dos casamentos de homens e mulheres portugueses com pessoas de outras nacionalidades. Conforme os dados apresentados nas figuras 2.1 e 2.2, algumas evidências importantes podem ser apontadas, a saber: considerando o período entre 1990 e 2000 observa-se um expressivo e contínuo crescimento de casamentos de homens portugueses com mulheres brasileiras, o que não ocorre, na mesma proporção, para a situação em que o homem é imigrante brasileiro. Neste caso, o declínio observado a partir de 1996 para este grupo pode ser explicado pela mudança no perfil desses imigrantes, que passaram a ser menos qualificados, em geral dedicando-se a ocupações manuais e com uma condição social de pouco prestígio. Além disso, os dados referentes a esses casamentos mistos também evidenciam um aumento da presença feminina entre os imigrantes brasileiros. Não há ainda informações suficientes, que possibilitem fazer afirmações sobre a qualificação profissional dessas mulheres, nem comparar o seu perfil com o dos imigrantes brasileiros do sexo masculino. Não há, também, evidências de que haja grandes diferenças entre os perfis de homens e mulheres migrantes, cabendo investigar as causas dessa maior presença feminina nos casamentos mistos de brasileiras com portugueses. Há que lembrar, no entanto, a existência, entre os imigrantes brasileiros, de um comportamento que reproduz a estrutura social do país de origem e onde a barreira imposta pela condição social impede o relacionamento e a amizade entre pessoas com diferentes níveis de instrução e de renda. Isso reflecte-se nos locais de reunião e convívio social, que variam conforme a condição social do grupo de imigrantes que os frequenta.

Observa-se também, entre esses imigrantes, a existência de laços de amizade efémeros, nascidos em função de relações de trabalho ou pela proximidade de residência, sem que se consolidem laços duradouros de sociabilidade e/ou de solidariedade. Tal comportamento é, muitas vezes, atribuído ao facto de que *“a maioria das pessoas está ali para trabalhar e não tem tempo para diversão ou passeios, assumindo uma postura egoísta e pouco solidária com relação a eventuais problemas enfrentados por conterrâneos”*. (Dalva, 25 anos, natural de Londrina, Paraná, residente há seis meses em Lisboa, que trabalhava como recepcionista de hotel.)²

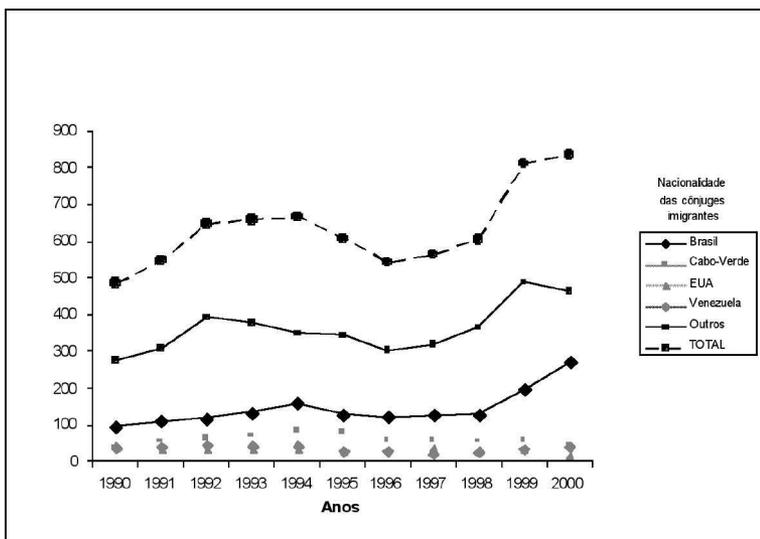
Relativamente à crescente presença de mineiros e paranaenses entre os novos grupos de imigrantes em Portugal há, inclusive, a hipótese de um ‘desvio’ para a Europa, de antigos fluxos migratórios provenientes dos estados brasileiros de Minas Gerais e Paraná, que tinham como destino os Estados Unidos, dadas as restrições impostas por aquele país, desde os acontecimentos

² Entrevista por nós realizada em Julho de 2001, durante trabalho de campo em Lisboa, Portugal. Outros dados e informações presentes neste trabalho também foram obtidos por ocasião do mesmo levantamento.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

FIGURA 2.1

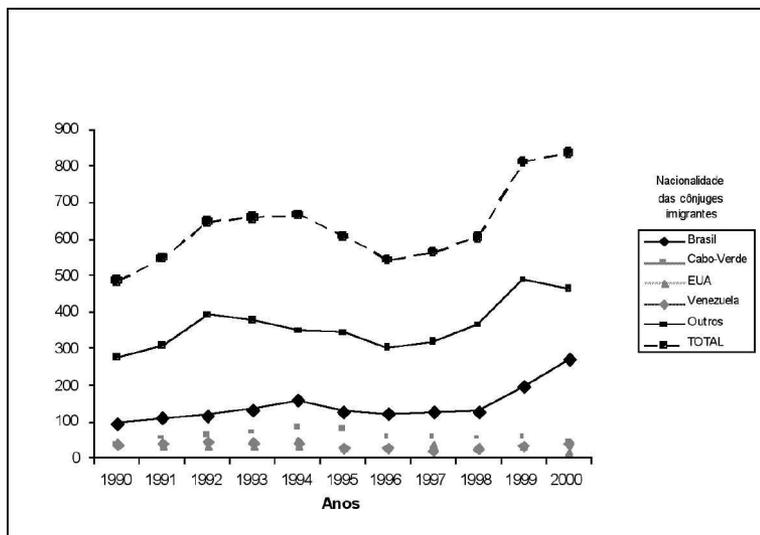
Casamentos mistos (homens portugueses e mulheres estrangeiras – 1990-2000)



Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas, 1990-2004 (Portugal)*

FIGURA 2.2

Casamentos mistos (mulheres portuguesas e homens estrangeiros – 1990-2000)



Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas, 1990-2004 (Portugal)*

de 11 de Setembro. No caso dos mineiros, principalmente dos oriundos da cidade de Governador Valadares, a sua concentração espacial já é notória na Costa da Caparica. Conforme afirmação de um emigrante valadarense, em entrevista por nós realizada em Julho de 2004³:

“Nossa ideia era ir para os Estados Unidos... talvez, um dia, a gente ainda possa entrar e trabalhar por lá... Se não der, aqui já tem muita gente da nossa terra. Eu mesmo estou trazendo a família: já vieram minha mulher, minha cunhada e meu filho de dois anos. Estamos todos trabalhando, as mulheres em casa de família e eu na construção civil. Dá para ganhar bem e não falta serviço. No começo foi difícil, mas o padre da Igreja católica ajudou. Como eu vim sozinho, na frente, deu para enfrentar. Agora, acho que vamos ficar por aqui mesmo, e um dia voltar para casa com outra condição. Já tem muito mineiro por aqui, morando aqui na redondeza.”

JOÃO CRISÓSTOMO, 35 anos,
residente na Costa da Caparica, em Portugal, desde 2001

De um modo geral, a mescla de características desses imigrantes torna difícil o estabelecimento de uma tipologia ou mesmo de um padrão dos fluxos principais. É importante lembrar, no entanto, que um fenómeno com causas e características supranacionais demanda estudos mais abrangentes que conduzam à elaboração de políticas nacionais e internacionais, impedindo que as fronteiras formais se sobreponham às fronteiras étnicas (Mármora, 1997). Quanto à concentração de imigrantes brasileiros em certas áreas do país e/ou bairros das cidades portuguesas, tornam-se necessários estudos aprofundados que permitam desvendar as causas e as possibilidades de surgimento de novos enclaves migratórios.

2. Brasileiros em Portugal: quem são e porque migraram

Até final dos anos 80, a população não-europeia que imigrou para Portugal prolongava, em larga medida, os fluxos herdados do período imediatamente pós-descolonização, que tinham origem nas ex-colónias portuguesas de África, com destaque para Cabo Verde, Angola Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. É verdade que, desde a primeira metade dos anos 80, se notava um crescente papel do mercado de trabalho português na atracção de novos imigrantes e que ia ocorrendo uma progressiva diversificação nas origens, tanto a nível geral (crescimento mais acentuado do número de Chineses e Indianos, após a segunda metade dos anos 80), como no próprio grupo dos países africanos de expressão portuguesa (redução do peso relativo dos Cabo-verdianos, crescimento dos restantes). Esta diversificação acentua-se na década de 1990, momento em que também se tornam evidentes os défices da população estrangeira não-europeia em termos de direitos políticos e sociais básicos (direito de voto nas eleições locais, acesso à habitação pública, à saúde, à educação, ao mercado de trabalho). O crescente número de estrangeiros resi-

³ Em Julho de 2004, realizámos novo trabalho de campo em Lisboa e, especialmente, na Costa da Caparica, visando actualizar e ampliar as análises feitas a partir do levantamento de 2001. Nessa nova etapa, foram entrevistados migrantes recentes e antigos, com o intuito de comparar os dois grupos e subsidiar novos estudos.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

dentes em Portugal (muitos em situação irregular) e a progressiva consciencialização dos défices sociais a que estavam sujeitos conduziu à implementação progressiva de diversas medidas de política tendentes à eliminação das desigualdades entre nacionais e estrangeiros, em diversos domínios (habitação, educação, acesso ao mercado de trabalho) e à regularização dos indivíduos indocumentados (processos de regularização extraordinária de 1992/93 e de 1996). Contudo, o reconhecimento da importância da imigração para Portugal e da problemática que lhe está associada torna-se evidente aquando da criação, em 1995, do primeiro órgão com funções específicas no domínio da integração dos imigrantes – o Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas. Já na transição dos anos 90 para 2000, assiste-se a um significativo *boom* emigratório para Portugal, sobretudo nítido entre 2000 e 2002, que reforça a imagem dominante da imigração laboral e vem acentuar o processo de diversificação das origens, com um crescimento muito significativo dos estrangeiros provenientes da Europa de Leste, com destaque para os Ucrânios, os Romenos, os Moldavos e os Russos.

Dentre esses fluxos migratórios, e considerando as especificidades dos diferentes grupos de emigrantes e dos países de destino, o fluxo de Brasileiros que se dirigiram a Portugal foi o que apresentou maiores mudanças quanto às características dos migrantes e à diversificação de suas áreas de origem no Brasil.

Apesar das disparidades das informações relativas aos Brasileiros em Portugal, num aspecto as estatísticas convergem: nos fluxos mais recentes, reforçou-se de alguma forma a parcela de jovens de média e baixa qualificação dispostos a se dedicarem a serviços mal remunerados, quase sempre desvinculados do preparo profissional adquirido no país de origem, quando existente.

Essa situação, para além de reflectir a existência de necessidades do mercado de trabalho português em relação a essa mão-de-obra, evidencia uma situação de dualidade em termos do grupo de emigrantes brasileiros que para ali se dirige em busca tanto de mobilidade profissional, como de mobilidade social. De facto, a presença crescente de multinacionais no território português e o processo de modernização do empresariado nacional daquele País provocaram um crescimento da procura em domínios técnicos recentemente desenvolvidos. É o caso dos profissionais da área de *marketing*, propaganda e informática, já inseridos com sucesso no mercado de trabalho português desde os anos 80. De outro lado, a expansão das actividades comerciais modernas, muitas delas ligadas ao turismo e à hotelaria, ao lado da expansão da indústria da construção civil têm demandado um grande número de trabalhadores não-qualificados, muitos deles oriundos de áreas semi-rurais e pequenas localidades urbanas no Brasil, especialmente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Espírito Santo, Goiás e Pernambuco. Tais trabalhadores submetem-se, via de regra, a salários inferiores aos auferidos pelos trabalhadores portugueses, estabelecendo-se, nesse caso, a concorrência no mercado de trabalho com os imigrantes da Europa do Leste, em relação aos quais os Brasileiros apresentam vantagens, principalmente no que diz respeito ao domínio do idioma e à proximidade dos costumes.

Mas, a par de toda essa nova diversidade tornada mais evidente em finais dos anos 90, as principais mudanças observadas em Portugal no período de transição do milénio diziam respeito ao enorme crescimento do número de estrangeiros não-comunitários e ao significativo incremento do peso dos trabalhadores indocumentados, sobretudo não qualificados ou com pouca qualificação, entre os quais se incluíam muitos Brasileiros. Foi este quadro de súbito e intenso crescimento no número de trabalhadores em situação irregular que justificou a alteração mais visível introduzida no Decreto-Lei de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros de Portugal (DL n. 10/2001), que correspondeu à criação da figura das Autorizações de Permanência (AP's). Esta figura, que foi aplicada, entre Janeiro e Novembro de 2001, permitia a regularização dos estrangeiros não-comunitários que fossem capazes de apresentar um contrato de trabalho válido à Inspeção-Geral do Trabalho. Cerca de 184 000 estrangeiros obtiveram AP's, entre 2001 e 2003, contando-se entre estes 37 734 Brasileiros (a segunda nacionalidade, após os Ucrrianos). Se a este número juntarmos os 28 956 com autorizações de residência, poderá contabilizar-se cerca de 67 000 Brasileiros em situação regular em Portugal, no final de 2004, o que faz destes o maior contingente estrangeiro instalado no pequeno país ibérico.

Conforme Malheiros (1996), observava-se, nos anos 80, uma “dicotomia profissional”, no seio da população estrangeira residente em Portugal, com alguma tendência ao aumento do peso relativo dos trabalhadores mais qualificados face aos desqualificados. Tal tendência, no entanto, parece ter-se invertido a partir de finais dos anos 90, designadamente no caso dos Brasileiros, tendo ocorrido um grande aumento da sua presença em funções pouco qualificadas da construção civil e do comércio, sobretudo nas áreas metropolitanas.

Ampliando o debate, no que diz respeito às características dos fluxos migratórios (Baganha 2000: 328), aponta para “a inserção de Lisboa no conjunto das cidades europeias onde os impactos dos processos de globalização têm gerido correntes migratórias bipolares (...): a primeira corrente é composta por mão-de-obra altamente qualificada, ligada à gestão, às novas tecnologias e ao saber, atraída para nódulos centrais do sistema económico por razões de estratégia económica e de investigação científica e tecnológica. A segunda corrente é formada por mão-de-obra que, independentemente da sua qualificação, é atraída para estas cidades pelas oportunidades económicas geradas parcialmente pela primeira corrente, para actividades que essencialmente não requerem qualquer tipo de qualificação específica, tais como ‘catering’, limpezas, serviços pessoais e domésticos, e toda uma panóplia de pequenos negócios, nomeadamente restaurantes étnicos, reparações domésticas e actividades ligadas ao lazer”. Ou seja, assiste-se a um recrudescimento de actividades, ditas tradicionais, que apresentam como especificidade estarem a ser geradas pelos sectores mais modernos da economia e no mesmo espaço urbano”.

Dadas as características dos fluxos migratórios recentes do Brasil para Portugal, pode-se afirmar que os emigrantes brasileiros, com os seus perfis diferenciados e que variaram ao longo das duas últimas décadas, inseriram-se nas duas correntes apontadas pela autora, contribuindo para a inserção de Lisboa no conjunto das “*soft-global cities*”, com todas as mazelas sociais trazidas

com a segunda corrente, tais como, a precarização do trabalho, a economia informal e o eventual rebaixamento dos salários dos imigrantes (Baganha, 2000).

Efectivamente, nos anos 80 e 90, os imigrantes brasileiros apresentaram maiores níveis de qualificação profissional e de escolaridade, em comparação com outros grupos de imigrantes. Entre os que viviam legalmente no País, em 1991 (segundo dados do Instituto Nacional de Estatística – INE), 28,4% eram profissionais liberais, 27,3% estudantes, 16% encontravam-se alocados em empregos de média qualificação (técnicos, empregados de escritórios, bancários), 10,3% trabalhavam como professores e apenas 5,3% em sectores não qualificados, incluindo o da construção civil. É importante ainda mencionar que, do total dos Brasileiros residentes activos, 22% trabalhavam por conta própria, o que também é considerado um indicador de ascensão social. Já em 1999, dados da IGT – Inspeção-Geral do Trabalho apontavam para a seguinte situação: 29,12% dos brasileiros inseridos na construção civil, 25% trabalhando em restaurantes e hotéis, 27,13% em actividades de serviços não-qualificados, incluindo emprego doméstico e limpeza em geral. Tais dados demonstram uma degradação das condições de inserção de emigrantes brasileiros no mercado de trabalho português, em período recente, evidenciando importantes mudanças no seu perfil: mais pobre, com menor grau de instrução, menor qualificação profissional e, conseqüentemente, com menores oportunidades de realizar o sonho da ascensão social, trabalhando num país europeu⁴.

Tendo em vista actualizar essas informações, recorreremos ao estudo intitulado “A Segunda Vaga de Imigração Brasileira para Portugal”⁵ que definiu o perfil dos Brasileiros que chegaram ao País, entre 1998 e 2003: jovens com média de idades entre 25 e os 34 anos, oriundos principalmente dos Estados de Minas Gerais (31%), Espírito Santo (13%), São Paulo (12%) e Paraná (12%), que migraram sós, independentemente do estado civil. A análise dos resultados mostrou que 79,5% dos entrevistados migraram por motivos económicos: 54,5% devido aos baixos salários e 25% por razões de desemprego. Quanto às razões que levaram à escolha de Portugal como área de destino, a maioria apontou para a expectativa de fácil integração na sociedade e para a vantagem de conhecer o idioma.

A sobre-representação da região mais dinâmica do Brasil, onde estão situados os empregos mais qualificados e ligados às redes transnacionais, entre os emigrantes, demonstra, uma vez mais, a incapacidade do mercado de trabalho brasileiro de absorver os contingentes jovens.

Quanto à distribuição etária desses imigrantes, registe-se a forte concentração do grupo entre 20 e 35 anos (cerca de 75% dos entrevistados), corroborando os dados oficiais obtidos junto ao IGT para 2000 e permitindo qualificar os fluxos recentes como sendo de “migração para o trabalho”,

⁴ Uma análise mais detalhada da inserção dos Brasileiros no mercado de trabalho português pode ser encontrada no capítulo 4 deste livro, da autoria de João Peixoto e Alexandra Figueiredo.

⁵ As características técnicas deste inquérito, bem como os resultados obtidos, podem encontrar-se no capítulo 12 deste livro.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

no seu sentido mais tradicional, de transferência de trabalhadores para atender às necessidades de sectores pouco qualificados do mercado de trabalho nos países receptores, correspondendo à segunda corrente migratória dos fluxos bipolares analisados por Baganha (2000). No que se refere à inserção profissional, o estudo, quando comparado a outros dados anteriores, mostrou um crescimento sensível da presença de Brasileiros no comércio, com destaque para o trabalho em restaurantes e hotéis (cerca de 43% dos entrevistados). Além disso, manteve-se constante a inserção na construção civil, que absorveu 28% do total. A pesquisa em pauta também revelou que grande parte desses imigrantes mudou de profissão ao migrar, possuindo qualificação superior à exigida pela actividade que exerciam no momento da entrevista. Alguns deles estavam desempregados, cerca de 8%, porém, com expectativa de rápida colocação no mercado de trabalho. Cabe salientar ainda que, se até 2003 era maior a presença masculina em todos os grupos etários de imigrantes brasileiros chegados há menos de dois anos, dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras referentes a 2004 apontam para uma inversão desse quadro: de facto, em relação ao género, do total dos emigrantes brasileiros residentes em Portugal, em 2004, 47,71% eram homens e 52,29% (a maioria) mulheres.

O sonho do retorno ao país de origem, na pesquisa acima mencionada, apareceu para 45% dos entrevistados, vinculando-se a possibilidade do regresso à poupança e à presença na economia brasileira.

Apesar do forte crescimento sentido na última década e, em particular, nos últimos cinco anos, associado à situação de clandestinidade de uma grande parcela dos imigrantes brasileiros recentes, a sua presença em Portugal é relativamente antiga. Em 1960, constituíam a segunda comunidade estrangeira no País, depois da espanhola, e correspondiam a um quinto dos estrangeiros residentes. “Entre 1960 e 1981, o significado da comunidade brasileira em Portugal diminui em termos relativos, especialmente devido ao crescimento das comunidades africanas, fenómeno associado, entre outros aspectos, à descolonização em África, ocorrida entre 1974 e 1976” (Malheiros, 1996). Nos anos 80, após um período de relativa estagnação do fluxo migratório, a emigração brasileira voltou a crescer, superando, naquela década, o crescimento do conjunto dos estrangeiros residentes em Portugal. A partir de então, houve uma evolução constante no período entre 1980-1987, aumentando de forma expressiva até 1995 e disparando a partir de 1999. Tais alterações nos fluxos podem ser relacionadas com os períodos de oscilação na economia brasileira, que alcançou relativa estabilidade nos primeiros anos do Plano Real, mas voltou a apresentar sintomas de fragilidade, a partir do segundo semestre de 1999, como reflexo da crise cambial. O desemprego crescente, a ausência de oportunidades no mercado de trabalho, sobretudo para os jovens e a possibilidade de inserção em um país considerado como “porta de entrada para a Europa”, impulsionaram a retomada dos movimentos migratórios para as principais cidades portuguesas, ao longo dos últimos anos.

Os emigrantes brasileiros enviam, actualmente, para o Brasil, remessas na ordem de 3 a 5 mil milhões de dólares por ano, segundo estimativas do Ministério de Relações Exteriores, para além de promoverem os produtos e a cultura brasileira no exterior e de reforçarem as redes sociais

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

formadas ao longo das últimas décadas, nos diferentes países de destino. O impacto das remessas provenientes de Portugal pode ser sentido na dinamização dos mercados imobiliários de certas cidades brasileiras de origem dos emigrantes mais recentes, como é o caso de Londrina, no estado do Paraná, onde se instalaram, inclusive, agências de recrutamento de trabalhadores para estabelecimentos portugueses. A presença de cadeias de restaurantes brasileiros e de lojas nos principais *shopping-centres* de Lisboa e do Porto tem incentivado a ida de Brasileiros, muitos deles recrutados e contratados através de agências de viagem, que financiam as passagens e providenciam alojamento provisório, para os primeiros dias após a chegada a Portugal, para além da documentação necessária. A assinatura do Acordo Bilateral, entre Brasil e Portugal, a seguir analisado, permitindo a transferência de moeda livremente conversível, fruto da remuneração do trabalho, para os estados de origem da emigração, certamente contribuirá para o incremento do fluxo de remessas para o Brasil e para o incentivo de novas migrações.

A migração de retorno, no caso de portugueses residentes fora de Portugal, também tem assumido bastante importância, nomeadamente porque tal migração é muitas vezes acompanhada pela família constituída no país de acolhimento do antigo emigrante. Nesses fluxos, têm chegado muitos chefes de família com filhos e até netos, nascidos nos principais países de destino da emigração portuguesa tradicional. Conforme informações fornecidas pelo Dr. José Leitão, à data Alto Comissário para os Imigrantes e Minorias Étnicas, em entrevista realizada em Julho de 2001, o Brasil ocupava lugar de destaque nesses movimentos de retorno familiar, embora a importância relativa destes se tenha vindo a atenuar nos últimos anos, face ao reforço da imigração laboral.

As primeiras áreas de residência dos emigrantes retornados e suas famílias são geralmente aquelas de origem dos avós e dos pais, onde estes costumam permanecer, actuando como âncoras iniciais para os mais jovens, que acabam depois por se dirigir, frequentemente, às cidades maiores ou às áreas metropolitanas em busca de oportunidades de trabalho e/ou estudo. A presença dos chefes de família que retornam é também fundamental para garantir o (re)estabelecimento de redes sociais e accionar mecanismos de acolha, que facilitam enormemente a inserção dos mais jovens em actividades produtivas e até mesmo em escolas e universidades, onde muitos completam os seus estudos e a sua formação profissional. Em alguns casos, a posse de terras, transmitidas por herança familiar, actua como incentivador à aquisição da cidadania portuguesa por todos os membros da família.

Quanto às áreas de residência e trabalho dos imigrantes brasileiros, destacam-se a Área Metropolitana de Lisboa⁶, com 41,21%, e a Região do Porto, com 13,63% do total dos residentes legalizados, em 2004, uma vez que nelas se concentram as maiores oportunidades de trabalho. Ao constatar-mos que Aveiro (concentrando cerca de 9% dos residentes com autorização de residência, em 2004) e Braga (aproximadamente 5% da população brasileira total), distritos que surgem nos prolongamentos para Sul e Norte do Porto, são também destinos importantes da emigração brasileira, torna-se claro o fenómeno de contracorrente migratória explicado acima, uma vez que

⁶ Inclui a larga maioria das áreas de maior concentração populacional dos distritos de Lisboa e Setúbal.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

o Norte Litoral de Portugal foi uma das regiões de onde saíram mais pessoas para o Brasil, tanto no início de 1900 como nas décadas de 40, 50 e princípios de 60 do século XX. Para além dos distritos mencionados, Coimbra e Faro também aparecem como destinos relevantes dos emigrantes Brasileiros (Quadro 2.1). Nessas cidades, tal como ocorre em todo território português, os brasileiros estão dispersos, sem se agregarem em áreas residenciais ou mesmo em associações formais de base local ou regional. Misturam-se facilmente aos Portugueses, graças, sobretudo à semelhança cultural e à difusão de hábitos, já há muito realizada pelas telenovelas brasileiras. A segregação é mais forte, por outro lado, para a população africana negra, das colónias portuguesas libertas, constituindo um nítido indicador de um processo de discriminação racial e social que atinge, em menor grau, os Brasileiros.

Contudo, apesar de viverem dispersos nos territórios das cidades portuguesas, sem que haja a constituição nítida de “bairros de Brasileiros”, há sempre a procura de oportunidades de reunião, seja em eventos promovidos pela Casa do Brasil em Lisboa, seja em festas religiosas organizadas nos espaços da Igreja Católica ou em jogos de futebol de equipas formadas espontaneamente nas praias, durante os finais de semana. São, também, cada vez mais frequentes, as festas e reuniões em bares e espaços públicos, como é o caso de bares situados no espaço da “Expo”, em Lisboa, onde imigrantes brasileiros se reúnem, aos sábados e domingos, para encontrar amigos e conterrâneos, cantar e dançar pagode, forró, axé e outros ritmos da música popular brasileira.

QUADRO 2.1

Distribuição geográfica, por distrito, do stock de Brasileiros com autorização de residência em Portugal, 1999 – 2004

Distritos	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Aveiro	2.070	2.173	2.282	2.375	2.416	2.528
Beja	52	58	66	79	97	114
Braga	1.030	1.136	1.155	1.192	1.258	1.333
Bragança	55	69	86	95	113	140
Castelo Branco	99	112	139	160	200	223
Coimbra	901	961	1.015	1.033	1.083	1.149
Évora	97	109	124	149	175	188
Faro	990	1.128	1.236	1.369	1.549	1.825
Guarda	155	183	195	223	226	245
Leiria	389	436	481	534	567	705
Lisboa	9.292	9.681	10.093	10.580	11.092	11.934
Portalegre	44	63	73	85	95	137
Porto	3.180	3.360	3.524	3.608	3.868	3.948
Santarém	163	196	219	256	304	384
Setúbal	905	1.036	1.212	1.357	1.578	1.977
Viana do Castelo	265	275	290	306	346	382
Vila Real	255	270	279	281	299	319
Viseu	602	628	666	681	713	725
Açores	115	129	138	163	178	202
Madeira	192	219	268	338	402	498
TOTAL	20.851	22.222	23.541	24.864	26.559	28.956

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e Instituto Nacional de Estatística, Portugal, 1999-2004.

2.1 *A legislação imigratória portuguesa e o acordo bilateral Brasil-Portugal*

A população brasileira instalada em Portugal tem beneficiado, tal como os cidadãos de outros países de expressão portuguesa, de um regime legal que se revela mais favorável do que o aplicado aos cidadãos estrangeiros de outras origens.

Para além de alguns privilégios legais, como um prazo mais curto no acesso à nacionalidade portuguesa, de acordo com a Lei de 1981, ou a existência de possibilidades mais amplas de participação político-eleitoral, os cidadãos brasileiros beneficiaram dos mecanismos legais aplicados a todos os estrangeiros não-comunitários, que possibilitaram a regularização dos trabalhadores que possuísem contratos de trabalho válidos registados na Inspeção-Geral de Trabalho, anteriores a 30 de Novembro de 2001 (processo das autorizações de permanência, criado pelo DL n. 4/2001 de 10 de Janeiro, entretanto extintas pela nova legislação expressa no DL n. 34/2003 de 12 de Março). Adicionalmente, puderam também regularizar-se com base nos dispositivos incluídos no Decreto-regulamentar n. 6/2004 de 26 de Abril (regulamentação do DL n. 34/2003), que abriu um período de registo dos trabalhadores irregulares no ACIME (Maio-Junho de 2004), permitindo a regularização daqueles que tivessem efectuado descontos para a Segurança Social e pago contribuições fiscais durante pelo menos três meses. A estes podiam juntar-se também os trabalhadores que não efectuaram os procedimentos acima referidos devido a incumprimentos por parte das entidades patronais.

Perante esta nova realidade migratória, marcada pela presença expressiva de imigrantes brasileiros em solo português, muitos deles indocumentados e em situação irregular de trabalho, o governo brasileiro tomou a iniciativa, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, de atribuir prioridade à assistência e protecção aos cidadãos brasileiros residentes em Portugal, através da assinatura do Acordo Bilateral entre os dois países, celebrado em 11 de Julho de 2003 e que passou a vigorar no dia 19 de Outubro desse mesmo ano. Abriu-se assim uma janela de oportunidade adicional para a regularização dos trabalhadores brasileiros residentes em Portugal.

O Acordo terá vigência de cinco anos, podendo ser automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de um ano, salvo se algum dos Estados Contratantes o denunciar, por escrito e por via diplomática, com a antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do respectivo período de vigência. É intitulado “Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil sobre Contratação Recíproca de Nacionais” e permitirá a obtenção de um visto de trabalho aos imigrantes brasileiros não legalizados em Portugal e aos portugueses em igual situação no Brasil⁷. Segundo o Presidente da Casa do Brasil de Lisboa (CBL), esse Acordo representa “um grande passo no aprofundamento das relações fraternas entre os dois países irmãos” (Vianna, 2003).

⁷ Informações adicionais acerca deste acordo podem ser obtidas no capítulo 11 deste livro, da autoria de Beatriz Padilla.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

A partir da assinatura do Acordo, foi possível para alguns milhares de imigrantes portugueses no Brasil e Brasileiros em Portugal, ainda com presença não inteiramente legalizada em cada país, a obtenção do visto de trabalho. Além disso, de acordo com o artigo 7.º, “os nacionais contratados poderão fazer-se acompanhar de pessoas do seu núcleo familiar, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor”. O Acordo também regulariza a livre circulação de pessoas entre os dois países, que viajem por razões diversas ao turismo, por período inferior a 90 dias, coibindo e reprimindo, ademais, o tráfico ilícito de migrantes – principalmente do sexo feminino, para fins de prostituição – considerado crime pela legislação internacional.

A Casa do Brasil de Lisboa (CBL), maior associação oficial de imigrantes brasileiros em Portugal, colocou na sua página da Internet alguns esclarecimentos e avisos para os Brasileiros emigrantes naquele país. Nesse contexto, destacam-se as principais condições exigidas para a obtenção de emprego nos dois países e a importância do contrato de trabalho ou contrato-promessa de trabalho como condição essencial para a obtenção do visto de trabalho. Também são informadas, pela Casa do Brasil de Lisboa, as condições que as empresas ou entidades empregadoras deverão possuir para poder contratar essa mão-de-obra imigrante, a saber: empresas devidamente legalizadas, podendo ser pessoas físicas. No caso do emprego doméstico, o empregador deverá firmar contratos de trabalho com os imigrantes, responsabilizando-se pelo pagamento dos devidos encargos e seguros sociais, conforme as exigências da lei. Os trabalhadores contratados, após o Acordo, passaram a gozar dos mesmos direitos, estando sujeitos às mesmas obrigações trabalhistas em vigor nos países signatários. Possuem também a mesma proteção no que se refere à aplicação das leis relativas à higiene e segurança no trabalho.

No âmbito dessa regularização, os empregadores portugueses que estiverem em desacordo com a legislação vigente ficarão isentos de punição e das multas previstas em lei, desde que quitem as suas dívidas com a Segurança Social.

Deve-se ressaltar, no entanto, que apenas puderam regularizar-se os emigrantes que entraram – tanto em Portugal quanto no Brasil – até o dia 11 de Julho de 2003, data da assinatura do Acordo, e que possam comprovar esta situação com documentos fornecidos pelos órgãos oficiais como: carimbo no passaporte de entrada em Portugal, declaração de entrada, inscrição na Segurança Social ou nas Finanças. Não há possibilidade de regularização da situação de pessoas que tenham entrado como turistas e permanecido em situação ilegal, após aquela data. E todas as pessoas que desejem migrar entre os dois países, para trabalhar, devem fazê-lo legalmente através da solicitação do visto de trabalho, numa unidade consular do seu país. Ressalvas são feitas às profissões cujo exercício não esteja permanente ou temporariamente vedado a estrangeiros, nos dois países. Ficou também estabelecido no Acordo, que os órgãos competentes trocarão entre si informações sobre as oportunidades de trabalho e os sectores de actividade em que estão inseridas, bem como sobre as disponibilidades de mão-de-obra migrante. Considerando o espírito de cooperação inerente ao Acordo firmado, o Governo Português comprometeu-se a não efetuar expulsões ou notificações de afastamento do território nacional de imigrantes brasileiros indocumentados até que se completem os trâmites necessários à legalização de sua permanên-

cia. Da mesma forma, as empresas que empregam trabalhadores brasileiros nas mesmas condições ficarão isentas de punição pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e por outros organismos governamentais, até que se completem os procedimentos ligados à regularização da situação dos imigrantes indocumentados.

3. Considerações Finais

Trabalhos já realizados (Bógus e Bassanezi, 1996; Malheiros, 1996; Baganha, 2000) apontam as regiões metropolitanas como principais áreas de destino dos migrantes internacionais na Europa. Isso ocorre pela maior capacidade de absorção de mão-de-obra, com maior ou menor qualificação, e pela possibilidade de os imigrantes indocumentados se manterem com mais facilidade na clandestinidade nessas áreas de maior população e diversidade cultural.

No que diz respeito à presença brasileira no mercado de trabalho português, nas regiões metropolitanas e cidades de maior porte, a forte presença de jovens vem provocando pressões num mercado em transformação, onde as exigências de qualificação profissional se tornam cada vez maiores, gerando manifestações de xenofobia, antes desconhecidas dos imigrantes brasileiros lá residentes.

Apesar de Portugal registar uma população nacional envelhecida, a criação de novos postos de trabalho, sobretudo qualificados, tem sido insuficiente para atender à demanda dos mais jovens, sejam Portugueses ou imigrantes estrangeiros. Muitos dos jovens portugueses ainda deixam o País, sobretudo numa lógica de migração temporária, para tentar a inserção noutros mercados de trabalho, sobretudo europeus (França, Suíça, Grã-Bretanha...), mas também não-europeus (EUA, Canadá e Austrália, por exemplo).

De um modo geral, tem sido crescente a concorrência no mercado de trabalho interno, a partir dos anos 90, tanto de mão-de-obra qualificada (em menor número), como não-qualificada, dada a grande presença de imigrantes. Estima-se que existam, actualmente, mais de 350 000 imigrantes não-europeus, residindo em Portugal.

No que diz respeito aos impactes provocados pela presença dos imigrantes, inclusive Brasileiros, sobre as cidades portuguesas, algumas considerações podem ser tecidas. De acordo com os resultados do Censo português, divulgados em 2001, a população residente no País, na última década cresceu em 5%, ultrapassando os dez milhões de habitantes. Esse aumento, tomado como indicativo da dinamização da economia do País, é atribuído ao crescimento vegetativo da população, mas principalmente à imigração, que começa a assumir impactes significativos.

A presença de imigrantes por um período de tempo cada vez maior trará, muito em breve, o problema da segunda geração, formada tanto pelos filhos daqueles trabalhadores que emigraram só e que depois trouxeram as famílias, como daqueles que as constituíram no local de destino.

Serão os cidadãos de uma nova pátria escolhida para o trabalho e onde se construíram novas identidades a partir de relações sociais, que aos poucos se consolidam e se ampliam.

“As facetas mais visíveis destes fenômenos, precisamente por serem as que mais concorrem para sua manifestação como problemas sociais, têm contribuído para focar a maior parte destes estudos sobre as situações de inserção marginal nas esferas sócio-espacial, econômica ou cultural, visando especialmente as comunidades africanas – embora situações de inserção marginal tenham também sido exploradas junto de outros grupos étnicos” (Portes, 1999: p. xi).

Dentre esses grupos incluem-se os Brasileiros dos fluxos mais recentes. O Acordo Bilateral, assinado entre Portugal e Brasil, acima analisado, constituiu uma contribuição importante para ampliar as conquistas e garantir a inserção desses imigrantes.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1993) – *Recomposição Sócio-Profissional e Novos Protagonistas*, Lisboa, Mimeo.
- BAGANHA, Maria Ioannis (2000) – “A Cada Sul o Seu Norte: Dinâmicas Migratórias em Portugal”, in *Brasil – Portugal, entre o Passado e o Futuro – Diálogo dos 500 Anos*, Rio de Janeiro, EMC Edições.
- BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo & BÓGUS, Lúcia Maria Machado (2000) – “Italianos para o Brasil, Brasileiros para a Itália: Dois Momentos da Imigração Internacional”, in PAVIANI, Jayme & JUNIOR, Arno Dal R. (org.), *Globalização e Humanismo Latino*, Porto Alegre, EDIPUCRS, pp. 295-309.
- BÓGUS, Lúcia Maria Machado (2004) – “Ciências sociais na atualidade, percursos e desafios”, in BERNARDO, T. e TÓTORA, S. (orgs.), *Entre o Sonho e a Realidade: Imigrantes Brasileiros em Portugal*, São Paulo, Editora Cortez, pp. 127-151.
- (1995) – “Migrantes Brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar”, in PATARRA, N. (org.), *Emigração e Imigração no Brasil Contemporâneo*, São Paulo, FNUAP, pp. 111-121.
- (1995) – “Brasileiros em Portugal: Novos Movimentos Migratórios ou Volta às Origens?”, *Travessia: Revista do Migrante*, Jan/Abril, pp. 16-19.
- CARVALHO, José Alberto M. de (1996) – “O saldo dos Fluxos Migratórios Internacionais do Brasil na década de 80, uma tentativa de estimação”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, ABEP, vol. 13, n. 1, Jan/Jun, pp. 3-14.
- GALIMBERTI, Percy (2002) – *O Caminho que o Dekassegui Sonhou*, São Paulo, EDUC/FAPESP.
- (1999) – *Para onde vão os Brasileiros?*, Campinas, Editora da UNICAMP/Fundação Japão.
- MALHEIROS, Jorge (1996) – *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*, Lisboa, Colibri.
- MARGOLIS, Maxine L. (1993) – *Little Brazil, Imigrantes Brasileiros em Nova York*, São Paulo, Papyrus Editora.
- MÁRMORA, Lélío (1997) – *Las políticas de migraciones internacionales*, Buenos Aires, Alianza, Mimeo.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

- MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2001) – *Serviço Consular e Comunidades Brasileiras no Exterior*, Brasília, DF.
- PORTES, Alejandro (1999) – *Migrações internacionais. Origens, tipos e modos de incorporação*, Oeiras, Celta Editorial.
- RATTNER, Jair (2004) – “Os salários aqui são mais altos”, *Jornal Correio do Brasil*, Lisboa, 1.º de Abril de 2004, p. 4.
- SALES, Teresa (1992) – “Imigrantes Estrangeiros, Imigrantes Brasileiros: Uma Revisão Bibliográfica e Algumas Anotações de População”, *Revista Brasileira de População*, vol. 9, n. 1, pp. 50-64.
- (1995) – “O Trabalhador Brasileiro no Contexto das Novas Migrações Internacionais”, in PATARRA, N. (org.), *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*, São Paulo, UNFPA/ABC, vol. 1, pp. 90-103.
- SASSEN, Saskia (1988) – “The Mobility of Labor and Capital-Study”, *International Investment and Labor Flow*, Cambridge University Press, Nova Iorque.
- SASSEN-KOOB, Saskia (1979) – “Formal and Informal associations: Dominicans and Colombians in New York”, *International Migration Review*, vol. 13, n. 2, Summer 1979, pp. 314-332.
- (1980) – “Immigrants and Minority Workers in the Organization of the Labour Process”, *Journal of Ethnic Studies*, 8, pp. 1-34.
- SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2004) – “Relatório Estatístico 2004”, in <http://www.sef.pt/estatisticas.htm>
- SINGER, Paul (1973) – *Economia Política da Urbanização*, São Paulo, Brasiliense/CEBRAP.
- SOARES, Weber (1995) – *Imigrantes e Investidores: Redefinindo a Dinâmica Imobiliária na Economia Valadarense*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ.
- INSPECÇÃO-GERAL DO TRABALHO (2002) – *Relatório anual*, Lisboa, IGT.
- UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População (1993) – *A situação da população mundial*, Nova Iorque, UNFPA.
- VIANNA, Carlos (2003) – “A Comunidade Brasileira em Portugal”, in www.casadobrasildelisboa.rcst.pt
- VAINER, C. B. (1995) – “Estado e Imigração Internacional: da Imigração à Emigração”, in *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Ed. UNFPA.
- WILSON, Kenneth L., PORTES, Alejandro (1980) – “Immigrant enclaves: An analysis of the labor market experience of Cubans in Miami”, *American Journal of Sociology*, n. 86 (Setembro), pp. 295-319.

III

**A IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO MIGRATÓRIO:
A CONSTITUIÇÃO DE PORTUGAL COMO DESTINO PLAUSÍVEL DA EMIGRAÇÃO BRASILEIRA**

FILIPA PINHO

*Doutoranda em Sociologia**CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia)**ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)***Introdução**

Este capítulo tem por objectivo aprofundar o estudo, teórico e empírico, das relações entre processos de comunicação e a constituição de fluxos migratórios, através de uma investigação sobre a emigração brasileira para Portugal, em finais dos anos 80/início dos anos 90¹.

Como ponto de partida da pesquisa, considerou-se que os processos de comunicação (interpessoal e mediada) são factores que contribuem para a estruturação dos processos de decisão subjacentes às práticas migratórias que envolvem um qualquer processo de decisão. A importância da comunicação interpessoal já foi estabelecida em estudos sobre processos de tomada de decisão de migrar,² nomeadamente no estudo das redes migratórias, as quais têm subjacente o encadeamento de processos de mobilidade, baseados neste tipo de comunicação. Esta condicionante comunicacional não pode deixar de ser tida em consideração em estudos contemporâneos sobre fluxos migratórios internacionais continuados no tempo.³ Considerada fonte da informação elementar para a redução da incerteza acerca do movimento, a característica fundamental da comunicação interpessoal é ser originária de quem já empreendeu o movimento e, por isso, o seu estudo também abrange aspectos relativos às ajudas na integração que, deste modo, são proporcionadas.

Este projecto foi centrado no estudo dos fluxos de informação veiculados pelos *media* e, em particular, na reconstituição da representação simbólica da imagem de Portugal, entendendo-se

¹ Este texto tem origem numa pesquisa realizada para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, em 2001, no ISCTE, com a Bolsa de Mestrado Praxis XXI/BM/354/94.

² Por exemplo, Goodman (1981) fornece um contributo teórico sobre a forma como se adquire e processa informação relevante na tomada de decisão para a migração, e em que estádios do processo esta intervém, no âmbito micro de análise das migrações.

³ As redes de migração são “conjuntos de ligações interpessoais que ligam migrantes, migrantes pioneiros e não migrantes, nas áreas de origem e de destino, através de laços de parentesco, amizade e de origem comum” (Massey e outros, 1998: 42). Podemos distinguir, entre os “migrantes” aqui considerados, os que retornam do país de imigração para o de emigração e os que residem no país de imigração (Faist, 2000: 52).

que teria havido nesta uma mudança que poderia contribuir para explicar a reanimação da imigração brasileira.

Poderemos considerar a comunicação interpessoal e mediada, respectivamente, como os níveis micro e macro das condições de um mesmo processo — o processo de qualificação “emocional” e cognitiva dos indivíduos para uma possível migração.

Como condições de um processo, ambas as comunicações são construídas socialmente e alguns dos elementos de cada uma, relevantes para o processo de decisão, têm origem na outra. Por exemplo, a notícia e a informação sobre a existência de um fluxo migratório particular — e, mais ainda, da sua dimensão e significação social — podem ser veiculadas em ambos os meios, encontrando-se a diferença no facto de os *media* expandirem o alcance da experiência a indivíduos sem acesso a tal informação por outra via, no caso de ausência de relações de sociabilidade ou de familiaridade com outros que já tenham efectuado o movimento. Esta ampliação da experiência torna-se evidente quando se trate de fluxos “inovadores” que constituem, por isso, notícia; o mesmo acontecendo às mudanças sociais que tendem a estar associadas a um ou a ambos os pólos do movimento quando há uma intensificação das migrações.

Os fluxos de comunicação mediada devem pois ser tão valorizados como os da comunicação interpessoal, enquanto condições de explicação das migrações, no que diz respeito à transmissão da informação útil para o processo de decisão e comportamento migratório subsequente. Posteriormente à decisão em abstracto, a diferença entre migrar e não migrar poderá depender do acesso a ajudas na integração, essas apenas possíveis pelo suporte emocional e instrumental providenciado por amigos, conterrâneos e familiares.

Partilhamos da convicção de que “provavelmente não existe qualquer teoria geral que possa explicar a natureza e as funções dos *media* — mas, isso sim, uma série de relações e ligações que podem ser invocadas quando se torna necessário explicar uma situação específica” (Sorlin 1997: 136). Neste sentido, a informação útil para o processo de decisão de migração (desencadeamento do processo, fornecimento de dados que contribuem para a redução da incerteza quanto ao movimento, etc) transmitida na comunicação social foi examinada à luz do tipo de migração em causa, tentando explicar-se como terá condicionado a “selecção” de determinados migrantes.

Procurou-se corrigir os seguintes reduccionismos: 1) as migrações não são uma resposta a forças sociais que, independentemente das decisões dos indivíduos, os impelem a estabelecer-se fora dos seus lugares de origem, não podendo a comunicação mediada ser entendida como mero acto manipulatório que reforçaria essa dinâmica objectiva (ou seja, os agentes não são determinados por forças macrolocalizadas “misteriosas”); 2) as migrações não resultam de decisões individuais totalmente livres, mesmo quando tomadas com base em informação possibilitadora (interpessoal e/ou mediática), nem de comportamentos irreflexivos, como sejam a independência perante condições históricas e sociais específicas.

Ou seja, “os actos individuais são acontecimentos sociais inseridos em circunstâncias históricas específicas, circunstâncias estas que condicionam as decisões mas não as determinam, eliminando a activa participação dos indivíduos” (Jackson 1991, 53).

O contexto histórico do fluxo migratório em estudo é o período que se estende entre meados dos anos 80, quando predomina o estatuto, originário, de contracorrente, e a primeira metade dos anos 90, quando o fluxo começa a ter características de fileira migratória.

A primeira vertente do estudo consistiu na análise dos contextos sociais do surgimento e continuidade do fluxo migratório, na caracterização do tipo de migração em causa e das modalidades de fixação dos migrantes, bem como da política migratória de enquadramento.

A segunda vertente da investigação, sobre o papel da comunicação mediada na constituição do novo fluxo, conduziu à análise da representação de Portugal na imprensa brasileira (como expressão da opinião pública em geral) e ao levantamento dos factores que terão exercido “atração” em processos de decisão e escolha migratória do país. A opção foi analisar os conteúdos de uma revista de âmbito generalista e de periodicidade semanal com tiragens elevadas no Brasil — a *Veja* —, definindo-se como período em análise o que se inicia cerca de um ano antes da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (porque a intensificação da imigração se terá situado pouco tempo depois deste acontecimento) e se prolonga até meados dos anos 90.

Embora o intuito não fosse estabelecer a utilização exclusiva desta informação nos processos de decisão, pretendia-se que o cenário não fosse muito divergente da possibilidade de que ela tivesse sido uma das fontes. Uma vez que se trata de imigrantes com alguma qualificação e com habilitações semelhantes às que caracterizam os públicos de recepção da imprensa escrita, o tipo de migração em causa não era obstáculo à escolha de um título generalista. Tendo em mente a teoria da *dualidade da estrutura* de Giddens (1984), ou seja, considerando a capacidade cognitiva dos agentes para empreenderem acção informada com consequências multiplicadoras, tratava-se de analisar até que ponto podiam ser construídos significados subjectivos da atracção de Portugal como “novo” destino da emigração (consequência não intencional da informação mediada e condição de acção dos agentes).

A exposição é organizada de acordo com dimensões do processo de tomada de decisão de migração:⁴ 1) a percepção de um (novo) destino e da existência do fluxo migratório; 2) a tomada de conhecimento de factores de atracção nesse destino que atenuam o desconforto/repulsão na origem; 3) a obtenção de informação para a diminuição da incerteza no movimento, como a rela-

⁴ Isto é, contribuições de tipo micro para explicar o processo de tomada de decisão com recurso à análise dos vínculos estabelecidos entre os constrangimentos estruturais e o processo de decisão (Gardner 1981), da forma como se adquire e processa a informação (Goodman 1981), os modos de estruturação e formação das motivações de migração (De Jong e Fawcett 1981), as determinantes psicossociológicas da decisão (Haberkorn 1981) e a influência das normas comunitárias e das redes étnicas e sociais (Hugo 1981).

tiva aos procedimentos legais e às características do mercado de trabalho; 4) o conhecimento de testemunhos acerca de processos de integração e do sucesso de percursos de migração; 5) a informação sobre os tempos históricos da migração.

Conseguimos, assim, identificar nas notícias, a informação sobre: *a)* Portugal e os factores de mudança que justificaram as notícias; *b)* os factores de atracção que contribuíram para a mudança de representação do país; *c)* a composição social do fluxo; *d)* os processos de decisão e integração (com recurso a porta-vozes, quando tal já se torna possível dado o tempo da migração); *e)* tempos de migração e de integração. O conjunto destas informações contribuiu significativamente para a alteração da representação de Portugal e, assim, para a sua construção como destino de eventual migração.

1. Imprensa, migrações e mudança social

A forma como a imprensa brasileira, através da revista *Veja*, noticia pelas primeiras vezes, a modernidade de Portugal e a emigração brasileira para o destino português é particularmente visível em dois excertos que legitimam reciprocamente os dois fenómenos.

(...) uma situação tão atraente que conseguiu até criar um fluxo de emigração de Brasileiros para Portugal. (29/7/87)

O Portugal que atrai milhares de Brasileiros não é o paísinho, provinciano e empobrecido do passado. (2/11/88)

Ao longo dos anos, é notório o desenvolvimento dos conceitos assim introduzidos, à medida que o conhecimento sobre cada um dos processos se vai consolidando.

1.1 Portugal e o fluxo migratório

A notícia da aceitação da entrada de Espanha e Portugal na CEE abre o conjunto do material recolhido. Juntam-se as vantagens e desvantagens que o processo de adesão trará ao Brasil por via das relações comerciais com Portugal, sem focar o mesmo relativamente às condições internas do país aderente:

Afinal, após oito anos de penosas negociações, os dois países da Península Ibérica conseguiram romper o *isolamento* a que estavam relegados em seu próprio continente e foram engrossar o *maior e mais poderoso bloco comercial do mundo*. (3/4/85)

(...) a decisão, recebida com entusiasmo inclusive no Brasil, diante das perspectivas que a entrada de Portugal na Comunidade Europeia abre em termos potenciais para os produtos brasileiros. (3/4/85)

“Queremos exportar, e Portugal *está aberto* a todas as áreas que permitem aumentar as suas divisas ou contribuir tecnologicamente para o saldo de sua indústria”, (*diz o director do grupo Pão de Açúcar*). (3/4/85)

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Não lhes (às empresas brasileiras) será permitido, por exemplo, pisar Portugal apenas como ponta de lança para a penetração dos seus produtos acabados nos demais países europeus. (3/4/85)

Com a abertura do mercado português para seus vizinhos da comunidade, alguns produtos como aço e açúcar, até agora adquiridos preferencialmente do Brasil, passarão a sofrer uma acirrada concorrência dos países irmãos de Portugal na CEE. (3/4/85)

O significado destas considerações é que Portugal poderia passar a ser um parceiro económico a tomar em conta, se o Brasil quisesse usufruir das vantagens do acesso aos mercados europeus. No contexto da crise vivida no Brasil à época, estas informações têm um significado que não é desprezável.

O segundo artigo introduz a alteração de âmbito político, mas é transmitida a instabilidade da história política portuguesa até então e o pouco protagonismo do novo líder, augurando-se um futuro político incerto.

Ao mudarem mais uma vez seu rumo político, confirmando o ciclo de instabilidade inaugurado com a Revolução dos Cravos, os Portugueses trocaram também a figura conhecida de Soares, que já fora ministro das Relações Exteriores, em 1974, e primeiro-ministro, entre 1976 e 1978, por um personagem político ainda enigmático. (16/10/85)

São feitas a este propósito referências sobre o desejo de melhoria económica por parte do eleitorado. É interessante verificar que, se a introdução dos indicadores socioeconómicos é associada, nesta fase, a uma imagem negativa e pouco consistente do país, o facto é que estes dados permitem, se feita a comparação com o Brasil, a atribuição de vantagem aos valores portugueses:

Ao optar por Cavaco, os Portugueses votaram com o bolso, apostando que a mudança conseguirá quebrar uma das mais altas taxas de inflação da Europa, que, no final de Agosto, chegava a 22,5% ao ano, e reverter as estatísticas de desemprego, actualmente em torno de 15%. (16/10/1985)

As duas notícias seguintes descrevem visitas protocolares. Na primeira, sobre a viagem do Presidente José Sarney, em 1986, é organizada a imagem de Portugal em torno de categorias como: *calma, hospitalidade, segurança, património e cultura, tradição, formalidade, História* (do Brasil) e *pobreza económica*. Surge, associada à imagem de pobreza do país, o foco de interesse que é a pertença à comunidade europeia, embora com efeitos ao nível da perda de autonomia:

Na verdade, nem Portugal, *um país pobre com 10 milhões de habitantes*, constitui forte atractivo para investimentos, nem há no Brasil um lote considerável de empresários com dólares para aplicação no exterior. (14/5/86)

Restaria assim a possibilidade de os produtos brasileiros alcançarem, através de Portugal, a Comunidade Económica Europeia, à qual o país está filiado desde Janeiro. Trata-se, contudo, de um sonho de bandeirante (...). A CEE tem rígidas normas de comércio com o resto do mundo e Portugal, como país-membro, só terá uma saída: cumpri-las. (14/5/86)

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

A vinda de empresários brasileiros a Portugal introduz elementos de negociação comercial com o País, já inserido na economia europeia. Contudo, a inércia e a tradição surgem implicitamente como qualificativos de Portugal; é o Brasil que exerce as funções de incentivador e transparece o cepticismo nas mudanças.

Em alguns momentos, chegou-se a acreditar que, como num passe de mágica, Portugal estava prestes a se transformar num *Eldorado* para os oitenta empresários brasileiros que aportaram em Lisboa na semana passada. (14/5/86)

“É hora de passar da retórica à prática”. “A prova disso é que os nossos empresários já estão negociando a constituição de treze empresas em Portugal”, anunciou o presidente. (14/5/86)

Neste período, o Brasil atravessava a fase mais positiva do Plano Cruzado lançado por Sarney, havendo expectativas de melhoria da situação de recessão dos primeiros anos da década de 80 (Cartier-Bresson e Kopp, 1989). Ainda não se vislumbavam sinais do aumento da emigração brasileira.

O relato da segunda visita protocolar do Presidente português ao Brasil, em Abril de 1987, segue a mesma linha da notícia anterior e dá conta das questões económicas, na lista de temas que os dois Presidentes tinham em agenda:

Empresários portugueses farão contactos, esta semana, na Federação das Indústrias, em São Paulo, sondando a possibilidade de *joint ventures* com empresas brasileiras.

Embora se refira explicitamente a modernidade, e seja remetido para o título o desejo de Mário Soares pela *descoberta* (sendo que a esta subjaz o significado do “novo”) de Portugal pelo Brasil, o único aspecto que se apresenta para a traduzir é a referência à presença de cientistas na comitiva:

A ênfase que o Presidente Mário Soares procurou dar ao tema da modernidade portuguesa reflectiu-se na presença na comitiva de um numeroso contingente de cientistas portugueses. (1/4/87)

Na edição de 29 de Julho de 1987, o primeiro-ministro eleito é apresentado como a nova face do País:

O resultado das eleições parlamentares realizadas no fim-de-semana apagou o vermelho dos socialistas, que predominava na política portuguesa desde a Revolução dos Cravos, em 1974, e pôs no lugar o laranja, a cor do Partido Social-Democrata, de centro-direita (...). (29/7/87)

A descrição da alteração política é utilizada para iniciar a apresentação da mudança portuguesa. São anunciados indicadores económicos de melhoria, incluindo a inflação, paralelamente à introdução da estabilidade política:

Em treze anos, passaram pelo Palácio de São Bento, sede do Governo português, nada menos que dezasseis primeiros-ministros. (29/7/87)

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

“A maioria se pronunciou a favor de um governo que pudesse durar quatro anos. Foi a vitória da estabilidade.” (Palavras de CS, 29/7/87)

É apresentada, pela primeira vez, a composição profissional do fluxo migratório, embora com o acento jornalístico de ser um processo em curso:

Segundo o Consulado português em São Paulo, multiplicaram-se por dez, nos últimos meses, os pedidos de vistos de residência em Portugal, sobretudo de médicos, dentistas e engenheiros brasileiros. (29/7/87)

Os empresários nunca são referidos como imigrantes. Mas os investimentos empresariais e o seu enquadramento político são incluídos na informação e protagoniza-se novamente Cavaco Silva nas transformações que decorrem na sociedade portuguesa:

(...) seu mercado, sem as mudanças iniciadas por Cavaco Silva, correria o risco de ser engolido pela futura competição sem barreiras dentro do Mercado Comum Europeu. (29/7/87)

As opiniões de empresários sobre o investimento em Portugal são colocadas em discurso directo para comprovar o seu crescimento e a conveniência do Brasil em empreender negócios com o Mercado Comum.

“Nossa expectativa quanto ao novo governo é de melhorar ainda mais a situação da iniciativa privada”, disse a *Veja*, na semana passada, em Curitiba, outro empresário brasileiro com investimentos em Portugal. A empresa está em Portugal desde novembro de 1985, usando o país como *porta de entrada* para o Mercado Comum, e agora pretende fazer novos investimentos para ampliar em 15% sua produção de lápis. (29/7/87)

O contexto desta notícia coincide com a vivência da quarta reforma econômica brasileira em três anos — o Novo Cruzado⁵ — e tratava-se do segundo ano da integração de Portugal na CEE. Depois da visita do Presidente português ao Brasil — durante a qual ele enuncia que o país hospedeiro precisa de descobrir Portugal —, e juntando os factores de crise, torna-se elucidativo o interesse pela notícia do fluxo migratório, cuja reanimação acontece neste período temporal (entre 1985/6 e a sua primeira referência na *Veja*).

Paralelamente, ao início e continuidade da renovação cognitiva da imagem de Portugal, foram sendo apresentados e actualizados os números e a composição da imigração brasileira no País (até 1996). A existência de imigrantes ilegais é assinalada a partir de 1990.

Quase 12 000, antes de Sérgio, desembarcaram de mala e cuia em Portugal (...). (16/3/88)
(são 12 000) e eles continuam a chegar. (2/11/88)

⁵ Cf. Schmidt (1988).

(...) onde vivem legalmente mais de 10 000 Brasileiros, ao lado de incontáveis imigrantes clandestinos. (8/8/90)

Há 13 000 Brasileiros registados e talvez outros 40 000 clandestinos. (3/2/93)

Há em Portugal cerca de 20 000 Brasileiros, tentando ganhar a vida. (21/4/93)

As maiores colônias estão em (...), Portugal (22 000) (...). (3/4/1996)

É, portanto, a partir de 1987, que Portugal parece (re)adquirir interesse jornalístico, facto a que também não é alheia a existência do fluxo migratório.

1.2 *Retorno de imigrantes portugueses do Brasil*

A visibilidade dos imigrantes portugueses no Brasil terá estabelecido a indispensabilidade de notícias sobre Portugal na comunicação social brasileira, ao longo do tempo, bem como terá contribuído para a exposição do país como contexto de emigração e, por isso, de repulsão. São noticiados os acontecimentos de referência macrossocial, embora sejam privilegiadas as dimensões das relações diplomáticas e comerciais entre os dois países, talvez porque a visibilidade do imigrante português no Brasil assegurou a permanência da associação de Portugal a um cenário de pobreza, tradição e de ausência de mudança social.

No período de 1985-1986, o Brasil encontrava-se no embrião da crise socioeconómica, contexto que é apontado mais tarde como impulsionador e intensificador da emigração brasileira em geral. A visita de Mário Soares ocorre em finais de Março de 1987, quando há evidências do fracasso do Plano Cruzado e das reformas consequentes.

A informação mediática, estruturada nestes termos, não terá sido valorizada como fundamental na aquisição de competências para processos de decisão dos indivíduos que se envolveram na constituição do fluxo migratório para Portugal, pois as únicas notícias que indiciam alterações à repulsão do passado não são desenvolvidas com pormenor.

Para alguns Portugueses residentes no Brasil, contudo, as informações sobre a entrada de Portugal na CEE e a eleição de Cavaco Silva terão sido condições de reavaliação dos seus percursos migratórios durante a situação global de crise. A visita de Mário Soares contribuiu para a credibilização da mudança prevista desde a aceitação da entrada na Comunidade Económica Europeia, em 1985. Não será por acaso que o primeiro Brasileiro apresentado em artigo sobre a emigração brasileira, em 1988, é precisamente um descendente de imigrantes portugueses no Brasil:

Significativamente, não é apenas o caçula Sérgio, nascido no Brasil, mas toda a família Carrasqueira que vem migrando aos poucos de volta à terra de seus antepassados. O pai de Sérgio, José, chegara ao Brasil na década de 50, junto com outros 20 000 Portugueses que aqui aportaram em busca de riqueza. (...) No mesmo ano em que Portugal anunciou que ingressaria no Mercado Comum Europeu, e com isso abria suas portas à modernidade continental, o velho José transferiu todos os seus negócios para Lisboa. (16/3/88)

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

O diferencial da informação detida sobre Portugal, e da representação assim construída do País, entre Portugueses residentes no Brasil e Brasileiros, pode ser ilustrada com recurso às entrevistas de um trabalho anterior (Pinho 1993). O que ressalta é a imagem de um País parado no tempo, por parte de quem não tem com ele quaisquer ligações familiares ou afectivas e/ou emigrou antes dos anos 90.

Absolutamente nada. Parece incrível (...) mas na altura (quando já pensava vir) nós até tentámos alugar fitas de vídeo para nos informarmos e sabermos mais sobre Portugal, mas só mostrava o Algarve. (Músico, emigrou em 1987)

Antes de pensar emigrar tinha uma visão histórica, que era muito histórica mesmo, tipo: Descobrimiento do Brasil, etc., etc. (Jornalista, emigrou em 1989)

Sabia relativamente pouco sobre Portugal. Tinha uma ideia de que era um pouco assim... atrasado. (Publicitário, emigrou em 1990)

(...) eu sabia sobre a situação política, Salazar, a Revolução dos Cravos (...) e que a Ditadura aqui foi muito difícil para o país (...) sabia detalhes como o fado, o bacalhau (...) o gosto do português pelo mar, os Descobrimentos, que está muito ligado à História do Brasil e à História de Portugal. (Analista de sistemas, emigrou em 1991)

Fora a história de Portugal que dei no colégio, sabia pouco (...) e já sabia um pouco mais sobre o nível europeu. (Empregado de mesa em *pizzaria*, emigrou em 1991)

Nos últimos tempos (dois anos antes de vir) comecei a comprar jornais da imprensa portuguesa dedicada aos Portugueses no Brasil. Comecei com muitas informações intensivas sobre Portugal (...) Acompanhei o processo de ingresso de Portugal na Comunidade Europeia, os benefícios que isso trouxe... (Engenheiro civil, emigrou em 1990 e é casado com uma Portuguesa)

Bem, muita coisa, porque os meus avós maternos são daqui. Então, em termos de visão de política administrativa, alimentação, enfim, muita coisa ligada mesmo à geografia (...) e com relação ao folclore... Tudo! Mas já conhecia muito aqui (...) por informações de casa e do que eu lia. (Professor do Ensino Secundário, emigrou em 1989)

2. Factores de repulsão/atracção: modernidade e segurança

A modernidade é o primeiro factor de atracção de Portugal apresentado, e ao qual se associa indubitavelmente a pertença à Comunidade Económica Europeia, ancorando aqui dimensões políticas, económicas e psicossociais:

(...) pode dizer-se que o Bonde da História está passando às portas do país e não é difícil tomá-lo, mesmo em movimento. (16/3/88)

Antigamente, como diziam os Portugueses, era preciso viajar de Lisboa para a Europa, quando se queria ver o mundo de verdade. Hoje, o mundo de verdade bate às portas de um Portugal que já tem carteira de identidade europeia. (9/1/91)

A juventude do processo (e do conhecimento acerca deste) é exemplificada com a coabitação entre elementos tradicionais e modernos na sociedade, como *Lisboa começa a ter boates e cafés*

abertos até às 7 horas da manhã (9/1/91) e começa a abandonar as máquinas registradoras manuais das mercearias (21/4/93), os quais parecem ser necessários para legitimar e, simultaneamente, contrariar a representação do atraso português que ainda persistia na sociedade brasileira.

2.1 *Plano político: estabilidade e confiança*

A estabilidade política liberal é a novidade portuguesa no plano político. É retomada com frequência⁶, sendo um dos aspectos com contrapartida negativa no Brasil.

Numa referência concreta à desconfiança e aos problemas da corrupção na política brasileira, a resposta do primeiro-ministro português acerca dessa situação em Portugal transmite o significado de tranquilidade: é exercido controlo. No mesmo sentido, a saúde política, cujo indicador apresentado é a efectivação de concertação social, difunde a confiança no plano político português:

Veja: Portugal conseguiu promover um pacto social entre Governo, empresários e trabalhadores nos últimos anos. Como isso foi possível?

Cavaco Silva: A condição primeira é a credibilidade das políticas e a credibilidade dos políticos. A política tem de ser coerente aos olhos de todos (...) Nós desenvolvemos uma política credível, apresentámo-la aos parceiros sociais e eles avalizaram (...). (19/10/88)

2.2 *Plano macroeconómico: inflação, CEE e investimentos*

Neste plano cruzam-se diversas dimensões que traduzem a segurança portuguesa: a inflação é quase ausente, se comparada com o Brasil (de três dígitos, em 1989, quando posto em prática o último Plano de Sarney, chega ao milhar anual, com Collor de Melo – Schmidt, 1989 e Diniz, 1995) e os investimentos no País indicam confiança no seu desenvolvimento.

A constante associação da recuperação económica ao plano político, na figura de Cavaco Silva, quando ele é o pretexto da peça jornalística, e aos benefícios da integração de Portugal na CEE, independentemente do tema geral do texto jornalístico, são factores que conjuntamente contribuem para o significado da possibilidade dos líderes políticos em reverter o sentido das orientações dos países. Este aspecto traduz a preocupação latente com a incapacidade governativa e com a estagnação económica no Brasil por parte da imprensa (reflectindo as mesmas preocupações da população), durante a maior parte do período analisado.

(economia portuguesa) a que melhor desempenho teve no ano passado, entre todos os países europeus. (29/7/87)

Sob a animação do governo de Cavaco Silva, o número de empresas dispostas a entrar no mercado de capitais multiplicou-se por seis, o movimento de acções bateu recordes históricos e hoje se estabiliza na média diária de 4 milhões de dólares. (15/6/88)

⁶ No artigo sobre a reeleição de Cavaco Silva, em 1988, na entrevista ao primeiro-ministro e também nas reportagens sobre a emigração brasileira.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

O país do fado foi a nação europeia com maior crescimento económico no ano passado (4,4%), deixando para trás locomotivas como a Alemanha, França e Itália. (9/1/91)

Os indicadores económicos utilizados para a referência à recuperação económica são diversos, na globalidade dos textos, embora a inflação e o desemprego sejam recorrentes.⁷ A vivência brasileira quotidiana da crise, dada a familiarização com os problemas da inflação continuada e com os problemas sociais do desemprego, constitui o oposto de tranquilidade do cenário descrito para Portugal.

É comum a comparação com a Europa e/ou com o Brasil, salientando-se as melhores médias portuguesas em ambos os casos, em períodos como o *antes* e o *durante* o governo de Cavaco Silva, reforçando-se assim o marco que este representa na mudança. Isolando o indicador “inflação”, é possível encontrar comentários dos jornalistas que reflectem uma clara conotação positiva quanto aos valores que assumia em Portugal.

Cavaco Silva, porém, ainda acha alta a inflação portuguesa de 6% ao ano, apesar de a brasileira ter sido quase a metade disso durante os quatro dias que ele ficou no país. (15/6/88)

(...) a inflação ultrapassou o patamar previsto: em lugar de 6,5% deve ficar próxima dos 8%, o que não chega propriamente a ser uma tragédia. (19/10/88)

Portugal ainda enfrenta um problema que assusta os capitalistas dispostos a espalhar seus dólares nas margens do Tejo – a malfadada inflação, que atingiu nos últimos doze anos a cifra de 13,7%, uma enormidade em termos europeus, embora invisível aos olhos de um Brasileiro. (9/1/91)

As implicações económicas que a integração portuguesa na CEE traduz são introduzidas, pela primeira vez, em 16 de Março de 1988, na reportagem sobre a emigração. A representação da integração portuguesa constrói-se em torno de vectores que vão sendo apresentados à medida do aprofundamento da informação jornalística sobre o tema (até 1993), sendo os aspectos financeiros salientados com frequência e pormenor.

(*Portugal*) deverá receber nos próximos cinco anos o equivalente a 3,6 bilhões de dólares (metade a fundo perdido) para modernizar sua indústria, agricultura e mão-de-obra qualificada. Para cada dólar fornecido pelo Mercado Comum Europeu, Portugal deverá fornecer pelo menos meio dólar. (16/3/88)

(*Portugal deverá*) se desenvolver com o aval da CE, responsável pela injeção, nos próximos cinco anos, de 4 bilhões de dólares na sua economia, a metade a fundo perdido (...). (15/6/88)

No dia 1.º de janeiro começou a funcionar um dinheiroduto da CE ligando Bruxelas, capital comunitária, a Lisboa. É o Fundo de Coesão, ao qual têm direito Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda, países mais pobres da Comunidade Europeia. Esse fundo despejará em terras portuguesas 35 bilhões de dólares até ao ano 2000, num fluxo ininterrupto de mais de 8 000 dólares por minuto. (21/4/93)

Ainda que o dinheiro seja utilizado preferencialmente em sectores ligados ao turismo, as verbas estão servindo para que boa parte dos Portugueses melhore o padrão de vida. Só no ano passado foram vendidos 250 000 carros novos em Portugal, num país de 10,5 milhões de habitantes. (21/4/93)

⁷ Nos artigos de: 29/7/87; 16/3/88; 15/6/88; 19/10/88; 9/1/91; 21/4/93.

Os investimentos constituem o outro factor que consubstancia a imagem do País em mudança e são conotados também com a conjuntura de segurança. Há um apelo oficial directo ao investimento estrangeiro em Portugal, através da valorização das novas iniciativas de gestão e da afirmação da garantia de sucesso dos empreendimentos. O destaque desta declaração, no discurso de Cavaco Silva, não é inocente; o Brasil é avançado tecnologicamente:

«Nós, em Portugal, somos muito abertos ao capital estrangeiro, não somos chauvinistas, não temos sentimentos de xenofobia. O investimento estrangeiro para nós não é uma questão de captar divisas estrangeiras (...) É, sim, trazer novas tecnologias, novas capacidades de gerenciamento e capacidade de penetração no mercado externo». (19/10/88)

2.3 *Plano psicossocial: segurança, planeamento e qualidade de vida*

No plano psicossocial, os factores de repulsão-atracção mais salientados poderiam ser posicionados no pólo insegurização/segurização transposto, respectivamente, para o Brasil e Portugal. Os factores de repulsão são salientados nas dimensões da inflação e da violência e na forma como se relacionam com o planeamento da vida em geral. Este planeamento da vida é orientado para os negócios no caso de migrações de empresários ou de gestores do capital.

E a oportunidade que a ausência da inflação fornece na previsão dos negócios é uma mais-valia para um empresário que, por isso, actuaria entre os dois países sem se estabelecer:

Se me avisam que a inflação será de x, eu preciso acrescentar 30% ou 40% para tentar planear. Esse é o trabalho dos meus futurólogos, gente que poderia estar produzindo em vez de estar adivinhando. Em Portugal, onde a inflação tem oscilado entre 6% e 9%, José Aguiar não precisará deles. (16/3/88)

A tranquilidade e o planeamento da vida vão sendo focados na imprensa em discurso directo e, à medida que cresce o tempo de migração, nota-se (no último excerto da próxima sequência) que é possível demonstrar a reavaliação do processo migratório e a persistência da atribuição positiva ao resultado da decisão e da integração:

(Sérgio) Eu estava frustrado no Brasil. Tinha uma renda familiar média mas nenhum horizonte à vista. Eu ia ao supermercado com uma máquina de calcular no bolso, andava nas ruas com medo dos assaltos. (16/3/88)

(Sérgio) A impressão que tenho é que estou mudando para um país mais sério. (16/3/88)

(Trindade) prefere esse risco (não ter diploma reconhecido) à insegurança no Brasil. Pouco antes de viajar, vi um assassinato na minha frente. (7/8/91)

(Trindade) Em Portugal encontrei as condições necessárias para fazer um trabalho tranquilo sem me preocupar com a sobrevivência da família. (21/4/93)

(Sílvia) Não vim para cá enriquecer. Vim para levar a vida com tranquilidade. É bom saber que o salário não se desvaloriza ao longo do ano, comenta, referindo-se à inflação portuguesa de 9% no ano passado. (2/4/93)

(Homero) *Já voltei ao Brasil três vezes e em todas elas fui com a ideia fixa de ficar lá. Quando deparo com a qualidade de vida dos Brasileiros, sempre decido voltar para Portugal. (21/4/93)*

Mesmo no artigo de opinião de um Português que vive no Brasil e que pretende inverter a imagem positiva de Portugal a favor da exaltação das potencialidades brasileiras, a tranquilidade económica acaba por ser transmitida e claramente valorizada:

Acham que estou maluco, principalmente quando lhes informo que a inflação em Portugal deve estar na casa dos 5%, ou brincam dizendo que este tipo de comportamento só poderia mesmo vir de um portuga — o tal portuga de inteligência medíocre que habita inúmeras anedotas brasileiras. Mas estou decidido. Eu quero ficar no Brasil. (16/8/89)

A explicitação de que em Portugal os problemas “brasileiros” da violência e da marginalidade urbanas têm expressão mais atenuada é feita apenas uma vez e precisamente no primeiro artigo sobre a emigração. Não haver recorrência poderá querer dizer que se assume que a um país em franco progresso corresponde uma justiça social que elimina os focos daquele problema.

O publicitário Walter Arruda, por exemplo, tinha uma vida tranquila em São Paulo — fazia dois a três filmes por mês e não tinha do que me queixar —, mas começou a olhar além das fronteiras brasileiras numa manhã em que rodou uma campanha de publicidade de brinquedos (...). De repente, surgiram três pivetes⁸ armados no estúdio, na suposição de que ali fosse uma fábrica de brinquedos. (...) Por coincidência, naquele mesmo dia, o publicitário telefonara a um amigo em Lisboa que lhe disse: Sabe o que eu fiz ontem, às 11 da noite? Dei um passeio de rua com minha mulher. (16/3/88)

3. Variáveis intermédias

Nesta dimensão de análise, salientam-se os significados das informações que relacionam os dois países como pólos de um movimento migratório de sentido inverso ao tradicional. Pesquisámos, no conjunto dos artigos, os dados relativos ao que terá contribuído para a composição do fluxo em causa e sua reprodução: as informações sobre o tipo de migração, o enquadramento legal do fluxo e o mercado de trabalho.

3.1 Tipo de migração

A emigração brasileira em geral tem, na primeira reportagem sobre o tema, uma composição associada a trabalhadores qualificados e empresários, exibindo-se, desta forma, uma alternativa de vida aos que com esta situação se sintam identificados. Além disso, apresenta-se sem os custos tradicionalmente associados a esse processo, precisamente em virtude da qualificação.

Os Brasileiros que preferem emigrar e que o fazem com maiores *chances* de sucesso são profissionais liberais formados na custosa rede de ensino nacional, na qual a maioria dos diplomados sai de uni-

⁸ Termo para designar os grupos que, entre as crianças de rua, são assaltantes.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

versidades gratuitas. Esses engenheiros, arquitetos e médicos encerram vinte anos de vida escolar e caem num mercado de trabalho em que sua formação é ostensivamente desrespeitada. (...) Com a situação atual, o problema pode ser resolvido com um visto de imigração. (16/3/88)

A contextualização temporal da emigração em geral é introduzida também nesta reportagem, fazendo contrapor os motivos políticos da emigração de “topo” de épocas anteriores aos que subjazem à que ocorre então, sendo igualmente feita a previsão do futuro destes factores:

O Brasileiro migra, hoje, justamente quando vive o mais longo período de amplas liberdades públicas da História republicana porque, por um lado, a economia nacional está estagnada, crescendo a uma taxa inferior a 4,5% desde 1980. Além disso, a mais otimista das previsões assegura que nos próximos cinco anos essa tendência não deverá ser sensivelmente alterada para melhor. Além disso (...) essa economia estagnada pune prioritariamente a expansão do sector privado e, com maior perversidade, inibe o aparecimento de novas actividades. (16/3/88)

O discurso directo de autoridades complementa, de forma instrumental (porque apela explicitamente à imigração de profissionais liberais), a selectividade não intencionada, por via da generalização de processos de comunicação, que tende a acontecer nos fluxos migratórios.

Até 1992 todos os mercados estão abertos a Portugal, avisou Cavaco, lembrando a data (...). Cada dia que passa é um passo perdido, acrescentou Cavaco. Se o empresário brasileiro não for ocupar esse espaço nos próximos dois anos, quando for fazê-lo já estará tomado por outros porque em nosso país não temos nenhum sentimento de xenofobia. (15/6/88; retomado o discurso em 19/10/88)

Investir em Portugal é colocar dinheiro em um país estável política e economicamente, diz Luís Mira Amaral (...). Nosso país é, além de tudo, um excelente atalho para os 320 milhões de consumidores da Comunidade Econômica Europeia. (9/1/91)

(Cavaco Silva) Eu tenho dito que os profissionais liberais são bem vindos em Portugal, mas têm de pensar que existem leis aqui e que têm de satisfazer a determinados requisitos. (19/10/88)

Considerada em 1987 como transitória e indefinida, a composição da população imigrada é dada a conhecer a partir de 1988: “jogadores de futebol e dentistas”; “dentistas, jogadores de futebol, publicitários, arquitectos, artistas, engenheiros”; “o maior contingente é o dos dentistas”; “140 publicitários brasileiros, todos empregados e filiados no Clube de Criação de Portugal”.⁹ O tipo de migração corresponde ao que se designa como migração de tipo “profissional”.¹⁰

⁹ Respectivamente, em 16/3/88; 2/11/88; 7/8/91 e 21/4/93.

¹⁰ As diferenças entre migrações “profissionais” e “laborais” (Pires 1993) correspondem, em termos objectivos, às que subjazem aos modos de incorporação no mercado de trabalho primário e secundário (Portes 1981 e 1999). Uma outra distinção relevante para a tipologia dos migrantes brasileiros é a que se estabelece entre “organizacionais” (que migram enquadrados pelas organizações em que trabalham) e “independentes” (que se deslocam de forma individual e autónoma) (Peixoto 1999).

3.2 Enquadramento legal

Condições facilitadoras da integração dos Brasileiros residentes em Portugal, por via do Tratado de Igualdade de Direitos e Deveres, estabelecido entre os dois países, são introduzidas no primeiro artigo sobre a emigração brasileira em geral, embora como referência marginal relativamente aos apelos à migração e à entrada de Portugal na Europa comunitária:

É possível que os Brasileiros interessados em tomar parte do crescimento de Portugal devam fazê-lo depressa. *Os Franceses pressionam muito o governo português para o corte de facilidades concedidas aos Brasileiros*, admitiu o coronel Renato Botelho de Miranda, diretor do Instituto de Estrangeiros, referindo-se à manutenção da convenção sobre igualdade de direitos e deveres, entre Brasileiros e Portugueses. (16/3/88)

As referências a este tratado são retomadas em 19/10/88, em 2/11/88 e em 3/2/93, mas as condições de obtenção deste estatuto nem sempre estão presentes. Apenas quando se trata de relatar o insucesso na consecução de um “visto de permanência”, são referidos os pré-requisitos.

Afinal, entre os dois países existe um tratado estabelecendo igualdade de direitos e deveres para os respectivos cidadãos, e José Carlos reunia todos os requisitos necessários para conseguir o visto de permanência, incluindo residência fixa e emprego regular. (2/11/88)

A preocupação sobre a manutenção dos tratados, no contexto da Europa Comunitária, é introduzida em entrevista a Cavaco Silva, que reafirma

Nós temos um Tratado, e acho que é único no mundo, que reconhece o direito de ir e vir entre Brasileiros e Portugueses. Meu governo tudo fará para que esse tratado não seja restringido (...). O que acontecerá é que os Brasileiros terão que se restringir ao espaço português. (...) (19/10/88)

Nós não temos neste momento uma orientação de criar dificuldades à vinda de Brasileiros para Portugal, excepto se os números atingirem proporções astronómicas insuportáveis. (19/10/88)

A controvérsia sobre o Tratado é levantada, embora a favor de Portugal, em 1991, juntamente com a referência a outras facilidades concedidas a Brasileiros. Estas questões voltam a ser discutidas, em 1993, a propósito do repatriamento de cidadãos brasileiros que pretendiam entrar em Portugal sem as condições exigidas:

A questão da igualdade de direitos, prevista em acordos bilaterais, é um problema delicado, com cada país interpretando de forma diferente os tratados. (3/2/93)

O acordo cultural de reconhecimento de diplomas e profissões é referido a propósito dos dentistas, embora de forma negativa por causa das dificuldades que estes encontram na sua aplicação. O problema é introduzido em 2/11/88, a propósito da regularização mal sucedida de um dentista, e, a partir de 1991, desenvolve-se o tema, por ter ocorrido uma generalização da problemática associada a um incidente diplomático.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

O cerco ameaça se fechar por um dos flancos mais expostos de Brasileiros com formação superior — o reconhecimento de diplomas. (2/11/88)

Dos 600 dentistas brasileiros que vivem em Portugal, apenas 10% têm diploma reconhecido pela Escola Superior de Medicina Dentária, que, criada há apenas 12 anos, com o auxílio de especialistas brasileiros, barra os diplomas nacionais com o argumento de que seu currículo é diferente e inferior. (27/11/91)

As notícias sobre o problema do reconhecimento de credenciais cingiram-se constantemente a este grupo profissional, sempre havendo ocasião para explicá-lo e relativizá-lo, por forma, por um lado, a não criar situações indelicadas e, por outro, porque depois de tantos “apelos” à emigração, não poderia haver uma alteração repentina na postura jornalística relativamente ao tema.

A questão não é tão simples. Os três tratados de reciprocidade assinados pelos dois países nos últimos 25 anos não falam explicitamente em diploma nem em exercício profissional. É uma questão de interpretação, explica (um professor de Direito brasileiro). O Brasil é mais liberal. Não há como obrigar, do ponto de vista legal, que Portugal aja da mesma forma. (27/11/91)

3.3 Mercado de trabalho e mercado de investimentos

A confirmação da disponibilidade de postos de trabalho e das oportunidades, no mercado de investimentos, para os imigrantes brasileiros, é passada recorrentemente, como vimos, desde que aqueles sejam detentores de qualificações. O imigrante-tipo a que se recorre para ilustrar aspectos relativos ao tema que estiver em causa inclui dentistas, publicitários, apresentadores de rádio, profissionais de televisão, para além de empresários e directores de empresas (embora, insistimos, não seja frequente a associação destes com a imigração).

(...) são os dentistas que fazem carreira, apesar dos narizes torcidos do pessoal da imigração e dos colegas nativos (7/8/91).

Os trabalhadores braçais não têm nenhuma *chance* e amargam uma existência miserável atrás de empregos já ocupados por Africanos igualmente desqualificados. (21/4/93)

As condições de incorporação bem sucedida no mercado de trabalho são sugeridas pela análise dos imigrantes-tipo, como acabámos de verificar, e pelas inovações introduzidas pelos Brasileiros na cultura, na economia e no quotidiano em geral. A informação sobre a competição no mercado de trabalho — quando se pretendem justificar os problemas de convivência com os Portugueses em território nacional — é também um indicador das possibilidades, porque a sua existência sugere que os recursos são iguais num mercado de trabalho qualificado e independente da origem nacional:

O “antibrasileirismo” floresce em Portugal, nos desvãos das diferenças no estilo de vida em um e outro país, mas é movido mesmo é pela competição no mercado de trabalho. (2/11/88)

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Os dentistas portugueses nunca sentiram necessidade de crescer, pela falta de concorrência. Agora se sentem incomodados. (2/11/88)

Em Portugal, contudo, há evidências de que a convivência com os Brasileiros vem sendo permeada por essa desconfiança normal, quando duas culturas convivem no mesmo espaço económico e social, disputando o mesmo mercado de oportunidades (8/8/90)

Os dentistas brasileiros estão sendo postos de lado porque representam uma mão-de-obra qualificada, capaz de ocupar espaços, afirma um diplomata brasileiro. (27/11/91)

É precisamente acerca do funcionamento do mercado de trabalho dos dentistas que se desenvolvem pormenores. O tipo de prestação de serviços em clínicas portuguesas e os problemas sobre a equivalência de diplomas e de legalização da actividade são frequentemente referidos, independentemente de ser esse o motivo da reportagem. A questão é introduzida em 16 de Março de 1988 e vai sendo retomada.

Desses (200), apenas cinco podem exercer a profissão legalmente, visto que, lá, a odontologia é uma extensão do curso de Medicina completo, e não uma especialidade à parte, como no Brasil. (16/3/88)

Semiclandestino, o dentista brasileiro cobra barato e trabalha para um dentista português, que recolhe metade da renda. (7/8/91)

Dos 600 Brasileiros que vivem em Portugal, apenas 10% têm diploma reconhecido (...). Os demais trabalham em semiclandestinidade, sujeitos a vexames e a extorsões. (27/11/91)

Existem 414 dentistas trabalhando em Portugal, todos filiados à secção portuguesa da Associação Brasileira de Odontologia. Eles estão sendo processados pelo Conselho Português de Odontologia por falsidade ideológica, pois se recusaram a fazer o exame de validação dos diplomas brasileiros em Portugal. (21/4/93)

Observando a evolução do contingente, poderemos notar que o problema da ilegalidade não foi obstáculo a esta migração, facto que é explicitamente assumido ainda em 1988, quando o primeiro-ministro português caracteriza o tipo de inserção dos dentistas brasileiros no mercado português:

Então eles continuam a exercer, segundo se lê nos jornais, a sua profissão, sem qualificação de médico dentista, mas com a de técnico dentista. (19/10/88)

4. Processo de integração

4.1 Informação e ajudas na integração

A emigração brasileira é, regra geral, apresentada como resultado de espírito de iniciativa e de processos autónomos. É possível encontrar, no entanto, ligações entre processos de migração e algum enquadramento, e a referência a como se processam essas relações na sociedade brasileira. Estas referências implicam normalmente a alusão às relações de sociabilidade e de paren-

tesco, entre Portugueses e Brasileiros, e, nos artigos mais recentes do conjunto (correspondentes ao período em que a fileira migratória demonstra consolidação), essa menção já não é feita.

(um imigrante português que voltou a Portugal) Deu certo. Tão certo que pôde convencer seus dois filhos homens a também cruzarem o Atlântico e oferecer-lhes um adiantamento para que construam cada um dois prédios em Portugal. A partir desse primeiro empurrão, supõe-se que cada um possa prosseguir sozinho. (16/3/88)

Tentei montar uma empresa em Portugal, mas fui impedido pela burocracia, diz o publicitário Fausto Freire, 47 anos, que pretendia montar uma empresa de vídeo em Lisboa. Em vão. Acabou voltando para o Brasil um ano e meio mais tarde. *Legalmente eu poderia montar esta empresa, pois sou filho de Portugueses. Fui boicotado.* (8/8/90)

(Homero) (...) ele embarcou para Lisboa, onde seu irmão já ganhava a vida numa clínica dentária. (21/4/93)

(...) Avancini importou do Rio de Janeiro sete técnicos de TV. (21/4/93)

O português Rui Lima Jr., filho de um imigrante que se estabeleceu como pequeno industrial gráfico no Rio de Janeiro, voltou para Lisboa há 4 anos. (...) e tem convencido os amigos portugueses que ficaram no Brasil a regressar. (21/4/93)

(português imigrante no Brasil) *Sempre aparece alguém me perguntando como se consegue um bom curso em Portugal.* (16/8/89)

4.2 Imigrante-tipo e sucesso na migração

A vertente da valorização dos percursos migratórios por “viva” voz ou através do jornalista é a que melhor contribui para estabelecer a relação entre factores de repulsão/atracção, embora como (re)construção das motivações (tornadas salientes *a posteriori* do movimento). As motivações consistem numa síntese da atenuação da intranquilidade, a vários níveis, e traduzem-se no que é conseguido por um grupo específico de Brasileiros de classe média, residentes em Portugal, que, na sociedade de origem, não concretizou a correspondência entre a sua posição social e o conjunto de expectativas, objectivos, práticas e representações sociais associados.¹¹ O recurso a porta-vozes só acontece depois da publicação de alguns artigos sobre a emigração brasileira, quando não só esta já está “consolidada”, como constitui a fase de “personificação do tema”, no agenda-setting (Wolf 1994).

As entrevistas com imigrantes têm o impacte de promover a identificação com processos de migração de uma forma ampliada, identificação essa que, na maior parte dos casos, só poderá ter acontecido a partir de histórias de sucesso, uma vez que as restantes estão ausentes do retrato

¹¹ A forma como são salientados os sucessos da migração contribui para a caracterização do tipo de migração no sentido já enunciado, pois “as migrações profissionais distinguem-se das migrações laborais clássicas, no plano das motivações, por a fuga a situações de mobilidade bloqueada ser tão ou mais valorizada que a simples procura de melhores condições de vida e, no que se refere às alterações nas condições de vida dos migrantes, por os resultados serem, em geral, globalmente validados como positivos pelos agentes envolvidos, dado não envolverem os custos de uma integração segregada subordinada” (Pires 1993, 182).

da migração. Os sucessos dos imigrantes são apresentados através da saliência do alcance dos seus percursos migratórios¹²:

(Arruda) que se instalou em Portugal há dois anos e tem hoje uma das mais requisitadas produtoras de filmes de propaganda no país. (2/11/88)

(Bittencourt) tem hoje uma boa clientela em Lisboa. (2/11/88)

(Salles) trabalhou duro e em apenas cinco meses conseguiu montar consultório. (27/11/91)

(Cristelo) largou o cargo da Young e Rubicam portuguesa para montar a sua própria agência de publicidade em terras lusitanas. (21/4/93)

(Homero e Kátia Fonseca) Seis meses depois (de chegar) integraram-se a uma equipe clínica na cidade do Porto (...). Há dois anos abriram o próprio consultório conjunto em Póvoa de Varzim (...). (21/4/93)

O significado da celeridade com que se alcança o sucesso na integração do mercado de trabalho é reforçado pelo exemplo fornecido pelo único imigrante “marginal” à tipologia identificada nos artigos (trabalhador manual) que, mesmo assim, conseguiu incorporação rápida no mercado de trabalho e estabelecer-se de forma diferente, quando assim o entendeu:

Dois dias depois de chegar, arranhou emprego como encanador numa das inúmeras obras que se multiplicam nas principais cidades. Ao fim do primeiro mês no novo país, alugou uma pequena casa na periferia da cidade e especializou-se em instalações de gás. (21/4/93)

Mesmo em caso de “ilegalidade” (os dentistas), introduzem-se elementos que relativizam esse problema, já que dois entrevistados nessa situação têm visibilidade pública:

Há dois meses, o Rolling Stone Mick Jagger teve uma dor de dente quando dava um *show* em Lisboa – e foi parar no consultório do dentista paulista Aloysio Fernandes, 25 anos, que há cinco meses mora em Portugal e exerce ilegalmente a sua profissão. (8/8/90)

(Trindade) Preside a secção portuguesa da Associação Brasileira de Odontologia. (27/11/91)

As aquisições e os sucessos associam-se com frequência à introdução de comportamentos renovadores da “antiguidade” portuguesa e à carência de profissionais específicos no mercado de trabalho. Estas ideias são também reforçadas, pontualmente, por Portugueses entrevistados para os artigos.

O “estilo americano” mencionado por Marques (*em tom de crítica*) é justamente o segredo do sucesso das empresas de modernização administrativa que acumulam clientes entre os empresários portugueses — e não por acaso têm seu próprio contingente de funcionários brasileiros. (2/11/88)

¹² Em testemunhos de imigrantes representados nos *media*, sempre associados a (re)construtores da realidade social, notamos a tendência para o que Haberkorn (1981) e Helweg (1987) salientam como tendência na informação que os imigrantes passam para os familiares e amigos no país de origem: a de selecção e realce dos sucessos e a da eliminação/menosprezo dos aspectos menos satisfatórios da integração. A comunicação inter-pessoal não deixa de ser, por isso, menos reconstrutora da realidade social do que a social.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Em alguns comerciais da TV, já se usam expressões tipicamente brasileiras popularizadas pelas novelas, como “fique na sua” e “numa nice”. (8/8/90)

Antes da chegada dos construtores brasileiros, era heresia perguntar a um corretor português a metragem de um apartamento. Vendia-se o “andar” e pronto. (4/12/91)

Colocar moças bonitas distribuindo folhetos de propaganda nas esquinas mais movimentadas era coisa de americano. (4/12/91)

Assim como a publicidade, a televisão portuguesa poderia dividir a sua história em antes e depois dos Brasileiros. (21/4/93)

A filosofia do shopping center aberto durante o horário comercial é uma novidade para os Portugueses, e está dando certo, diz o Brasileiro Cláudio Buny (...) (21/4/93)

É, assim, transmitido pela imprensa, que há possibilidades de integração laboral e profissional, embora só se assumam de forma inequívoca os recursos necessários à imigração, quando já existem restrições a esta (a partir de 1993).

Apesar das dificuldades, há espaço para quem chega com um diploma brasileiro de odontólogo no bolso e o sonho de trabalhar fora do país na cabeça. (21/4/93)

O mercado português está todo aberto ao publicitário que chega aqui falando a língua deles e com boas ideias na cabeça, comemora (Luís Cristelo, publicitário). (21/4/93)

(Comparato) *Meu padrão de vida em Portugal não caiu do céu. Há mercado, mas para quem tem qualificação.* (21/4/93)

Brasileiros que se saíram bem em Portugal, Ed Carlos e Silvia Zemella são a prova de que há espaço para quem tem qualificação profissional nesse país que até recentemente parecia estar estacionado em algum lugar do passado e agora precisa de mão-de-obra moderna para acertar o passo com a Europa. (21/4/93)

Pela parte dos empresários, os casos de sucesso são apresentados através dos montantes investidos em Portugal e pela contribuição dos empreendimentos para o progresso do País de acolhimento, ao nível também da “importação” de inovações associada à vinda daqueles.

Os cem brasileiros que compõem os quadros do clube são responsáveis por quase um bilhão de dólares de investimento em apenas quatro anos. (4/12/91)

Nos últimos três anos, os Brasileiros geraram 8400 empregos em Portugal (Francisco de Araújo Lima, Presidente da Associação dos Empresários do Brasil). (4/12/91)

(Quinta do Lago) Foi um susto em Portugal, que jamais havia deslumbrado um condomínio com tamanho requinte. (4/12/91)

A construtora Wrobel, do Rio, finaliza no próximo ano um vistoso condomínio vertical em Cascais (...). Com esse condomínio, a Wrobel inaugura em Portugal a ideia do *flat*. Apresenta também uma figura raríssima na Europa, mas banal no Rio: o porteiro 24 horas. (4/12/91)

4.3 A (re)construção das motivações

Todas as afirmações que revelam as motivações para a migração e para a permanência são racionalizações feitas no final da trajetória, porque os imigrantes já residiam em Portugal quando foram entrevistados para os artigos. Um exemplo específico dessa reconstrução é a do imigrante brasileiro menos “tipificado” que tece considerações sobre a permanência, com base no que ainda está a conseguir, depois de já estar há três anos em Portugal e de as barreiras à imigração já terem entrado em vigor:

(Celestino Capeleiro) Vou tirar meus 4000 dólares por mês trabalhando na minha própria empresa. Portugal é o sonho realizado da independência financeira, anima-se ele. Aqui tenho minha vida, educo minhas filhas e ainda posso conhecer outros países. No Recife, o sonho era ir à Praia da Boa Viagem. (21/4/93)

Outro imigrante assinala a compensação financeira e a realização pessoal:

(Ed Carlos) Sinto-me realizado. Vim para Portugal fazer o que gosto e tenho um bom salário. (21/4/93)

O balanço do processo de migração e as realizações económicas no país de acolhimento são claramente assumidos em 1993. Para além da valorização da aquisição do estatuto “por conta própria”, no caso do imigrante acima citado, os bens de consumo obtidos por outros imigrantes brasileiros são indicadores do êxito das suas trajetórias:

Até Junho deste ano, Celestino e Maria Verónica terminam de pagar toda a mobília e os electrodomésticos da sua residência e pensam dar entrada numa casa própria. (21/4/93)

Com a renda obtida no exterior já compraram um apartamento de dois quartos em Vitória, no Espírito Santo (...), e possuem dois automóveis — o Renault 19 de Homero e o Escort de Kátia. Apesar do sucesso, não pensam morar fora a vida inteira. (21/4/93)

(Trindade) Aproveita a estada portuguesa para fazer o património da família. Seus três filhos (...) são modelos fotográficos de lojas de departamentos e tudo o que ganham vai para uma caderneta de poupança. A bolada permitirá que a família tenha uma vida mais que confortável quando retornar ao Brasil. (21/4/93)

Os montantes salariais auferidos pelos imigrantes também só são referidos em 1993, em alguns casos, comparando a situação no Brasil e a do início em Portugal. Nesta altura, já não era fácil que a migração tivesse o mesmo volume passado, dadas as barreiras então impostas, mas atendendo a que sabemos hoje que a ilegalidade vingou, esta informação terá sido relevante.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 3.1

Comparação entre montantes salariais em Portugal e no Brasil

	Brasil	Portugal	Início em Portugal
Ed Carlos	500 dólares (o maior)	3000 dólares	—
Sílvia Zemella	3000 dólares	5000 dólares	—
Homero e Kátia	—	7000 dólares	—
Hiram Trindade	—	7000 dólares	—
Celestino Capeleiro	2 salários mínimos (cerca de 150 dólares)	vai tirar 4000 dólares	como empregado: 2500 dólares
Mulher de Capeleiro	—	1500 dólares	—
Luís Cristelo	—	10 000 dólares	5000 como empregado
Walter Avancini	12 000 na rede Globo	duas vezes mais	—
Técnicos de TV	—	3000 dólares é o mais baixo	—
Diretor de TV	—	5000 dólares	—
Comparato e mulher	—	25 000 a 30 000 dólares	—

4.4 Problemas de convivência e relativização

Os problemas da convivência entre Brasileiros e Portugueses são também focados, embora esse procedimento resulte quase sempre em desdramatização. Esta postura jornalística prende-se com o facto de não poder deixar de dar-se a notícia mas também porque, dadas as avaliações positivas dos percursos migratórios realizados e o elevado contingente de residentes brasileiros (regulares e irregulares), se continua a defender a “legitimação” do processo.

A permanência de valores tradicionais da sociedade portuguesa, referidos desde 1988 (e ainda em 1993), é feita em contraste com a representação do Brasileiro na sociedade portuguesa, através do discurso directo de Portugueses, realizando-se em torno de valores como o individualismo, a ambição e projectos de carreira.

A competição acirrada, por exemplo, é olhada com desconfiança em Portugal, um país onde os compromissos só começam a partir das 10 horas da manhã e os restaurantes e casas nocturnas ficam abertas madrugada dentro. (2/11/88)

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Valores e padrões tradicionais, porém, costumam a mudar. (2/11/88)

O choque modernizador da rotina portuguesa tem as suas piadas reais e particulares. (21/4/93) — a propósito de se verem placas com “Fui almoçar” nos centros comerciais, onde é suposto estarem sempre abertos.

Para o Brasileiro, é normalíssimo que três ou quatro meses depois de iniciar um trabalho ele diga: recebi uma oferta para ganhar mais. Ele vai embora com a maior frieza e calma, indigna-se José Marques. (2/11/88)

A interpretação das queixas enunciadas remete para processos de incorporação dos imigrantes num mercado de trabalho onde se acentua a grande procura destes profissionais, dadas as referências à elevada mobilidade profissional e à aceitação de propostas financeiramente mais aliadas. As opções revelam-se, portanto, numerosas:

(José Marques) *Brasileiro não cumpre promessa, banaliza a amizade, ao estilo americano, com tapinhas nas costas, é ingrato, interesseiro e fica só nas aparências.* (2/11/88) — em causa o facto de um publicitário brasileiro ter aceite um outro emprego, apesar de com este ter responsabilidade e boas condições.

(José Marques) *O brasileiro em Portugal é meio mercenário, está habituado à mentalidade americana.* (2/11/88)

A amizade tem que estar acima de um punhado de dólares, esbraveja Nuno. (2/11/88) — em causa o facto de Chico Buarque ter aceite uma melhor proposta em termos financeiros.

Brasileiro é bom mas é um bocado mafioso ecoa José Luís Santos, diretor do Benfica, clube que ostenta seis Brasileiros em seu time titular, capitaneados pelo zagueiro Mozer, ex-flamengo, um dos jogadores mais populares de Portugal. (2/11/88)

Se as agências fossem seguir os Brasileiros, precisariam ter o dobro do pessoal, reclama Marques (...) (2/11/88) em causa as exigências feitas por parte de publicitário brasileiro para ter secretária, etc.

A única vez que a representação da imigração brasileira aparece, aparentemente, com conotação negativa, é porque se refere a um grupo de imigrantes que diverge da composição profissional “conhecida”: transmite-se uma má imagem dos Brasileiros por causa dos *travestis* que podem ser observados no Conde Redondo (7/8/91). Contudo, prevalece a aceitação dos problemas e da sua inevitabilidade:

Numa fase em que, para muitos Brasileiros, os braços abertos da estátua no alto do Corcovado parecem estar dizendo “Chega de Brasil” — ao menos por enquanto — toca aos novos imigrantes em terras lusitanas viver a sua quota de escaramuças. Se lhes couber uma parcela mínima que seja do que ocorreu com os Portugueses, quando a imigração navegava na mão inversa, elas serão lembradas no futuro apenas como piadas de Brasileiros. (2/11/88)

Tamanha invasão começa a gerar um ainda longínquo e às vezes bem-humorado sentimento de intolerância. As piadas são normais num contexto como esse. Os Ingleses fazem piadas sobre Irlandeses. Os Americanos de leste brincam com os caipiras do meio oeste, e os parisienses têm sempre pronta uma história cómica do interior. (8/8/90)

O reforço deste entendimento também é feito através de porta-vozes, um dos quais é um actor brasileiro.

Muitos Brasileiros carregam para Portugal a mania de querer levar vantagem em tudo, e é normal que haja uma reacção a isso, diz Autran. (8/8/90)

Calculo em quase uma centena o número de publicitários que trabalham em Portugal, diz Carlos Eduardo de Andrade, um paulista de 46 anos (...). Todas as semanas, me batem mais três à porta, o que gera, por parte dos Portugueses, uma natural defesa do seu pequeno mercado. (8/8/90)

De uma forma geral, e mesmo com estes exemplos de intolerância “pontual”, a ideia que se retira do conjunto dos artigos, e que poderá estender-se ao que a opinião pública foi construindo com as informações até agora comentadas, é a de um país que mantém valores tradicionais, mesmo assistindo a um progresso favorável, no qual os Brasileiros têm um papel substancial.

5. Tempos de migração e integração

Pudemos ver ao longo da exposição, que a representação da emigração brasileira para Portugal acompanha transformações sociais nos dois países e a evolução do enquadramento da política migratória no destino. Os projectos migratórios dos que residem em Portugal são utilizados quando é necessário ilustrar algum acontecimento que signifique acrescentar elementos àquela “construção”. Todos os imigrantes apresentados (incluindo os empresários) situam a sua chegada entre 1986 e 1991. Em 1993, em virtude da integração na União Europeia, são dificultadas as entradas a imigrantes oriundos de países terceiros e essa modificação é bem evidenciada quando se descrevem os repatriamentos de alguns Brasileiros, ocorridos nesse período. A exposição do “antes” e do “depois” das alterações à política migratória é claramente feita em artigo posterior a esta notícia:

Ed Carlos e Sílvia entraram em Portugal aproveitando um acordo diplomático entre os dois países que não existe mais. Desembarcaram sem nenhum visto no passaporte e depois de um mês, com um contrato de trabalho nas mãos, pediram autorização de residência. Agora a burocracia não é mais amena. (21/4/93)

(Comparato) O passo seguinte, já que havia desembarcado como turista, foi transformar seu visto em autorização de residência e trabalho no país. Já não é possível repetir a odisseia do dramaturgo. (21/4/93)

Esta diferença também é visível no universo dos textos seleccionados, entre a descrição das situações mais “fáceis” e os apelos à vinda de empresários e de Brasileiros com a selectividade referida, mas que, ainda assim, permitia a vinda de indivíduos com características semelhantes aos que foram repatriados em 1993, e a notícia da expulsão dos Brasileiros. A associação entre algum “rancor”/tendência para reavivar a memória sobre o Portugal antigo e a realidade das vantagens da integração europeia (bastante noticiada em todos os artigos), descrevem a irreversibilidade da construção dos processos jornalísticos em torno de eventos e mudanças sociais:

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

País pequeno, 10 milhões de habitantes, de economia nanica, mas membro da riquíssima Comunidade Europeia e dono de uma das principais portas do continente. (3/2/93)

(...) Portugal, que se recupera da pasmeceira econômica na qual afundou desde que perdeu a boca livre das colônias, agora se dá ao luxo de fazer o papel de primo rico. (3/2/93)

A escolha dos barrados no baile está de acordo com a política do governo português de dissuadir a imigração brasileira para Portugal. (3/2/93)

Na reportagem seguinte a estes acontecimentos (onde também se expõe a alteração sobre os processos de entrada e fixação de estrangeiros em Portugal), é novamente adoptado o reenaltcimento do país e dos projectos migratórios com saldo positivo em termos de trajectória. O entendimento que pode fazer-se do significado da reportagem de 1993 sobre as profissões dos Brasileiros com sucesso em Portugal é o da reafirmação da existência de uma imigração com contornos e características que se distanciam dos exemplos mostrados na notícia sobre a expulsão.

A transição para a imagem sedimentada de um país que, se acolhe alguns milhares de Brasileiros, terá de ter melhores atributos que aquele que “impelia” alguns Portugueses a ir residir para o Brasil, é marcada pela diminuição de notícias correspondentes, que passam novamente a existir apenas quando há acontecimentos dignos de nota, concretamente os relativos aos seus compatriotas. A expulsão foi um desses casos, como o tinha sido a notícia acerca da legalização de estrangeiros, em 19 de Agosto de 1992, na qual se referia a mudança de estatuto de quem trabalha e vive irregularmente em Portugal:

O recurso ao discurso de autoridades portuguesas para informar sobre a consequência da alteração de legislação é feito na reportagem supracitada, em 1993, cujo significado será também o de evitar entradas ilegais e novas expulsões em Portugal:

Quem quiser sair do Brasil para morar em Portugal tem de desembarcar com a autorização de residência, alerta o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso. (21/4/93)

Até 1996, não foram encontrados mais artigos referentes ao tema em estudo, à excepção da reportagem a propósito do registo estatístico dos Brasileiros residentes fora do Brasil, no qual também é referido Portugal de forma não destacada. Adianta-se a notícia de que haveria, até ao final do ano, uma amnistia para os cerca de 2000 “indocumentados” e salienta-se que os registos consulares dos imigrantes são muito rigorosos no País porque revelam “a surpreendente emigração para Portugal de 20 padeiros brasileiros” (3/4/1996).

A notícia da eleição de António Guterres, em Outubro de 1995, constitui-se apenas como uma nota internacional. Não haver qualquer semelhança entre esta notícia e o tratamento jornalístico que a revista deu aos resultados das eleições contemporâneas da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia é um indicador forte da elevada atenção que, esta sim, assumiu na opinião pública brasileira.

Na viragem do século, a emigração do Brasil para Portugal mudou. Ou melhor, à emigração já existente veio adicionar-se um novo fluxo mais intenso, tendo a população brasileira residente em Portugal mais do que duplicado, pelo que é hoje a nacionalidade mais numerosa na imigração. Diferenças qualitativas caracterizam também este novo fluxo: em primeiro lugar, porque integra trabalhadores mais desqualificados e inseridos noutros sectores de actividade que não os tradicionais (sobretudo hotelaria e restauração); em segundo, porque integra uma componente maior de irregularidade.

A imprensa terá tido, provavelmente, menor influência na construção da atracção de Portugal junto destes novos migrantes do que a que teve no período analisado neste trabalho. Tendo em conta a composição social dos migrantes e a sua maior concentração em sectores específicos do mercado de trabalho, parece que estamos em presença de efeitos mais associados ao funcionamento de redes interpessoais do que a mecanismos de difusão mediatizados. A comprovação desta hipótese exigiria, porém, novos estudos sobre a relação entre os órgãos de comunicação social e a migração do Brasil para Portugal.

Referências Bibliográficas

- CARTIER-BRESSON, Jean e KOPP, Pierre (1989) – “Croissance, exclusion sociale et instabilité de la politique économique au Brésil”, *Revue Tiers Monde*, 117.
- DINIZ, Eli (1995) – “Reformas económicas y democracia en el Brasil de los años noventa: las cámaras sectoriales como foro de negociación”, *Revista Mexicana de Sociología*, 4/95, pp. 61-93.
- FAIST, Thomas (2000) – *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Oxford University Press.
- GARDNER, R. W. (1981), “Macrolevel influences on the migration decision process”, in De Jong, G. e Gardner, R. W. (orgs.), *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 59-89.
- GOODMAN, J. L. (1981) – “Information, uncertainty, and the microeconomic model of migration decision making”, in De Jong, G. e Gardner, R. W. (orgs.), *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 130-148.
- HABERKORN, G. (1981) – “The migration decision-making process: some social-psychological considerations”, in DE JONG, G. e GARDNER, R. W. (orgs.), *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 252-278.
- HELWEG, A. W. (1987) – “Why leave India for America? A case study approach to understanding migrant behaviour”, *International Migration* 25 (2), pp. 165-177.
- HUGO, Graeme J. (1981) – “Village-community ties, village norms and ethnic and social networks: a review of evidence from the Third Worlds”, in DE JONG, G. e GARDNER, R. W. (orgs.), *Migration*

- Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 186-224.
- JACKSON, John [1991,1986] – *Migrações*, Lisboa, Esher/Celta.
- MASSEY, Douglas S. e Outros (1998) – *Worlds in motion: Understanding International Migration at the End of the Millenium*, Oxford, Oxford University Press.
- MILES, Robert e SATZEWICH, Victor (1990) – “Migration racism and ‘postmodern capitalism’”, *Economy and Society* 19 (3), pp. 334-358.
- PEIXOTO, João (1999) – *A mobilidade Internacional dos Quadros*, Oeiras, Celta Editora.
- PETRAS, Elizabeth McLean (1981) – “The global labor market in the modern world-economy”, in KRITZ, M. M., KEELY, C. B. e TOMASI, S. M. (orgs.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque: The Center of Migration Studies, pp. 44-63.
- PINHO, Filipa (1993) – *Processo de decisão e trajectória de emigração do Brasil para Portugal*, Dissertação de licenciatura no Seminário de Sociologia do Desenvolvimento, Lisboa, ISCTE (mimeo).
- (2001) – *Migrações e processos comunicacionais: o caso dos brasileiros em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, Lisboa, ISCTE (mimeo).
- PIRES, Rui Pena (1993) – “Immigration in Portugal: a typology”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (org.), *Recent Migration Trends in Europe*, Lisboa, IED e Universidade Aberta, pp. 179-194.
- PORTES, Alejandro (1981) – “Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration”, in KRITZ, M. M., KEELY, C. B. e TOMASI, S. M. (orgs.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque: The Center of Migration Studies, pp. 279-297.
- (1999) – *Migrações Internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- SCHMIDT, Benicio Viero (1988) – “Transición y crisis de gobernabilidad en Brasil”, *Revista Mexicana de Sociología* 2/88, pp. 35-50.
- SORLIN, Pierre [1997, 1994] – *Mass Media*, Oeiras, Celta Editora.
- WOLF, Mauro [1994, 1985] – *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Presença (1.^a edição em português, em 1987).

Fontes

Os seguintes artigos da revista *Veja*, entre 1985 e 1996:

- 1985, 3 de Abril, “Aceitos, afinal”, s/p.
- 1985, 16 de Outubro, “Voto pelo novo”, s/p.
- 1986, 14 de Maio, “Um roteiro sentimental”, por Artur Pereira, pp. 28-30.
- 1987, 1 de Abril, “Portugal na bagagem”, pp. 40-41.
- 1987, 29 de Julho, “Caminho de volta”, pp. 34-36.
- 1988, 16 de Março, “Os brasileiros vão à luta: bye-bye Brasil”, pp. 38-46.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

- 1988, 15 de Junho, “O português ri”, pp. 40-41.
1988, 19 de Outubro, “Cuidado na aterrisagem”, por Guilherme Costa Manso, pp. 5-7.
1988, 2 de Novembro, “Arrufos de Ultramar”, por Guilherme Costa Manso, pp. 58-60.
1989, 16 de Agosto, “Eu prefiro o Brasil”, pp. 142.
1990, 8 de Agosto, “A última do Brasileiro”, pp. 56-57.
1991, 9 de Janeiro, “Os dólares avistam a terra do fado”, pp. 54-57.
1991, 7 de Agosto, “O povo da diáspora”, por Fábio Altman, pp. 36-43.
1991, 27 de Novembro, “Guerra dos dentistas”, por Fábio Altman, pp. 42-43.
1991, 4 de Dezembro, “Faturamento além do Atlântico”, pp. 86-87.
1992, 19 de Agosto, “Uma *chance* para os imigrantes”, p. 40.
1993, 3 de Fevereiro, “Tamancas na mão”, pp. 32-33.
1993, 21 de Abril, “A Europa descobriu Portugal”, pp. 54-61.
1995, 11 de Outubro, “A volta dos socialistas”, p. 58.
1996, 3 de Abril, “Nossa”.

IV

IMIGRANTES BRASILEIROS E MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL ¹

JOÃO PEIXOTO

ALEXANDRA FIGUEIREDO

*SOCIUS – Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa*

A imigração brasileira em Portugal não tem sido, até hoje, objecto de estudo sistemático. Tal tem acontecido apesar da sua durabilidade, da renovação permanente dos fluxos e da sua presença extensiva na sociedade e opinião pública portuguesas. A ausência de conhecimento sistemático ocorre, em particular, no que se refere à inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho. É sabido que muitos dos fluxos são compostos por cidadãos activos. A sua incorporação em actividades económicas diversas, como a publicidade, a medicina dentária, o comércio e a restauração, a construção civil e o trabalho doméstico, tem sido objecto de atenção dispersa. Torna-se assim importante avaliar, de modo integrado, as características socioprofissionais dos imigrantes brasileiros e o tipo de segmento do mercado de trabalho onde se inserem.

Neste texto iremos lembrar, em primeiro lugar, alguns aspectos gerais da inserção dos imigrantes estrangeiros no mercado de trabalho português. Em segundo lugar, serão revistas as principais características sociais e profissionais dos imigrantes brasileiros em Portugal, por sexo, nos últimos anos. Serão sobretudo utilizadas informações constantes dos recenseamentos da população portuguesa efectuados pelo INE, em 1991 e 2001, para além de dados mais recentes sobre o tema, com realce para a avaliação da “segunda vaga” da imigração brasileira (Casa do Brasil, 2004). Em terceiro lugar, tentaremos reflectir sobre as principais oportunidades laborais que a imigração brasileira tem aproveitado, bem como os constrangimentos a que tem sido sujeita para uma integração mais plena.

1. Imigração e mercado de trabalho em Portugal

Desde que a imigração estrangeira se tornou significativa em Portugal, a partir de meados dos anos 80, a inserção profissional dos imigrantes tem apresentado uma característica dual ou socialmente polarizada. Vários estudos disponíveis têm realçado o facto de que uma larga fracção dos imigrantes se tem posicionado em segmentos privilegiados do mercado de trabalho, enquanto uma outra – a maioria – se tem colocado nos patamares mais baixos das hierarquias

¹ Os autores agradecem a Jorge Malheiros os comentários a uma primeira versão deste texto. Os erros e insuficiências são, no entanto, da sua inteira responsabilidade.

sociais (cf., por exemplo, Baganha e Góis, 1998/99; Peixoto, 1999; Pires, 2003). As nacionalidades que têm ocupado os segmentos de topo, melhor remunerados e mais qualificados, são sobretudo as da União Europeia, logo seguidas da brasileira. Os segmentos mais precários, pior pagos e menos qualificados, foram ocupados, inicialmente, por indivíduos provenientes das ex-colônias portuguesas de África, tendo sido sujeitos em anos recentes a uma incorporação mais variada.

Os últimos anos têm sido caracterizados por um relevo crescente dos segmentos mais desqualificados. Os fluxos imigratórios, ao longo dos anos 80 e grande parte dos anos 90, foram-se distribuindo pelos dois pólos da pirâmide social. A subavaliação quantitativa respeitante aos imigrantes em condição irregular – colocados em trabalhos de baixo estatuto – foi então compensada pela maior circulação e estadias mais curtas dos imigrantes de topo. O final dos anos 90 testemunha, porém, um “resvalar” para formas de inserção em segmentos menos qualificados. É então que ocorre a grande vaga de imigração de Leste, o aumento da entrada de Brasileiros e a diversificação progressiva das nacionalidades, fluxos que em poucos anos quase levaram à duplicação do número de estrangeiros em situação legal no País. A diversidade de origens nacionais foi acompanhada por uma maior variedade de canais de imigração: as redes de auxílio à imigração ilegal e de tráfico de pessoas substituíram as redes informais de suporte à imigração. A larga maioria dos novos imigrantes posicionou-se nos segmentos menos privilegiados do mercado de trabalho (cf. Malheiros e Baganha, 2001; Pires, 2003; Baganha, Marques e Góis, 2004).

A noção de que os “modos de incorporação” dos imigrantes, no mercado de trabalho, podem variar entre inserções no mercado primário, com empregos bem remunerados, com perspectivas de carreira estáveis, e entradas no mercado secundário, onde predominam as baixas remunerações, a ausência de carreiras e a instabilidade, tem sido várias vezes explorada. No campo teórico, é sobretudo o trabalho de Portes (1999) que nos tem chamado a atenção para essa realidade. À incorporação nos segmentos primário e secundário o autor acrescenta, ainda, os enclaves étnicos e as minorias intermediárias. No caso português, a ideia das incorporações diferenciais dos imigrantes no mercado de trabalho tem sido explorada por vários autores (cf., por exemplo, Peixoto, 2002). A análise das nacionalidades presentes no País ilustra a ocupação destes segmentos laborais. Gestores de empresas, profissionais liberais e outros segmentos qualificados, sobretudo europeus e brasileiros, ocupam o mercado primário. Operários da construção civil, empregadas de limpeza, empregados pouco qualificados do comércio e restauração, tanto Africanos, Europeus de Leste, como Brasileiros, ocupam o mercado secundário. Algumas outras nacionalidades, com destaque para as asiáticas, preenchem os nichos étnicos e intermediários do mercado de trabalho.

A cronologia dos modos de incorporação tem acompanhado a evolução da economia portuguesa, incluindo os ciclos económicos. A modernização da economia, posterior a 1986, com a adesão à (então) CEE, testemunhou a entrada tanto de imigrantes qualificados como de não-qualificados. O aumento do investimento estrangeiro foi responsável pelo fluxo de gestores e técnicos

ligados às empresas transnacionais. A modernização das actividades esteve ligada ao recurso, directa ou indirectamente induzido, a profissionais estrangeiros em áreas com escassez de qualificações – foi o caso do *marketing* e da informática, que referiremos à frente. O aumento do nível de vida e das aspirações dos Portugueses levou a uma progressiva rejeição dos segmentos menos qualificados do mercado de trabalho; em muitos casos, continuou a preferir-se a emigração ao desempenho das mesmas actividades no País, pior pagas e socialmente minorizadas. As necessidades de mão-de-obra intensiva e não qualificada resultantes da entrada de capital estrangeiro (investimento e fundos estruturais) e do investimento nacional, sobretudo no sector da construção civil, foram satisfeitas com Africanos, primeiro, e Europeus de Leste e Brasileiros, mais tarde.

Os ciclos económicos explicaram parte dos diferentes ritmos de entrada. A expansão económica, posterior a 1986, conheceu um aumento da entrada de Europeus, Brasileiros e Africanos. Muitos dos Africanos vieram dar origem ao então novo fenómeno da imigração ilegal, o que suscitou a primeira operação de regularização em 1992. A desaceleração do crescimento económico, em meados dos anos 90, levou a uma diminuição das entradas. O novo ciclo de expansão do final dos anos 90 levou a nova intensificação dos fluxos – que, perante os novos enquadramentos legais (espaço Schengen) e as novas redes organizadas, atingiu números até então desconhecidos.

A tendência de flexibilização do mercado de trabalho acompanhou toda esta evolução. Não apenas a situação geral foi a de uma precarização gradual, como alguns sectores entraram numa lógica muito pronunciada de desregulamentação. Os trabalhadores portugueses, em vários sectores de actividade, mantiveram alguns dos seus direitos; em contrapartida, outros sectores conheceram uma evolução acelerada em direcção à flexibilização. Em muitos casos, esta realidade anunciou a expansão da economia informal. Esse foi, exemplarmente, o caso do sector da construção civil. O seu novo enquadramento levou ao afastamento progressivo dos trabalhadores portugueses e à entrada generalizada de trabalhadores estrangeiros, sobretudo à medida que se descia na hierarquia profissional e nas cadeias de subcontratação (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999).

As políticas de imigração ofereceram, ainda, um enquadramento institucional que favoreceu a proliferação dos segmentos mais precários do mercado de trabalho. A existência de duas operações de regularização, em 1992-93 e 1996, foi justificada pela maior entrada e permanência irregular de cidadãos estrangeiros, em larga medida ocupados naqueles segmentos. A operação que levou à concessão de autorizações de permanência (AP), em 2001, teve um papel mais intenso neste aspecto. O facto de as AP serem apenas atribuídas a indivíduos detentores de contratos de trabalho subordinou a lógica da política de imigração ao funcionamento dos mercados de trabalho. Uma vez que o período da sua concessão foi longo, esta operação levou em simultâneo à regularização da situação de imigrantes anteriores e ao estímulo à entrada de novos trabalhadores. Na actualidade, o objectivo de subordinar as entradas migratórias a um sistema de quotas, atribuídas em função das necessidades do mercado de trabalho, volta a criar uma preponderância da lógica económica na política de imigração. Porém, como sucedeu anteriormente, o mais provável é que a capacidade de regulação se revele inferior às dinâmicas formais e informais dos mercados.

2. Características socioeconómicas da imigração brasileira

As fontes estatísticas disponíveis para a análise da inserção socioeconómica dos imigrantes, em particular os Brasileiros, são escassas. Elas apresentam, em todos os casos, problemas de construção e interpretação. Entre as estatísticas oficiais, são sobretudo as do SEF, nomeadamente o “stock” anual de estrangeiros com residência legal, que têm sido utilizadas, por contemplarem a vertente socioprofissional da imigração (dados disponíveis entre 1986 e 1998). É com base nesta informação que tem sido elaborada a maior parte das análises sobre o tema. Estes dados apresentam como principais lacunas a cobertura apenas da fracção legal da imigração², a disponibilização de muito poucas variáveis e eventuais problemas de actualização e qualidade – que terão levado o SEF a interromper a série no final dos anos 90. Outros dados oficiais disponíveis são os dos recenseamentos da população, que medem sobretudo o “stock” de estrangeiros (embora revelem habitualmente subavaliação destas subpopulações); as estatísticas do INE/SEF de fluxos de imigração (embora a série, iniciada em 1992, não esteja disponível para todos os anos e respeite apenas aos indivíduos que solicitaram autorizações de residência); e os dados sobre os pedidos de autorizações de permanência em 2001 (apenas relativos aos primeiros contratos) – entre outras fontes menos divulgadas.

Nesta secção, iremos sobretudo utilizar os dados oriundos dos recenseamentos da população de 1991 e 2001. No que se refere aos cidadãos de nacionalidade brasileira, estes números têm sido até hoje pouco divulgados. Serão utilizados dados não publicados, respeitantes à população com nacionalidade brasileira, por sexo, recenseada naquelas duas datas, contendo diversas variáveis de caracterização demográfica e sócio-económica³. Estes dados apresentam algumas vantagens importantes: permitem a comparação entre duas fases distintas da imigração brasileira (que se aproximam da actual noção de “duas vagas”), a avaliação e combinação entre múltiplas variáveis, e a captação de indivíduos tanto com estatuto legal como irregular. As suas maiores desvantagens resultam de se avaliarem “estrangeiros” e não “imigrantes” (existem alguns residentes desde há longa data em Portugal)⁴ e de existir uma cobertura provavelmente apenas parcial do universo. Este último problema é, aliás, típico do recenseamento de populações estrangeiras, menos sedimentadas e com estatutos mais irregulares.

A avaliação do número total de Brasileiros recenseados em 1991 e 2001 e a sua comparação com outras fontes, nomeadamente o SEF, confere alguma credibilidade aos dados dos censos. Em

² Em rigor, os dados respeitam à população estrangeira com estatuto legal de residência, o que não coincide com a imigração.

³ Estes dados foram cedidos pelo INE a um projecto de investigação a que os autores deste texto estiveram ligados: projecto “Mulheres migrantes: percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal” (PIHM/SOC/49765/2003), financiado pela FCT e CIDM. O total da população brasileira nestes registos não coincide rigorosamente, porém, com o valor constante das publicações oficiais dos recenseamentos de 1991 e 2001.

⁴ Por facilidade de linguagem, as expressões “estrangeiros” e “imigrantes” serão, no entanto, adoptadas sem distinção nos parágrafos seguintes.

1991, os valores são quase equivalentes: para um total de 13 508 Brasileiros identificados no Censo, existiam 12 678 legalizados no SEF. Em 2001, os dados censitários são superiores aos do “stock” de legalizados com autorizações de residência, embora inferiores aos da sua acumulação com as autorizações de permanência (AP), emitidas ao longo do ano. Em 2001, para um total de 31 869 Brasileiros constantes do Censo, encontramos 23 439 legalizados com autorizações de residência e um total de 23 713 AP, emitidas durante o ano (cf., para estes dados, www.ine.pt e www.sef.pt). Podemos assim admitir que, mesmo tendo existido alguma subavaliação dos irregulares pelo censo, essa subavaliação não foi muito intensa, sobretudo se tivermos em conta que em Abril, momento censitário, muitas das AP não haviam sido emitidas.

Consideremos, em primeiro lugar, a distribuição geográfica dos Brasileiros (Quadro 4.1). De acordo com o recenseamento da população, efectuado em 1991, pelo INE, a população brasileira residia, em grande parte, no Norte (39,6%), em particular na região do Grande Porto (18,6%). Lisboa e Vale do Tejo concentrava 34% destes imigrantes, na sua maioria residentes na Grande Lisboa (27,5%) e Península de Setúbal (4,4%). O Centro do País contava com 19,5% dos inquiridos. Em 2001, o panorama acima descrito alterou-se de forma substancial. Com efeito, a nova vaga de imigrantes reforçou fortemente a presença na região de Lisboa e Vale do Tejo (57,1%), estando agora 37,7% concentrados na Grande Lisboa e 13,7% na Península de Setúbal. No Norte e Centro do País os valores desceram para 21,2% e 11,7%, respectivamente, com o Grande Porto a perder cerca de 8 pontos percentuais, relativamente a 1991 (10,7%). Em contrapartida, a presença de Brasileiros no Alentejo e Algarve fez-se um pouco mais notada, aumentando entre 1 e 3 pontos percentuais nestas regiões.

A variação, na inserção geográfica dos imigrantes indica, desde logo, a diminuição da lógica de contracorrente associada inicialmente aos fluxos provenientes do Brasil (Pires, 2003) e a maior concentração dos novos imigrantes nos mercados de trabalho regionais, mais urbanos e desenvolvidos do País. De modo significativo, enquanto a proporção de homens e mulheres por regiões era quase idêntica em 1991, as assimetrias tornam-se maiores em 2001, com maior concentração dos efectivos masculinos nas regiões de maior crescimento. Tal também sugere o desencadear de novas lógicas de imigração de trabalho, com relevo para os indivíduos do sexo masculino que se deslocam de forma isolada para as regiões com maior oferta de emprego.

As qualificações académicas (graus de ensino concluídos) declaradas em ambos os recenseamentos são de comparação problemática, devido às diferentes nomenclaturas adoptadas (Quadros 4.2.a e 4.2.b). Contudo, a sua observação parece revelar que os níveis de qualificação não são muito divergentes. Considerando, apenas, a população maior de 15 anos, verificamos que, em 1991, são 26,6% os que declaram ter concluído o ensino básico primário e preparatório e perto de 38% os que possuem o ensino secundário (unificado e complementar). O destaque vai também para a percentagem de bacharéis (13,2%) e de licenciados (5,2%). Em 2001, os que declaram possuir o ensino básico de 1.º e 2.º ciclo ascendem aos 27% e os que têm o ensino básico de 3.º ciclo e o secundário ultrapassam os 51%. O número de licenciados é superior em 2001 (10,4%), enquanto os bacharéis descem para perto de 4%.

QUADRO 4.1

Distribuição geográfica do total da população brasileira em Portugal, em 1991 e 2001, por sexo (Nuts III)

Sexo Nuts 3	1991						2001					
	Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Norte	2381	39,5	2692	39,7	5073	39,6	3058	18,7	3482	24,1	6540	21,2
Minho-Lima	161	2,7	182	2,7	343	2,7	133	0,8	173	1,2	306	1,0
Cávado	233	3,9	275	4,1	508	4,0	370	2,3	464	3,2	834	2,7
Ave	158	2,6	187	2,8	345	2,7	263	1,6	297	2,1	560	1,8
Grande Porto	1162	19,3	1221	18,0	2383	18,6	1573	9,6	1731	12,0	3304	10,7
Tâmega	188	3,1	224	3,3	412	3,2	213	1,3	228	1,6	441	1,4
Entre Douro e Vouga	229	3,8	258	3,8	487	3,8	261	1,6	242	1,7	503	1,6
Douro	119	2,0	191	2,8	310	2,4	114	0,7	157	1,1	271	0,9
Alto Trás-os-Montes	131	2,2	154	2,3	285	2,2	131	0,8	190	1,3	321	1,0
Centro	1179	19,5	1326	19,5	2505	19,5	1765	10,8	1832	12,7	3597	11,7
Baixo Vouga	407	6,7	428	6,3	835	6,5	597	3,7	556	3,8	1153	3,7
Baixo Mondego	213	3,5	245	3,6	458	3,6	304	1,9	299	2,1	603	2,0
Pinhal Litoral	131	2,2	135	2,0	266	2,1	327	2,0	295	2,0	622	2,0
Pinhal Interior Norte	46	0,8	83	1,2	129	1,0	68	0,4	93	0,6	161	0,5
Dão-Lafões	273	4,5	321	4,7	594	4,6	267	1,6	357	2,5	624	2,0
Pinhal Interior Sul	14	0,2	21	0,3	35	0,3	22	0,1	23	0,2	45	0,1
Serra da Estrela	19	0,3	31	0,5	50	0,4	19	0,1	29	0,2	48	0,2
Beira Interior Norte	49	0,8	37	0,5	86	0,7	85	0,5	83	0,6	168	0,5
Beira Interior Sul	18	0,3	13	0,2	31	0,2	28	0,2	40	0,3	68	0,2
Cova da Beira	9	0,1	12	0,2	21	0,2	48	0,3	57	0,4	105	0,3
Lisboa e Vale do Tejo	2048	34,0	2309	34,0	4357	34,0	9776	59,9	7794	53,9	17570	57,1
Oeste	62	1,0	58	0,9	120	0,9	588	3,6	383	2,7	971	3,2
Grande Lisboa	1661	27,5	1859	27,4	3520	27,5	6224	38,1	5367	37,1	11591	37,7
Península de Setúbal	266	4,4	294	4,3	560	4,4	2546	15,6	1682	11,6	4228	13,7
Médio Tejo	29	0,5	46	0,7	75	0,6	116	0,7	142	1,0	258	0,8
Lezíria do Tejo	30	0,5	52	0,8	82	0,6	302	1,8	220	1,5	522	1,7
ALENTEJO	70	1,2	79	1,2	149	1,2	423	2,6	271	1,9	694	2,3
Alentejo Litoral	13	0,2	18	0,3	31	0,2	53	0,3	52	0,4	105	0,3
Alto Alentejo	19	0,3	25	0,4	44	0,3	76	0,5	76	0,5	152	0,5
Alentejo Central	21	0,3	26	0,4	47	0,4	189	1,2	96	0,7	285	0,9
Baixo Alentejo	17	0,3	10	0,1	27	0,2	105	0,6	47	0,3	152	0,5
Algarve	173	2,9	193	2,8	366	2,9	987	6,0	819	5,7	1806	5,9
Região Autónoma dos Açores	76	1,3	85	1,3	161	1,3	158	1,0	98	0,7	256	0,8
Região Autónoma da Madeira	104	1,7	105	1,5	209	1,6	164	1,0	152	1,1	316	1,0
Total	6031	100,0	6789	100,0	12820	100,0	16331	100,0	14448	100,0	30779	100,0

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 4.2a

Qualificação académica da população brasileira com idade superior ou igual a 15 anos, em 1991, por sexo

Sexo	1991					
	Masculino		Feminino		Total	
Qualificação académica	n	%	n	%	n	%
Não sabe ler nem escrever	80	1,7	263	4,7	343	3,3
Sabe ler e escrever sem qualquer grau de ensino	143	3,0	329	5,9	472	4,6
Ensino Básico (Primário)	476	10,0	738	13,3	1214	11,8
Ensino Básico (Preparatório)	798	16,8	724	13,1	1522	14,8
Ensino Secundário (Unificado)	861	18,2	797	14,4	1658	16,1
Ensino Secundário (Complementar)	1062	22,4	1158	20,9	2220	21,6
Ensino Profissional	153	3,2	185	3,3	338	3,3
Ensino Médio	103	2,2	288	5,2	391	3,8
Ensino Superior (Bacharelato)	577	12,2	779	14,1	1356	13,2
Ensino Superior (Licenciatura)	337	7,1	193	3,5	530	5,2
Ensino Superior (Mestrado ou Doutorado)	149	3,1	89	1,6	238	2,3
Total	4739	100,0	5543	100,0	10282	100,0

Fonte: INE, Censos 1991, dados não publicados.

QUADRO 4.2b

Qualificação académica da população brasileira com idade superior ou igual a 15 anos, em 2001, por sexo

Sexo	2001					
	Masculino		Feminino		Total	
Qualificação académica	n	%	n	%	n	%
Não sabe ler nem escrever	152	1,0	231	1,8	383	1,4
Sabe ler e escrever sem qualquer grau de ensino	568	3,8	487	3,7	1055	3,8
Ensino Básico - 1º Ciclo	2080	14,0	1502	11,5	3582	12,9
Ensino Básico - 2º Ciclo	2352	15,9	1602	12,3	3954	14,2
Ensino Básico - 3º Ciclo	3446	23,2	2629	20,2	6075	21,8
Ensino Secundário	4192	28,3	4048	31,1	8240	29,6
Ensino Médio	78	0,5	67	0,5	145	0,5
Bacharelato	472	3,2	603	4,6	1075	3,9
Licenciatura	1258	8,5	1633	12,5	2891	10,4
Mestrado	164	1,1	171	1,3	335	1,2
Doutoramento	76	0,5	58	0,4	134	0,5
Total	14838	100,0	13031	100,0	27869	100,0

Fonte: INE, Censos 2001, dados não publicados.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Estes dados confirmam parcialmente aquilo que estudos mais recentes, como o da Casa do Brasil (2004), afirmam sobre a “segunda vaga” da imigração. Embora a diferença entre as nomenclaturas e a não-inclusão de alguns imigrantes irregulares possa prejudicar a validade interpretativa dos dados dos censos, estes sugerem que a qualificação académica dos Brasileiros não diminuiu significativamente. Assim, a imigração recente poderá apresentar níveis de qualificação semelhantes (censos) ou apenas ligeiramente inferiores (Casa do Brasil) aos dos fluxos tradicionais. O que parece seguro é que as qualificações dos Brasileiros que decidem imigrar para Portugal têm sido sempre superiores à média portuguesa⁵. Esta asserção permite suportar a ideia de que a nova vaga de imigrantes brasileiros é ainda oriunda de camadas sociais médias ou, com um relevo crescente, médias-baixas da sociedade de origem (Padilla, 2004^a e 2004^b). A distribuição dos padrões de qualificação por sexo não parece variar substancialmente.

Em termos de mercado de trabalho, a população inquirida nos dois momentos em análise apresenta situações mais diversificadas. Considerando a condição perante o trabalho: se, em 1991, grande parte declarou estar inactiva (47,2%), em 2001, estes indivíduos representam apenas 22,5% (Quadros 4.3.a e 4.3.b). Em resultado, a taxa de actividade da população brasileira, em 2001, é substancialmente mais elevada do que em 1991 (74% contra 48,4%), o que confirma o desencadear de novos fluxos migratórios de trabalho. Embora a maior actividade económica se continue a concentrar nos homens, o aumento da taxa de actividade é também substancial nas mulheres: em 2001, as taxas de actividade masculina e feminina são de 82,3% e 64,6%, respectivamente. Quanto à taxa de desemprego, esta diminui de 1991 para 2001 (9% para 7,5%), continuando a afectar mais fortemente as mulheres: em 2001, as taxas de desemprego masculina e feminina são de 4,2% e 12,3%, respectivamente.

Quais são as profissões desempenhadas pelas diferentes vagas de imigração, contempladas nos diferentes recenseamentos (Quadros 4.4.A e 4.4.B)? Em 1991, as principais profissões desempenhadas pelos imigrantes brasileiros são as profissões intelectuais e científicas (22,5%) e as profissões técnicas intermédias (17,1%). Muitos encontram-se também entre o pessoal dos serviços de protecção e segurança e dos serviços pessoais e domésticos (16,3%). Em menor número, alguns são membros dos corpos legislativos, quadros dirigentes da função pública e directores de empresas (9,5%) e outros são empregados administrativos (9,4%). Em 2001, a situação profissional dos imigrantes é bastante diferente. De facto, eles encontram-se sobretudo a exercer funções de operários, artífices e trabalhadores similares (22,5%), pessoal dos serviços e vendedores (19,2%), trabalhadores não-qualificados (19%) e técnicos e profissionais de nível intermédio (10,3%). Os especialistas das profissões intelectuais e científicas (9,8%) surgem apenas em quinto lugar.

⁵ Em 2001, a proporção da população portuguesa que detinha o ensino secundário e o superior era de 15% e 8,8%, respectivamente (segundo o recenseamento).

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 4.3a

Condição perante o trabalho do total da população brasileira, em 1991, por sexo

1991						
Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Condição perante o trabalho						
População activa empregada	3424	56,8	2223	32,7	5647	44,0
População activa desempregada	174	2,9	383	5,6	557	4,3
População inactiva	2256	37,4	3789	55,8	6045	47,2
Outros casos	177	2,9	394	5,8	571	4,5
Total	6031	100,0	6789	100,0	12820	100,0
Taxa de actividade (%)		59,7		38,4		48,4
Taxa de desemprego (%)		4,8		14,7		9,0

Fonte: INE, Censos 1991, dados não publicados.

QUADRO 4.3b

Condição perante o trabalho do total da população brasileira, em 2001, por sexo

2001						
Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Condição perante o trabalho						
População activa empregada	12878	78,9	8191	56,7	21069	68,5
População activa desempregada	565	3,5	1145	7,9	1710	5,6
População inactiva	2451	15,0	4462	30,9	6913	22,5
Outros casos	437	2,7	650	4,5	1087	3,5
Total	16331	100,0	14448	100,0	30779	100,0
Taxa de actividade (%)		82,3		64,6		74,0
Taxa de desemprego (%)		4,2		12,3		7,5

Fonte: INE, Censos 2001, dados não publicados.

QUADRO 4.4a

Profissões da população brasileira activa em 1991, por sexo

1991						
Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Profissões intelectuais e científicas	783	21,8	610	23,4	1393	22,5
Profissões técnicas intermédias	600	16,7	458	17,6	1058	17,1
Pessoal dos serviços de protecção e segurança, dos serviços pessoais e doméstico	564	15,7	445	17,1	1009	16,3
Membros corpos legislativos, quad.dirigentes função pública, direct.empresas	425	11,8	163	6,3	588	9,5
Empregados administrativos	256	7,1	329	12,6	585	9,4
Trabalhadores da produção industrial e artesãos	427	11,9	142	5,4	569	9,2
Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços	204	5,7	283	10,9	487	7,8
Operadores de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores	207	5,8	39	1,5	246	4,0
Trabalhadores da agricultura e da pesca	65	1,8	42	1,6	107	1,7
Forças armadas	19	0,5	5	0,2	24	0,4
Não se aplica	48	1,3	90	3,5	138	2,2
Total	3598	100,0	2606	100,0	6204	100,0

Fonte: INE, Censos 1991, dados não publicados.

QUADRO 4.4b

Profissões da população brasileira activa em 2001, por sexo

2001						
Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Profissão	n	%	n	%	n	%
Operários, artífices e trabalhadores similares	4712	35,1	404	4,3	5116	22,5
Pessoal dos serviços e vendedores	1550	11,5	2825	30,3	4375	19,2
Trabalhadores não qualificados	2058	15,3	2268	24,3	4326	19,0
Técnicos e profissionais de nível intermédio	1338	10,0	1013	10,9	2351	10,3
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	1213	9,0	1029	11,0	2242	9,8
Quad.superiores administração pública, dirigentes e quad.superiores de empresas	863	6,4	427	4,6	1290	5,7
Pessoal administrativo e similares	439	3,3	783	8,4	1222	5,4
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	950	7,1	178	1,9	1128	5,0
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	165	1,2	69	0,7	234	1,0
Forças armadas	13	0,1	1	0,0	14	0,1
Não se aplica	142	1,1	339	3,6	481	2,1
Total	13443	100,0	9336	100,0	22779	100,0

Fonte: INE, Censos 2001, dados não publicados.

A observação dos grupos socioeconómicos confirma o grande contraste existente entre os estatutos socioprofissionais⁶ (Quadros 4.5.a e 4.5.b). Em 1991, 20,4% dos inquiridos activos são empregados administrativos do comércio e serviços e 16,9% são quadros intelectuais e científicos. Por seu lado, os quadros técnicos intermédios representam 11,7% e os operários qualificados e semiquualificados 10,4%. Mesmo se a diferença entre as nomenclaturas utilizadas nos dois momentos não permite comparações detalhadas, a composição da população brasileira altera-se substancialmente em 2001. Efectivamente, 23,9% dos inquiridos declararam ser, então, operários qualificados e semiquualificados; 20,7% empregados administrativos do comércio e serviços; 9,2% trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados; e 7,8% operários não-qualificados. Os quadros intelectuais e científicos descem quase 10 pontos percentuais, entre 1991 e 2001.

No campo da actividade profissional, as diferenças entre os sexos são ainda substanciais. Considerando apenas a distribuição pelos grupos socioeconómicos mais representados (Quadros 4.5.a e 4.5.b), verificamos que, em 1991, as mulheres estão em maior número relativo, entre os empregados administrativos do comércio e serviços e quadros intelectuais e científicos, e, em menor número, entre os quadros técnicos intermédios e, sobretudo, os operários qualificados e semiquualificados. Em 2001, as assimetrias tornam-se muito mais notórias. Os operários qualificados e semiquualificados e os operários qualificados são em muito maior proporção homens; enquanto os empregados administrativos do comércio e serviços e os trabalhadores administrativos do comércio e serviços, não-qualificados, são sobretudo mulheres. Embora com diferenças mais escassas, os quadros técnicos intermédios continuam a ser uma categoria mais masculina, e os quadros intelectuais e científicos, uma categoria mais feminina (sempre no que diz respeito à distribuição relativa dos estatutos socioeconómicos, em cada sexo).

A natureza claramente contrastante das duas vagas de imigração surge evidente, nestes dados. As ocupações profissionais da população brasileira em Portugal são quase diametralmente opostas, em 1991 e 2001. De um preenchimento de lugares mais elevados na pirâmide profissional, em 1991, com relevo para os empregados qualificados e semiquualificados dos serviços e os quadros superiores e técnicos, passamos para uma ocupação de alguns dos estratos mais baixos, em 2001, com relevo para os operários industriais e os empregados de serviços, sempre com aumento da fracção de não-qualificados. Estes dados confirmam e aprofundam as indicações surgidas anteriormente sobre o tema. As profissões menos qualificadas da indústria e serviços foram maioritárias entre os Brasileiros, no processo de concessão de autorizações de permanência em 2001. No estudo da Casa do Brasil (2004) sobre a “segunda vaga” da imigração, são também as categorias profissionais mais precárias as que estão em destaque.

O cruzamento entre a distribuição dos Brasileiros por grupo socioeconómico e qualificação académica permite confirmar a hipótese da sua desqualificação progressiva – uma vez que, como

⁶ Os grupos socioeconómicos são uma categoria estatística que cruza as variáveis profissão e situação na profissão, levando ainda em conta outras dimensões, como os níveis de qualificação.

QUADRO 4.5a

Grupo socioeconómico da população activa brasileira, em 1991, por sexo

1991						
Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Grupo socioeconómico						
Empregados Administrativos do Comércio e Serviços	642	17,8	622	23,9	1264	20,4
Quadros Intelectuais e Científicos	559	15,5	489	18,8	1048	16,9
Quadros Técnicos Intermédios	447	12,4	281	10,8	728	11,7
Operários Qualificados e semi-qualificados	507	14,1	139	5,3	646	10,4
Pequenos Patrões do Comércio e Serviços	177	4,9	118	4,5	295	4,8
Prestadores de Serviços e Comerciantes Independentes	137	3,8	140	5,4	277	4,5
Trabalhadores administrativos não qualificados	70	1,9	186	7,1	256	4,1
Profissionais Intelectuais e Científicos Independentes	120	3,3	68	2,6	188	3,0
Directores e Quadros Dirigentes do Estado	121	3,4	30	1,2	151	2,4
Empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas	89	2,5	55	2,1	144	2,3
Operários não qualificados	104	2,9	40	1,5	144	2,3
Outras pessoas activas n.e.	49	1,4	90	3,5	139	2,2
Empresários Directores	101	2,8	31	1,2	132	2,1
Quadros Administrativos Intermédios	24	0,7	101	3,9	125	2,0
Profissionais Técnicos Intermédios Independentes	74	2,1	45	1,7	119	1,9
Trabalhadores Industriais e Artesanais Independentes	71	2,0	21	0,8	92	1,5
Empresários da Indústria, Comércio e Serviços	42	1,2	38	1,5	80	1,3
Agricultores Independentes	44	1,2	33	1,3	77	1,2
Pequenos Patrões com profissões intelectuais e científicas	45	1,3	20	0,8	65	1,0
Dirigentes de Pequenas Empresas e Organizações	38	1,1	17	0,7	55	0,9
Pequenos Patrões da Indústria	32	0,9	9	0,3	41	0,7
Pequenos Patrões com profissões técnicas intermédias	25	0,7	9	0,3	34	0,5
Encarregados e Capatazes	28	0,8	3	0,1	31	0,5
Assalariados agrícolas	20	0,6	8	0,3	28	0,5
Pessoal das Forças Armadas	19	0,5	5	0,2	24	0,4
Trabalhadores agrícolas não qualificados	9	0,3	2	0,1	11	0,2
Pequenos Patrões Agrícolas	3	0,1	3	0,1	6	0,1
Empresários Agrícolas	1	0,0	2	0,1	3	0,0
Ne.	0	0,0	1	0,0	1	0,0
Total	3598	100,0	2606	100,0	6204	100,0

Fonte: INE, Censos 1991, dados não publicados.

QUADRO 4.5b

Grupo socioeconómico da população activa brasileira, em 2001, por sexo

2001						
Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Grupo socioeconómico						
Operários Qualificados e semi-qualificados	4943	36,8	498	5,3	5441	23,9
Empregados Administrativos do Comércio e Serviços	1670	12,4	3052	32,7	4722	20,7
Trabalhadores administrativos do Comércio e Serviços não qualificados	413	3,1	1682	18,0	2095	9,2
Operários não qualificados	1442	10,7	327	3,5	1769	7,8
Quadros Técnicos Intermédios	1009	7,5	659	7,1	1668	7,3
Quadros Intelectuais e Científicos	855	6,4	784	8,4	1639	7,2
Pequenos Patrões do Comércio e Serviços	454	3,4	479	5,1	933	4,1
Empresários da Indústria Comércio e Serviços	529	3,9	241	2,6	770	3,4
Outras pessoas activas n.e.	167	1,2	374	4,0	541	2,4
Pequenos Patrões da Indústria	447	3,3	76	0,8	523	2,3
Directores e Quadros Dirigentes do Estado, das Médias e Grandes Empresas	349	2,6	109	1,2	458	2,0
Pequenos Patrões com profissões intelectuais e científicas	264	2,0	150	1,6	414	1,8
Prestadores de Serviços e Comerciantes Independentes	104	0,8	200	2,1	304	1,3
Trabalhadores Industriais e Artesanais Independentes	140	1,0	118	1,3	258	1,1
Quadros Administrativos Intermédios	30	0,2	199	2,1	229	1,0
Pequenos Patrões com profissões técnicas intermédias	132	1,0	84	0,9	216	0,9
Assalariados do Sector Primário	144	1,1	51	0,5	195	0,9
Profissionais Intelectuais e Científicos Independentes	92	0,7	61	0,7	153	0,7
Dirigentes de Pequenas Empresas e Organizações	73	0,5	71	0,8	144	0,6
Empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas	61	0,5	63	0,7	124	0,5
Profissionais Técnicos Intermédios Independentes	84	0,6	28	0,3	112	0,5
Trabalhadores Independentes do Sector Primário	14	0,1	19	0,2	33	0,1
Pequenos Patrões do Sector Primário	10	0,1	8	0,1	18	0,1
Pessoal das Forças Armadas	13	0,1	1	0,0	14	0,1
Empresários do Sector Primário	4	0,0	1	0,0	5	0,0
Trabalhadores não qualificados do Sector Primário	0	0,0	1	0,0	1	0,0
Total	13443	100,0	9336	100,0	22779	100,0

Fonte: INE, Censos 2001, dados não publicados.

QUADRO 4.6a

Grupo socioeconómico da população activa brasileira, por qualificação académica, em 1991 (%)

Grupo socioeconómico	1991											Total
	Qualificação Académica											
	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever, s/qualquer grau de ensino	Ensino Básico (Primário)	Ensino Básico (Preparatório)	Ensino Secundário (Unificado)	Ensino Secundário (Complementar)	Ensino Profissional	Ensino Médio	Ensino Superior (Bacharelato)	Ensino Superior (Licenciatura)	Ensino Superior (Mestrado/Doutoramento)	
Empresários Directores	0,0	1,5	3,8	6,1	22,0	23,5	4,5	4,5	23,5	6,1	4,5	100,0
Empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas	0,0	0,0	0,7	2,9	7,2	18,0	3,6	3,6	40,3	16,5	7,2	100,0
Empresários da Indústria, Comércio e Serviços	0,0	1,3	6,4	16,7	21,8	26,9	3,8	7,7	10,3	2,6	2,6	100,0
Empresários Agrícolas	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	33,3	0,0	100,0
Pequenos patrões com profissões intelectuais e científicas	0,0	1,5	1,5	0,0	1,5	3,1	4,6	1,5	53,8	16,9	15,4	100,0
Pequenos patrões com profissões técnicas intermédias	0,0	0,0	2,9	5,9	14,7	26,5	11,8	11,8	8,8	2,9	14,7	100,0
Pequenos patrões da Indústria	0,0	7,3	22,0	22,0	24,4	12,2	0,0	0,0	4,9	7,3	0,0	100,0
Pequenos patrões do Comércio e Serviços	0,3	2,0	7,5	17,4	19,1	25,6	3,4	5,1	9,6	6,5	3,4	100,0
Pequenos patrões agrícolas	16,7	33,3	16,7	0,0	0,0	16,7	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Profissionais intelectuais e científicos independentes	0,0	0,0	0,5	2,1	2,1	9,1	0,5	1,1	64,7	11,2	8,6	100,0
Profissionais técnicos intermédios independentes	0,0	0,0	2,5	1,7	16,9	33,1	7,6	5,1	22,0	6,8	4,2	100,0
Trabalhadores Industriais e Artesanais independentes	0,0	3,3	19,6	20,7	18,5	19,6	1,1	5,4	9,8	2,2	0,0	100,0
Prestadores de Serviços e Comerciantes independentes	0,7	2,2	15,6	20,3	23,2	21,7	3,6	4,0	6,9	1,8	0,0	100,0
Agricultores independentes	16,9	13,0	28,6	22,1	7,8	7,8	1,3	1,3	0,0	1,3	0,0	100,0
Directores e Quadros dirigentes do Estado	0,0	0,0	1,3	2,7	5,3	27,3	3,3	0,7	34,0	16,0	9,3	100,0
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	0,0	0,0	1,8	9,1	9,1	34,5	5,5	1,8	27,3	3,6	7,3	100,0
Quadros intelectuais e científicos	0,0	0,0	0,7	1,3	1,9	11,5	1,4	2,2	48,2	22,2	10,6	100,0
Quadros técnicos intermédios	0,0	0,3	2,8	7,2	12,3	33,1	10,0	11,1	16,6	5,1	1,5	100,0
Quadros Administrativos intermédios	0,0	0,0	0,0	2,4	10,5	44,4	11,3	7,3	17,7	5,6	0,8	100,0
Encarregados e Capatazes	3,2	6,5	19,4	16,1	19,4	22,6	6,5	0,0	0,0	6,5	0,0	100,0
Empregados Administrativos do comércio e serviços	0,2	1,0	7,5	19,2	23,7	31,2	3,9	4,8	5,8	2,1	0,5	100,0
Operários qualificados e semi-qualificados	0,9	2,3	19,3	32,8	20,7	14,7	5,1	1,4	1,5	1,1	0,0	100,0
Assalariados Agrícolas	7,1	14,3	32,1	25,0	3,6	3,6	0,0	0,0	10,7	3,6	0,0	100,0
Trabalhadores Administrativos não qualificados	3,1	6,6	21,1	18,8	16,0	14,1	4,7	3,9	6,3	4,7	0,8	100,0
Operários não qualificados	0,0	1,4	24,3	41,7	18,1	9,7	0,7	2,1	1,4	0,0	0,7	100,0
Trabalhadores Agrícolas não qualificados	18,2	18,2	36,4	9,1	9,1	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pessoal das Forças Armadas	0,0	0,0	12,5	8,3	12,5	16,7	4,2	4,2	4,2	37,5	0,0	100,0
Outras pessoas activas n.e.	0,0	2,2	9,6	22,8	22,8	30,1	4,4	2,2	3,7	2,2	0,0	100,0
Inactivos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	0,6	1,5	8,2	14,1	14,9	22,3	4,3	4,3	18,7	7,5	3,4	100,0

Fonte: INE, Censos 1991, dados não publicados.

QUADRO 4.6b

Grupo socioeconómico da população activa brasileira, por qualificação académica, em 2001 (%)

Grupo socioeconómico	2001											
	Qualificação Académica											Total
	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever, s/qualquer grau de ensino	Ensino Básico (1.º Ciclo)	Ensino Básico (2.º Ciclo)	Ensino Básico (3.º Ciclo)	Ensino Secundário	Ensino Médio	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	
Empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas	0,0	0,8	1,6	3,2	9,7	28,2	2,4	11,3	30,6	8,9	3,2	100,0
Empresários da Indústria, Comércio e Serviços	0,6	4,0	11,7	13,4	25,1	37,4	0,0	2,6	4,5	0,6	0,0	100,0
Empresários do Sector Primário	0,0	20,0	0,0	0,0	60,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pequenos patrões com profissões intelectuais e científicas	0,0	0,7	0,7	0,0	4,1	7,7	0,5	3,1	72,5	6,3	4,3	100,0
Pequenos patrões com profissões técnicas intermédias	0,0	0,0	4,6	6,5	8,8	39,8	2,3	18,1	17,6	2,3	0,0	100,0
Pequenos patrões da Indústria	0,8	4,6	15,5	19,3	26,2	26,4	1,1	1,3	4,2	0,6	0,0	100,0
Pequenos patrões do Comércio e Serviços	0,1	3,4	10,3	10,7	26,9	32,0	1,4	3,8	10,3	0,8	0,3	100,0
Pequenos patrões do Sector Primário	0,0	0,0	16,7	16,7	27,8	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	5,6	100,0
Profissionais intelectuais e científicos independentes	0,0	0,7	2,0	2,6	2,6	19,0	0,7	5,9	55,6	7,2	3,9	100,0
Profissionais técnicos intermédios independentes	0,0	0,9	2,7	6,3	13,4	45,5	4,5	11,6	13,4	1,8	0,0	100,0
Trabalhadores Industriais e Artesanais independentes	0,0	5,0	17,4	18,6	24,8	29,8	0,0	1,2	2,7	0,4	0,0	100,0
Prestadores de Serviços e Comerciantes independentes	0,0	4,6	11,2	14,8	22,4	35,5	0,0	4,3	7,2	0,0	0,0	100,0
Trabalhadores independentes do Sector Primário	0,0	12,1	24,2	24,2	6,1	24,2	0,0	3,0	6,1	0,0	0,0	100,0
Directores e Quadros dirigentes do Estado, das médias e grandes empresas	0,0	0,7	2,8	3,7	12,0	28,6	5,5	10,7	30,8	3,5	1,7	100,0
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	0,0	1,4	3,5	10,4	10,4	30,6	4,9	11,1	21,5	5,6	0,7	100,0
Quadros intelectuais e científicos	0,0	0,2	1,3	1,8	3,2	12,4	0,2	13,1	55,7	8,6	3,5	100,0
Quadros técnicos intermédios	0,0	1,6	5,0	7,3	16,8	40,4	2,2	9,6	16,1	0,8	0,2	100,0
Quadros Administrativos intermédios	0,0	0,4	5,7	6,6	20,1	45,0	0,0	9,2	12,2	0,0	0,9	100,0
Empregados Administrativos do Comércio e Serviços	0,1	2,8	9,7	13,4	24,8	40,5	0,0	3,3	5,0	0,4	0,1	100,0
Operários qualificados e semi-qualificados	1,0	4,9	18,7	21,7	24,8	26,2	0,0	1,1	1,4	0,1	0,1	100,0
Assalariados do Sector Primário	1,0	4,1	20,5	17,9	24,1	27,7	0,0	1,5	3,1	0,0	0,0	100,0
Trabalhadores Administrativos do Comércio e Serviços não qualificados	1,1	4,4	17,6	17,8	23,8	29,2	0,0	1,6	3,8	0,6	0,0	100,0
Operários não qualificados	0,5	4,1	19,8	21,8	22,0	28,0	0,0	1,4	2,3	0,2	0,0	100,0
Trabalhadores não qualificados do Sector Primário	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pessoal das Forças Armadas	0,0	0,0	0,0	14,3	50,0	7,1	7,1	0,0	7,1	7,1	7,1	100,0
Outras pessoas activas n.e.	0,2	4,1	7,6	13,1	27,0	36,4	0,0	3,1	8,1	0,4	0,0	100,0
Total	0,5	3,3	12,2	14,5	21,3	30,8	0,5	4,1	11,1	1,3	0,5	100,0

Fonte: INE, Censos 2001, dados não publicados.

vimos, as qualificações académicas não diferem substancialmente em 1991 e 2001 (Quadros 4.6a e 4.6b). Considerando apenas os grupos socioeconómicos mais representados, verificamos que, em 1991, existe um ajustamento razoável entre estatutos profissionais e qualificações. As qualificações superiores predominam entre os quadros intelectuais e científicos; o ensino secundário completo, entre os quadros técnicos intermédios e empregados administrativos do comércio e serviços; e o ensino básico preparatório, entre os operários qualificados e semiquualificados. Em 2001, porém, os desajustamentos são evidentes. Em qualquer dos grupos socioeconómicos mais representados – empregados administrativos do comércio e serviços, operários qualificados e semiquualificados, trabalhadores administrativos do comércio e serviços não-qualificados e operários não-qualificados – predomina, sempre, o ensino secundário completo, sendo o segundo nível dominante o ensino básico unificado. Apesar de eventuais riscos de avaliação incorrecta das qualificações dos cidadãos brasileiros, devido à diferença entre as nomenclaturas estatísticas em Portugal e no Brasil e enviesamentos decorrentes da autodeclaração, parece segura a existência de uma desqualificação objectiva de muitos dos novos imigrantes – isto é, a aceitação de trabalhos abaixo das suas qualificações (aqueles que a sociedade de destino atribui aos imigrantes).

Finalmente, em que sector de actividade pode ser encontrada a população oriunda do Brasil? Em ambos os anos em análise, encontramos-a sobretudo no sector terciário (Quadros 4.7a e 4.7b). Em 1991, a proporção das actividades de serviços ultrapassa os 70% e, em 2001, aproxima-se dos 60%. Algum destaque vai, assim, para o aumento, em 2001, da concentração dos imigrantes no sector secundário (aumento de 24,9% para 39%), que tem recebido uma proporção significativa da “segunda vaga”. Neste sector, sabe-se como tem sido preponderante o peso do emprego na construção civil. Observando a distribuição dos sectores de actividade por sexo, notamos que é também no sector secundário que se concentra o maior número de imigrantes do sexo masculino: mais de metade (54,6%) dos Brasileiros activos em 2001 estavam ocupados neste sector. Em contrapartida, as mulheres concentram-se largamente no terciário: 82,8% do total estavam aí empregues, em 2001. Outras diferenças resultam da divisão entre o terciário económico e social: o terciário social, onde se incluem as actividades de serviço doméstico, atrai, como seria de esperar, uma importante fracção do emprego feminino, com 31,8% do total em 2001.

3. Oportunidades e constrangimentos da inserção laboral

Apesar da limitação das estatísticas oficiais sobre o tema e da dispersão dos estudos disponíveis, o carácter dual da imigração brasileira em Portugal, no que se refere à sua incorporação no mercado de trabalho, pode ser confirmado. A sua inserção nos dois pólos do mercado é, também, cronologicamente variável. Uma primeira fase vigora até meados dos anos 90, quando predominam as entradas no mercado primário (cf., por exemplo, Pinho, 2001 e Vianna, 2001). Uma segunda fase – hoje conhecida por “segunda vaga” (Casa do Brasil, 2004) – é posterior àquela data, quando prevalecem as inserções no mercado secundário. Parte desta variação tem a ver com a origem socioeconómica dos migrantes. Pode admitir-se, tendo em conta alguns estudos

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 4.7a

Sector de actividade da população brasileira activa, por sexo, em 1991

1991						
Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sector Primário	85	2,4	52	2,1	137	2,3
Sector Secundário	1084	30,5	426	16,9	1510	24,9
Sector Terciário (Económico)	1852	52,2	1237	49,2	3089	50,9
Sector Terciário (Social)	529	14,9	801	31,8	1330	21,9
Total	3550	100,0	2516	100,0	6066	100,0

Fonte: INE, *Censos 1991, dados não publicados.*

QUADRO 4.7b

Sector de actividade da população brasileira activa, por sexo, em 2001

2001						
Sexo	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sector Primário	159	1,2	120	1,3	279	1,3
Sector Secundário	7264	54,6	1430	15,9	8694	39,0
Sector Terciário (Económico)	4195	31,5	4584	51,0	8779	39,4
Sector Terciário (Social)	1683	12,7	2863	31,8	4546	20,4
Total	13301	100,0	8997	100,0	22298	100,0

Fonte: INE, *Censos 2001 dados não publicados.*

disponíveis (Casa do Brasil, 2004; Padilla, 2004^a e 2004^b; Machado, 2005), que a imigração brasileira oscila entre a primeira fase dominada por classes médias-altas e a segunda, onde predominam as médias-baixas (embora alguma continuidade dos fluxos, ao longo do tempo, seja certa). É possível argumentar que a maior parte da variação pode ter, contudo, a ver com a evolução do mercado de trabalho em Portugal. Na primeira fase, parecem existir mais necessidades no mercado primário – áreas com escassez de qualificações –, enquanto na segunda, predominam as necessidades de mão-de-obra não qualificada, em larga parte devido à expansão da economia informal.

Observemos, em primeiro lugar, o segmento mais qualificado do mercado de trabalho. Grande parte dos fluxos de Brasileiros, nas últimas décadas, foi composta por indivíduos qualificados que tiveram uma inserção adequada no mercado de trabalho nacional. Por um lado, a dimensão

dos fluxos iniciais foi reduzida, o que permitiu uma mais fácil absorção no mercado. Por outro lado, a escassez de qualificações foi evidente em várias áreas, e o apelo (directo ou indirecto) à imigração serviu como um bom modo de as colmatar. No caso da imigração brasileira, esse tipo de incorporação existiu em vários sectores de actividade, incluindo o *marketing* e publicidade, alguns ramos da saúde e a informática. Finalmente, o maior investimento de empresas brasileiras em Portugal conferiu oportunidades aos seus nacionais.

Várias destas mudanças ocorreram durante o processo de modernização da economia portuguesa, após 1986, com a adesão à CEE. Áreas como o *marketing* e publicidade foram objecto de renovação profunda. A entrada de Brasileiros para o sector foi, então, amplamente divulgada e é hoje reconhecido o enorme impacte que este fluxo causou. A incorporação destes profissionais não suscitou quaisquer problemas, dada a expansão deste ramo de actividade, a sua competência geralmente reconhecida e a escassa regulamentação do sector (que impediu processos formais de reconhecimento de credenciais).

Necessidades de trabalho qualificado ocorreram noutras áreas, como foi o caso da informática. Após meados dos anos 90, a forte expansão do sector e a necessidade de qualificações levaram a um recrutamento directo ou indirecto no mercado brasileiro. A expansão deveu-se à disseminação das novas tecnologias e ao surgimento de fortes factores conjunturais de crescimento (o *bug* do ano 2000 e a introdução do euro). No campo das qualificações, o sistema educativo e profissional português só lentamente se adequou à procura, permanecendo a carência absoluta de especialistas em certas tecnologias (como, por exemplo, a linguagem IBM) (Peixoto, Sabino e Murteira, 2003). A incorporação de informáticos brasileiros nas empresas portuguesas (ou outras) do sector foi, então, imediata, tendo mesmo muitas accionado mecanismos directos de prospecção e recrutamento no Brasil. A ausência de regulamentação académica e profissional para a maioria das actividades informáticas impediu a existência de atritos profissionais.

Na área da saúde, é sobretudo conhecido o caso dos dentistas. A sua entrada em Portugal ocorreu há vários anos. Neste caso, a escassez de qualificações foi, tanto absoluta como regionalmente, relativa. Os dentistas brasileiros ocuparam postos de trabalho em regiões onde já estavam estabelecidos médicos dentistas portugueses e em outras que destes estavam carenciadas. Deve ser realçado que a sua presença não colocou muitos problemas a nível de empregadores (muitos estabeleceram-se mesmo por conta própria) nem de consumidores; num certo sentido, podemos falar de um reconhecimento informal – ou reconhecimento “de facto” – destes profissionais. As associações profissionais, porém, colocaram obstáculos recorrentes. O carácter muito bem regulamentado do sector, tanto a nível académico como profissional, justificou a sua acção. Significativamente, foram invocadas tanto as regulamentações nacionais como as comunitárias acerca do reconhecimento de competências. Lentamente, as discrepâncias foram sendo resolvidas, tendo para tal contribuído os contornos políticos da situação (uma vez que o conflito chegou a causar embaraços entre os governos português e brasileiro) (cf. Feldman-Bianco, 2001 e 2002; Padilla, 2004^a e 2004^b).

Outros fluxos qualificados ainda se verificaram. Por um lado, entraram em Portugal indivíduos ligados a empresas brasileiras, sobretudo gestores, para tarefas de controlo ou técnicas nestas organizações; a expansão do investimento brasileiro, após 1986, foi muito significativa, o que criou condições para este fluxo. Por outro lado, continuaram a entrar imigrantes “independentes”, não ligados previamente a qualquer organização, que se inseriram no mercado de trabalho como arquitectos, engenheiros, economistas ou outras profissões.

A questão crucial que se colocou para a inserção destes profissionais no mercado primário foi a do reconhecimento das suas competências – um dos temas mais importantes na análise da mobilidade qualificada. Quando as profissões eram não-regulamentadas, inexistindo necessidade de aceitação prévia de credenciais, a incorporação foi relativamente fácil. A necessidade de profissionais qualificados e processos de “reconhecimento informal” criaram condições para a inserção. No caso contrário, foram colocadas sérias dificuldades. O caso dos dentistas é exemplar da dimensão que podem atingir os obstáculos à mobilidade de competências. O interesse corporativo em limitar o acesso de profissionais estrangeiros a determinadas actividades é frequente na mobilidade qualificada, sobretudo quando os fluxos são significativos. Para além da eventual intenção de limitar a concorrência interna, a existência de regulamentações internas (associações profissionais e autoridades académicas do sector) e comunitárias (directivas europeias acerca dos reconhecimentos) justificaram a resistência das instituições e profissionais portugueses à imigração.

Quanto ao mercado de trabalho secundário, a incorporação de imigrantes brasileiros sempre existiu, mas foi adquirindo maior importância com o tempo. Os empregos no sector do comércio e da restauração estiveram sempre presentes ao longo das últimas décadas entre esta população. Sabe-se que, para além de um maior enviesamento a favor da mão-de-obra feminina, esta actividade atrai também muitos jovens. A expansão recente dos fluxos neste sector foi acompanhada pela maior entrada noutras actividades, como a construção civil e a limpeza doméstica, antes reservadas a outros imigrantes. Esta expansão do emprego no segmento secundário foi a principal responsável pelo grande aumento recente da imigração. Grande parte dos Brasileiros chegados a Portugal, nos últimos anos, teve como destino ocupações deste tipo. A expansão da economia informal reforçou este fluxo. A desregulamentação dos sectores torna estas actividades mais desinteressantes para os cidadãos nacionais e mais atractivas para os imigrantes. O aumento de qualificações e expectativas profissionais dos Portugueses, a par do novo valor social das profissões, explica também a sua menor entrada nestes segmentos. A vaga recente de mão-de-obra de Leste foi a que, com os Brasileiros, mais aproveitou estas oportunidades na economia.

As atitudes de empregadores e consumidores reforçaram este modo de incorporação. Não apenas os trabalhadores migrantes são interessantes, do ponto de vista do recrutamento, por permitirem minimizar os custos de trabalho, como a especificidade da mão-de-obra brasileira lhe trouxe vantagens específicas. Neste ponto deve ser referida a crescente segmentação étnica do mercado de trabalho português. No caso dos Brasileiros, o domínio da língua e os estereótipos associados à “simpatia” e à “alegria” do seu povo permitiram atribuir-lhes lugares nos sectores

dos serviços (sobretudo comércio e restauração), em vantagem relativa com outros grupos (cf. Machado, 2003; Padilla, 2004^a e 2004^b). O emprego doméstico alia a estas atribuições o carácter feminino da imigração – este é um dos sectores que mais facilmente atrai trabalhadoras do sexo feminino.

Ponto comum a múltiplos segmentos do mercado secundário, dada a precaridade das suas condições contratuais e de trabalho, é ainda a ignorância das competências e credenciais prévias dos trabalhadores, bem como do seu estatuto legal no País. Quanto ao primeiro aspecto, ele é propício a várias situações de desqualificação objectiva, que vimos serem cada vez mais frequentes entre os Brasileiros. A significativa propensão à emigração por parte dos Brasileiros, aliada ao facto de os empregos disponíveis estarem largamente situados no segmento secundário, faz com que o desajustamento entre competências e tarefas tenha vindo a aumentar. O nível de desqualificação dos imigrantes brasileiros é, como vimos, muito significativo. A ideia que a imigração da Europa de Leste tem sido, de longe, a mais penalizada neste campo em Portugal fica, com os dados censitários, pelo menos relativizada. Quanto ao segundo aspecto, a proliferação dos estatutos irregulares não tem inibido a entrada dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho (Machado, 2005 e Téchio, 2006^b).

Um caso específico do segmento secundário e da etnicização do mercado é o das actividades ligadas ao sexo. O canal utilizado por estes movimentos migratórios é muito específico. Regra geral, o recrutamento é efectuado no país de origem, tendo frequentemente como destino explícito o circuito de bares ou a prostituição. No caso português, o aumento de mulheres brasileiras envolvidas neste tipo de actividade, nos últimos anos, tem sido substancial (cf. Peixoto, 2005, em particular Sabino, 2005; e Téchio, 2006^a). A par dos canais específicos para o movimento, a existência de motivos para a migração económica e o montante dos rendimentos esperados levam a que muitas mulheres brasileiras tenham entrado em Portugal tendo esta actividade como destino. Independentemente da natureza mais ou menos coerciva do movimento, o que interessa neste ponto realçar é a existência de um segmento desregulamentado propício à incorporação de trabalho estrangeiro. Neste caso, os estereótipos associados aos Brasileiros, em geral, aliaram-se aos que se aplicam às mulheres brasileiras, em particular (Padilla, 2004^a e 2004^b), para reforçar a presença brasileira no sector.

Deve ainda ser notado que a incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho não depende apenas das suas estratégias individuais nem dos critérios dos empregadores. Numerosos outros agentes, de tipo individual ou institucional, estão envolvidos no processo e procedem à adequação entre procura e oferta de trabalho. Este é, como vimos, o caso das instituições oficiais e profissionais envolvidas nas migrações. Mas, para além destas, um dos principais veículos da incorporação laboral são as redes sociais. No plano “informal” – redes de conterrâneos, familiares e amigos –, as redes sociais são responsáveis por canalizar informações e fornecer suporte aos migrantes e potenciais migrantes. O seu papel na imigração brasileira não se encontra ainda bem definido, mas é certo que são responsáveis pela vinda e incorporação laboral de muitos indivíduos, frequentemente no mesmo sector de actividade dos seus antecessores. A circulação de

informação – incluindo ofertas de trabalho – entre Portugal e o Brasil apresenta raízes muito longínquas, dadas as múltiplas relações existentes entre os países. As comunidades de Brasileiros em Portugal têm tido, também, um papel de apoio e suporte aos recém-chegados (Padilla, 2004^a e 2004^b). A relação intensa que os imigrantes brasileiros mantêm com o seu país de origem, caracterizada pelo envio de remessas (Rossi, 2004) e por vários retornos, suporta a lógica de circulação de informação e pessoas que está na base do funcionamento das redes.

De diferente natureza é a acção desempenhada por redes “formais”, ou organizadas, de contrabando ou tráfico de migrantes. Estas tendem a complementar a informação e apoio “informal” de que muitos novos imigrantes carecem – porque não têm ainda ligações ao país de acolhimento –, ou tornam-se necessárias face às dificuldades de acesso regular ao país. No caso da imigração brasileira para Portugal, sabe-se que têm operado a dois níveis. Quanto a fluxos de mão-de-obra, têm sido desenvolvidas redes de auxílio à vinda e permanência irregular de migrantes (Machado, 2005; Peixoto, 2005, em particular Pereira, 2005). Estas redes apresentam, frequentemente, dimensões reduzidas e estruturas pouco elaboradas, mas têm sido efectivas na canalização de imigrantes para Portugal. Encontra-se neste caso uma fracção significativa das novas vagas de imigrantes, sem apoio informal prévio no país. A maior dificuldade de entrada em países de acolhimento tradicional dos Brasileiros, nomeadamente os EUA, tem também explicado algum desvio de percursos para Portugal. No caso de fluxos associados ao negócio do sexo, é também evidente a acção de redes destinadas à movimentação de mulheres (Sabino, 2005). Mais uma vez, parecem ser sobretudo redes de dimensão reduzida e estrutura simples a actuar neste terreno. Mas, de novo, muitos dos novos movimentos de Brasileiros (neste caso, mulheres) não teriam ocorrido sem o apelo e facilitação destes agentes.

Apesar de serem múltiplas as oportunidades existentes para a incorporação laboral dos Brasileiros – oportunidades no mercado primário e secundário – e de serem vários os agentes facilitadores desta incorporação – empregadores, consumidores e redes de apoio à migração –, são também numerosos os obstáculos a uma incorporação mais plena. Alguns destes obstáculos foram já identificados neste texto. A acção das associações profissionais e autoridades académicas é uma barreira importante à adequação entre as competências trazidas pelos migrantes e o trabalho no país de destino, para além das dificuldades de obtenção de um estatuto legal em Portugal. Alguns dos problemas de inserção profissional dos imigrantes brasileiros têm a ver com estas situações. Noutra perspectiva, o facto de as vagas, no segmento primário do mercado de trabalho, serem procuradas pelos nacionais, enquanto as do segmento secundário são remetidas, sempre que possível, para os estrangeiros, impede outros modos de incorporação. Seja por acção de empregadores, de trabalhadores nacionais ou da opinião pública, os imigrantes estrangeiros podem ter dificuldades em aceder a actividades para os quais são competentes ou em progredir profissionalmente naquelas que ocupam. É esta situação que explica os níveis de desqualificação existentes entre muitos imigrantes brasileiros e as suas dificuldades em encetar percursos de mobilidade social ascendente.

4. Conclusão

No que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho, a imigração brasileira enquadra-se em tendências mais gerais da imigração estrangeira para Portugal, mas apresenta, também, alguma singularidade. Como outros fluxos imigratórios, esta imigração tem respondido a algumas fases recentes da evolução do mercado de trabalho português. As necessidades de competências e a entrada de gestores na sequência de processos de modernização, bem como as necessidades de mão-de-obra, pouco ou não-qualificada, em processos de crescimento económico, explicam muitos dos fluxos. A imigração tem respondido, de certa forma, a uma dinâmica interna do País: as necessidades de trabalho, agravadas com o reforço da segmentação do mercado, que justifica o menor interesse dos trabalhadores portugueses por certas actividades e a persistência da sua emigração externa, têm criado uma procura recorrente de trabalhadores estrangeiros. Estes têm assumido, como vimos, características profissionalmente duais ou socialmente polarizadas.

Contrariamente a outros fluxos imigratórios, a imigração brasileira tem assumido, porém, um perfil singular. Apresentou uma primeira fase, sobretudo entre meados dos anos 80 e finais de 90, onde predominaram as entradas de profissionais qualificados, muitos ainda inseridos numa lógica de contracorrente da emigração portuguesa para o Brasil. Numa segunda fase – a “segunda vaga” (Casa do Brasil, 2004) –, posterior ao final dos anos 90, predominaram as entradas de trabalhadores destinados aos segmentos menos qualificados e mais precários do mercado de trabalho. Esta imigração recente foi superior, em valor absoluto, aos fluxos anteriores e perdeu, em larga medida, a lógica de contracorrente. Os canais de migração também mudaram: de uma lógica de canais informais de migração e suporte, passou-se para um peso significativo das redes de contrabando e tráfico de migrantes. Em suma, a imigração brasileira veio a incorporar, no seu seio, a dualidade social e profissional que a imigração, como um todo, já apresentava.

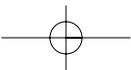
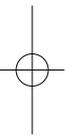
O grande contraste existente entre os segmentos profissionais que os imigrantes brasileiros ocuparam, ao longo do tempo, não tem apresentado correspondência com uma variação idêntica do nível de qualificações. Tudo indica que as qualificações académicas dos imigrantes brasileiros permanecem acima da média da população portuguesa, e que estão acima das necessidades dos lugares profissionais que ocupam no mercado de trabalho. A indisponibilidade de canais legais de imigração, a reacção das autoridades profissionais e académicas, face a questões de reconhecimento de competências, as atitudes dos trabalhadores portugueses e a disseminação de segmentos precarizados no mercado de trabalho – todos estes factores têm contribuído para a inserção da imigração brasileira numa lógica de imigração económica menos qualificada.

Referências bibliográficas

BAGANHA, Maria Ioannis e GÓIS, Pedro (1998/1999) – “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 52/53, pp. 229-280.

- BAGANHA, Maria Ioannis, FERRÃO, João e MALHEIROS, Jorge Macaísta (1999) – “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, *Análise Social*, vol. 34, n. 150, pp. 147-173.
- BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos e GÓIS, Pedro (2004) – “The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal”, in M. I. BAGANHA e M. L. FONSECA, *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, FLAD, pp. 23-39.
- CASA DO BRASIL DE LISBOA (2004) – *A “Segunda Vaga” de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)*, Lisboa, Casa do Brasil de Lisboa, mimeo.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (2001) – “Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference”, *Identities – Global Studies in Culture and Power*, vol. 8, n. 4, pp. 607-650.
- (2002) – “Entre a fortaleza da Europa e os laços afetivos da «irmandade» luso-brasileira: um drama familiar em um ato só”, in B. FELDMAN-BIANCO, C. BASTOS e M. V. ALMEIDA (coords.), *Trânsitos coloniais: diálogos cruzados luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- MACHADO, Igor (2003) – *Cárcere Público – Processos de Exotização entre Imigrantes Brasileiros no Porto, Portugal*, Tese de Doutoramento, UNICAMP.
- (2005) – “Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento – o caso dos Brasileiros em Portugal”, *SOCIUS Working Papers*, ISEG/UTL, n. 3/2005.
- MALHEIROS, Jorge M. e BAGANHA, Maria Ioannis (2001) – “Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do século XXI”, in *Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 190-191.
- PADILLA, Beatriz (2004^a) – “Integration of Brazilian immigrants in Portuguese society: problems and possibilities”, Comunicação apresentada à 9th International Metropolis Conference, Genebra, 2004 (publicado em *SOCIUS Working Papers*, ISEG/UTL, n. 1/2005).
- (2004^b) – “Redes sociales de los brasileiros recién llegados a Portugal: solidaridad étnica o empatia étnica?”, comunicação apresentada à Conferência “Los Latinos al descubrimiento de Europa. Nuevas emigraciones y espacios para la ciudadanía”, Génova, 2004 (publicado em *SOCIUS Working Papers*, ISEG/UTL, n. 2/2005).
- PEIXOTO, João (1999) – *A Mobilidade Internacional dos Quadros – Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- (2002) – “Os mercados da imigração: modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal”, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, n. 11, pp. 57-68.
- *et al.* (2005) – *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, Lisboa, Observatório da Imigração/ACIME.
- , SABINO, Catarina e MURTEIRA, Susana (2003) – *Portugal – ICT Sector*, documento produzido no âmbito do projecto “The Political Economy of Migration in an Integrating Europe” (PEMINT), Lisboa, SOCIUS/ISEG.
- PEREIRA, Sónia (2005) – “Tráfico de mão-de-obra”, in J. PEIXOTO *et al.*, *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, Lisboa, Observatório da Imigração/ACIME, pp. 142-219.
- PINHO, Ana Filipa Antunes (2001) – *Migrações e Processos Comunicacionais – O Caso dos Bra-*

- sileiros em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, Lisboa, ISCTE.
- PIRES, Rui Pena (2003) – *Migrações e Integração – Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- PORTES, Alejandro (1999) – *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- ROSSI, Pedro Linhares (2004) – “Remessas de Imigrantes Brasileiros em Portugal – Inquérito por Amostragem a Imigrantes Brasileiros em Lisboa, Porto e Setúbal”, *SOCIUS Working Papers*, ISEG/UTL, n. 10/2004.
- SABINO, Catarina (2005) – “Tráfico de mulheres”, in J. PEIXOTO *et al.*, *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, Lisboa, Observatório da Imigração/ACIME, pp. 220-277.
- TÉCHIO, Kachia (2006^a) – “Conhecimentos de alterne: a outra diáspora das imigrantes brasileiras”, *SOCIUS Working Papers*, ISEG/UTL, n. 2/2006.
- (2006^b) – “Imigrantes brasileiros não documentados: uma análise comparativa entre Lisboa e Madrid”, *SOCIUS Working Papers*, ISEG/UTL, n. 1/2006.
- VIANNA, Carlos (2001) – “A comunidade brasileira em Portugal”, in *Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 180-181.



V

A IMIGRANTE BRASILEIRA EM PORTUGAL: CONSIDERANDO O GÊNERO NA ANÁLISE

BEATRIZ PADILLA

*CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia)**ISCTE (Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa)*

Desde há algum tempo que não é novidade que os fluxos migratórios se vêm feminizando. A feminização dos fluxos não é um fenómeno fortuito mas com claras implicações, tanto para as migrantes como para a sociedade de acolhimento. No entanto, até há pouco tempo, a imigração era pensada como um processo predominantemente masculino e, da perspectiva das políticas migratórias, a migração é concebida ainda como um fenómeno masculino e temporário.

Também hoje, já não é novidade que as experiências de homens e mulheres são diferentes mesmo que ambos sejam imigrantes, mas, em geral, pouco sabemos da experiência de imigração e das especificidades relativas ao processo de adaptação e ao quotidiano da mulher imigrante. As mulheres perdem-se nos números e as suas realidades ficam por descobrir, passando muitas vezes despercebidas pela inabilidade das estatísticas em evidenciá-las e pela inabilidades dos investigadores em descobri-las.

Os estudos de género têm, sem dúvida, contribuído para clarificar, descrever, sublinhar e especificar as diferenças e semelhanças entre os géneros. Em consequência, a visão e percepção da realidade que hoje temos é mais completa. Pierrette Hondagneu-Sotelo (1999: 565), pioneira nos estudos das imigrantes, afirma que os estudos de género têm progredido muito desde o início, onde se enfatizava apenas a “mulher imigrante”, até à posterior consideração que examina o género, ou seja, estuda homens e mulheres como “*gendered actors*” na imigração. Em consequência, não podemos estudar as migrações sem considerar os aspectos claramente influenciados pelo género, desde o mercado laboral até às políticas migratórias.

Neste sentido, cremos que o imigrante como tal não existe. Os imigrantes têm género, pertencem a uma etnia, a uma classe social e inserem-se numa sociedade de acolhimento complexa onde geralmente o mercado laboral está estratificado, étnica e sexualmente, o que condiciona a inserção laboral destes migrantes. Também, os imigrantes acedem a diferentes tipos de recursos, muitos deles através de redes sociais que podem vir a ser mais ou menos significativas segundo o sexo do imigrante, entre outros aspectos. Além do mais, os imigrantes são produtos duma sociedade na qual foram socializados e chegam também a uma sociedade onde existem papéis e expectativas em relação, não apenas ao imigrante como tal, mas também ao imigrante como homem ou mulher. Desta forma, por existirem imagens, estereótipos e expectativas, e estes variarem consoante o sexo, é óbvio que os *outcomes* possíveis das situações de imigração podem ser múltiplos.

Quando se emigra, muitas são as circunstâncias e situações que mudam, especialmente para a mulher. A mulher nem sempre emigra seguindo o marido, e mesmo que assim aconteça, no contexto de imigração, ela deve trabalhar ou imigra para trabalhar. A inserção da mulher no novo mercado de trabalho, em geral, traz mudanças, não só no seu plano laboral, mas também noutras esferas. Assim, no contexto das mulheres centro-americanas que emigraram para os Estados Unidos, conseguindo uma melhor e mais rápida inserção laboral que os seus maridos, Menjívar afirma que:

A maioria destas (imigrantes) mulheres trabalhavam por um ordenado nos seus próprios países, antes de migrarem para os Estados Unidos, em consequência, receber um ordenado não é novo para elas. O que é novo é a sua entrada no mercado laboral em novos e diferentes contextos sociais, económicos, políticos e culturais trazidos pela imigração. [...] Estas novas condições carregam grandes potencialidades para as relações de género – seja transformando-as ou afirmando-as. (1998: 602-603).

Neste contexto, as mudanças no plano laboral têm como consequências mudanças noutras esferas, incluindo as relações domésticas e as percepções de classe, género e etnia, entre outras. Assim, este capítulo pretende contribuir para os estudos das migrações e de género, descrevendo como é a situação da imigrante brasileira em Portugal. A base empírica deste estudo baseia-se em 40 entrevistas em profundidade, conduzidas com 40 Brasileiros, 17 mulheres e 23 homens, que são parte dum estudo mais abrangente. Também para os efeitos deste texto, foram conduzidas entrevistas específicas com mulheres brasileiras, efectuadas observações em Centros de Atendimento aos Imigrantes e em associações de imigrantes, bem como conversas informais com informantes privilegiados.

1. Histórias e projectos de imigração

Os fluxos migratórios sempre tiveram uma componente feminina, embora esta nem sempre tenha sido considerada, estudada ou visualizada. Como diz Assis, “a sua inserção era analisada como aquelas que acompanhavam ou que esperavam pelos seus maridos ou filhos” (2003: 201). Este enfoque apresenta o homem como motor e protagonista da imigração e esquece que “a migração de longa distância ocorre articulada com uma complexa rede de relações sociais em que as mulheres têm uma importante participação” (Assis 2003: 201). A mulher pode não ser o motor directo da imigração e a sua primeira protagonista, mas sem o consentimento e colaboração desta, a estratégia familiar de imigração em muitas ocasiões não seria bem sucedida.

É importante perceber que as mulheres nem sempre emigram seguindo o marido. Se bem que estes casos são comuns, e muitas vezes podem ser uma maioria, cada vez mais são as mulheres que iniciam a experiência migratória, quer em família quer individualmente. Cláudia Pedone (2004) descreve como as mulheres equatorianas, que vão para Espanha, são as primeiras a emigrar, e como aos poucos conseguem trazer os membros da família. Também são elas que têm maior facilidade em encontrar trabalho e as que enviam remessas que possibilitam as viagens do resto da família. Aplicando uma perspectiva de género, Pedone (2004) conclui que as mulhe-

res sofrem pressão para sair do país, trabalhar no estrangeiro, deixar os filhos ao cuidado de alguém e manter-se fiéis aos maridos, assumindo uma correcta conduta sexual, acabando, frequentemente, por ser mal vistas devido à sua migração. Enfim, as mulheres são responsáveis por uma grande carga não só económica e física, mas também emocional, determinada pela cultura nacional (de origem), frequentemente sexista e conservadora. Nestes casos, as mulheres são motoras da reunificação familiar. Pedone (2004) relaciona esta mudança fundamental com as transformações no mercado laboral das sociedades de acolhimento, que aumentaram o nicho específico para o trabalho assalariado feminino. Neste sentido, a existência dum mercado e dum nicho apropriado é fundamental para a inserção da imigrante, e este nicho está geralmente vinculado ao trabalho doméstico e à assistência a doentes ou idosos. Uma outra característica destas emigrantes é que a grande maioria é de classe média e com uma alta qualificação profissional. Muitas são educadoras ou trabalhadoras da função pública, mas a sua inserção no mercado laboral situa-se no segmento das actividades domésticas.

No caso das Brasileiras em Portugal, evidencia-se uma tendência crescente de mulheres que emigram sozinhas ou que fazem parte duma estratégia de migração familiar, nem sempre liderada pelo marido ou o pai. Embora muitas das entrevistadas tenham migrado com o marido ou para se reunirem ao marido, trazendo os filhos, é verdade que algumas delas vieram com o marido, mas sendo elas as “responsáveis” pela decisão de emigrar. Nos casos de Emília (natural de Goiania, em Portugal desde 2001 e já legalizada) e Gisele (de Santa Catarina, enquadrada pelo actual processo de legalização, iniciado em 2004), ambas vieram com os maridos porque tinham família e amigos em Portugal de quem poderiam receber apoio. Claro que também existem os casos tradicionais, nos quais os homens emigraram primeiro, ajudando economicamente e colaborando para trazer a mulher ou a família num segundo momento. Mas o facto de o marido tomar a iniciativa não significa que, ao longo do tempo, a experiência migratória ganhe outro sentido para a mulher e acabe por assumir um carácter emancipador, especialmente quando aquela se insere no mercado laboral e o seu contributo para a economia familiar se torna fundamental. É o caso de Marcela, de Mato Grosso do Sul, que veio para Portugal em 2002, com a ajuda económica do marido, mandando trazer a filha de 3 anos, alguns meses depois. Em suma, Marcela e o marido, de comum acordo, definiram um projecto de imigração.

A situação muda quando a mulher é divorciada, separada ou solteira, já que, nestes casos, elas emigram sozinhas (mesmo que apoiando-se em redes familiares que se encontram em Portugal) com o objectivo de tentar a sorte e enviar dinheiro para o Brasil. Nestas situações, o projecto é familiar, porque embora as mulheres emigrem sozinhas, mantêm laços com o país de origem em diversos sentidos: fornecendo apoio financeiro à família, quer seja aos filhos ou aos pais, e, em contrapartida, quando há filhos que precisam de atenção e cuidado, a família que fica toma conta dos mesmos. Andrea, cearense, tinha uma amiga brasileira em Portugal e veio em 2003. Encontra-se actualmente envolvida no processo de legalização e decidiu vir sozinha para ajudar a família, a quem envia dinheiro. Ela vendeu o carro para pagar a viagem e trabalha numa pequena loja, da qual também é sócia juntamente com uma amiga. Maria, uma professora carioca e mãe solteira, viajou com o filho para visitar o irmão e a irmã que estavam em Portugal. Como

o filho gostou, decidiu ficar. Primeiro trabalhou para pagar o bilhete de avião e as despesas na casa do irmão, agora trabalha como empregada de limpeza e prevê trazer a outra filha que ficou no Brasil. Susana, uma jovem paranaense, decidiu emigrar por questões económico-financeiras. Ela sente muito a falta da família, mas como é mãe solteira de duas crianças e quer dar-lhes melhores condições, decidiu emigrar para Portugal, onde se encontravam já a irmã e o cunhado, na esperança de melhorar a sua situação. Trabalha nas limpezas por hora, exercendo a mesma actividade que tinha no Brasil.

Embora se detecte um crescimento no fenómeno, existem ainda poucos casos de mulheres a emigrarem sozinhas sem deixar laços familiares que signifiquem compromissos e envio de dinheiro. Assim, algumas vêm passear como turistas e ficam, como é o caso de Elismara, do Sul do Brasil, que veio passear e gostou, deixando um bom emprego para trás. Conseguiu legalizar-se em 2001, tem um companheiro português e recentemente nasceu o seu primeiro filho. No futuro, espera estudar, mas, por enquanto, continua a trabalhar numa loja e é uma pequena empresária que importa alguns produtos do Brasil.

Há mulheres que vêm a acompanhar o marido, mas, durante a experiência de imigração, a relação acaba e elas continuam sozinhas com o projecto. Cláudia chegou a Portugal em 2001 e não se conseguiu legalizar no processo extraordinário do mesmo ano porque a empresa onde trabalhava não tinha os papéis dentro da norma. Cláudia veio para acompanhar o marido que se encontrava cá. Entretanto, ele foi para outro país e ela optou por ficar, engravidou e teve uma filha. Trabalha numa casa de repouso para a terceira idade e gosta de Portugal porque é muito sossegado. Considera uma vantagem morar em Portugal porque é um bom lugar para viver com uma filha.

A literatura (Striff, 1981 e Morokvasic, 1984, citados por Assis, 2003) também menciona causas não económicas da imigração. Esses estudos identificam estes factores não económicos como mais significativos nas opções migratórias das mulheres do que nos homens. Assim, a imigração feminina é mais notória em sociedades onde há limites para a conduta e a mobilidade social das mulheres, “algumas delas marginalizadas na sociedade de origem, como viúvas, mulheres rejeitadas por não agirem conforme os padrões estabelecidos em suas sociedades ou mulheres separadas” (Assis, 2003: 203). Neste contexto, algumas mulheres decidem emigrar porque passaram por um mau momento pessoal, como pode ser um divórcio ou separação, optando por começar uma nova vida. É o caso de Rosane, que veio para Portugal, não por motivos financeiros, mas por causa do seu casamento falhado, “querendo ser independente, e ter mais segurança, adquirir segurança em mim mesma [...], mas acho que ainda não consegui”. Em consequência, Rosane emigrou para começar uma nova vida numa sociedade diferente, deixando para trás uma má experiência de vida ao mesmo tempo que espera ganhar independência emocional.

Os casos apresentados ilustram a grande diversidade nos percursos migratórios, a variedade de projectos de migração e a multiplicidade de motivações das mulheres e das suas famílias. Mesmo que a grande maioria dos projectos sejam familiares, as estratégias e formas de implementação dos projectos são muito diferentes, consoante vários aspectos: as situações pessoais e

familiares, os laços com o país de origem, as redes sociais de apoio em Portugal, o contexto específico da sociedade de acolhimento, entre outros.

2. Imigração, classe social e género

O tema da relação entre a classe social e a imigração é normalmente pouco desenvolvido, já que geralmente se pressupõe que os imigrantes são pobres. No entanto, a realidade mostra que raramente os mais pobres conseguem emigrar (tema muito relacionado com as redes sociais e os recursos que os potenciais imigrantes conseguem reunir para financiar o empreendimento). Mas dentro do contínuo do *status* socioeconómico dos imigrantes, quem realmente imigra? Varia de sociedade para sociedade? A resposta parece ser que quem emigra é, frequentemente, a classe média, dependendo do tipo de sociedade de acolhimento e das possíveis expectativas nas ditas sociedades.

A pertença a uma determinada classe social é uma característica relevante para as imigrantes, e as Brasileiras não são uma excepção. A literatura sobre os Brasileiros nos Estados Unidos (Assis 2003, Fleischer 2001) mostra que as Brasileiras aí instaladas são maioritariamente de classe média, com formação e experiência profissional, cujas famílias tinham um certo *status* no Brasil, pelo que geralmente costumavam ter empregadas em casa. Nos Estados Unidos, a maioria destas mulheres trabalha como empregadas de limpeza (*housecleaning*), mas vê a sua actividade, não como domésticas, mas como empresárias e donas do seu trabalho. Neste sentido, Fleischer afirma que “há uma hierarquia entre as actividades disponíveis aos Brasileiros ilegais e o *housecleaning* está no topo desta hierarquia, com base, principalmente, na remuneração e na autonomia” (2001: 12).

Por outro lado, Goza (2003), quando estuda as redes sociais no lugar de origem, acredita que, enquanto que as classes mais altas têm os recursos para emigrar e escolhem ficar, as classes mais baixas desejam emigrar, mas não têm os recursos para financiar o projecto. Em consequência, são as classes médias as que tentam e conseguem emigrar. Isto, entre várias questões ideológicas e culturais, pode ajudar a explicar a diferença entre os imigrantes para os Estados Unidos e para Portugal, tendo em conta que mesmo dentro das classes médias existem várias subcategorias.

O caso das imigrantes Brasileiras em Portugal é diferente da situação das Brasileiras nos Estados Unidos. As Brasileiras (e Brasileiros) chegadas até ao início da década de 90 inseriram-se numa vaga de imigração anterior caracterizada como mais qualificada e bem inserida no mercado de trabalho português (inclui profissionais, luso-descendentes e exilados, mesmo que estes sejam anteriores aos anos noventa – ver capítulo 3, de Pinho, deste livro). No caso da vaga mais recente de imigração brasileira, o perfil do Brasileiro mudou e o fluxo proletarizou-se (Padilla 2004^a). Se bem que o imigrante não seja o Brasileiro mais pobre e “favelado”, o Brasileiro recém-chegado (segunda vaga) pertence a uma classe social média-baixa e mesmo que relativamente bem

instruído em relação a média portuguesa, a sua inserção laboral ocorre, frequentemente, nos segmentos menos qualificados do mercado de trabalho.

Em Portugal, tal como noutros países do Sul da Europa (King & Zontini, 2000), verifica-se uma estrutura económica dominada pelo sector terciário com nichos laborais com características especificamente étnicas e de género. Assim, estes autores afirmam que existem “dois nichos do mercado laboral exclusivamente reservados à imigração feminina: o serviço doméstico e a prostituição (King & Zontini, 2000: 46). Especificamente, existe em Portugal um alargado nicho laboral para imigrantes mulheres no sector da limpeza em casas particulares e no cuidado de doentes e pessoas idosas residentes em lares. Também se identificam outros nichos em sectores como a restauração e hotelaria, onde Brasileiros e Brasileiras ocupam um lugar destacado, existindo dentro deste nicho uma segmentação por sexo (a limpeza dos hotéis é feita por mulheres, assim como as refeições; o atendimento é unisexo, etc.). Por último, aparece o denominado comércio do sexo (*sex trade*) ou prostituição, no qual as Brasileiras parecem dominar o mercado, segundo as notícias dos jornais e as detenções que a GNR e o SEF realizam e são referenciadas nos órgãos de informação.

A diferença de classe social, entre brasileiras imigrantes nos Estados Unidos e em Portugal, pode encontrar uma explicação na selectividade da imigração. Os Brasileiros precisam dum visto para entrar nos Estados Unidos e o visto não é fácil obter porque os consulados pedem documentos e provas de emprego, contas bancárias, etc., além de terem autoridade discricional na decisão sobre a concessão do visto. Assim, são muitos os que não conseguem obter o visto. Por exemplo, dentro da amostra de entrevistados, alguns mencionaram que vieram para Portugal porque não conseguiram ir para os Estados Unidos. Por outro lado, sabe-se que os valadarenses (da cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais), devido à sua longa história de migração, não conseguem, na sua maioria, vistos de entrada nos Estados Unidos (Goza, 2003), pelo que não é casualidade que exista um fluxo importante de imigrantes brasileiros mineiros e, particularmente, valadarenses em Portugal. Segundo a informação recolhida, no estudo de opinião que realizou a Casa do Brasil em Lisboa¹, mais de 30% dos imigrantes inquiridos eram originalmente de Minas Gerais.

A educação e nível de formação são muitas vezes um indicador da classe social. Deste ponto de vista, as entrevistadas têm, em geral, um alto nível de formação, muitas com licenciaturas completas ou incompletas, com estudos de formação técnica ou magistério primário. No entanto, é interessante ver que as mulheres provenientes de Minas Gerais são as que têm menos formação. Nenhuma delas tem formação universitária, poucas têm secundária completa e a maioria possui apenas a primária. A educação, além de indicador da classe social, pode ser um indicador do capital social com que contam estas imigrantes. Neste caso, pode ajudar a explicar porque muitas delas estavam desempregadas no momento da entrevista. Mas é importante saber que não é o único factor condicionante.

¹ Ver Capítulo 12 deste livro.

Por outro lado, também é verdade que a educação se tem democratizado bastante no Brasil, o que explica como pessoas da classe média-baixa tenham conseguido entrar na universidade e obter títulos universitários. A democratização da educação é uma grande conquista social que mostra como o Brasil tem melhorado, em termos gerais, as condições de vida. Mas a educação, quando não acompanhada de capital social suplementar, não é suficiente e dificulta a procura de trabalho. Esta dificuldade, referida em quase todas as entrevistas, leva muitas pessoas formadas a emigrar. As que têm mais recursos económicos e financeiros que facilitam a obtenção de vistos (entre outras coisas) seguem para os Estados Unidos; muitas outras deslocam-se para países europeus, como Portugal. Temos como exemplo Maria do Carmo, de Goiás, enfermeira que quase concluiu uma especialização a nível de mestrado, que decidiu vir para Portugal onde tinha os irmãos. Agora trabalha como manicura, sem aproveitar a formação, mas se as coisas não correrem bem pode voltar para o Brasil, já que conseguiu uma licença de dois anos no hospital onde trabalhava.

3. Redes sociais e género

Um tema central nos estudos sobre imigração é o das redes sociais dos imigrantes e o papel fundamental que estas desempenham, especialmente para os recém-chegados, no momento de estes procurarem trabalho e de acederem a serviços. Os recursos que as redes de imigrantes facilitam são sumamente importantes e, por isso, estas são vistas como uma ferramenta de ligação que os imigrantes usam para a sua inserção na sociedade de acolhimento. Vários autores (Goza, 2003; Assis, 2003; Hagan, 1998) têm relatado como estas redes sociais ajudam e servem todos os imigrantes, embora a forma de funcionamento, o tipo de ajuda e a estrutura das redes sejam diferentes para imigrantes homens e mulheres. Na relação entre redes sociais e género, são dois os aspectos que vamos considerar. Por um lado, o tema da preferência na utilização das redes, e por outro, o tipo de recursos aos quais mulheres e homens têm acesso.

Assis (2003), que estuda os Brasileiros e Brasileiras imigrantes nos Estados Unidos e na Itália, afirma que as mulheres, definitivamente, se servem das redes sociais, mas que a diferença fundamental entre homens e mulheres é que, enquanto eles utilizam mais as redes de amigos, as mulheres têm como *pivot* as redes familiares e de parentesco. Neste sentido, as histórias recolhidas confirmam a hipótese.

A grande maioria dos Brasileiros usa as redes sociais nas diferentes etapas do projecto migratório. Como já referi noutra obra, “desde antes da saída do Brasil, no momento da chegada propriamente dita até à inserção no mercado laboral” (Padilla, 2004^b) os imigrantes servem-se das redes sociais. A preferência por Portugal como destino do projecto migratório tem origem em vários factores, que vão desde a longa história de emigração portuguesa para o Brasil, que origina a emigração de retorno dos luso-descendentes, até às vagas de exilados políticos durante as ditaduras no Brasil e de profissionais brasileiros (informáticos, dentistas, publicitários) que migra-

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

ram para Portugal na transição portuguesa para a União Europeia. Cada vaga originou uma maior conectividade entre ambos os extremos e, desde os anos de 1990, esta não pára de aumentar.

Assim, as redes sociais dos Brasileiros incluem amigos, conhecidos e familiares que prestaram ajuda na saída (empréstimos, apoio moral, etc.), na chegada (alojamento, recursos de diferentes tipos) e inserção no mercado de trabalho (ajuda para encontrar emprego, referências, etc.). Num nível de análise geral, aparentemente, tanto Brasileiros como Brasileiras se servem de redes sociais nos projectos migratórios, mas num nível de análise mais profundo é possível distinguir diferentes padrões no uso destas redes (Hondagneu-Sotelo, 1994; Hagan, 1998; Assis, 2003). Assis, por exemplo, descreve os padrões de utilização das redes dos imigrantes brasileiros que partem da cidade de Criciúma, no Estado de Santa Catarina, afirmando que “os homens apoiam-se mais nas redes de amigos, ao passo que as mulheres contam mais com os parentes” (2003: 209). Este facto é verificado nas entrevistas realizadas, constatando-se que as famílias se constituem no apoio mais importante nos projectos migratórios das mulheres e os amigos no caso dos homens. O Quadro 5.1 resume esta informação.

QUADRO 5.1

Utilização de redes sociais, por sexo

Rede de apoio predominante	Mulheres	Homens
Família (marido, e outros familiares)	13	3
Amigos (amigos, amigos de amigos, conhecidos)	3	16
Nada	1	4
Total (N)	17	23

Fonte: Entrevista – Elaboração própria

As respostas indicam claramente a preferência das mulheres em se apoiarem nas redes de parentesco e familiares, e dos homens, nas redes de amigos e de conhecidos. As redes familiares são compostas maioritariamente, mas não só pelo marido, mas também pelos pais, irmãos, irmãs, tias/tios, primas/primos, madrinhas/padrinhos. Logo, o conceito de família está baseado numa concepção de família alargada e não nuclear. Muitas mulheres emigram por causa do marido: viajam com ele, ou vêm a Portugal para se reunirem com ele, trazendo os filhos. Outras empreendem a viagem com outros membros da família ou porque alguém da família já está em Portugal e podem receber ajuda. Embora haja ainda algumas mulheres que, com família cá, emi-

gram para manter os filhos ou a família no Brasil e enviar dinheiro para casa. Também há mulheres que emigram sozinhas, sem conhecidos, em busca duma vida nova e diferente, ou fugindo de momentos tristes e de sofrimento, como pode ser a separação, segundo ilustram as histórias já apresentadas.

A predominante migração familiar das Brasileiras chama a atenção para o facto de a reunificação familiar formal ser muito pouco usada por elas como via de entrada em Portugal para se reunirem ao marido. Este é o caso de Maria, recém-chegada a Portugal, de Governador Valadares, Minas Gerais, com dois filhos. O marido está cá há cinco anos, trabalha como servente e está legalizado, mas ela escolheu entrar em Portugal, como turista, com os filhos, e tratar dos assuntos uma vez instalada, mesmo que isso implique um certo *stress* e nervosismo, bem como o sentimento de “ilegalidade.” Cabe perguntar-nos porquê. É verdade que o processo de reunificação familiar em Portugal pode ser iniciado uma vez dentro do País, mas há outras questões de diversa índole que podem influir na decisão. Se por um lado a reunificação familiar facilita a entrada legal dos familiares do primo-migrante, até há bem pouco tempo impedia que estes trabalhassem. No caso duma família de quatro membros com um salário baixo é impossível sobreviver sem mais apoio financeiro. Por outro lado, há indícios de que a informação que circula entre os extremos das migrações, Brasil e Portugal, está frequentemente muito desactualizada, distorcida e errada. Como já afirmei num outro trabalho (Padilla, 2004^a), as redes gerem uma grande quantidade de informação que serve de base para os projectos migratórios. A informação inclui conselhos das agências de viagens, indicações de quem já emigrou há alguns anos, sugestões de quem voltou ao país de origem e de quem tem conhecidos imigrantes, entre outros, encontrando-se, contudo, muitas vezes, desactualizada e/ou distorcida. No caso, já mencionado, de Maria, valadarense recém-chegada, o marido emigrou no ano 2000 quando a legislação vigente era outra, e o resto da família que está a dar apoio a Maria (primo do marido e família) também, conseguindo a legalização em 2001, quando os requisitos eram diferentes. Outro exemplo de circulação de informação enviesada é que, após ter sido assinado o Acordo de contratação recíproca entre os Governos brasileiro e português (Julho 2003), muitos Brasileiros achavam que ainda podiam imigrar para Portugal, legalizando-se já dentro do País. Este facto foi comprovado também em muitas entrevistas com Brasileiros e é tema comum de consulta no atendimento diário nas associações de imigrantes.

O caso de Isabel demonstra a preferência pela utilização das redes familiares por parte das mulheres, mesmo que leve à reorganização das famílias. Isabel vivia confortavelmente com o seu marido e filha (de 18 meses) numa casa e estava a aproveitar finalmente a tranquilidade de morar sozinha com o marido e a filha, sem partilhar a casa com ninguém, como tinha acontecido anteriormente. Foi então quando a família (mulher e filhos) do primo do marido decidiram vir para Portugal e ela teve que reorganizar a sua casa para os receber. O primo do marido, como estava sozinho, morava em casa partilhada com outros homens, sem condições para receber o resto da família. Por isso, mudou-se para a casa do primo para ficar com a sua família e a do primo. Este caso mostra dois aspectos importantes. Por um lado, como a estratégia dos homens em morarem sozinhos se vê alterada com a chegada da mulher e filhos. Por outro lado, como a

outra família (em torno doutra mulher) tem que acolher os recém-chegados. Assim, quando existe uma mulher que aglutina uma família em seu redor esta acaba por ter de receber a outra mulher (e os seus filhos), sendo desta forma a mulher a chave para a recepção das famílias. Isabel “carrega” com a carga da família do marido e também assume o papel de mediadora em relação à recém-chegada, conduzindo-a aos serviços migratórios com os quais é necessário contactar. Quando não existe uma mulher na família, uma recém-chegada acaba por se adaptar aos meios disponíveis, como é o caso de Lúcia, chegada há pouco tempo e que mora com o irmão, partilhando o quarto com ele, numa casa onde moram um total de 9 pessoas, que, apesar disso, pagam uma renda muito elevada. No entanto, a diferença entre as situações de Isabel e Lúcia também é marcada pelo facto de esta última não ter filhos.

Outro aspecto relevante na consideração das redes sociais, por parte de homens e mulheres, refere-se à quantidade e qualidade de recursos aos quais os imigrantes são capazes de aceder. Hagan (1998) e Goza (2003) sugerem que homens e mulheres têm acesso a diferente tipo, qualidade e quantidade de informação, através das redes sociais, verificando-se, geralmente, que este é mais limitado no caso das últimas. De certa forma, isto é fácil de compreender, uma vez que muitas mulheres trabalham sozinhas e isoladas de outras colegas. As empregadas domésticas, de limpeza, no cuidado de idosos e crianças estão mais isoladas do que quem trabalha na construção civil, por exemplo. Assim, as oportunidades de tomar conhecimento de melhores empregos, possibilidades de legalização e serviços para imigrantes, entre outros, são muito mais reduzidas. Se somarmos o isolamento à carga de tarefas domésticas que muitas mencionam como sendo da sua responsabilidade, as possibilidades de ter acesso a informação valiosa para melhorar a sua condição, contactos e oportunidades do mercado laboral, são muito mais limitadas. Voltando ao caso de Isabel, ela disse abertamente, “eu cá não tenho amigas, conheço pessoas, mas não tenho tempo para ter amizades. A minha vida é de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Em casa ainda tenho de fazer as tarefas domésticas, as compras e tomar conta da minha filha. Meu marido tem uma educação machista, ele não faz nada em casa”.

Hagan (1998: 65) fala, no seu artigo, da importância do desenvolvimento de laços sociais como uma estratégia de melhoria da posição das mulheres na sociedade de acolhimento. Mesmo que todos os imigrantes tendam a desenvolver laços fortes com as comunidades co-étnicas, sobretudo relevantes num primeiro momento da imigração, num segundo momento resulta importante estabelecer laços débeis ou fracos com pessoas que sejam de fora da comunidade co-étnica, de modo a implementar “vínculos horizontais de intercâmbio e reciprocidade”. Se bem que nem todas as mulheres trabalhem isoladas, uma maioria das Brasileiras fá-lo. Como Hagan (1998) também afirma, o isolamento laboral, geralmente inserido na economia informal, leva a que, embora as mulheres possam encontrar trabalho mais facilmente do que os homens, pelo facto de elas serem invisíveis dentro das casas, acabam por ter menos acesso a contratos de trabalho, descontos para a Segurança Social e benefícios, como férias e subsídios. Assim, a longo prazo têm mais dificuldade para se legalizarem.

4. Legalização e género

Um tema central em relação aos imigrantes e à sua integração na sociedade de acolhimento é o acesso à legalização. Obviamente que a legalização traz benefícios materiais e emocionais aos legalizados e, neste caso, estudar a variável género pode acrescentar conhecimentos ao que se sabe, de forma genérica, sobre a legalização. Embora o fluxo migratório global brasileiro seja maioritariamente masculino, com o tempo, este tem-se vindo a feminizar. Por exemplo, em 2003, pela primeira vez, segundo os dados do SEF, eram mais as mulheres brasileiras com estatuto de residente em Portugal do que os homens e, a partir desse ano, acentua-se ainda mais a feminização. Efectivamente, em 2005, a proporção era de 46% de homens para 54% de mulheres. Por outro lado, as Brasileiras com autorização de permanência são menos que os homens, sendo que a taxa de masculinização média é de 62%. Por isso, é importante perguntarmos como é que as mulheres se legalizam.

A problemática da legalização não pode ser analisada isoladamente da economia e do mercado laboral da sociedade de acolhimento. Neste sentido, pelo que já foi dito sobre o mercado laboral em Portugal, a sua estratificação por sexos oferece dados para uma melhor interpretação. Segundo King e Zontini (2000), Portugal insere-se no modelo da Europa do Sul, no qual a economia informal tem um papel muito relevante. Relembremos também que estes autores afirmam que existem dois nichos reservados para as mulheres imigrantes: o doméstico e a prostituição. Observamos desta forma que estes nichos são de trabalho informal e precário. Segundo sugerem as entrevistas realizadas, a precaridade do emprego não facilita a obtenção de contratos de trabalho, o que acaba por dificultar a legalização. Os contratos parecem ser um círculo vicioso já que a legalização requer um contrato de trabalho e por sua vez o empregador requer empregados com visto. Então, se por um lado os imigrantes procuram conseguir um contrato, os empregadores procuram alguém que já tenha um visto obtido dum contrato anterior.

Mesmo que não seja possível provar, devido a falta de dados, é importante levantar a questão de que muitas mulheres, devido à sua invisibilidade e fragilidade laboral, podem ter mais problemas no processo de legalização do que os homens. Por um lado, o facto de terem menos acesso a um contrato de trabalho e de os seus salários serem geralmente mais baixos que os dos homens, e, por outro lado, o facto de muitas mulheres terem menos contactos com as redes que facilitam a circulação de informação, podem limitar o acesso à legalização. Assim, a dificuldade pode surgir tanto nos meios legais (contrato, contribuições para a Segurança Social, pagamento de impostos, etc.), como nos meios financeiros (multas e coimas a pagar ao Estado, gastos de deslocação para obtenção do visto, etc.), como ainda na falta de acessibilidade à informação (como já foi explicado em relação às redes sociais). Ainda poderiam considerar-se outros aspectos da vida familiar e doméstica que limitam as deslocações das mulheres e o seu tempo livre.

Apesar de alguns imigrantes optarem por não se legalizar, no longo prazo e em certas circunstâncias, esta preferência pode vir a alterar-se. A literatura mostra que a legalização traz benefícios aos imigrantes, contribuindo para uma certa mobilidade laboral ascendente (Powers, Seltzer

& Shi, 1998), embora esta também se possa verificar sem a legalização (Martes, 2000). Mas os benefícios da legalização não são só materiais em termos de salários e empregabilidade, mas também emocionais. Várias mulheres disseram que a sua situação em Portugal melhorou em termos laborais uma vez conseguida a legalização. Noutras situações a melhoria laboral aconteceu sem legalização, mas a legalização é um objectivo desejado. No entanto, várias imigrantes mencionaram outro tipo de alívio e melhoria após a legalização.

Neste sentido, a tranquilidade emocional que as Brasileiras sentem é importante. Susana expressou “agora com o visto a gente se sente com mais liberdade, até com mais liberdade para conversar”. Marcela, do Mato Grosso do Sul, às vezes tem medo de falar na rua já que pode ser identificada facilmente como Brasileira pelo sotaque, e esta facilidade de identificação faz com que tenha medo de rusgas. Estes casos ilustram o nível de paranóia e medo que as imigrantes sofrem pelo facto de não estarem a morar e trabalhar legalmente em Portugal, vendo assim condicionada até uma simples deslocação na rua ou no metro. Ao caso de Marcela pode acrescentar-se que ela mesmo, tendo medo de andar nas ruas, não se tinha preocupado de forma especial com a legalização, mas um acontecimento novo fez com que ela mudasse de ideias e tentasse a legalização. A sua irmã, que mora no Brasil e tem uma filha pequena, está a espera do visto para emigrar para o Japão para se reunir com o marido que se encontra nesse país. Recentemente entrou numa grande depressão e pediu a Marcela para ir visitá-la. Como Marcela não tem papéis, não pode sair já que o risco de não conseguir entrar de novo em Portugal é muito grande e não pode arriscar ficar longe do marido e da filha de 3 anos com quem mora em Portugal. Assim, Marcela vê que com a legalização ganha a possibilidade de livre circulação, ou seja de entrada e saída de Portugal. Após reavaliar a questão da legalização, que, no início, tinha descartado por motivos financeiros, optou por reiniciar o processo.

5. Género e etnicidade brasileira

As sociedades de acolhimento não são todas iguais e, por isso, as características e imaginários de cada uma têm impacte nos imigrantes, particularmente nas formas de incorporação, interacção e adaptação. Os Brasileiros em Portugal não passam despercebidos nem são confundidos com outros grupos, como acontece com os Brasileiros nos Estados Unidos, geralmente percebidos e tratados como Latinos ou Hispânicos (Fleisher, 2003; Ribeiro, 1998^a, 1998^b, 1998^c; Oliveira, 2000). Os Brasileiros em Portugal gozam duma etnicidade própria, todos sabem que são Brasileiros e não sul-americanos ou latino-americanos. Neste sentido, existe na sociedade portuguesa a ideia de que os Brasileiros são simpáticos, como se a simpatia fosse uma qualidade inerente e quase genética. É esta simpatia que, para além da afinidade linguística, contribui para a preferência dos Brasileiros no que respeita ao atendimento em lojas, restaurantes, hotéis e outros serviços. Denomino este processo como *etnicização do brasileiro*, cuja simpatia se torna étnica; outros autores falam da *exotização do brasileiro* (ver capítulo 8, por Igor Machado, neste livro).

Assim, em contrapartida com a rápida identificação do Brasileiro, que não precisa de negociar a sua identidade nacional, existe um imaginário nacional português sobre como é que os Brasileiros são e como se comportam. Neste sentido, existem estereótipos sobre os Brasileiros, em geral, e sobre as Brasileiras, em particular (Padilla, 2004^b; Machado, 2003) que afectam o dia-a-dia destes cidadãos. Neste plano, os Brasileiros e Brasileiras têm de negociar a imagem da sua identidade. Embora se pense que os Brasileiros em geral gostam de festa e estão sempre bem dispostos (Machado utiliza a expressão “*entertainer*”), já os homens brasileiros são considerados preguiçosos e malandros, e as mulheres calorosas, exuberantes e fáceis. Entre esta imagem da brasileira calorosa e exuberante e a da prostituta vai só um passo, sendo esta analogia reforçada pelas notícias permanentes que os *media* transmitem. Frequentemente, vemos ou ouvimos notícias sobre a quantidade de prostitutas brasileiras detidas em rusgas, mesmo que sejam ou não alvos de tráfico ilegal de pessoas, e a sociedade fica com a ideia da proeminente participação das brasileiras na prostituição nacional, o que acaba por reforçar ainda mais a relação entre estas e a indústria do sexo (Lages e Policarpo, 2003; Machado, 2003; Padilla, 2004^b).

Na actualidade, o tema da imagem da mulher brasileira em Portugal, em directa relação com o estereótipo da prostituta, não pode ser ignorado quando se fala da brasileira imigrante em Portugal. Nas entrevistas conduzidas, tanto homens como mulheres, concordaram que o tema é central e que influencia negativamente as experiências de migração, sobretudo as das mulheres.

Embora seja certo que há prostitutas brasileiras, a maioria das imigrantes não são prostitutas. As brasileiras na sua generalidade trabalham na restauração, hotelaria, atendimento em lojas e no sector doméstico (Peixoto, 2002 e capítulo 4 deste livro; Padilla, 2004^b; Machado, 2003). Mas, como indica Margolis (1993) no seu estudo acerca dos Brasileiros em Nova Iorque, por algum motivo a fama das Brasileiras se exacerba, tanto entre os cidadãos Brasileiros como entre os não-Brasileiros, neste caso os Portugueses. Esta fama ou “marca da prostituição” verifica-se também na Itália (Bógus e Bassanezi, 1999) e repete-se em Portugal. A diferença, face aos outros cenários, prende-se com o facto de a presença dos Brasileiros em Portugal ser proporcionalmente maior. Ainda é importante destacar que a fama das Brasileiras não é apenas alimentada pelos órgãos de informação portugueses. Como nos advertem alguns autores (Feldman-Bianco, 2001; Machado, 1999), a produção de telenovelas brasileiras favorece e incentiva a dita imagem de mulher brasileira sensual. Inclusivamente, a exotização, imagem e estereótipo sobre a brasileira existe dentro do próprio Brasil, em relação a certas mulheres, sobretudo as mulheres negras e mulatas, pelo que a exotização se sobrepõe à racialização. Esta realidade verifica-se sobretudo, mas não só, na Baía (Padilla, 2001; Gillian & Gillian, 1999).

Para a mulher comum, esta imagem de prostituta tem consequências directas e indirectas, no dia-a-dia, e, às vezes, o preconceito contra a mulher brasileira chega a influir também no homem brasileiro, que, por vezes, tende a julgar as suas compatriotas da mesma forma. A análise que Jacira faz em relação ao trato das pessoas portuguesas evidencia os efeitos negativos do estereótipo:

O que sinto aqui é uma certa reacção negativa, às vezes, principalmente contra as mulheres brasileiras. É aquela coisa de que algumas mulheres brasileiras vêm para cá e não são tão bem aceites, não desempenham papéis tão aceitáveis pela sociedade como um todo e isso acaba causando um pouco de problema para todas as mulheres brasileiras. Então, a gente sente do lado das mulheres uma certa reacção de competitividade exacerbada em função disso. E, por parte dos homens, às vezes, uma certa reacção de que nós estamos sempre disponíveis, que é uma sensação muito ruim. [...] Olhares, das próprias mulheres, mas mulher é competitiva por natureza. Mas já senti sim, discriminada por ser mulher e por ser brasileira. Já estive noutros países da Europa, embora só de passagem, mas nunca me senti discriminada como aqui, mas é por toda a situação aqui.

Podemos ver como Jacira passou por situações de discriminação por ser brasileira. Jenifer, uma mineira que está em Portugal há 3 anos e trabalha como ajudante de cozinha, também contou como ser mulher brasileira leva a preconceitos, tanto por parte dos homens como de mulheres. “Quando estive no primeiro emprego, era empregada de mesa e havia um Português que ia lá. E um dia ele me chamou lá para conversar e veio com umas conversas estranhas e eu disse para a minha patroa e ela me disse para eu ser simpática com ele porque ele tinha muito dinheiro e eu era brasileira, essas coisas assim... ela me estava a jogar para ele. Acha que a gente como é brasileira faz qualquer coisa para ganhar dinheiro.”

O estereótipo da prostituição também gera uma marca de hostilidade entre as próprias mulheres, brasileiras e portuguesas e, mesmo, nas brasileiras entre si. Susana e Rosane queixaram-se de que, por causa de algumas brasileiras que vêm a Portugal “fazer a vida”, todas pagam um preço muito alto, já que são todas discriminadas. Elismara diz que existe muito preconceito contra o brasileiro e acha que isso se deve a que algumas mulheres “vêm para cá para ter uma vida fácil. Eu como sou mulher vi essa dificuldade, principalmente para fazer amizade, as pessoas do sexo masculino se aproximavam de mim e eu sabia que tinham segundas intenções.” Elismara também contou como os seus próprios sogros portugueses não gostam dela e sempre fazem comentários por causa de ser brasileira. Carolina, de Curitiba, neta de um Português, acredita que os estereótipos são diferentes para homens e mulheres, expressando que ela como mulher se apercebe mais destas ideias, especificamente: “A ideia que fazem das mulheres brasileiras é que são fáceis e que vieram para a vida, que vieram para roubar os maridos [das portuguesas].”

Estas opiniões reflectem não apenas as expectativas dos homens como também as desconfianças entre as mulheres. Por outro lado, mesmo que as brasileiras julguem as suas compatriotas e se sintam prejudicadas por causa da sua forma de ganhar a vida, algumas delas reconheceram que a situação de prostituição às vezes é por escolha e outras por engano e exploração. Rosane, que veio com outras amigas, disse que uma delas entrou na prostituição sem ser enganada, por decisão própria, mas, entretanto, já “arrumou um velhão” e tem “enviado mais de € 5000 para o Brasil.” No entanto, ela reconhece que a maioria das brasileiras vêm para Portugal para trabalhar e que elas trabalham muito duro para juntar dinheiro e para ter uma vida melhor, sem optar pela via da prostituição.

Também há histórias de engano e exploração vinculadas com a prostituição. Há aproximadamente dois anos, o Governo brasileiro lançou um programa de luta e combate contra o tráfico de

seres humanos, orientado sobretudo para prevenir a escravidão sexual brasileira no exterior. Este facto é o reconhecimento duma realidade largamente denunciada mas nem sempre aceite e que se verifica também em Portugal. As histórias desmascaram uma realidade complexa, onde o problema não é apenas a prostituição, às vezes assumida pelas mesmas mulheres, mas sim o engano e a perda de liberdade. Cláudia conhece uma senhora que foi enganada. Pensou que vinha trabalhar como empregada doméstica em Viseu e quando chegou lá a situação era diferente, era para trabalhar como prostituta. A senhora enganada teve a sorte de conhecer outra brasileira que a trouxe para a Costa de Caparica e assim conseguiu escapar. Maria do Carmo relata a história duma amiga que conhecia no Brasil que “veio para cá com uma proposta de trabalho e realmente era para se prostituir e teve cá seis meses e, para voltar, a família teve de ajudar.” Sem dúvida há casos de exploração e engano que fazem parte do cada vez mais expressivo tráfico de pessoas e, segundo dizem algumas entrevistadas, em alguns casos são as amigas e conhecidos que fazem parte da cadeia de tráfico e recomendam as pessoas para vir.

Os homens brasileiros entrevistados concordam com as mulheres, relativamente à imagem negativa destas, que está sempre vinculada à prostituição e à vida fácil. Alguns dos entrevistados reconhecem o facto. Outros vão mais longe, criticando as suas compatriotas. Em muitos dos testemunhos podemos identificar o machismo da cultura brasileira, que mesmo que aceite uma certa exploração, critica a mulher por não procurar outros trabalhos. Ricardo disse “as mulheres são muito criticadas, acham que as brasileiras vêm para cá para procurar um homem português rico”, embora ele não critique a mulher directamente. Wesley tem um discurso com juízos de valor mais marcados, e no seu relato disse que “os Portugueses num 90% acham que as Brasileiras são prostitutas, o que não deve ser uma mentira total porque há muitas prostitutas aqui, só que eles não analisam, vêem uma brasileira e acham que é uma mulher fácil. Eu digo que talvez 50% das mulheres brasileiras cá sejam prostitutas mas tem muitas que não são.” O Lauro vai ainda mais longe que o Wesley ao referir que as brasileiras “90% são prostitutas, são putas. Mesmo que venham trabalhar... estão longe da família, chegam cá, caem numa casa de alterne ou prostituição e viram prostitutas, ou já são”. Lauro faz referência a uma situação comum da imigração que é o facto de estar sozinho noutro país, longe da família, experimentando-se uma grande liberdade que pode degenerar em prostituição. Mesmo que esta situação seja real, a sua análise é só aplicada à mulher e não ao homem, ilustrando mais uma vez a cultura machista. Pedone (2004) também chama a atenção para este tipo de juízos de valor no caso dos equatorianos relativamente às suas mulheres.

Estas narrações ilustram a metáfora da prisão simbólica que Machado utiliza no capítulo 8 deste livro, na qual os Brasileiros ficam presos à imagem estereotipada que os Portugueses têm deles, sendo que esta aprisiona mais as mulheres que os homens porque são elas que mais têm a perder. Neste sentido, o processo de exotização que os Brasileiros experimentam traz consequências mais negativas para as mulheres que para os homens.

6. Género, etnicidade e trabalho

O tema da identidade étnica em intersecção com a identidade de género tem sido apontado como importante por alguns autores para estabelecer e identificar comportamentos diferentes, mesmo de pessoas da mesma nacionalidade. Menjívar (1999) sugere que ser indígena ou ser ladina (mestiço de indígena com branco) em Guatemala e El Salvador faz com que os comportamentos dos migrantes, mesmo que todos sejam identificados com latinos nos Estados Unidos, sejam diferentes. Neste sentido, as mulheres e homens indígenas que emigraram mostram comportamentos de género muito mais igualitários. A dita igualdade já se praticava no país de origem, antes da migração, e continua a aplicar-se na sociedade de acolhimento, os Estados Unidos, na qual, homens e mulheres sempre trabalharam. Em oposição, estão as famílias ladinas, tanto de El Salvador como da Guatemala, cujas culturas são muito mais sexistas e machistas. Neste caso, tanto as mulheres como os homens sofrem um choque com a cultura americana mais igualitária em termos de género. Ambos anseiam a divisão de papéis sexuais da sociedade de origem, no qual o homem trabalha e a mulher toma conta dos filhos, da casa e, mesmo que trabalhe, o seu salário é complementar. Assim, uma vez nos Estados Unidos, as mulheres empregam-se porque necessitam e porque o mercado laboral favorece a contratação feminina. Mas o sonho continua a ser poder ficar em casa sem trabalhar e que o marido consiga um bom emprego, capaz de sustentar toda a família. Assim, a percepção do emprego é muito diferente entre umas e outras. Em relação às ladinas, a investigadora diz:

[...] Estas mulheres não vêem o emprego como uma luz libertadora, muito pelo contrário, o emprego é visto como uma forma de conseguir responder as necessidades de sobrevivência da família. [...] Em contraste com as mulheres ladinas guatemaltecas e salvadorenhas, a entrada no mercado de trabalho das mulheres indígenas de Guatemala não depende da vulnerabilidade económica do homem. Em consequência, elas não pretendem retirar-se do emprego após os homens recuperarem a sua posição económica, porque estas mulheres têm uma diferente percepção sociocultural do trabalho (Menjívar, 1999: 612).

A necessidade de trabalhar, em Portugal, é um facto tanto para homens como para mulheres, imigrantes ou não. Segundo o Barómetro da Produtividade do Ministério da Economia, Portugal é um dos países da União Europeia com maior taxa de actividade económica, sendo que esta é elevada, tanto para homens como para mulheres. Assim, quando as pessoas imigram para Portugal, mesmo nos casos de imigração familiar, marido e mulher trabalham. O trabalho pode ser libertador ou não, mas a necessidade faz com que o trabalho ou a procura deste faça parte do quotidiano dos imigrantes. O *boom* económico que levou à concessão dum alto número de autorizações de permanência no período de 2001-2002 desvaneceu-se completamente, afectando, sem dúvida, o mercado laboral para nacionais e imigrantes, homens e mulheres.

O trabalho é chave no contexto de imigração e, segundo vários autores, traz consequências nas relações de género dos casais e no ganho de “poder” ou autoridade da mulher dentro da família (Grasmuch and Pessar, 1991). Escrivá (2003) tenta explicar a crescente feminização dos fluxos migratórios (de Peruanas a Espanha) e sugere duas causas possíveis para este fenómeno:

a) a necessidade de a mulher tomar a iniciativa de partir devido às escassas possibilidades dos homens no mercado de trabalho da sociedade de acolhimento, facto que as leva a decidir serem as primeiras a emigrar para trabalharem e ajudarem a família, ou b) as possibilidades de a mulher reforçar o seu poder e a sua posição (*empowerment*), obtendo recursos e *status* próprios. Em ambos os casos, o trabalho parece ser fonte de *empowerment* para a mulher, quer seja a nível pessoal quer familiar.

No caso das imigrantes brasileiras, existe uma grande diversidade de casos. Devido ao facto de o mercado laboral português ser estratificado por sexo e raça, as experiências variam. Esta estratificação faz com que a valoração que as brasileiras dão ao trabalho varie segundo o sucesso laboral em Portugal, geralmente medido em termos da comparação relativa entre o salário actual e o salário no Brasil, o prestígio da actividade actual e o da anterior e, também, por comparação com outros trabalhos exercidos anteriormente, já em contexto migratório. Também varia o impacto que o trabalho pode exercer nas mulheres, em termos de auto-estima, autoconfiança e efeito libertador. Martes (2000) diz que nos Estados Unidos se regista frequentemente uma “mobilidade (laboral) invertida” em termos de prestígio mas não em termos de remuneração, o que indica que os Brasileiros têm critérios de avaliação diferentes nas sociedades de acolhimento e de origem. No caso dos Brasileiros em Portugal (Padilla, 2004^a), também se verifica a mencionada mobilidade invertida, o que passamos a analisar para a situação das mulheres.

As histórias de imigração das brasileiras ilustram esta diversidade de casos. Umam gostam de trabalhar e apercebem-se que o seu trabalho tem valor, outras aceitam que as suas carreiras profissionais passem para segundo plano perante o pouco sucesso atingido em Portugal. Outras, ainda, aceitando que querem ter filhos no futuro, começam a desenhar estratégias de transição, procurando um nicho no mercado laboral. Outras, por fim, trabalham no que podem, mas sentem que a sua experiência e formação não são nem aproveitadas nem desejadas.

Por exemplo, Célia, natural de Minas Gerais, que morava em São Paulo, onde fez a licenciatura, concebeu o seu projecto migratório junto com o marido, que por ser filho de pai português teve a situação de residência legal facilitada. Eles vieram para Portugal, mas o projecto além de ser viver na Europa também incluía aprender outras línguas e viver noutros países europeus. Por enquanto, ainda estão na primeira fase, ou seja, em Portugal, mas as coisas não têm sido nada fáceis, especialmente para Célia. No Brasil, ela tinha um excelente emprego numa empresa de informática e ganhava um salário muito alto, superior ainda ao que ganha em euros. Nos primeiros tempos, não podia trabalhar legalmente porque a autorização de residência demorou ano e meio e, como consequência, trabalhou de forma irregular, em trabalhos socialmente desvalorizados e mal pagos. Actualmente, tem um trabalho relativamente bom, mas tanto o ordenado como o prestígio continuam a ser inferiores ao reconhecimento que tinha no Brasil. O caso dela é interessante porque se distingue das situações da maioria dos imigrantes brasileiros que sofrem uma mobilidade laboral descendente em termos de prestígio e *status*, mas ascendente em termos de ordenados em euros (Padilla, 2004^a; Martes, 2000). Efectivamente, Célia sofreu negativamente em ambos os planos, sendo a sua compensação a realização do sonho do marido. A sua

história pode ser interpretada de várias formas, mas, segundo a óptica da imigração, o caso da Célia pode ser diagnosticado como o de uma mulher que sofreu um *reverse-empowerment*. Mesmo que ela não reclame abertamente, o facto de ter um emprego mal remunerado e com pouco prestígio, em comparação com o que tinha no Brasil, faz com que desista dos seus sonhos profissionais – que a levaram a ter sucesso no país de origem –, demonstrando que ela não vê um valor acrescentado no emprego em Portugal. Neste caso, o emprego em Portugal não é uma experiência, nem libertadora nem gratificante. Como o projecto conjunto inclui ter filhos, a alternativa de não trabalhar para tomar conta dos filhos encaixa nesta lógica porque o emprego não é gratificante nem libertador. Como não vê futuro promissório na sua especialização em informática, por ser mulher, tem optado por uma estratégia de adaptação alternativa. Célia frequenta uma formação de *yoga* porque vê aí um nicho laboral que, eventualmente, lhe permitirá, no futuro, conciliar trabalho com filhos.

Leuciane, do Rio Grande do Sul, veio para Portugal no âmbito de um projecto familiar. O irmão estava em Portugal e veio com os pais. Chegou em 2000, conseguiu legalizar-se e trabalha como vendedora numa loja de roupa, onde os anos de estudo na Faculdade de Contabilidade não são aproveitados. Mas isso não parece ter um grande impacte nela, já que no Brasil existe “dificuldade a nível do emprego.” Para Leuciane, a possibilidade de ter um emprego, receber em euros, ter a família (pais e irmão) em Portugal, e não sentir dificuldades laborais, faz com que o seu projecto migratório compense.

O caso de Susana é muito diferente. Susana, paranaense, com pouca educação e mãe solteira de dois filhos, veio para Portugal, sozinha, para trabalhar e procurar ter melhores condições. Na entrevista, ela disse: “É difícil ficar longe da família, mas, no entanto, a gente procura ter melhores condições; no Brasil é difícil, é um lugar bom de se morar, mas difícil de você obter alguma coisa e, no Brasil, todo o mundo fala que Portugal é um sítio onde tem melhores condições de vida; todo o mundo acha que a gente vem para Portugal e vai voltar rico, vai arranjar um emprego melhor. Como tenho dois filhos, solteira, precisava de ter condições.” Susana fez um grande esforço para vir para Portugal, onde já morava a sua irmã, para trabalhar e enviar dinheiro para os filhos. Trabalha como empregada doméstica, continuando a fazer o que já fazia no Brasil só que consegue enviar dinheiro para os filhos, e isso, por si só, compensa o esforço. Um outro elemento que tem contribuído para a maior satisfação de Susana é a possibilidade de legalização, mesmo que “a gente tenha que pagar um preço alto”. Para reunir o dinheiro, ela está a fazer um grande esforço, já que o trabalho por horas não possibilita as melhores condições, sobretudo tendo que enviar dinheiro para o Brasil.

Jacira, do Rio Grande do Sul, docente universitária de 50 anos com mestrado em Economia, chegou em 2002 e ainda não se legalizou. Os trabalhos que tem feito estão muito abaixo das suas qualificações: recepcionista e *telemarketing*. No trabalho chegou a ser “enganada” por co-étnicos que prometeram fazer um contrato de trabalho e, após 6 meses, disseram que não. Jacira, que continua desempregada e sobrevive com as poupanças que tem do Brasil, tem uma visão muito crítica da situação laboral em Portugal e da desvantagem que pode ser ter educação e formação

a mais; nas suas palavras, “às vezes ter um currículo razoavelmente bom atrapalha”. Para ela, em Portugal, ainda é comum que as chefias médias sejam ocupadas por pessoas com pouca formação pelo que “é um processo normal eles barrarem a entrada de alguém que tem um grau maior, é uma medida de protecção”. Por isso, ela pergunta-se: o que sobra para uma professora imigrante de certa idade? Embora as perspectivas de bonança não sejam muitas, ela continua optimista e espera que a situação melhore. Há dois motivos que fazem com que ela fique em Portugal. Um é o seu objectivo de fazer um doutoramento, para cumprir um sonho, e o outro é a tranquilidade e relativa segurança. Jacira está em Portugal com o seu filho de 18 anos, que, no Brasil, tinha medo de sair à rua e prefere estar cá por não haver violência. Para Jacira, o trabalho em Portugal não é libertador, não tem contribuído para melhorar a sua auto-estima nem a sua autoconfiança. Pelo contrário, a sua situação laboral piorou e de momento está desempregada. No entanto, continua a lutar por causa do filho e por causa do seu sonho académico de fazer um doutoramento.

Ainda existem casos como o de Regina, que veio do Mato Grosso do Sul com os filhos, uns meses mais tarde que o marido. Ela, depois de casar, deixou de trabalhar, e ficava em casa a tomar conta dos filhos. Quando chegou a Portugal, sem saber muito bem o que poderia fazer, encontrou um nicho de mercado que lhe permite trabalhar em casa: cuidar de crianças (brasileiras e portuguesas), ao mesmo tempo que faz a comida, limpa a própria casa onde moram várias outras pessoas, na sua maioria homens, e engoma as roupas. Cada uma das tarefas significa um rendimento, pelo que neste caso as actividades domésticas realizadas em casa, para outras pessoas, têm sido libertadoras e geradoras de *empowerment* para Regina. Ela não só contribui muito significativamente para o rendimento familiar, mas também tem ganho poder de decisão dentro do matrimónio. Por exemplo, tem decidido adiar o retorno familiar ao Brasil, pois está consciente de que o nicho laboral de que usufrui em Portugal, não seria uma opção no seu país.

Estes casos sugerem que as pessoas com menos escolaridade e com um passado laboral menos qualificado no Brasil são as que conhecem uma mobilidade revertida (menos prestígio, mas melhor salário). Também são estas mulheres as que experimentaram uma certa mobilidade ascendente do primeiro emprego para o segundo, terceiro, etc. e cuja mobilidade faz com que a sua situação melhore em termos, não só de salários, mas também de qualidade de vida e *empowerment*. Assim, parece que as mulheres de classe baixa sentem mais o sucesso dos seus (próprios ou partilhados) projectos migratórios. Por outro lado, as mulheres que possuem uma alta formação e que tinham empregos bons, prestigiados e melhor remunerados que a média nacional, por omissão pertencentes à classe média, já experimentaram o aspecto libertador do trabalho no Brasil e a situação inverteu-se em Portugal. Nestes casos, e segundo as experiências recolhidas, o papel de esposa ou mãe é um factor que contribui para que elas não desistam do projecto migratório em curso, levando-as a desenhar estratégias compensatórias ou planos B que as mantêm activas e comprometidas com os seus projectos migratórios.

7. Palavras finais

As histórias e fragmentos de histórias apresentados e analisados nestas páginas mostram como o género é uma categoria que marca a migração. Neste sentido, ficamos conscientes da importância e relevância das questões de género, tornando-se clara a necessidade da sua incorporação no contexto das teorias das migrações, de modo a reforçar o seu potencial explicativo.

Vimos como os projectos de migração das mulheres se inserem especialmente, mas não só, em projectos familiares. Estes projectos familiares de migração mostraram uma grande diversidade, que vai desde os projectos tradicionais, nos quais a mulher segue o homem, até outros mais complexos, que incluem a imigração para ajudar a família (país, filhos, etc.) que fica no país de origem, a participação em projectos familiares colectivos – acompanhando ou sendo acompanhada por outros membros da família, e as deslocações individuais, associadas à dinamização de projectos familiares. Também há mulheres que organizam projectos de emigração individuais, baseados na sua própria experiência, nem sempre ligados a temas económicos, como alguns dos anteriores.

Os casos apresentados também ilustram como, nas histórias de imigração, a classe social interage com o género e com a etnicidade, às vezes distorcendo a realidade. Muitas das imigrantes são de classe média ou média baixa, com educação e formação, mas que, perante um mercado laboral sem oportunidades como o brasileiro, optam por emigrar, tentando a sorte noutros países. Neste sentido, apontamos uma certa diferença entre os e as imigrantes brasileiras em Portugal e nos Estados Unidos, baseada sobretudo nas disparidades estruturais de ambos países.

O papel fundamental das redes de imigração foi apontado, tentando mostrar as diferenças entre os géneros, no uso destas redes sociais. Desta forma, comprovamos que em estreita relação com os projectos de migração familiar, as mulheres tendem a utilizar e a basear-se mais em redes familiares que de amigos e conhecidos, como acontece no caso dos homens. Em acréscimo, devido a factores como o tipo de emprego (muitas vezes confinado a um ou vários lares), a disponibilidade de tempo e os contactos estabelecidos com outras pessoas, as mulheres têm, aparentemente, acesso mais limitado às redes e à informação que nelas circula. Uma consequência directa é ter menos acesso aos serviços e também à informação sobre os processos de legalização.

A própria segmentação do mercado de trabalho faz com que, embora a mulher tenha uma certa facilidade para conseguir trabalho, este seja não apenas precário mas também pouco reconhecido. As mulheres trabalham em empregos maioritariamente considerados femininos (nas limpezas domésticas e dos hotéis, nas cozinhas, como empregadas de mesa e como caixeiras). Os empregos não reconhecem as suas qualificações, e mesmo que, em muitos casos, experimentem uma compensação monetária devido à diferença de custo de vida e de câmbio entre o Real e o Euro, nem sempre se verifica a função libertadora do trabalho. No entanto, muitas mulheres, sobretudo as de menores qualificações, ao experimentarem uma certa mobilidade ascendente no emprego, apercebem-se do valor do seu trabalho e da sua contribuição para o orçamento familiar.

A etnicização dos Brasileiros em Portugal, tanto de homens como de mulheres, tem contribuído para a criação de nichos laborais específicos para eles. Neste sentido, a qualidade da simpatia pode ter um papel positivo, mas em certos casos esta etnicização converte-se na prisão do imigrante. Deste modo, a prisão de que nos fala Machado (2003) e o condicionamento que gera a simpatia exerce uma carga extra para as mulheres. A simpatia em conjugação com a imagem estereotipada da mulher brasileira leva a que ela seja vista como prostituta ou fácil, em muitas circunstâncias. Isto acaba por condicionar o quotidiano da mulher, que, mesmo sem ter em conta a sua aparência, classe social e raça, é, frequentemente, vista como uma possível prostituta ou “menina de programa.”

As lições que as histórias das brasileiras nos deixam são várias. A nível da investigação, o género deve ser uma dimensão central de análise porque sempre acrescenta algo às teorias generalizadoras, permitindo estabelecer diferenças entre os sexos e, também, entre as próprias mulheres. A consideração do género através das histórias das mulheres permite-nos perceber se a legislação, programas e projectos para imigrantes, elaborados para servir a todos, resultam adequados para homens e mulheres, ou se, sob a universalidade da lei e dos programas, se descobre uma discriminação disfarçada.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Gláucia de Oliveira (2003) – “De Criciúma para o mundo – Os novos fluxos da população brasileira: género e rearranjos familiares”, in *Fronteiras Cruzadas: Etnicidade, Género e Redes Sociais*, Ed. Paz e Terra, São Paulo.
- BÓGUS, Lúcia M. e BASSANEZI, Maria Sílvia (1999) – “Brasileiros na Itália: movimentos migratórios e inserção social”, in *Margem*, Faculdade de Ciências Sociais/PUC-SP, EDUC/FAPESP, vol. 10, pp. 211-227.
- ESCRIVÁ, Angeles (2003) – “Peruvian Families between Peru and Spain”, apresentado na Conferência da *Latin American Studies Association*, Dallas, Texas.
- FLEISCHER, Soraya (2001) – “Pensando a identidade brasileira no contexto do ‘housecleaning’ em Boston, Massachusetts”, apresentado na Conferência da *Latin American Studies Association Meeting*, Washington DC.
- GILLIAM, Angela e ONIK’A, Gilliam (1999) – “Negotiating the Subjectivity of Mulata Identity in Brazil”, *Latin American Perspectives* (26) 3, pp. 60-84.
- GOZA, Franklin (2003) – “Redes Sociais e a integração de Brasileiros no Canadá e nos Estados Unidos”, in MARTES, Ana e FLEISCHER, Soraya, *Fronteiras Cruzadas. Etnicidade, Género e Redes Sociais*, São Paulo, Ed. Paz e Terra.
- GOZA, Franklin e DEMARIS, Alfred (2003) – “Unemployment Transitions among Brazilians in the United States and Canada”, *International Migration*, vol. 41 (5).
- HAGAN, Jacqueline (1998) – “Social Networks, Gender and Immigrant Incorporation: Resources and Constraints”, *American Sociological Review*, vol. 63, n. 1, pp. 55-67.
- HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette (1999) – “Gender and Contemporary U. S. Immigration”, *American Behavioral Scientist*, vol. 42, n. 4, pp. 565-576.
- KING, Russel e ZONTINI, Elisabetta (2000) – “The role of gender in the South European immigration model”, *Papers: Revista de Sociologia*, Universidade Aberta de Barcelona Papers 60.

- LAGES, Mário e POLICARPO, Vera (2003) – *Atitudes e Valores Perante a Imigração*, Lisboa, Observatório da Imigração/ACIME.
- MACHADO, Igor (1999) – “A invenção do Brasil exótico entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal.”, Apresentação no *GT Migrações Internacionais, XXIII Anpocs*, Caxambu, Brasil 19 a 23 de Outubro.
- MACHADO, Igor (2003) – *Cárcere Público – processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*, Tese de Doutoramento em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas.
- MARGOLIS, Maxine L. (1993) – *Little Brazil, An ethnography of Brazilian immigrants in New York City*, Nova Iorque, Princeton University Press.
- MARTES, Ana Cristina Braga (1999) – *Brasileiros nos Estados Unidos: Um estudo sobre Imigrantes em Massachusetts*, São Paulo, Ed. Paz e Terra.
- MARTES, Ana Cristina Braga e FLEISCHER, Soraya (2003) – *Fronteiras Cruzadas. Etnicidade, Género e Redes Sociais*, São Paulo, Ed. Paz e Terra.
- MENJIVAR, Cecília (1999) – “The Intersection of Work and Gender: Central American Immigrant Women and Employment in California”, *American Behavioral Scientist*, vol. 42, n. 4, pp. 601-627.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso (2000) – “Os (Des)Caminhos da Identidade”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 42.
- PADILLA, Beatriz (2004a) – “Redes sociales de los brasileiros recién llegados a Portugal: solidaridad étnica o empatia étnica?”, apresentado no *Convegno Internazionale: I Latinos Alla Scoperta Dell’Europa, Nuove migrazioni e spazi della cittadinanza*, Génova.
- PADILLA, Beatriz (2004b) – “Integration of Brazilian immigrants in Portuguese Society: Problems and Possibilities”, apresentado na *9.ª Metropolis Conference “Co-operative Migration Management: International, National and Local Answers*, Genebra.
- PADILLA, Beatriz (2001) – *Women’s Organizing in a Global Context: Activism in Salvador, Brazil, at the Crossroad of Race, Class and Gender*, Ph. D. Dissertation. University of Illinois at Urbana-Champaign.
- PEDONE, Cláudia (2004) – “Relaciones de género en las cadenas familiares ecuatorianas en un contexto migratório internacional”, apresentado no *Convegno Internazionale: I Latinos Alla Scoperta Dell’Europa, Nuove migrazioni e spazi della cittadinanza*, Génova.
- PEIXOTO, João (2002) – “Strong market, weak state: the case of recent foreign immigration to Portugal.”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*. 28 (3), pp. 483-497.
- POWERS, Mary; SELTZER, William e SHI, Jing (1998) – “Gender Differences in the Occupational Status of Undocumented Immigrants in the United States: Experiences before and after Legalization”, *International Migration Review*, vol. 32, n. 4 (Winter).
- RIBEIRO, Gustavo Lins (1998a) – “Identidade Brasileira no Espelho Interétnico. Essencialismo e hibridismos em San Francisco”, *Série Antropologia*, n. 241, Brasília. <http://www.unb.br/ics/dan/Serie241em.pdf.pdf>
- RIBEIRO, Gustavo Lins (1998b) – “O que faz o Brazil, Brazil. Jogos Identitários em San Francisco”, *Série Antropologia*, n. 237, Brasília. <http://www.unb.br/ics/dan/Serie237empdf.pdf>
- RIBEIRO, Gustavo Lins (1998c) – “Goiânia, Califórnia. Vulnerabilidade, ambiguidade e cidadania transnacional”, *Série Antropologia*, n. 235, Brasília. <http://www.unb.br/ics/dan/Serie235empdf.pdf>
- UNITED NATIONS, 2002 – *International Migration Report*: New York, UN.

VI

REMESSAS DE IMIGRANTES: ESTUDO DE CASO DE BRASILEIROS EM PORTUGAL

PEDRO LINHARES ROSSI

*Instituto de Economia**Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)***1. Introdução**

O Brasil foi tradicionalmente um país receptor de mão-de-obra imigrante, mas a partir da estagnação econômica dos anos 80, a balança migratória brasileira se inverte e o país passa a exportar mão-de-obra (Pires, 1999). O crescimento deste fluxo trouxe à tona o debate sobre as remessas financeiras de emigrantes brasileiros no exterior. As remessas não constituem um fenômeno novo para a economia brasileira mas só recentemente têm despertado interesse do governo brasileiro e das instituições financeiras.

Existe uma bibliografia relativamente extensa sobre as remessas e seu papel no desenvolvimento de países de tradição migratória, tais como os estudos teóricos aplicados a países em desenvolvimento que debatem o papel deste fluxo financeiro como fonte de capital¹. Alguns autores, como Orozco (2002), vêem nas remessas uma forma de divisão de renda a nível global e um importante significado da “face humana da globalização”. Os países com tradição em emigração, assim como aqueles que recebem imigrantes, têm uma área acadêmica mais atenta ao tema das remessas e, conseqüentemente, trabalhos de pesquisa mais bem munidos de dados e referências. No Brasil, o tema ainda é pouco discutido.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem realizado uma série de trabalhos envolvendo imigrantes latinos nos EUA, e relatórios sobre remessas na América Latina em geral, que procuram alertar e orientar os governos nacionais para a importância das remessas². Estes estudos têm fomentado o debate sobre a aplicação de modelos teóricos relativos às remessas, no âmbito internacional. Entretanto, a aplicabilidade destes modelos para o caso brasileiro tem sido limitada pela falta de informações sobre o fluxo das remessas e de uma caracterização dos emigrantes no exterior. Apesar de ser pouco estudado no Brasil, o tema ainda vem ganhando destaque pelo crescente volume financeiro envolvido, tanto que, em 2004, foi realizada a primeira conferência sobre remessas no país, patrocinada pelo BID e pela Fundação Getúlio Vargas, com a presença do presidente do Banco Central brasileiro³.

¹ Ver BOUHGA-HAGBE (2004), GORDON e GUPTA (2004), CHAMI, FULLenkAMP e JAHJAH (2003), ADAMS e PAGE (2003).

² Ver <http://www.iadb.org/mif/v2/remittancesstudies.html> acessado em 03/03/2006.

³ I Conferência Nacional “As remessas como um instrumento de Desenvolvimento no Brasil”, organizada pelo BID, através do Fundo Multilateral de Investimento e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizada em 31 de Maio, no Hotel le Meridien, em Copacabana, Rio de Janeiro.

Além da carência de estudos, existe também um déficit de precisão estatística sobre o valor do fluxo de remessas. No debate sobre estas, há um consenso sobre o fato de que o mercado informal é responsável por grande parte destas transferências, o que contribui para que os dados oficiais tendam a subestimar o volume total de remessas. No Brasil, as fontes de informação disponíveis divergem, como é o caso das “transferências unilaterais” contabilizadas pelo Banco Central em relação aos dados do BID. Em um relatório publicado em 2002, o BID chama a atenção para o fato de que o governo brasileiro não identifica as remessas recebidas por canais informais e subestima significativamente o fluxo total de remessas⁴. Em entrevista para a agência inglesa de notícias BBC, o diretor do Fundo Multilateral de Investimentos afirmou que “o Brasil é o país mais obscuro em termos de remessas do mundo”⁵.

Portugal é um dos destinos preferidos dos emigrantes brasileiros e, segundo o BID, é responsável por uma grande parcela do fluxo de remessas. O estudo junto aos emigrantes brasileiros em Portugal contribui para o entendimento deste fluxo. Neste contexto, antes de discutir a questão das remessas no Brasil, este trabalho se propôs levantar dados sociais e econômicos sobre uma população de imigrantes brasileiros no exterior.

Esta pesquisa é uma amostra exploratória realizada junto a 400 Brasileiros em Lisboa, Porto e Setúbal, com o apoio do Banco do Brasil S. A. – Sucursal em Portugal, realizada no decorrer do mês de março de 2004. Os questionários buscaram recolher informações sobre o perfil do emigrante brasileiro, as características, perspectivas e motivos de sua migração e a relação deste emigrante com as remessas. Os dados recolhidos têm um caráter multidisciplinar, já que a migração permite abordagens diversas (demográfica, econômica, política, de psicologia social e sociológica). Uma parte destes dados são apresentadas neste trabalho, mas são discutidas apenas as questões que influenciam de forma direta as remessas. A quantidade de dados recolhidos e as inúmeras possibilidades de cruzamento de dados fazem por merecer a discussão de outras questões omitidas neste trabalho.

A apresentação do trabalho se divide em duas partes: a primeira se limita a levantar alguns pontos de reflexão sobre a importância das remessas para o Brasil, analisando os dados disponíveis sobre o volume total de remessas que, segundo o BID, foi de US\$ 5,2 mil milhões em 2003. A segunda parte apresenta, em síntese, o trabalho empírico realizado com imigrantes brasileiros em Portugal.

⁴ Ver *Remittance to Latin America and the Caribbean*, Multilateral Investment Fund/ Inter-american Development Bank, February 2002. Disponível em <<http://www.iadb.org/mif/v2/files/Pager2002.doc>> (acessado em 03/03/2006).

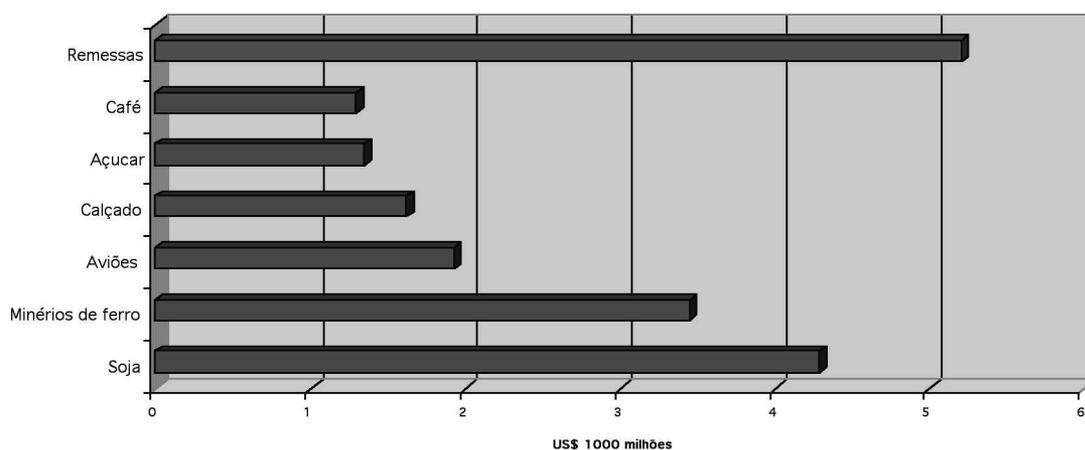
⁵ Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/03/040327_emigrantescl.shtml> (acessado em 03/03/2006).

2. Remessas e o Brasil

Nos últimos anos, segundo os dados do BID, as remessas aumentaram significativamente somando US\$ 2,6 mil milhões em 2001, US\$ 4,6 mil milhões em 2002 e 5,2 mil milhões de dólares em 2003. Destes US\$ 5 000 milhões que entraram em 2003, o Japão é responsável por US\$ 3 000 milhões, os EUA por US\$ 1 000 milhões e a Europa por outros US\$ 1 000 milhões, sendo que a metade desse volume vem de Portugal.

FIGURA 6.1

Remessas e principais produtos de exportação brasileira em 2003



Este montante é de grande importância para a economia brasileira. Ele representa 7% das exportações brasileiras, que somaram 73 mil milhões de US\$ em 2003, e soma mais do que qualquer produto de exportação. Como mostra a Figura 6.1, as remessas em 2003 são superiores à exportação de Soja (4,29 mil milhões de US\$), principal produto da pauta de exportação brasileira, e bem mais elevadas do que produtos tradicionais como o café (1,3 mil milhões de US\$) ou o calçado (1,62 mil milhões de US\$)⁶. Neste sentido, se considerarmos as remessas como produto financeiro da emigração podemos considerar o “excedente de mão-de-obra” como a principal exportação brasileira.

Entretanto, é preciso relativizar esta comparação já que as remessas possuem especificidades. Elas não envolvem custos e não se definem como o pagamento de um serviço ou como a compra de um bem, se constituindo como uma doação e uma transferência unilateral que não exige

⁶ Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

contrapartida. Já as exportações são produto de uma atividade produtiva que envolve emprego de mão-de-obra, efeitos encadeadores e gastos com máquinas e consumos importados, o que pressupõe saída de recursos na balança de pagamentos via importações.

As remessas também podem ser consideradas como uma forma de financiamento externo. Elas representaram, em 2003, 51% dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil e ultrapassaram o valor dos investimentos estrangeiros em carteira. Mais uma vez, devemos chamar a atenção para a especificidade de cada um desses fluxos e relativizar esta comparação. A entrada de remessas não pressupõe a saída de lucros, juros e dividendos como acontece com outros fluxos. As variáveis que interferem no fluxo de remessas diferem completamente daquelas que interferem nos outros fluxos financeiros.

QUADRO 6.1

Representatividade das remessas no balanço de pagamentos brasileiro

	Valor do fluxo em 2003 (US\$ milhares de milhões)	Representatividade das remessas
Exportações de bens	73,0	7%
Investimento Direto Estrangeiro	10,1	51%
Investimento Estrangeiro em Carteira	5,1	101%
Remessas (dados do BID)	5,2	100%

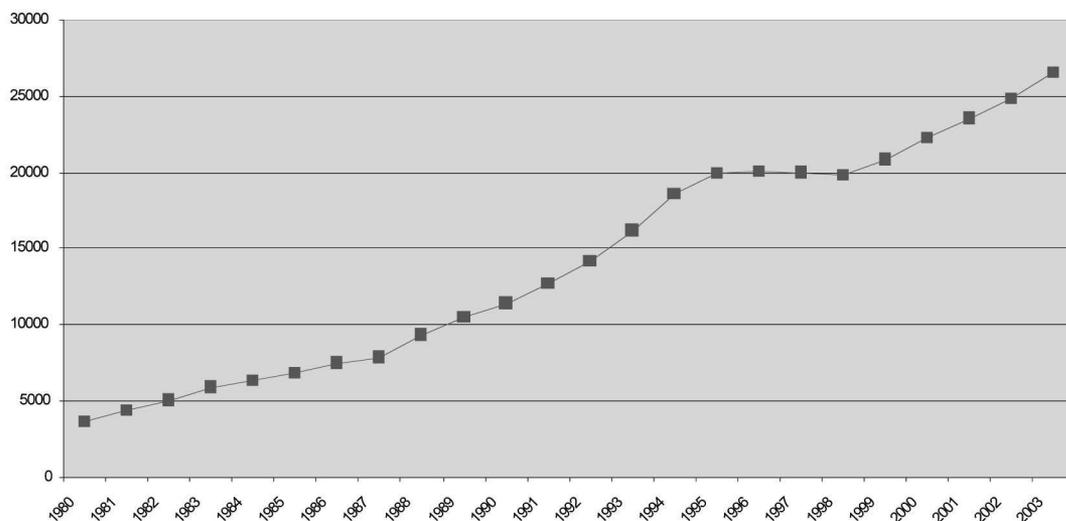
Fontes: IBGE e BID.

As flutuações do fluxo de remessas são principalmente uma função da variação do contingente de imigrantes brasileiros no exterior. Estas variações são muito mais lentas e rígidas do que aquelas ligadas ao fluxo de capitais. Elas dependem de variáveis tais como a diferença na remuneração do trabalho, entre o Brasil e os países desenvolvidos (Hatton e Williamson, 2002), o *stock* de emigrantes que funciona como uma teia de relações que facilita a partida de novos emigrantes (Portes, 1999) e as barreiras à entrada de novos imigrantes nos países desenvolvidos. Nenhuma destas variáveis está sujeita a alterações bruscas, exceto em situações extraordinárias.

A Figura 6.2 mostra um crescimento relativamente linear da emigração para Portugal, com exceção do período entre 1994 e 1998. Em 1994, com a implementação do plano Real ocorreu um choque no nível de rendimento do Brasil, em relação aos países desenvolvidos, o que provocou uma estagnação do fluxo migratório. O câmbio sobrevalorizado inibiu a emigração brasileira pois atenuou as diferenças salariais. Este gráfico mostra nitidamente que a onda migratória brasileira para Portugal foi freada nos anos entre 1995 e 1998 e o impulso migratório foi retomado com a crise cambial de 1999 que desvalorizou a moeda e os salários brasileiros em relação ao resto do

FIGURA 6.2

Evolução dos Brasileiros com autorização de residência em Portugal



Fonte: *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)*

mundo. Portanto, o câmbio é extremamente importante para a análise das variações do fluxo de emigração e de remessas⁷.

Segundo Boughga-Hagbe (2004), as remessas são motivadas por razões como o grau de altruísmo do imigrante e a ligação ao seu país de origem. Segundo ele, a motivação altruísta faz com que as remessas aumentem face a um rendimento ruim no local de partida. Os motivos altruístas e de solidariedade colaboram para a estabilidade do fluxo, até porque parece razoável supor que estes motivos são estáveis. Estes fatores fazem das remessas um importante instrumento de financiamento externo para o Brasil. Elas podem servir como um amortecedor na balança de pagamentos. Os anos de recessão econômica que usualmente provocam fugas de capitais são mais propícios à entrada de remessas. Logo, nestes momentos de crise, estas vão em contramão aos fluxos de capitais, podendo funcionar como elementos estabilizadores em resposta a crises.

Os dados do Banco Central para rubrica de transferências unilaterais apontam para um crescimento das remessas nos últimos anos. No entanto, contabilizam apenas as remessas que entram

⁷ A reportagem da Revista *Isto é*, da semana de 09/03/1997, reforça esta análise: “Torneira Fechada: Sucesso do real diminui as remessas de dólares de seus emigrantes e Governador Valadares (MG) entra em crise” (pp. 34-35) – http://www.radiobras.gov.br/antiores/1997/sinopses_0903.htm (acessado em 08/11/2004).

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

no país por vias formais, que compõem apenas uma parcela do mercado (Quadro 6.2). Por este motivo, estes dados são bem inferiores àqueles apresentados pelo BID. O crescimento dos últimos três anos representa o aumento da onda migratória brasileira, mas também pode refletir um avanço na formalização do setor de remessas.

QUADRO 6.2

Transferências Unilaterais

Ano	Receita US\$ milhões	Despesas US\$ milhões	Líquido US\$ milhões
2000	1828	-307	1521
2001	1934	-296	1637
2002	2627	-237	2390
2003	3132	-265	2867
2004	3582	-314	3268

Fonte: Banco Central do Brasil/Departamento Económico (BCB-DEPEC)

Existem diversos canais pelos quais as remessas podem ser enviadas, tais como bancos, agências financeiras, correios, casas de câmbio, agências de viagens e agentes financeiros do setor informal. Os métodos de envio muitas vezes fazem os recursos dos emigrantes passarem longe da contabilidade nacional. O método mais antigo e tradicional de enviar remessas é via transportador, isto é, alguém que leva pessoalmente o dinheiro (Orozco, 2002). Neste caso, o dinheiro pode ser contabilizado no Balanço de Pagamento em outras rubricas que não as transferências unilaterais já que ele é trocado por Reais nas agências de câmbios brasileiras.

Os números do BID e do Banco Central apontam para o aumento da importância das remessas de emigrantes para a economia brasileira. Este movimento reflete um crescimento da emigração brasileira⁸. Os emigrantes estabelecidos servem como “capital social” ou como rede de contatos, que reduz os custos de adaptação, de procura por trabalho e de recolha de informações de novos emigrantes (Peixoto, 2004). E as remessas, como apontado anteriormente, podem financiar novas emigrações fomentando o ciclo. Estes fatores indicam que as remessas devem manter

⁸ No caso de Portugal, a imigração brasileira legal teve grande impulso após 1999, o que coincide com a desvalorização da moeda brasileira (ver Figura 6.2).

esta tendência de alta, a menos que ocorra uma mudança estrutural nos indicadores econômicos e sociais brasileiros, tais como a taxa de desemprego e a remuneração do trabalho ou ocorra uma valorização da moeda brasileira em relação ao Dólar ou ao Euro.

As remessas podem proporcionar às instituições financeiras brasileiras uma fonte alternativa de renda para expandir seus empréstimos a microempresários e pequenos negócios, além de oferecer às famílias que recebem estas transferências de dinheiro mais opções de poupança e investimentos. Além destes fatores, o mercado de remessas representa uma oportunidade de as instituições nacionais expandirem seus negócios internacionalmente e, a partir dos envios de remessas, oferecerem aos migrantes brasileiros outros serviços financeiros.

No plano público, os órgãos do governo devem melhorar os sistemas de coleta e difusão de informações sobre o mercado de remessas. Para aumentar o volume de remessas, a política externa do governo deve orientar-se para proteção do emigrante e legalização daqueles que se encontram em situação irregular. A entrada de grandes bancos, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, no mercado de remessas contribuiu para a concorrência neste setor, e para canalizar as remessas para uma via formal.

No plano acadêmico, há um campo enorme a ser explorado, a começar pelo levantamento de dados dos emigrantes brasileiros no exterior (mapeamento, levantamento das características, etc.) e o estudo da entrada de transferências individuais privadas (criar métodos para estimar o fluxo de remessas que entra por via ilegal, sugerir mudanças no atual sistema contábil), passando pela análise do mercado das remessas em seus diversos aspectos (eficiência do mercado, concorrência, taxas e tributos, serviços oferecidos, grau de informalidade) e, por fim, pela avaliação do impacto econômico destas, tanto no plano micro (famílias, localidades, mercados específicos), quanto no plano macro (redução da pobreza, influência no mercado de câmbio, efeito no desenvolvimento e na poupança interna, etc.). Desta forma, poderá se cobrir o déficit de informações existente neste tema que cresce em importância conforme o fluxo de remessas de emigrantes, a cada ano, vai seguindo em frente pela via dos milhares de milhões de dólares. De facto, o pleno potencial das remessas ainda está para ser aproveitado.

3. Estudo de caso: inquérito a imigrantes brasileiros em Portugal

3.1 Metodologia

i) Amostra

O universo deste inquérito é a população brasileira que reside em Portugal e envia remessas para o Brasil. O número de Brasileiros que vive em Portugal é de difícil determinação, devido ao fato de uma parcela da população em causa ser constituída de imigrantes não regularizados. Não há, por isso, concordância entre as autoridades estatísticas portuguesas quanto ao número de imigrantes Brasileiros em Portugal. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) dos

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

censos de 2001 apontaram um universo de 31 869 Brasileiros residentes⁹. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) apresenta os seguintes dados¹⁰:

QUADRO 6.3

População brasileira em Portugal

População Brasileira que reside em Portugal em 31/12/2002 (Autorizações de Residência)	24833
Autorizações de Permanência concedidas em 2001/2002	35272
Total de Brasileiros que vivem legalmente em Portugal	60105

Estes números subestimam a população brasileira em Portugal. O SEF não tem dados consistentes sobre o número total de Brasileiros com vistos, nem estimativas sobre os imigrantes ilegais. Esta parcela da população deve ter importância na ordem das dezenas de milhares.

A amostra é composta pelos Brasileiros que procuraram os serviços do Banco do Brasil, entre os dias 13 e 31 de Março de 2004, nas unidades externas de atendimento nos concelhos do Porto, Lisboa, Almada e Cascais. O Banco do Brasil oferece serviços financeiros aos Brasileiros que vivem em Portugal, como abertura de contas correntes, poupança e serviços de envio de remessas para o Brasil. Estes serviços são acessíveis a todos os imigrantes brasileiros em Portugal. Neste sentido, foi proporcionada uma cobertura adequada desta população e a informação recolhida serve para estimar as características da população. Alguns indivíduos inquiridos (15%) ainda não fizeram remessas. Estes indivíduos foram considerados para análise do “perfil do imigrante” e dos “aspectos da imigração” por serem potenciais utilizadores de remessas mas não são computados nas questões sobre as remessas. Na amostra, 85% dos inquiridos fazem remessas.

Foram aplicados 400 inquéritos, divididos igualmente entre as quatro unidades externas de atendimento: 100 questionários na unidade de atendimento do Centro Vasco da Gama (Lisboa), 100 no CascaiShopping (Cascais), 100 no Almada Fórum (Almada) e 100 no NorteShopping (Porto).

ii) Realização do inquérito

Esta pesquisa não seria possível sem o apoio do Banco do Brasil – Sucursal em Portugal. A apli-

⁹ Instituto Nacional de Estatística, www.ine.pt.

¹⁰ Relatório Estatístico 2002, Ministério da Administração Interna, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Núcleo de Planeamento (pp. 44, 102). Disponível online (www.sef.pt).

cação dos inquéritos foi realizada por 64 colaboradores do Banco, distribuídos em quatro de suas unidades externas. Os colaboradores têm formação no atendimento ao cliente e na venda de adesões aos serviços do Banco do Brasil. Eles foram orientados para a aplicação dos questionários pela administração do Banco. Os inquéritos foram distribuídos pelo sistema interno do Banco e foram recolhidos diariamente no decorrer da pesquisa. A codificação, a verificação dos questionários e o controle do progresso da pesquisa foram feitos diariamente, conforme chegavam os inquéritos preenchidos e com o contato direto com os colaboradores. O acompanhamento diário do inquérito permitiu a identificação e a correção dos erros mais frequentes de preenchimento dos questionários no início da realização da amostra e a fiscalização contínua do preenchimento minimizou as falhas na recolha de informação.

iii) Enviesamento da Amostra

A amostra foi dirigida aos clientes do Banco do Brasil que se apresentaram nas suas unidades de atendimento na data do inquérito. Se trata de uma amostra não aleatória de conveniência. Todavia, mais do que rigor estatístico, este estudo visa levantar questões relevantes sobre um tema nunca antes abordado e indicar direções para novos estudos e para um inquérito mais aprofundado.

Para analisar o enviesamento da amostra deve-se ter em conta que o objetivo desta não é permitir fazer um retrato do Brasileiro em Portugal e sim estudar as remessas de imigrantes brasileiros e o modo como são utilizadas. O Banco do Brasil S. A. – Sucursal em Portugal possui 29 197 clientes, e os seus serviços são acessíveis a todos os imigrantes brasileiros em Portugal, pelo que se pode considerar esta população estatística como equivalente ao conjunto dos imigrantes brasileiros que enviam remessas a partir de Portugal, mesmo que para isso utilizem outros meios que não o Banco do Brasil.

Pode-se considerar, eventualmente, um enviesamento da amostra, relacionado com a sobre-representação dos Brasileiros que chegaram há menos de cinco anos. De facto, eles representam 92% da amostra. No entanto, existem dois pontos a considerar. O primeiro é que os imigrantes que estão em Portugal há mais tempo enviam menos remessas e procuram menos os serviços bancários para este fim, logo são menos representativos. Segundo, nos últimos anos, verificou-se um aumento substancial da imigração brasileira. Este aumento é de difícil quantificação pois não se sabe qual é a representatividade dos imigrantes ilegais. Por estes motivos, não se pode afirmar com rigor que este enviesamento exista.

As regiões escolhidas para a amostra foram os concelhos de Lisboa, Cascais (distrito de Lisboa), Almada (distrito de Setúbal) e Porto (distrito do Porto). Estas regiões, em particular estes concelhos, são áreas de forte concentração de Brasileiros. Os dados do SEF para 2002¹¹, relativos a 24 824 Brasileiros com Autorização de Residência em Portugal, apontam para 10 580 Brasileiros

¹¹ Relatório Estatístico 2002, Ministério da Administração interna, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Núcleo de Planeamento (pp. 101-102).

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

no distrito de Lisboa, 3608 no Porto e 1357 em Setúbal. Esses dados têm representatividade limitada pois se referem apenas a uma parcela do universo.

QUADRO 6.4***Distribuição espacial dos Brasileiros em Portugal***

Distrito	Dados do SEF	Amostra
Lisboa	42%	50%
Porto	14,50%	25%
Setúbal	5,40%	25%
Outros distritos	38%	0%

Admitindo que os dados do SEF representam a dispersão espacial dos imigrantes brasileiros e que os pontos de atendimento do Banco do Brasil nestes distritos atendem clientes de outras regiões, a amostra pode ter sobre-representado os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal e sub-representado outros distritos.

Uma amostra não aleatória não permite aceder, em rigor, ao cálculo da precisão dos estimadores. De forma indicativa, uma amostra com 400 questionários tem margem de erro de $\pm 5\%$, com um grau de confiança de $\pm 95\%$ ¹².

3.2 Apresentação e discussão de resultados

Embora já existam trabalhos sobre a imigração brasileira em Portugal, as remessas de imigrantes continuam sendo um objeto de estudo virgem com pouca ou nenhuma referência estatística ou pesquisa aprofundada.

O Banco do Brasil tem 21 704 clientes cadastrados em um de seus serviços de envio de dinheiro para o Brasil. Destes clientes, 13 755 enviaram remessas nos quatro primeiros meses de 2004. Essas remessas somaram quase 16 milhões de Euros. Cada cliente que procedeu ao envio de remessas fez seguir, em média, 1158 Euros, neste período. A média mensal de envios por cliente é de 289€ com uma regularidade de 0,76 remessas por mês.

O percentual do ordenado que os inquiridos afirmam enviar é surpreendentemente elevado, pois cerca de 24% declaram destinar mais da metade do ordenado para as remessas. Quanto à regularidade, 86% afirmaram enviar uma ou mais vezes por mês. Existe um esforço evidente do imigrante no sentido de economizar para as remessas. A Figura 6.3 mostra que grande parcela desta população tem as remessas como uma prioridade.

¹² Margem de erro = $\pm 1,96 \sqrt{[(N-n/N-1)*(1/4n)]} = \pm 1,96/2\sqrt{400} = \pm 0,049$.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

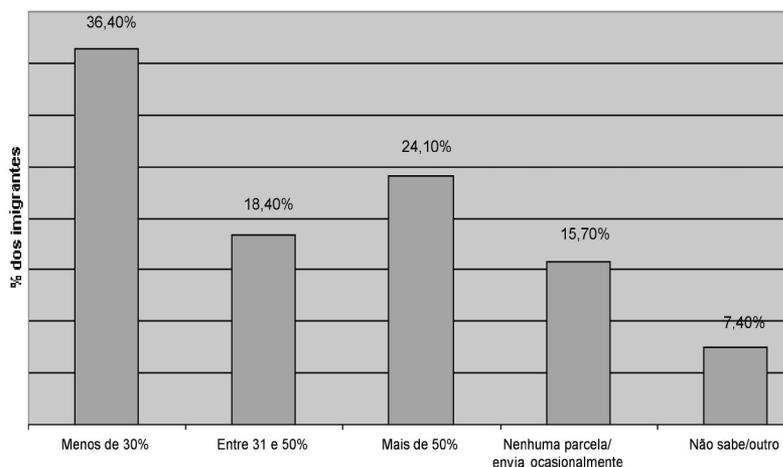
QUADRO 6.5

Dados do Banco do Brasil para o serviço BBRemessas de envio de dinheiro de Portugal para o Brasil, entre 1 de Janeiro e 30 de Abril de 2004¹³

Total enviado entre 01/01/2004 e 30/04/2004	N.º de clientes que fizeram remessas neste período	Montante médio por mês dos clientes que fizeram remessas	Média do n.º de remessas por clientes que fizeram remessas neste período	Montante médio por remessa
15 924 718 €	13 755	289 €	3,04	380 €

FIGURA 6.3

Parcela do ordenado destinada às remessas



O hábito das remessas e sua regularidade fazem delas um excelente instrumento de captação de recursos externos.

As remessas foram uma das menos voláteis fontes de divisa estrangeira que os países em desenvolvimento possuíram nos anos 90. Enquanto os fluxos de capital tendem a subir em ciclos econômicos favoráveis e a cair nos momentos ruins, as remessas parecem reagir com menos impacto e mostram uma impressionante estabilidade ao longo do tempo. (Ratha, 2003: 160, tradução do autor)

¹³ Cedidos pela administração do Banco do Brasil S. A. – Sucursal de Portugal, em 4 de Maio de 2004.

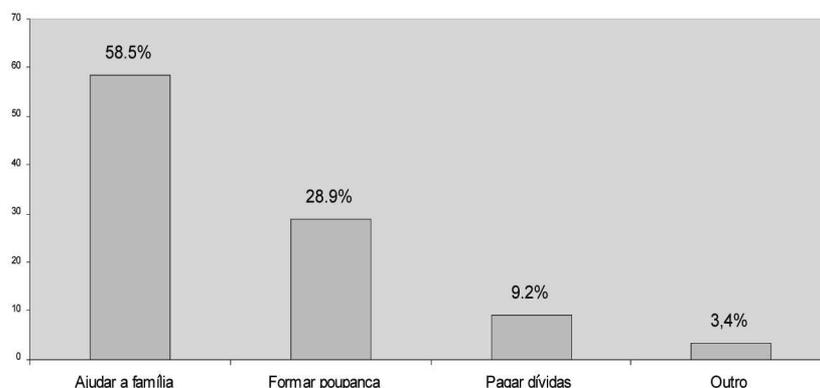
IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

As remessas se caracterizam por pequenas quantias de dinheiro enviadas com regularidade, sem nenhum pretexto especulativo ou de expectativa de lucro. O somatório dessas pequenas quantias gera um fluxo financeiro de grande importância. As decisões individuais do imigrante relativas às formas de administrar o dinheiro determinam a dinâmica do fluxo de remessas.

Estes fluxos podem ainda crescer em resposta a crises econômicas nos países emissores, uma vez que os imigrantes podem se sensibilizar com a degradação do padrão de vida de suas famílias em seu país de origem.

Os principais motivos para as remessas, como mostra a Figura 6.4, são: *ajudar a família*, 58%; *formar poupança*, 28,9%; e *pagar dívidas*, 9,2%.

FIGURA 6.4
Motivos do envio

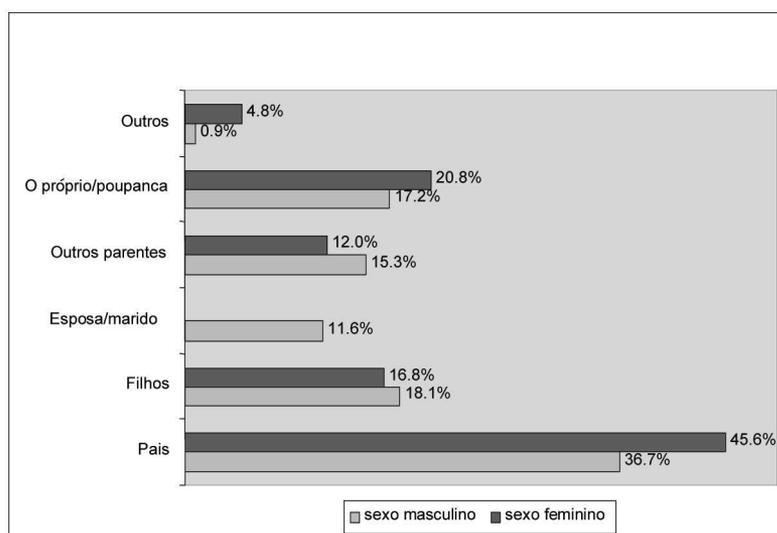


Estes dados revelam uma conotação social das remessas. Metade do dinheiro enviado para o auxílio familiar se destina a satisfazer necessidades básicas como alimentação, saúde e aluguel. As remessas fomentam o consumo e geram efeitos multiplicadores positivos. Por exemplo, Adelman e Taylor (1990) afirmam que para cada US\$ que o México recebe dos emigrantes, seu PIB cresce entre \$2,39 e \$3,17, dependendo se as remessas são recebidas no meio urbano ou rural.

Alejandro Portes (1999), baseado na análise Weberiana da sociologia econômica, fala de uma ação econômica socialmente orientada em que a procura por ganhos de vantagem do indivíduo é constrangida pela reciprocidade construída ao longo da interação social. Neste contexto, as remessas podem ser uma forma de o imigrante afirmar *status* e comprovar o sucesso de sua migração junto dos seus parentes ao mesmo tempo que cumpre uma obrigação social ajudando os pais, os filhos, a esposa, etc.

Os dados do inquérito revelam que os pais são os principais beneficiários das remessas, seguidos dos filhos e da mulher. As mulheres enviam mais para os pais e não enviam para o marido (Figura 6.5). As remessas são mais do que uma ajuda aos familiares; elas podem ser entendidas como a manifestação de uma dívida emocional de parentes geograficamente separados (Suro, 2003:3).

FIGURA 6.5

Principal beneficiário das remessas por sexo

A decisão individual de migrar pode ter resultado de um consenso familiar sobre a necessidade de desenvolver uma fonte de recursos. Neste sentido, as remessas passam a ser entendidas como causa da imigração sendo um motivo-chave para o imigrante deixar o país (Suro, 2003:17). Além disso, as remessas podem não somente ser uma das causas para migração mas também o modo de a facilitar, uma vez que podem financiar a passagem de um parente, futuro imigrante e utilizador daquelas.

A maior parte das remessas é destinada à ajuda da família e o seu uso prende-se com a satisfação de necessidades básicas (Quadro 6.6). As remessas também têm grande impacto na poupança e no investimento. Muitos imigrantes procuram formar poupança no Brasil como forma de preparar seu regresso. Seu trabalho e seus gastos contribuem para o PIB do país onde vivem, mas suas economias são enviadas como remessas e engordam a poupança de seu país de origem.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

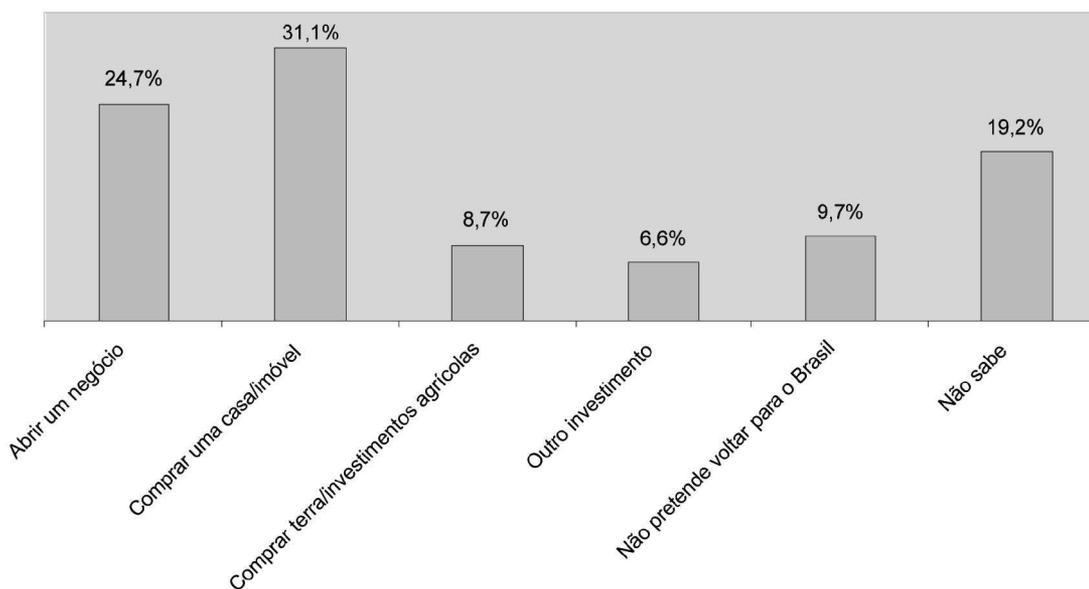
QUADRO 6.6

Utilidade do dinheiro enviado para ajudar a família

Não é gasto/ poupança	Pagamento de dívidas	Alimentação/ aluguel/ necessidades básicas	Investimento/ compra de imóveis	Outros	Não sabe
4,4%	14,3%	49,8%	11,8%	8,9%	10,8%

FIGURA 6.6

**Como pensa utilizar o dinheiro poupado em Portugal
quando chegar ao Brasil?**



IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

A compra de um imóvel (31%) e a abertura de um negócio (24%) correspondem às duas principais intenções de investimento dos imigrantes, uma vez regressados ao Brasil (Figura 6.6). Estes dados mostram a importância da criação de um serviço bancário para imigrantes visando a compra de imóveis ou investimentos no Brasil. Estes serviços podem funcionar como um excelente captador de recursos e como fator de desenvolvimento.

Países com tradição de emigração possuem instituições financeiras e bancárias com mecanismos desenvolvidos de captação das remessas. O banco português Caixa Geral de Depósitos, por exemplo, oferece contas em moedas estrangeiras e linhas de crédito para os emigrantes portugueses que querem comprar ou construir casas no seu país.

Racionalidade do imigrante frente às remessas

As remessas para o exterior geralmente envolvem diversos custos. O primeiro, corresponde à tarifa, no ato da remessa. O segundo é o custo de transação cambial, na troca das moedas. Algumas empresas neste ramo, ao fazerem remessas ao Brasil, passam do Euro para o Dólar e depois para o Real. Outras cobram na retirada do dinheiro no país receptor.

A maior parte dos inquiridos usa o sistema do Banco do Brasil. Uma grande parcela deles (82%) já utilizou outro sistema. O serviço criado pelo Banco do Brasil para envio de remessas envolve uma tarifa paga no ato do envio e uma conversão do Euro para o Real com a taxa de câmbio divulgada por uma linha direta do Banco.

QUADRO 6.7

Racionalidade do imigrante frente às remessas

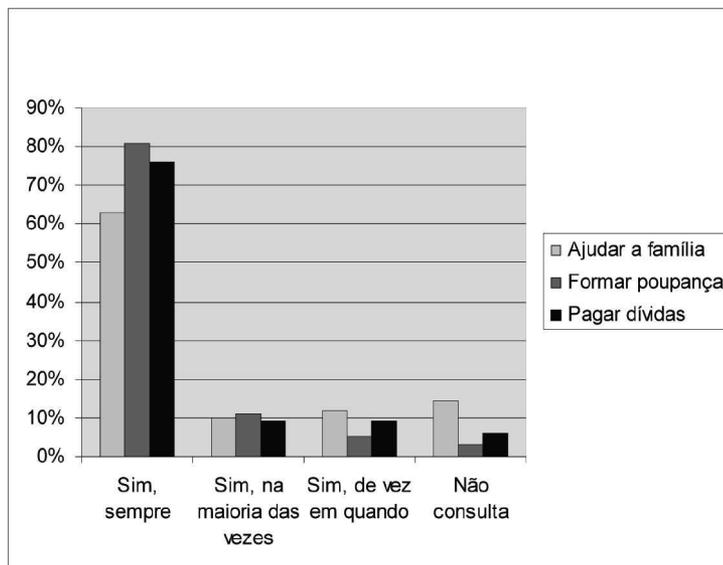
	Consulta a taxa de câmbio antes de fazer a remessa?	Sabe que tarifa paga quando faz as remessas?
Sim, sempre	70,6%	80,8%
Sim, na maioria das vezes	9,5%	7,9%
Sim, às vezes	9,5%	6,3%
Não	10,3%	5%

A grande maioria dos inquiridos – 70,6% – afirma sempre consultar a taxa de câmbio antes de fazer a remessa (Quadro 6.7). Apenas 10% afirma não consultar o câmbio antes de enviar e 19% consulta às vezes ou na maioria das vezes. Mas, apesar de 70,6% consultar a taxa de câmbio, apenas 34% não faz a remessa se o câmbio estiver baixo. Dos outros, 45% responde que depende da necessidade ou do valor do câmbio e 14,6% faz a remessa mesmo se o câmbio estiver baixo. Os inquiridos que têm como motivo principal formar poupança dão mais atenção à taxa

de câmbio (Figura 6.7). A taxa cambial desvalorizada é uma excelente fomentadora de remessas, pois ela atinge principalmente os que enviam por motivo de poupança. Se o câmbio estiver desfavorável ao remetente, os que visam ajudar a família têm mais propensão para fazer as remessas do que aqueles que fazem poupança. Em resumo, as remessas orientadas para a poupança são mais elásticas e as destinadas a ajudar a família são mais “inelásticas” relativamente às variações do câmbio. No plano micro, as empresas que fazem remessas têm de levar em conta que seus clientes reagem positivamente ao câmbio. No plano macro, as variações na taxa de câmbio Euro/Real afetam o envio de remessas no seu montante em Euros.

FIGURA 6.7

Frequência de consulta do câmbio por motivo das remessas



As fases da imigração e as remessas

Cruzando os dados sobre as remessas, o perfil familiar do imigrante e o tempo de permanência em Portugal, podemos distinguir diferentes tipos de comportamentos.

Em uma primeira fase, em que o imigrante está há menos de um ano, apenas 18% não tem planos para voltar e 20% vive com a família. Ou seja, o imigrante vem para Portugal mas seu projeto de vida está no Brasil. Os motivos principais que estimulam as remessas dos imigrantes mais recentes são: ajudar a família 57% e formar poupança 26%. Muitos destes Brasileiros ainda tem dívidas a quitar no Brasil; 16,5% deles responderam que o motivo principal dos envios é para pagar dívidas. As remessas são feitas, uma ou mais vezes por mês, por 90% dos inquiridos e 52% envia mais de 30% do ordenado.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 6.8

Fases da imigração brasileira em Portugal

Fases		1. ^a (< 1 ano)	2. ^a (1 a 5 anos)	3. ^a (> 5 anos)
Total de inquiridos (%)		30,3 %	60,4 %	8,3 %
Sem planos de regresso (%)		18 %	23,9 %	30 %
Vivem com a família (cônjuge/filhos) (%)		20 %	42 %	48,5 %
Motivos das remessas	Ajudar a família (%)	57 %	57 %	67 %
	Formar poupança (%)	26 %	30,7 %	25 %
	Pagar dívidas (%)	16,5 %	7,1 %	0 %
Destinam mais de 30% do ordenado para remessas (%)		52 %	38 %	16 %
Enviam remessas 1 ou mais vezes/mês (%)		90 %	86 %	65 %

Na segunda fase, aumenta o número de Brasileiros que não tem planos para voltar e duplica o percentual que vive com a família. As remessas para formação de poupança aumentam, reduzindo-se a parcela daqueles que o fazem para pagar dívidas; aqueles que já estabilizaram e têm projetos para voltar enviam suas economias ao Brasil. A regularidade das remessas mantém-se alta mas diminui a parcela do ordenado destinada às remessas.

Na terceira fase – mais de 5 anos em Portugal – novamente se verifica o aumento dos que não têm planos para voltar e já quase metade dos imigrantes vive com a família. Ajudar a família que ficou no Brasil é o principal motivo das remessas (67%) e não há mais Brasileiros a quitar dívidas. O percentual do ordenado e a regularidade de envio também sofrem uma forte queda.

A fixação do imigrante brasileiro tem na família um fator determinante. A maior parte dos imigrantes, que ficam por mais tempo, vieram com a família, trouxeram-na depois de estabelecidos

ou a construíram em Portugal. A família indica um enraizamento e a volta ao Brasil passa a ser vista como decisão conjunta; o casal imigrante, para voltar, tem de deixar seu emprego e os filhos têm que deixar a escola. A fixação do imigrante implica a redução do fluxo de remessas. Grande parte das remessas está ligada a um projeto de vida no Brasil, pois o imigrante já “enraizado” usa remessas apenas para ajudar a família que ficou no país e não como forma de poupança ou investimento. Os primeiros anos de imigração são os mais importantes para as remessas e o “imigrante novo” é o mais assíduo utilizador daquelas. É ele quem mais ajuda a família, quem tem dívidas a quitar no Brasil e quem envia suas poupanças preparando sua volta.

4. Conclusão

Este trabalho apresentou os resultados de uma pesquisa empírica junto a Brasileiros em Portugal e aponta questões para caracterização do emigrante brasileiro e do fluxo de remessas. O estudo revela um alto grau de altruísmo dos emigrantes que se traduz em uma ajuda assídua aos pais e parentes sob a forma de remessas. Este fluxo se orienta, principalmente, para as necessidades básicas das famílias.

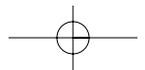
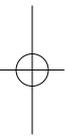
De uma forma geral, grande parte dos Brasileiros vem para Portugal para trabalhar, visando a realização de um projeto de vida futuro no Brasil. Isto indica um alto grau de ligação com o país de origem que se manifesta em um interesse do emigrante em investir no Brasil, fato que é explorado por instituições bancárias e financeiras através da apresentação de propostas diversificadas de investimento que atraíam o interesse do emigrante. Constatou-se também que o emigrante se revela um assíduo observador da taxa de câmbio e reage positivamente a ela quando envia suas poupanças. As remessas destinadas para poupança são mais elásticas ao câmbio do que as orientadas para ajudar a família.

Os imigrantes “mais novos”, ou seja, com menos tempo de residência em Portugal, são os mais assíduos utilizadores das remessas e a sua vontade de regresso estimula a sua prática e orienta as prioridades de gastos. Contudo, o retorno de uma parte dos imigrantes não vai indicar necessariamente uma redução do fluxo de remessas, pois há indícios de uma rotatividade dos Brasileiros que buscam no trabalho no exterior, uma forma de acumulação rápida de poupança e de financiamento da família.

Os 5,2 mil milhões de dólares que entraram, em 2003, no Brasil, representam a maior forma de financiamento externo depois do investimento direto estrangeiro. E seu caráter pouco volátil indica uma fonte de recursos estável que, se mantida em um patamar alto, pode ser de extrema importância para a economia brasileira, reduzindo a vulnerabilidade externa do país e atenuando o impacto das variações econômicas sobre o balanço de pagamento.

Referências bibliográficas

- ADELMAN, I., TAYLOR, J. (1990) – “Is Structural Adjustment with a Human Face Possible? The case of Mexico”, *Journal of Development Studies*, S6, pp. 387-407.
- BOUHGA-HAGBE, J. (2004) – *A Theory of Workers’ Remittances with an Application to Morocco*. Washington, IMF Working Papers 04/194, International Monetary Fund, 2004. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wpo4194.pdf> (acessado em 15 Abril de 2005).
- CHAMI, R., FULLENKAMP, C., JAHJAH, S. (2003) – *Are immigrant Remittance Flows a Source of Capital for Development?* Washington, IMF Working Paper 03/189, International Monetary Fund, 2003. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.cfm?sk=16801.0> (acessado em 15 de Novembro de 2004).
- GORDON, J., GUPTA, P. (2004) – *Nonresident Deposits in Índia: In search of return?* Washington, IMF Working Paper 04/48, International Monetary Fund, 2004. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wpo448.pdf> (acessado em 15 de Abril de 2005).
- HATTON, T., WILLIAMSON, J. (2003) – *What Fundamentals Drive World Migration*. Nova Iorque, Discussion Paper 2003/23, United Nation University. Disponível em <http://www.wider.unu.edu/publications/dps/dps2003/dp2003-23.pdf> (acessado em 15 de Abril de 2005).
- OROZCO, M. (2002) – *Worker remittances: the human face of globalization*. Working Paper MIF/BID, 2002. Disponível em http://www.thedialogue.org/publications/country_studies/remittances/worker_remit.pdf (acessado em 15 de Abril de 2005).
- PAGE, J., ADAMS, R. (2003) – *International Migration, Remittances, and Poverty in Developing Countries*. World Bank Policy Research Working Paper n. 3179. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=636598> (acessado em 15 de Abril de 2005).
- PEIXOTO, João (2004) – *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. Lisboa, SOCIUS Working Papers Nº 11/2004. Disponível em http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/wp/wp_200411.pdf (acessado em 15 de Abril de 2005).
- PIRES, Rui Pena (1999) – “A Imigração”, in Bethencourt, F. e Chaudhuri, K. (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 197-213.
- PIRES, Rui Pena (2002) – “Mudanças na Imigração – Uma análise estatística sobre a população estrangeira em Portugal 1998-2001”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n. 39, pp. 151-166.
- PORTES, Alejandro (1999) – *Migrações Internacionais – Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- RATHA, D. (2003) – “Workers’ Remittance: An Important and Stable Source of External Development Finance”, in World Bank *Global Development Finance: financing the poorest countries*, Washington D. C., World Bank, p. 157-175. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INTRGDF/Resources/GDF2003-Chapter7.pdf>. (acessado em 15 de Abril de 2005).
- SURO, R. (2003) – *Remittance Senders and Receivers: Tracking the Transnational Channels*, Washington D. C, Pew Hispanic Center. Disponível em <http://www.iadb.org/mif/v2/files/StudyBendixen2003Nov.pdf> (acessado em 15 de Abril de 2005).



VII

**A RELAÇÃO ENTRE OS IMIGRANTES BRASILEIROS E OS PORTUGUESES
– A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS RECÍPROCAS**

SANDRA SOFIA BRITO DA SILVA

*Assistente de Investigação**Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa*

ALINE SCHILTZ

*Mestranda em Geografia Humana**Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa***Introdução**

Este texto pretende ser uma saudável contribuição para o entendimento das imagens recíprocas e das relações existentes entre a comunidade portuguesa e a comunidade brasileira. Não é nossa pretensão esgotar a complexidade envolvida na discussão do tema proposto, já que se pretende apenas perceber de que modo as representações sociais e os estereótipos de um grupo sobre outro condicionam os contactos entre Portugueses e Brasileiros e de que modo os últimos se distinguem dos restantes grupos de imigrantes no contexto da sociedade portuguesa.

Começaremos por fazer um breve esclarecimento teórico e conceptual sobre os mecanismos intervenientes nos processos de interação entre grupos sociais distintos, nomeadamente os referentes à constituição de grupos, formação de identidades e construção de representações sociais.

Seguidamente, apresentaremos uma breve síntese da história das relações entre Portugueses e Brasileiros, bem como uma análise de certas imagens e percepções de cada grupo relativamente ao outro, tentando descortinar o modo como estas condicionam e são condicionadas pelas relações que se estabelecem entre as duas comunidades.

Os dados que utilizamos para sustentar essa análise foram obtidos através de um Projecto intitulado “Os Imigrantes e a População Portuguesa, Imagens Recíprocas” (IME/SOC/49843/2003), desenvolvido por Mário Lages¹ (coordenação), Verónica Policarpo, José Carlos Marques, Paulo Matos e João António, do Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa (CEPCEP/UCP) e finalizado em Lisboa no ano de 2005.

¹ Gostaríamos de agradecer ao Prof. Dr. Mário Lages e à Dr.^a Verónica Policarpo a cedência dos dados apresentados e as explicações relativas à metodologia de recolha. Todos os detalhes técnicos relativos ao processo de recolha, amostragem e tratamento de informação poderão ser encontrados em Lages, Mário F. (coord.) (2006).

1. Uma das coisas que todos temos em comum é a nossa diferença face aos outros²

Os Grupos/Colectividades

Para Georges Gurvitch (1950), os componentes mais elementares da realidade social – os grupos – são constituídos por múltiplas formas de estar ligado, pelo todo e no todo, por «relações e interacção social», definidas como sociabilidades espontâneas. De acordo com o autor, estas sociabilidades dependem das actividades, das motivações defendidas e das estruturas hierárquicas internas aos próprios grupos em interacção, sendo que o grau de participação³ e a intensidade das relações⁴ determinam o grau de influência do grupo (“nós”) sobre o indivíduo (“eu”). Neste sentido, as sociabilidades podem ser de interpenetração, participação e fusão parcial do “eu” no “nós” ou podem ser de oposição parcial e ligação mútua entre “eu”, “tu” e “ele”. A verdade é que, em qualquer dos casos, a participação num “nós” leva à criação de relações entre as pessoas no seio de um grupo, transformando-se este, inevitavelmente, em algo diferente das diversas contribuições individuais. Esta relação implica, assim, um certo grau de identificação e semelhança com os pares dentro do grupo de pertença e uma diferenciação e heterogeneidade face a outros grupos e aos indivíduos que os integram.

Por conseguinte, os grupos são unidades colectivas que englobam uma multiplicidade de formas de sociabilidade (Interacções e relações sociais), funcionando como elementos constitutivos da sociedade global, cuja influência na formação da experiência imediata dos indivíduos é de reconhecida importância. A sua existência depende da presença de ideias, visões, atitudes e comportamentos comuns e duradouros, face a determinados aspectos da realidade, por parte de diferentes pessoas, cuja coesão é suficiente para as manter unidas. Por sua vez, esta coesão do conjunto leva à sobreposição do “nós” relativamente ao “outro”, num processo de contínua actualização face à constante evolução da realidade e dos múltiplos elementos do social, de forma a estabelecer-se um equilíbrio que permita uma certa organização hierárquica dentro do grupo e uma certa definição do grupo em relação ao meio em que se insere.

Neste contexto, surgem dois outros conceitos que iremos analisar a seguir: identidade social e categorização social.

A Identidade Social

Em todo o processo de socialização, na interacção e nas práticas institucionalizadas de “categorização”, os indivíduos são identificados por eles próprios e pelos outros de forma a criar elementos de distinção ou de semelhança. É neste processo, tanto interno como externo de identificação, que se criam colectividades que podem ser baseadas na semelhança ou diferença dos

² In Richard Jenkins, 1996 (Tradução livre das autoras).

³ A participação pode ser de Massa – grau de participação fraco; Comunhão – grau máximo de participação; e Comunidade – grau de participação intermédio.

⁴ De acordo com a intensidade das relações, estas podem ser de Afastamento, Aproximação ou Mistas.

seus membros face a outros, conduzindo à criação de identidades sociais (Garcia-Marques e Palma-Oliveira, 1986: 312-319).

No seu livro *Social Identity* (1996), Richard Jenkins, ao falar de colectividades e identidade, faz uma distinção metodológica e conceptual bastante relevante entre grupos e categorias. O autor argumenta que *categoria é uma colectividade cuja natureza e composição são decididas pelas pessoas que a definem*, isto é, trata-se de uma definição *externa*, pois os membros de uma dada categoria podem desconhecer a relação existente entre eles e até a existência da própria categoria. Por outro lado, o *grupo é definido pela natureza das relações entre os seus membros*, isto é, os seus membros podem identificar-se eles próprios como pertencentes a esse grupo, dando-lhe assim existência automática (definição *interna*). O autor argumenta ainda que esta distinção – identificação grupal e categorização social – é um produto que reflecte processos sociais rotineiros, internos e externos de identificação colectiva, baseados em práticas e discursos de senso comum. Ou seja, a dialéctica interna-externa de identificação pode ser entendida como estando na origem da construção colectiva, quer interna quer externa, das identidades individuais e sociais.

De uma forma geral, podemos dizer que a identificação com determinado grupo social é o resultado da relação entre diferentes indivíduos através da mobilização de identificações de similitude e diferenciação (que permitem uma certa comunicação e entendimento). Pelo seu lado, a categorização é uma rotina e uma contribuição necessária para que nos seja possível entender, dar algum sentido e inculir alguma previsibilidade a um mundo social bastante complexo e imprevisível, do qual o nosso conhecimento é apenas parcial (Tajfel, 1982).

Por conseguinte, os processos sociais são eminentemente práticas sociais, pelo que devemos olhar para as identidades sociais como sendo constituídas na base da dialéctica da identificação – identificar indivíduos não familiares com referência a representações sociais reconhecidas – que nos permite, pelo menos em ilusão, saber o que esperar das pessoas (Tajfel and Turner, 1986). Neste contexto, as identidades colectivas devem ser sempre entendidas como produtos resultantes simultaneamente da identificação grupal e da categorização social.

As Representações Sociais

Muitos são os elementos que podem explicar a génese das representações sociais. No entanto, nem todos têm a mesma importância, pois alguns são essenciais e outros secundários. De entre os elementos que merecem maior atenção, destacam-se dois processos sociocognitivos que actuam, dialecticamente, na formação das representações sociais: a objectivação e a ancoragem, funcionando os seus desdobramentos como o núcleo central e o sistema periférico (Franco, 2004).

Segundo Franco (2004), a objectivação pode ser definida como a transformação de uma ideia, de um conceito, ou de uma opinião em algo concreto. Cristaliza-se a partir de um processo figurativo e social e passa a constituir o núcleo central de uma determinada representação, seguidamente evocada, concretizada e disseminada como se fosse o real daqueles que a expressam.

Muitos outros autores reconhecem que o núcleo central constitui o elemento essencial da representação, não se limitando a um papel genérico, e que a atribuição de uma característica essencial, concedida ao núcleo central, apoia-se no facto de ser ele o elemento que determina o significado de uma representação, contribuindo, ao mesmo tempo, para a sua organização interna. É preciso reiterar que o núcleo central, por sua vez, se determina pela natureza do objecto e pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o contexto ideológico do grupo. Mais, segundo a autora, é no âmbito do núcleo central que as representações sociais se cristalizam, solidificam e estabilizam, a partir da vinculação de ideias e de mensagens de homogeneização reificadas, as quais são mediadas pela realização de acções concretas e, pelo menos conjuntamente, resistentes a mudanças.

Com isto, chegamos à discussão do segundo elemento primordial para o entendimento das representações sociais: a ancoragem (o sistema periférico). De acordo com a ideia de Franco (2004), a ancoragem desempenha um papel fundamental no estudo das representações sociais e do desenvolvimento da consciência, uma vez que se constitui na parte operacional do núcleo central e na sua concretização, mediante apropriação individual e personalizada por parte de diferentes pessoas constituintes de grupos sociais diferenciados. A ancoragem consiste no processo de integração cognitiva do objecto representado no âmbito de um sistema de pensamento social preexistente, implicando isto um conjunto de transformações histórica e culturalmente situadas.

No Quadro 7.1 estão resumidas as características atribuídas por Mazzotti (2002: 23) aos dois sistemas que se acabam de descrever.

QUADRO 7.1

Características do Núcleo Central e do Sistema Periférico

Núcleo Central	Sistema Periférico
Ligado à memória colectiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e das histórias individuais
Consensual: define a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo
Estável, coerente e rígido	Flexível, suporta contradições
Resiste à mudança	Transforma-se
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Gera a significação da representação e determina a sua organização	Permite a adaptação à realidade concreta e à diferenciação do conteúdo: protege o sistema central

Extraído de *Mazzotti (2002: 23)*

Por conseguinte, sabemos que as representações sociais são elementos simbólicos que os indivíduos expressam mediante o uso de palavras e de gestos e estão, necessariamente, ancoradas no âmbito da situação real e concreta daqueles que as emitem. Moscovici (2002: 17), por exemplo, afirma que sujeito e objecto não são funcionalmente distintos, eles formam um conjunto indissociável, o que quer dizer que um objecto não existe por si mesmo, mas apenas em relação a um sujeito (indivíduo ou grupo) e que é esta relação que determina o próprio objecto. Assim sendo, ao formar a sua representação de um objecto, o sujeito, de certa forma, constitui-o, reconstrói-o no seu sistema cognitivo, de modo a adequá-lo ao seu sistema de valores, o qual, por sua vez, depende da sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido. Assim, quando falamos em representações sociais, partimos da premissa que elas são elaborações mentais construídas ou idealizadas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre os diferentes indivíduos e grupos enquanto sujeitos e objectos de conhecimento, e a partir da disseminação de mensagens e de percepções advindas do “senso comum” que reflectem sempre as condições contextuais dos sujeitos que as elaboram.

Para estudá-las, é indispensável, antes de mais, conhecer e compreender os indivíduos enquanto seres históricos e sociais, inseridos numa determinada realidade familiar e territorial, com expectativas diferenciadas, dificuldades vivenciadas e diversos níveis de apreensão crítica da realidade, ou seja, é necessário analisar as condições e os contextos em que os indivíduos estão inseridos para perceber as mensagens que expressam, as suas diferentes atitudes e a existência de práticas sociais diversificadas. Neste contexto, faz todo o sentido uma breve análise sobre as interações e relações entre diferentes grupos assim como estudar o processo através do qual as pertenças e o quadro relacional inerente são determinantes para a construção e reconfiguração de identidades e representações sociais.

Concluído este esclarecimento teórico-conceptual, apresentamos de seguida uma resenha histórica das relações estabelecidas entre Portugueses e Brasileiros. Pretende-se com isso mostrar que o processo de construção identitária e de representações sociais entre as duas comunidades está em contínua reconfiguração face a uma realidade em mudança permanente tanto no tempo como no espaço.

2. No encontro entre Brasileiros e Portugueses, reconfiguram-se identidades e reconstróem-se imagens do “outro”

*Colonialismo, vagas migratórias e interacção identitária
– uma brevíssima nota de enquadramento*

A entrada de Portugal na CEE, em 1986, e as grandes mudanças socioeconómicas que lhe são inerentes, contribuíram significativamente para gerar vagas reforçadas de imigração laboral, em finais do decénio de 90-inícios do século XXI, momento em que a economia portuguesa conheceu uma forte dinâmica, muito associada a uma vaga de obras públicas que atingiu várias regiões do País, com destaque para Lisboa. Os países da Europa de Leste e o Brasil foram aque-

les que mais contribuiram para esta vaga de mão-de-obra imigrante, sobrepondo-se às origens “tradicionais”, centradas nos PALOP. No caso do Brasil, como é mencionado em capítulos anteriores, fala-se numa “segunda vaga” em oposição a uma primeira, situada em finais dos anos 80/primeira metade dos anos 90, caracterizada pelos seus maiores níveis de qualificação e por formas de inserção no mercado de trabalho situadas, na sua maioria, nos segmentos correspondentes à componente primária daquele⁵.

A história moderna de Portugal faz-nos esquecer muitas vezes os grandes momentos de expansão do País. De facto, a sua geografia proporciona “entradas” para dois mares (o Atlântico e o vizinho Mediterrâneo) e, também, a proximidade face ao continente africano, o que se traduziu numa importante abertura ao contacto com várias outras culturas. Nos séculos XV e XVI, este pequeno País com uma reduzida população surpreende a Europa com a sua grande capacidade de conquistar o mundo. A colonização da terra do *Brasil* foi de facto possível através de grandes misturas étnicas entre os Portugueses e os indígenas, com um contributo progressivo dos escravos africanos (Freyre, 1951). Para segurar as terras novas, Portugal teve de aumentar a sua capacidade demográfica. Mais, o contacto com os indígenas permitiu também aprender o trabalho da terra num clima tropical desconhecido, facto importante para desenvolver uma economia sustentável.

É importante recordar estes factos do passado, porque eles permitem perceber a história muito específica do nascimento daquilo que viria a ser a nação brasileira e, também, o quadro em que se foram construindo as relações entre Portugueses e Brasileiros.

Desde o início da colonização, os coronéis portugueses tiveram muita independência na gestão das suas terras no Brasil. A noção de “Brasileiro” contra “Português” forma-se rapidamente. No século XIX, o sucesso das plantações de cacau, tabaco e, sobretudo, café, assim como a vontade da administração para criar um Brasil mais europeu e “branco”, conduziram ao recrutamento de um grande número de imigrantes europeus (Portugueses, Italianos, Alemães e outros), sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70 do século XIX, na antecâmara da abolição da escravatura (Claval, 2004).

Assim, depois de ter sido uma colónia de Portugal, o Brasil desenvolveu-se enquanto país de acolhimento para muitos “imigrantes” portugueses, envolvidos quer nas actividades comerciais (os designados *caixeiros*), quer no processo de recrutamento de trabalhadores para as plantações de café, no quadro de sistemas como os implantados por fazendeiros de origem portuguesa, como Nicolau Vergueiro (Witter, 1982). A emigração portuguesa continuou a ter significado até inícios dos anos 60 do século XX, mas vinte e cinco anos depois, a intensidade dos fluxos inverteu-se e o fenómeno dominante passou a corresponder à vaga de imigrantes brasileiros que demandam actualmente Portugal.

⁵ A este propósito ver especialmente o capítulo 4 deste livro, da autoria de Peixoto e Figueiredo.

Perante este quadro, podemos afirmar que as ligações entre Portugal e o Brasil têm sido complexas, influenciando, inevitavelmente, os processos de construção das relações e das imagens recíprocas. A história faz com que os dois países estejam muito ligados, mas origina também muitas diferenças e várias tensões. Por exemplo, em que é que um Brasileiro de raízes italianas se sente próximo de Portugal? Esta complexidade e a contínua mudança das relações de força entre os dois grupos (colonização, imigração, emigração, etc.) têm afectado as representações que estes possuem, quer relativamente ao outro, quer sobre si mesmos. As representações mudam no espaço e no tempo mas veiculam estereótipos e “tradições”. A história (sempre irregular ao nível social e das relações de poder) entre os dois grupos influencia imenso a interacção entre eles. Em geral, observa-se que o contacto de duas culturas diferentes, nomeadamente no âmbito de um processo de imigração económica em que o grupo que comanda a economia impõe também a sua cultura ao grupo imigrado, se traduz, quase inevitavelmente, numa situação de subordinação do último face ao primeiro (Morelli, 2004). Contudo, esta situação não parece ser completamente válida no caso da imigração brasileira para Portugal, uma vez que os Brasileiros têm um lugar específico na sociedade portuguesa e, apesar da vulnerabilidade acrescida que está sempre associada à sua situação de imigrante, dispõem de instrumentos de defesa que tiram partido da proximidade histórica, linguística e muitas vezes socioeconómica, relativamente aos Portugueses. O processo de aculturação parece, pois, modificado neste caso.

Relações sociais e representações recíprocas em contexto imigratório – autóctones e Brasileiros em Portugal

Identificados os referenciais históricos que podem condicionar o processo relacional, torna-se pertinente ver como Brasileiros e Portugueses reconfiguram as suas identidades e representações sociais, através de uma interacção quotidiana no contexto actual de forte presença brasileira em Portugal. Para isso, vamos proceder à análise de alguns dados obtidos pela equipa coordenada por Mário Lages, no âmbito do Projecto *Os Imigrantes e a População Portuguesa, Imagens Recíprocas*⁶, já mencionado no início deste capítulo.

Assim, de acordo com esses dados, sabemos que 45,8% dos Brasileiros inquiridos dizem estar bastante satisfeitos com a sua vinda para Portugal, 30,2% estão pouco satisfeitos e 19,7% dizem

⁶ Este estudo baseia-se em duas amostras distintas, uma delas correspondente à população imigrante em Portugal (1454 inquéritos) e a outra referente à população portuguesa (1539 inquéritos). No caso da primeira, são obtidos diversos elementos de caracterização dos principais grupos de estrangeiros residentes no País, para além de opiniões relativamente ao modo como estes percebem Portugal, as suas instituições e os Portugueses, em geral. Deve referir-se que, desta amostra, utilizaram-se apenas as respostas fornecidas por um total de 376 (25,9 % da amostra) inquiridos brasileiros, uma vez que este capítulo apenas concerne a este grupo de estrangeiros. A segunda amostra, que recai sobre a população portuguesa (N= 1539 inquiridos), visa obter um conjunto de informação relativa ao modo como os Portugueses se posicionam face à imigração e aos imigrantes que vivem em Portugal. Atendendo a que a amostra dos estrangeiros é calculada globalmente e não para cada grupo de estrangeiros, deve admitir-se que a representatividade dos Brasileiros é menor do que a representatividade das respostas dadas pela amostra de cidadãos portugueses.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

estar muito satisfeitos. Não obstante esta informação, é essencial analisarmos alguns factores de integração dos Brasileiros em Portugal.

Sabemos também que a maioria dos imigrantes brasileiros vêm para Portugal por necessidades económicas, em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Na maioria dos casos, chegam sem a companhia da família e sem perspectivas de retorno imediato. Começamos então por analisar qual a opinião dos Brasileiros e dos Portugueses relativamente à integração e interacção ao nível do mercado de trabalho, um sector em que a competitividade potencial entre nacionais e estrangeiros é mais evidente (Quadros 7.2 e 7.3).

Dos dados recolhidos, podemos concluir, por exemplo, que os Portugueses inquiridos afirmam que os Brasileiros não trabalham mais que os Portugueses (73,8%), não têm habilitações a mais para o trabalho que realizam (83,6%) e, de futuro, não vão ocupar lugares de maior importância (81,5%), embora reconheçam que eles ganham menos que os nacionais pelo mesmo trabalho realizado (51,7%).

Contudo, os Brasileiros não se sentem em desvantagem em relação aos Portugueses no que diz respeito às suas condições no mercado de trabalho e, quando comparados com estes, 87,8% dos Brasileiros inquiridos afirmam não só não haver mais atrasos no pagamento do seu salário, mas também que este não é menor que o dos nacionais (74,4%), e que os trabalhos que realizam não são mais arriscados ou difíceis que os dos Portugueses (80,9%). E mais, 51,4% dos Brasileiros inquiridos refere que o seu trabalho actual está abaixo das suas habilitações e 61,6% está convencido de que se trata apenas de uma etapa para conseguir um trabalho melhor.

QUADRO 7.2

Opinião de Portugueses sobre a situação de Brasileiros no mercado de trabalho português

	(%)	
	Sim	Não
Trabalham mais que os portugueses	26,2	73,8
Ganham menos pelo mesmo trabalho	51,7	48,3
Têm habilitações a mais para os trabalhos que fazem	16,4	83,6
No futuro vão ocupar lugares de maior importância	18,5	81,5

Número total de Brasileiros inquiridos = 376
 Número total de respondentes portugueses = 1539
 Fonte: Lages, M. (coord.) [2006]

QUADRO 7.3

Opinião de Brasileiros sobre mercado de trabalho (comparação com os Portugueses)

	(%)	
	Sim	Não
Há mais atrasos no pagamento do seu salário?	12,2	87,8
O seu salário é menor?	25,6	74,4
Tem trabalhos mais arriscados ou difíceis?	19,1	80,9
O seu trabalho actual está abaixo das suas habilitações?	51,4	48,6
O seu trabalho actual é apenas uma etapa para conseguir um trabalho melhor?	61,6	38,4

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Tendo em consideração a análise que se acaba de efectuar, vale a pena realçar duas coisas: por um lado, alguma divergência entre as expectativas dos Portugueses em relação à evolução laboral dos Brasileiros e as próprias expectativas destes últimos; por outro lado, esta avaliação positiva que os Brasileiros fazem da sua própria situação no mercado de trabalho, comparando-a com a dos Portugueses, é explicada pelo facto de haver uma proximidade linguística muito grande, factor que facilita a inserção nalguns sectores de actividade (e.g. comércio) e, também, o contacto entre Portugueses e Brasileiros. Esta situação permite que estes se apercebam da realidade dos seus colegas autóctones, facilitando o seu processo de adaptação ao sistema, o que tem implícita a ideia de uma maior protecção face à eventual exploração exercida por parte dos empregadores portugueses. E esta perspectiva dos trabalhadores brasileiros parece acentuar-se quando desenvolvem comparações face a outros grupos de imigrantes, potencialmente mais sujeitos a discriminação (os nacionais dos PALOP) ou menos conhecedores da realidade portuguesa (os Europeus de Leste ou os Asiáticos).

Um dos aspectos que normalmente constitui um entrave à integração dos imigrantes, e que é frequentemente alvo preferencial de estereótipos e preconceitos, diz respeito aos hábitos culturais e valores sociais dos grupos. Os Quadros 7.4 e 7.5, por exemplo, expressam a posição em relação a esse assunto, de Brasileiros e Portugueses, respectivamente.

Neste caso, 62,9% dos Brasileiros inquiridos discordam da ideia de que é importante os imigrantes tornarem-se parecidos com os Portugueses na maneira de estar, vestir e falar, sendo mesmo que apenas 11,2% dos inquiridos não concordam com a importância da valorização da cultura de origem para a integração dos imigrantes. Não obstante, 76,9% concordam com o facto de os filhos de imigrantes deverem interiorizar os valores da sociedade portuguesa.

QUADRO 7.4

Hábitos culturais e valores sociais na percepção dos Brasileiros (%)

	Concordo	Discordo
É importante os imigrantes tornarem-se parecidos com os Portugueses na maneira de estar, vestir e falar	37,1	62,9
Filhos de imigrantes devem interiorizar os valores da sociedade portuguesa	76,9	23,1
A valorização da cultura de origem é importante para a integração dos imigrantes	88,8	11,2

Número total de Brasileiros inquiridos = 376

Fonte: Lages, M. (coord.) [2006]

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Efectivamente, os imigrantes brasileiros em Portugal constituem um grupo de imigração distinto dos restantes, evidenciando grandes relações de proximidade com os Portugueses. Mesmo com as duas comunidades a considerarem-se bem distintas, há similitudes que se expressam através das representações sociais, como se pode verificar na análise do Quadro 7.5, que expressa as opiniões dos Portugueses inquiridos sobre os hábitos culturais e valores sociais das diferentes comunidades imigrantes a residir em Portugal (Africanos, Brasileiros e Europeus de Leste).

Em relação a este indicador podemos observar que, na opinião dos inquiridos, o modo como as comunidades imigrantes a residir em Portugal educam os filhos não é muito diferente do modo como o fazem os Portugueses. Quando comparadas as três comunidades, relativamente a este assunto, não se denota uma grande diferença entre elas, embora a comunidade brasileira surja como aquela que tem maiores parecenças com a portuguesa, pois 78,4% dos Portugueses inquiridos afirmam que a maneira como os Brasileiros educam os filhos é pouco ou nada diferente do modo como eles próprios o fazem. Relativamente aos usos e costumes, a situação é idêntica: enquanto 47,3% dos Portugueses inquiridos afirmam que os usos e costumes das comunidades africanas são muito diferentes daqueles que eles próprios praticam, 45,9% e 54,6% dos Portugueses inquiridos afirmam, respectivamente, que os usos e costumes dos imigrantes de Leste e do Brasil são pouco diferentes dos nacionais. Ou seja, mais uma vez a comunidade brasileira surge como a mais próxima da sociedade autóctone, sobretudo se considerarmos que mais de 1/5 dos inquiridos não encontra diferenças entre os usos e costumes de Brasileiros e Portugueses.

QUADRO 7.5

***Hábitos culturais e valores sociais das comunidades imigrantes
(opinião dos Portugueses) (%)***

		Muito Diferentes	Pouco Diferentes	Nada Diferentes
Maneira como educam filhos	Africanos	38,8	44,2	17,0
	Brasileiros	21,5	51,5	26,9
	Leste	38,7	45,8	15,5
Usos e costumes	Africanos	47,3	42,6	10,1
	Brasileiros	24,1	54,6	21,3
	Leste	42,7	45,9	11,4

Número total de respondentes portugueses = 1539

Fonte: Lages, M. (coord.) [2006]

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

Mas a realidade é que, não obstante o contacto próximo entre Portugueses e Brasileiros, os estereótipos e os preconceitos continuam a existir e a dificultar por vezes o contacto entre as duas comunidades.

Por exemplo, os Portugueses inquiridos são claros ao afirmar que os Brasileiros são alegres e bem dispostos (74,7%), bem como simpáticos e de trato fácil (63,2%), embora 52,8% ache que, em geral, os Brasileiros não são bem educados (Quadro 7.6). Os inquiridos dizem também que, frequentemente, os Brasileiros não são bons profissionais (68,7%), competentes e cumpridores (70%) nem tão-pouco sérios e honestos (74,3%). Por outro lado, e ainda segundo os Portugueses questionados, os Brasileiros em Portugal não têm contribuído para a violência (76,3%), para o tráfico de droga (66,2%) nem tão-pouco para o crime organizado (77,1%). Não obstante, segundo os dados apresentados, observamos que 69,6% dos Portugueses inquiridos afirmam que os Brasileiros (neste caso subentende-se Brasileiras) têm contribuído para a prostituição.

QUADRO 7.6

Estereótipos dos Portugueses acerca dos Brasileiros (%)

	Sim	Não
São alegres e bem dispostos	74,7	25,3
São simpáticos e de trato fácil	63,2	36,8
São em geral bem educados	47,2	52,8
São em geral bons profissionais	31,3	68,7
São em geral competentes e cumpridores	30,0	70,0
São em geral sérios e honestos	25,7	74,3
Têm contribuído para a violência	23,7	76,3
Têm contribuído para o tráfico de droga	33,8	66,2
Têm contribuído para a prostituição	69,6	30,4
Têm contribuído para o crime organizado	22,9	77,1

Número total de respondentes portugueses = 1539

Fonte: *Lages, M. (coord.) [2006]*

Podemos assim concluir que, neste aspecto, a imagem que os Portugueses têm dos Brasileiros corresponde aos estereótipos universalmente apontados a essa comunidade. De realçar, no entanto, o facto de esta última opinião sobre as mulheres brasileiras poder reflectir a progressiva feminização da imigração brasileira para Portugal. Embora a incorporação no mercado de trabalho da grande maioria das mulheres brasileiras se efectue em sectores como o comércio, as limpezas e a hotelaria, o facto é que há um certo imaginário e uma certa tendência, até pelas pró-

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

prias características/estereótipos que são construídos e atribuídos às mulheres brasileiras, que teimam em realçar os casos em que essa integração se faz pela indústria do lazer e do sexo⁷. Por outro lado, os *media* parecem ter uma atenção redobrada com casos de prostituição e “exploração sexual” que envolvam brasileiras. Este é sem dúvida um dos factores que gera tensões entre os autóctones e a comunidade brasileira residente em Portugal.

Não obstante a existência destes estereótipos em relação aos Brasileiros, a maioria destes últimos, quando inquiridos (Quadro 7.7), afirma nunca ter sido vítima de discriminação.

Neste aspecto, temos de realçar, pela positiva, o comportamento não discriminatório de vizinhos (85,9%) e polícia/tribunais (92,6%) e, pela negativa, os locais de trabalho/escola (29%) e os espaços públicos como locais de compras/transportes públicos/rua (25,6%), onde os comportamentos discriminatórios ocorrem algumas ou muitas vezes.

QUADRO 7.7

Situações de discriminação sentidas pelos Brasileiros em diversas situações

	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes
Vizinhos	85,9	10,3	3,3
Local trabalho/escola	71,0	19,5	9,5
Nas compras/transportes públicos/rua	74,4	20,6	5,0
Procura de habitação/Bancos/Escola filhos	77,2	17,8	5,0
Polícia/Tribunais	92,6	5,4	2,0

Número total de Brasileiros inquiridos = 376

Fonte: Lages, M. (coord.) [2006]

Este sentimento de aceitação por parte da sociedade portuguesa face aos imigrantes brasileiros e as proximidades existentes entre Portugueses e Brasileiros ao nível de valores, usos e costumes verificados anteriormente, facilitam e expressam-se nas relações de amizade e vizinhança.

Por exemplo, quando interrogados sobre as relações de amizade com os Portugueses, os resultados do inquérito em análise mostram que 87% dos Brasileiros inquiridos diz ter algum amigo português, sendo que 74,7% já foi convidado para casa de um português e 78% diz já ter convidado um português para sua casa (Quadro 7.8). Estas respostas podem evidenciar a abertura e a confiança dos membros das duas comunidades para interagirem e se relacionarem sem grandes tensões ou conflitos.

⁷ A este propósito, ver o capítulo 5, da autoria de Beatriz Padilla, neste livro.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 7.8

Relações de amizade dos Brasileiros (%)

	Sim	Não
Já foi convidado para a casa de um português?	74,7	25,3
Já convidou um português para sua casa?	78,0	22,0
Tem algum amigo português?	87,0	13,0
Tem algum familiar português?	30,9	69,1

Número total de Brasileiros inquiridos = 376

Fonte: Lages, M. (coord.) [2006]

QUADRO 7.9

Relações de vizinhança (opinião de Brasileiros – BR – e Portugueses – PT) (%)

	Sim		Não	
	BR	PT	BR	PT
Aceitava ser vizinho de imigrantes africanos	92,3	78,2	7,7	21,8
Aceitava ser vizinho de imigrantes de Leste	90,0	81,3	10,0	18,7
Aceitava ser vizinho de Imigrantes brasileiros	96,4	85,7	3,6	14,3
Aceitava ser vizinho de ciganos	62,9	45,0	37,1	55,0

Número total de Brasileiros inquiridos = 376

Número total de respondentes portugueses = 1539

Fonte: Lages, M. (coord.) [2006]

No que se refere às relações de vizinhança (com Africanos, Brasileiros, Europeus de Leste e Ciganos), o Quadro 7.9 dá-nos as opiniões tanto de Portugueses como de Brasileiros relativamente a esta matéria. De acordo com os dados apresentados, podemos observar que tanto uns como outros aceitariam ser vizinhos de todas as comunidades, não obstante se evidenciarem claros constrangimentos relativamente à comunidade cigana. Neste caso, verifica-se um claro efeito discriminatório em relação aos ciganos, resultante dos estereótipos criados em volta deste grupo, que é partilhado por Portugueses e Brasileiros. Realça-se, assim, a comunalidade em torno dos

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

processos de recepção de informação e de representação dos Ciganos, por parte de Portugueses e Brasileiros residentes em Portugal.

Já no que respeita à aceitação hipotética de vizinhos africanos, o posicionamento dos Brasileiros é bastante mais favorável (92,3% contra 78,2%, no caso das respostas fornecidas por Portugueses), traduzindo elementos resultantes da partilha da experiência migratória e do próprio processo de miscigenação secular, mais evidente entre os Brasileiros.

Mas podemos ir mais além na nossa apreciação, analisando um dos indicadores que mais expressão tem na demonstração das relações de proximidade entre comunidades e grupos e que corresponde ao número de casamentos mistos. Assim, o Quadro 7.10 dá-nos a posição dos Brasileiros relativamente ao casamento de filhos/irmãos(ãs) com imigrantes africanos, europeus de Leste, da própria nacionalidade, ou ainda com portugueses. A maioria dos inquiridos afirma que não ficaria nada incomodada com qualquer dessas situações, ainda que uma análise mais atenta mostre que os valores são superiores nas situações de casamento entre Brasileiros e Portugueses (94,2%), praticamente reproduzindo a percentagem de respostas sobre os casos em que os dois parceiros são Brasileiros (94,6%).

QUADRO 7.10

Sentimento de Brasileiros em relação ao casamento de filhos/irmãos(ã) com... (%)

	Incomodado	Pouco Incomodado	Nada Incomodado
Imigrante africano	2,8	6,1	88,6
Imigrante brasileiro	1,5	3,9	94,6
Imigrante de Leste	4,2	5,8	86,6
Português*	0,6	4,1	94,2

Número total de Brasileiros inquiridos = 376

Nota: A mesma pergunta colocada a Portugueses em relação aos Brasileiros tem as seguintes respostas:

Incomodado – 81%; Pouco Incomodado – 18,0%; Nada Incomodado – 69,2%

Fonte: Lages, M. (coord.) [2006]

Esta forte abertura potencial aos matrimónios mistos, manifestada pelos Brasileiros inquiridos, não tem uma correspondência tão ampla nas respostas dadas pelos Portugueses. Efectivamente, relativamente à mesma questão, apenas 69,2% dos Portugueses inquiridos diz não se sentir nada incomodado com o casamento de filhos/irmãos(ãs) com imigrantes brasileiros. Estes resultados são bastante interessantes e constituem bons indicadores para futuras investigações nesta área. A nossa análise vai no sentido de entender estes resultados como algo que aponta para a existência de algum receio face à concorrência de brasileiras e brasileiros no contexto do mercado matrimonial português. De facto, tem havido uma crescente estereotipização e exotização

da imagem dos imigrantes brasileiros e principalmente das imigrantes, enquanto objecto de interesse sexual, facto que tem levantado alguma polémica na sociedade portuguesa (ver, a este propósito, o capítulo 5, de Beatriz Padilla, neste livro).

3. Considerações Finais

Quando interrogados sobre se o número de imigrantes devia diminuir, 52,3% dos Portugueses concorda e 41,0% pensa que esse número devia estabilizar. Esta posição não diz respeito a um grupo imigratório em particular, mas sim ao fenómeno no seu todo e advém largamente do contexto actual de recessão socioeconómica do País. De facto, Portugal está a atravessar uma conjuntura económica desfavorável e isso reflecte-se obviamente nas relações entre as pessoas, com prejuízo para aqueles que são representados como “os outros” e que, também por isso, se encontram em situação de maior fragilidade como é o caso dos imigrantes.

Finalmente, importa referir o facto de que falar de similitudes implica, necessariamente, falar de diferenças. Estabelecer critérios de proximidade pressupõe criar barreiras de separação, assim como definir um “nós” implica também definir um “outros”. Em suma, similitude e diferença são funções de um determinado ponto de vista – a nossa semelhança é a diferença deles e vice-versa. No que se refere ao caso concreto dos Brasileiros e Portugueses, as diferenças entre estes dois grupos podem ser consideradas intrínsecas à própria cultura de cada povo, ao estilo de vida, como por exemplo a espontaneidade, a alegria e a expressividade dos Brasileiros por um lado e a seriedade, melancolia e introspecção dos Portugueses por outro. Não obstante, podemos arriscar-nos a dizer que, na maioria das situações, o que ocorre é uma adaptação da personalidade, das atitudes e comportamentos dos indivíduos, sejam eles Portugueses ou Brasileiros, às expectativas e aos estereótipos criados à sua volta.

Apesar de existirem diferenças e estereótipos entre as comunidades de imigrantes, pudemos constatar, através da análise dos dados atrás apresentados, que Portugueses e Brasileiros mantêm relações muito próximas, fazendo um claro uso das ligações históricas, culturais e linguísticas para partilhar experiências, interagir e construir imagens recíprocas. As representações sociais e os estereótipos destas duas comunidades, uma em relação à outra, não têm sido um impedimento para a sua interacção. Pelo contrário, pensamos que as semelhanças têm sido um factor de aproximação, conduzindo a vários processos onde naturalmente se procede à desconstrução de determinadas imagens e estereótipos. Devido a este factor é também clara, na nossa análise, a situação privilegiada dos Brasileiros em relação a outras comunidades de imigrantes como os Africanos, por exemplo, ou a minorias étnicas como os Ciganos, populações que se encontram claramente sujeitas a processos de maior discriminação e xenofobia na sociedade portuguesa.

Neste contexto, e como apontamento final, não poderíamos deixar de destacar a importância que a promoção da interacção entre diferentes comunidades, grupos e culturas tem para a des-

construção de estereótipos e preconceitos bem como para a reformulação das representações negativas, contribuindo assim para a criação de uma sociedade intercultural dotada de maior coesão, que se pretende cada vez mais tolerante, respeitadora e inclusiva.

Referências bibliográficas

- CLAVAL, Paul (2004) – *La fabrication du Brésil une grande puissance en devenir*, Paris, éd. Belin.
- FRANCO, Maria Laura (2004) – “Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência”, *Cadernos de Pesquisa Social*, vol. 34, Jan./Abr. n. 121, São Paulo.
- FREYRE, Gilberto (1951) – *Sobrados e Mocambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, São Paulo/Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora (2.^a ed.).
- GARCIA-MARQUES, L. & PALMA-OLIVEIRA, J. M. (1986) – “National identities and levels of categorization: Self-stereotypes, attitudes and perception of other nationalities”, in CANTER, D., JESUÍNO, J., SOCKA, D., STEPHENSON, G. (eds.), *Environmental Social Psychology*, Dordrecht, Kluiver, pp. 312-319.
- GURVITCH, G. (1950) – *La vocation actuelle de la sociologie*, Paris, PUF.
- JENKINS, Richard (2000) – “Groups and Categories”, in JENKINS, R. (ed.) – *Social Identity*, Londres, Routledge, pp. 80-89.
- LAGES, Mário F. (coord.) et. al. (2006) – *Os Imigrantes e a População Portuguesa: Imagens Recíprocas. Análise de duas sondagens*, Lisboa, Observatório da Imigração/ACIME.
- MAZZOTTI, A. J. A. (2002) – *A Abordagem estrutural das representações sociais*, São Paulo, PUC/SP, n. 14/15.
- MORELLI, A. (2004) – *Contact de cultures*, Bruxelles, Presse Universitaire de l’Université de Bruxelles.
- MOSCOVICI, Serge (2000) – *Social representations: explorations in social psychology*, Nova Iorque, Polity Press/Blackwell Publishers.
- ROBB, P. (2005) – *Uma Morte no Brasil*, Porto, Livraria Civilização Editora.
- TAJFEL, Henri (1982) – *Grupos Humanos e Categorias Sociais I e II*, Lisboa, Livros Horizonte.
- TAJFEL, Henri & TURNER, J. (1986) – “Social identity theory of intergroup relations”, in WORCHEL, S. & AUSTIN, W. (eds.), *Psychology of Intergroup Relations*, Chicago, Nelson Hall, pp. 7-24.
- WITTER, José Sebastião (1982) – *Ibicaba, uma experiência pioneira*, São Paulo, Edições Arquivo do Estado (2.^a ed.).

VIII

REFLEXÕES SOBRE AS IDENTIDADES BRASILEIRAS EM PORTUGAL

IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO

Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos
Centro de Estudos de Migrações Internacionais – Universidade Estadual de Campinas

Introdução

A intenção deste capítulo é propor uma reflexão sobre a produção de identidades entre os imigrantes brasileiros pobres na cidade do Porto. Os dados que sustentam as afirmações foram obtidos por meio de trabalho de campo, realizado em Janeiro e Fevereiro de 1998, Março a Outubro de 2000 e Janeiro de 2002.¹ Porém, dadas as novas informações sobre o perfil da migração brasileira em Portugal (CBL, 2002 e IGT/ACIME/SEF 2002) muitas das reflexões aqui apresentadas podem, provavelmente, ser estendidas, não sem algum cuidado, para uma grande parte da migração brasileira em Portugal.

Veremos que os Brasileiros acabam por submeter-se a uma representação estereotipada do Brasil e da identidade brasileira para conseguir empregos. Mas este ato de submissão não é puramente um ato de “força representacional” da sociedade receptora da migração, no caso, Portugal. Não é um caso de mera imposição de estereótipos, um tipo de orientalismo (Said, 1995) com implicações trabalhistas. Quero demonstrar um mecanismo complexo de submissão aos estereótipos, no qual os sujeitos tiram proveito dessa sujeição às imagens essencializadas.

O processo que descrevo a seguir indica como alguns Brasileiros têm ganhos significativos com a articulação prática destas imagens essencializadas de identidade, levando a uma “realização” efetiva dos estereótipos que passam a existir como narrativas identitárias. Ou seja, as imagens essencializadas são utilizadas pelos sujeitos como auto-representação. Essa “encarnação” do estereótipo tem o efeito singular de reproduzir a desigualdade inicial da condição imigrante desses Brasileiros, reforçando o seu lugar subalterno. Mas, ao mesmo tempo, a encarnação resulta numa nova distribuição de poder entre os Brasileiros, articulando o nexos central da vida de uma “comunidade” imigrante na cidade do Porto. A subordinação, portanto, resulta na (re)estruturação de um modo de vida.

¹ As reflexões aqui apresentadas baseiam-se na tese de doutorado defendida em Agosto de 2003 (Machado, 2003).

1. Trabalho e identidade

Os alvos da pesquisa foram majoritariamente os imigrantes “pobres”, buscando um contraste em relação à imagem vigente na época, que pressupunha uma imigração brasileira altamente qualificada e bem remunerada, que derivava dos números oficiais da imigração em Portugal, disponíveis até 2001. A imigração brasileira no Porto não é predominantemente de classe média, como ainda se imagina em reportagens de televisão no Brasil e mesmo em algumas mídias portuguesas. Ao contrário, a maioria das pessoas é pobre e com baixa formação escolar. Há mais *garçons* que dentistas, mais músicos que professores de ginástica, mais jogadores de futebol que todas as categorias de profissionais liberais juntas. Na década de 90 do século passado, a imigração brasileira aparecia como predominantemente qualificada (Machado 1997, e Baganha e Góis 1998/1999). Mas essas afirmações eram baseadas em dados que apresentavam limitações e ofereciam um quadro que poderia ser distorcido².

Meu estudo de caso indicou que a imigração ilegal fugia completamente desses parâmetros. O perfil que encontrei foi o de classe mais baixa que a média apresentada pelos números. O fato do número de legalizações concedidas aos Brasileiros em 2001, no âmbito da lei de imigração deste ano (DL n.º 4/2001, de 10 de Janeiro), ter significado um aumento de mais de 100% indica como os dados anteriores ignoravam um contingente enorme da população de imigrantes brasileiros. Assim, esse trabalho trata de uma população que não aparecia claramente nos números de 2000, mas que se foi tornando progressivamente mais significativa, como evidenciam os números da pesquisa organizada pela Casa do Brasil de Lisboa³.

Os três grandes grupos de atividades econômicas executadas por Brasileiros são a construção civil, o comércio e a hotelaria/restauração – restaurantes em geral, hotéis, *snack*-bares e similares (IGT/ACIME/SEF 2002). Pela experiência em pesquisa, posso dizer que a profissão predominantemente executada por Brasileiros nesse campo de atividade econômica era a de *garçon*. Um quarto grupo de atividades seria aquele que supostamente exige mais escolaridade, em setores muito distintos do mercado de trabalho⁴. A pesquisa de campo indicou que, no Porto, à época, os trabalhadores brasileiros dirigiam-se principalmente para o mercado do atendimento ao público. A hotelaria ainda era, em 2000, a melhor fonte de empregos, principalmente por uma

² Sobre os dados a respeito da imigração em Portugal, Baganha e Góis afirmam que “... sabemos extremamente pouco sobre os imigrantes em Portugal, porque a única fonte disponível com consistência interna apresenta sérias limitações, dado que o número de características dos imigrantes tratadas e divulgadas pelo MAI-SEF é muito restrito e a sua divulgação sistemática, com alguma profundidade, só se inicia em 1990” (Baganha e Góis, 1998/1999: 262). Portanto, continuam os autores: “O que sabemos refere-se sobretudo ao fluxo legal, pelo que é conveniente salvaguardar a hipótese de as características conhecidas serem uma pobre e, muito provavelmente, errônea representação do fluxo imigratório global. Quer os estudos sobre a componente ilegal do fluxo imigratório português, noutros períodos históricos, quer a informação disponível sobre as partidas ilegais para a Europa, depois da II Guerra Mundial, mostram que o fluxo clandestino é substancialmente diferente do fluxo ilegal” (Baganha e Góis, 1998/1999: 250).

³ Ver capítulo 12 deste livro.

⁴ Para uma discussão detalhada desta pesquisa do SEF/ACIME/IGT, ver Machado, 2004.

suposta “vantagem estrutural” dos Brasileiros: eles têm fama de festivos, simpáticos e falam Português. Essa “fama” garante espaço no mercado.

Determinadas características são esperadas dos trabalhadores brasileiros. As principais são a alegria, simpatia e cordialidade. Acreditando que aqueles são portadores atávicos desta série de características, os empregadores portugueses procuram esses imigrantes para determinados trabalhos. É por isso que o atendimento em geral era a grande fonte de emprego para Brasileiros na cidade do Porto. Muitos trabalhavam como *garçons*, vendedores de lojas, representantes de vendas, músicos. De certa forma, o Brasileiro no Porto era um *entretainer*. O processo que se desenrola é o de uma subordinação sistemática daquele aos estereótipos que rotulam todos os Brasileiros como pessoas alegres e simpáticas (cf. Machado 2003, cap. 6).

Os Brasileiros passam pelo que chamo de processo de exotização. Estes processos são fenômenos sociais de efetivação dos estereótipos – têm relação íntima com a sua produção – mas vão além da mera constatação da sua existência. Esses processos referem-se não apenas à imposição de imagens estereotipadas a determinadas populações, o que poderíamos chamar de “orientalismo”, mas também à forma como determinadas imagens sobre o outro são construídas e passam a ter autonomia simbólica, num processo de “encarceramento simbólico” dos nativos. Para além de ser submetida ao “orientalismo”, a “práxis” da população brasileira estereotipada se relaciona com as imagens constituídas do imaginário hegemônico português, de uma forma ativa. Ou seja, os imigrantes Brasileiros não estão apenas sujeitos à construção das imagens estereotipadas, mas também são sujeitos ativos da exotização. Assim, adaptar-se mais eficientemente aos estereótipos portugueses pode conferir maior poder a determinadas pessoas.

Os imigrantes brasileiros, longe de serem receptáculos de estereótipos construídos à revelia das suas vontades, estavam, portanto, também engajados no reforço sistemático destes estereótipos. Esse processo de auto-subordinação se dá justamente através da inserção no mercado de trabalho. Quero indicar que a forma como os Brasileiros, na cidade do Porto, organizam sua “vida coletiva” permite entender como eles progressivamente vão se tornando “exóticos”, no sentido determinado por um universo simbólico português abarrotado de imagens sobre os Brasileiros. O trabalho é o principal caminho para os processos de exotização, já que os lugares oferecidos pelo mercado de trabalho português são relativos aos estereótipos: animadores, músicos, capoeiristas, dançarinos, jogadores de futebol e atendentes ao público em geral. Os lugares no mercado de trabalho português referem-se ao que denomino “mercado da alegria”. O trabalho no mercado da alegria se refere aos empregos que envolvem a animação e também o atendimento ao público. Incluo o atendimento ao público no “mercado da alegria” porque os empregadores portugueses pressupõem que, de alguma forma, os Brasileiros são mais adequados para qualquer profissão que exija o trato com clientes, por conta da simpatia, cordialidade e alegria que esperam de qualquer Brasileiro.

O mercado de trabalho é fundamental na análise da construção da organização social dos Brasileiros no Porto, como também na construção de identidades essencializadas referentes a ima-

gens estereotipadas sobre o Brasil⁵. Encaixar-se no estereótipo português sobre o brasileiro facilita a vida do imigrante, que consegue seu emprego mais rapidamente. Por outro lado, a imagem que o imigrante passa a vender como a do “autêntico brasileiro” passa a ser esta imagem exotizada. Num movimento coletivo de exotização, as percepções sobre a identidade brasileira começaram a se aproximar dos estereótipos portugueses. Os estereótipos “ganharam vida” e os Brasileiros transformaram-se na imagem que deles esperavam os Portugueses. Tendo em vista que as relações de poder entre os imigrantes passam, entre outras coisas, pelo controlo de uma ampla rede de possíveis empregadores portugueses, os líderes acabam sendo, em larga medida, aqueles que atuam como facilitadores em casos de busca de emprego. Esses líderes são Brasileiros que, tendo-se encaixado nas imagens correntes sobre o Brasil, conseguiram inserir-se solidamente no mercado de trabalho⁶. Tornaram-se intermediadores, cuja situação de mediação proporciona acúmulo de poder entre os demais imigrantes brasileiros.

2. Jogo da centralidade

Chamo de “jogo da centralidade” às disputas entre Brasileiros, para estabelecerem diferenciações entre si. O “estar no mundo” de imigrantes brasileiros é marcado por uma aproximação com um “centro”, num processo paralelo ao descrito por Geertz (1980) no *Negara*, onde a antiga corte balinesa se legitimava por uma proximidade inventada – fruto de disputas – com a linha de descendência do grande herói real-mítico Majapahit. No caso dos Brasileiros no Porto, a luta é para se parecer com uma imagem de identidade brasileira baseada na idéia estereotipada vigente em Portugal e que permite a existência de um lugar específico no mercado de trabalho. A questão é quem é mais ou menos brasileiro, ou seja, quem exacerba mais a sua “brasilidade”, de acordo com os estereótipos vigentes em Portugal sobre o Brasil e os Brasileiros.

O jogo da centralidade é uma constante avaliação, por cada imigrante, da sua própria centralidade em relação aos demais imigrantes. É um ato complexo que recorre a diferentes variáveis de classificação. Os Brasileiros se aproximam do “centro” da brasilidade por rotas diferentes. A diferenciação é um instrumento de poder que serve para distanciar os outros do centro das representações. A elaboração de fronteiras, simbólicas ou não, por parte de imigrantes, não é meramente um exercício de inclusão num grupo, mas, ao invés, de exclusão de outros. Ou seja, os limites na aproximação a essa imagem central são impostos aos outros, na esperança de ser mais central por afastá-los. Chamo de “centralidade” essa idéia que descreve um processo. A imagem central é justamente a representação exotizada de uma identidade brasileira alegre, simpática e sensual.

⁵ Uma discussão sobre a origem e desenvolvimento dessas representações, por parte da sociedade portuguesa, é realizada em Machado (2003).

⁶ Na tese de doutorado, Machado (2003) demonstrou que não é apenas o controlo do mercado de trabalho que proporciona mais prestígio e poder, mas que esta é uma das dimensões mais relevantes.

Os termos “brasilidade” ou “abrasileirar” são usados pelos imigrantes brasileiros pobres no Porto, no sentido específico do jogo da centralidade: ou seja, “abrasileira-se” aquele que consegue alguma legitimidade no sentido das determinações do “centro exemplar”, que aqui relaciono com a identidade exotizada. O centro exemplar é a coleção de imagens estereotipadas sobre o Brasil (samba, futebol, sexualidade e mestiçagem) e que regem a conduta das pessoas envolvidas nesse processo. Vale a pena lembrar que não existe um “abrasileiramento” absoluto, pois isto seria pressupor a existência de uma essência absoluta. Os brasileiros buscam tornar-se mais Brasileiros *no sentido valorizado pelo jogo da centralidade*.

O jogo da centralidade envolve a dinâmica organização do cotidiano e das disputas políticas entre os Brasileiros no Porto. O prestígio e as posições de poder são centralizados por aqueles que ao menos aparentam ter padrões de vida considerados como próximos ao modelo ideal. Este modelo corresponde a uma identidade pautada pela solidificação de imagens estereotipadas sobre a essência do Brasileiro. Em suas ações, esses imigrantes sempre procuram uma forma de construir para si mesmos alguma centralidade que seja reconhecida pelos demais. Participar dessas pequenas redes, por exemplo, é uma forma de ascender na escala do prestígio e da hierarquia que o jogo da centralidade estabelece.

Na esfera pública (como por exemplo, nos bares), esses *brokers*⁷ assumem um lugar de prestígio, pois é através deles que um imigrante recente pode ingressar em alguma rede de Brasileiros. Ingressar nessas redes pode significar um emprego melhor, oportunidades financeiras das mais variadas, um mercado de “paquera” diferenciado, etc. Assim, a vida comunitária funciona como uma superposição de redes (Barnes, 1987 e Mayer, 1987) mediadas por *brokers*. A vida cotidiana, espacialmente dispersa, aumenta a importância desses *brokers*, pois não há como se inserir numa rede brasileira sem a intermediação dos mesmos. As redes formadas por *brokers* eventualmente interligam-se, por intermédio do contato entre alguns *brokers* amigos, constituindo-se em redes mais amplas e eventos mais populosos.

O acesso às redes menores, que são as principais – pois sem participar delas o Brasileiro estará “solto”, sem amparo social e coletivo –, dá-se através dos bares, onde as pessoas que participam dessas redes se encontram, montando um jogo flexível de interligações entre si. Há momentos, em geral em churrascos, onde as pessoas das redes se unem, montando redes maiores, sempre numa situação de acúmulo de prestígio por parte de pessoas-chave em cada rede. São esses *brokers* que controlam a vida social e dão o tom da “brasilidade” exotizada na vida cotidiana portuguesa. Como o trabalho da maioria está ligado às imagens essencializadas/estereotipadas do Brasil, os imigrantes procuram reforçar a sua autenticidade enquanto Brasileiros, articulando o jogo de centralidades. Quanto “mais abrasileirados” aparentarem ser, maior

⁷ Sobre *brokers*, ou intermediários, ver principalmente a bibliografia sobre coronelismo e poder local, que analisa o papel desses personagens na construção de relações de poder. Ver, entre outros, Feldman-Bianco (1981). Ver também a análise sobre imigrantes em lugares específicos de mediação como “intermediários culturais” (Feldman-Bianco, Bela, 1995, forma que adoto neste trabalho).

influência exercerão sobre os seus compatriotas e maior legitimidade ganharão entre os Portugueses face aos quais se encontram em posição simbolicamente subordinada, já que os empregos são mais facilmente conquistados por “aqueles que sabem o seu lugar”, ou seja, aqueles que se encaixam nos estereótipos portugueses sobre o Brasil.

Assim, o controlo dos circuitos de reciprocidade em círculos cada vez mais amplos confere maior poder e centralidade a determinadas pessoas, que impõem a sua própria forma de brasilidade, seja como Cariocas, Baianos, Pernambucanos, etc. A imposição de uma leitura da brasilidade localizada em algum regionalismo não exclui a identidade exotizada, pois essa é ampla e vazia o suficiente para abarcar qualquer um que não fuja dos estereótipos de malandragem, hipersexualidade e alegria. A forma com que essas características amplas serão elaboradas é que varia conforme a origem e o universo cultural do *broker* em questão.

3. Tristeza e alegria

É sabido que os processos identitários são construídos em dinâmicas contrastivas⁸, e que a definição de um “nós” coletivo pressupõe distinções em relação a um “outro” coletivo. Embora a definição de uma identidade exotizada entre os imigrantes brasileiros resulte num processo de escalonamento entre as brasilidades atribuídas – isto é, alguém é sempre mais ou menos brasileiro que outro – que, de certa forma, dissolve o “nós” coletivo em uma hierarquia de alteridades, é fato que do outro lado da equação, o lado do “outro” coletivo, está o Português. Da mesma forma que existe uma imaginação reificada de uma essência exotizada brasileira, existe a reificação de uma essência portuguesa, mediada por imagens preconceituosas e, de certa forma, ressentidas (Machado, 2003). Na prática cotidiana, também esta imagem do Português será hierarquizada: ou seja, Portugueses podem ser mais ou menos portugueses. Menos português é sempre aquele que é amigo de Brasileiros, convive em algumas das redes e está longe do “Português reificado”.

É um jogo da centralidade ao contrário, do ponto de vista dos Brasileiros. Quanto mais próximo da “comunidade brasileira”, menos português (no sentido estereotipado) o Português se torna. A idéia de um “outro” português gradual serve também para acusar brasileiros de estarem tão longe da imagem central e valorizada do brasileiro exótico que já se tornaram Portugueses. O português-próximo e o brasileiro-distante são categorias usadas nas relações de poder entre os Brasileiros. No cotidiano dos Brasileiros, a imagem de uma essência portuguesa, absolutamente contraposta à brasileira, define os contornos das construções identitárias. O contraste absoluto, como não poderia deixar de ser, refere-se à “tristeza portuguesa”, oposta à “alegria brasileira”.

Para os Brasileiros, o universo simbólico que os separa dos Portugueses se reconfigura no discurso, pela retomada de um par antagônico que já foi usado no Brasil para diferenciar Brasi-

⁸ Conferir, entre outros, Hall e Stuart (1996).

leiros e Portugueses: o contraste entre a alegria brasileira e a tristeza portuguesa, o fado *versus* o samba, etc. Em várias falas vemos a expressão desse antagonismo:

“Chega a ser até mórbido o negócio [do português], de pegar o jornal e ler obituários para saber quem morreu. E existe uma coisa institucionalizada, o sujeito quer viver a desgraça alheia para se sentir melhor.”

“As pessoas são fechadas aqui, são tristes, tristes, não sorriem.”⁹

O importante do contraste entre tristeza e alegria, é que, embora seja creditado pelos imigrantes às naturezas imutáveis de Brasileiros e Portugueses, ele é fruto dos atuais embates entre os Brasileiros. É o jogo da centralidade, baseado na identidade exotizada, que reifica o antagonista por excelência da “essência brasileira”, o Português. Assim, este tem necessariamente que aparecer como um antibrasileiro. São duas imagens exotizadas que se contrapõem, como núcleo de representações.

Uma idéia muito repetida é a de que os Brasileiros, ao contrário dos Portugueses, têm consciência maior do corpo, são menos fechados em relação aos círculos de convivência, menos bitolados e mais criativos. O corpo é um objeto de materialização cultural, através de movimentos apreendidos, de gestualidades, danças, de expressão de emoções e de exercício da sexualidade. Toda a imagem sobre o Brasil, seja por parte de Brasileiros ou de Portugueses, é marcada pela idéia de um corpo brasileiro, de uma corporalidade específica, mais sensual, mais flexível, mais doce, mais malandra, mais *feliz*. Idéias que são sempre exemplificadas pela ginga do jogador de futebol, pelo “jogo de cintura” das prostitutas brasileiras. A construção de um corpo, de uma forma de estar e agir, movimentar, olhar, pegar, é fundamental na construção de uma identidade ou de uma cultura. No caso de Brasileiros ela é implacavelmente evidente.

De qualquer forma, a “alegria” brasileira virou uma necessidade no mercado português, transformando-se, por um lado, numa vantagem naturalizada e, por outro, numa “prisão simbólica”. Vemos que, na reflexão sobre qualquer experiência cotidiana, uma enorme carga de representações simbólicas e estereótipos é articulada. Se muitos Brasileiros ocupam determinada posição no mercado de trabalho, é porque eles são vistos como naturalmente melhores e mais simpáticos do que os Portugueses, e porque se redefinem em função desses pressupostos da identidade exotizada, num processo duplo. É por isso que, para entender os processos de construção de identidades entre os Brasileiros, precisamos de lidar tanto com o ponto de vista do “nativo” quanto com o ponto de vista da sociedade que os recebe.

Este entendimento **cria** realidades, pois, alguns empregadores portugueses, influenciados por tais pressupostos simbólicos, requisitam os serviços de Brasileiros, enquanto estes passam a

⁹ Nenhuma das falas é identificada, uma vez que a maioria dos imigrantes encontrava-se em situação ilegal. Todas as citações referem-se a entrevistas realizadas em 2000 com imigrantes pobres, moradores do Porto ou arredores.

exercer “profissionalmente” a simpatia. É nesse sentido que a identidade exotizada é “prisão simbólica” que cerceia a experiência dos Brasileiros. Por outro lado, a submissão dos trabalhadores a regimes de trabalho ilegais ajuda a efetivação desses discursos. Não podemos esquecer que muitas vezes essas idéias são simplesmente desculpas, legitimando a presença de *brazucas* e escondendo a exploração explícita a que estão sujeitos no mercado de trabalho. A experiência de trabalho de Brasileiros na sociedade portuguesa, mais especificamente no Porto, ativa uma mistura de expectativas simbólicas, universos de significados, ideologias e super-exploração do trabalho.

Por outro lado, na percepção que deles têm os Portugueses, os Brasileiros sentem claramente como a própria imagem é ligada à identidade exotizada. Vejamos:

“– O cara já (tem) uma postura assim: ‘– Você está [ganhando dinheiro] aqui e só tem isso?! Como é que você conseguiu isso?’ E aí fala que você fez trambique, o que não é verdade. Pode até ser, em alguns casos. Porque nós não somos imunes a isso, a dar trambique, é claro. Qualquer um. Mas, como sempre, o Brasileiro, em todo o mundo, sempre teve má fama, em qualquer lugar os Brasileiros criaram isso. Em qualquer lugar, em Paris ou Nova Iorque é a mesma coisa. Então, quando você tem um sucesso mesmo, trabalhando como nós dois trabalhamos, sem trambique, os caras falam: ‘– Não, deve ter feito alguma coisa...’”

A qualidade ou defeito (dependendo de quem a cita) da malandragem é uma das características que operam na identidade exotizada, e é constantemente referida no cotidiano desses trabalhadores brasileiros. Se na construção da centralidade ela é valorizada, quando passa a ser um senso comum entre os Portugueses, a malandragem passa ser um problema, pois dificulta a vida dos imigrantes. A relação entre Brasil e malandragem é evidente em vários trechos de entrevistas como esse acima, ou ainda estes:

“– Não, mas [os Portugueses] sempre acham que faturamos horrores e estamos explorando eles... Esse é o princípio.

– Ainda partem do princípio errado, justamente pela má fama que a gente tem. Prejudica bastante os próprios Brasileiros...”

“Agora, se você é Brasileiro – e principalmente brasileiro – e começa a subir na vida, ou começa a conseguir bens materiais que mostrem uma certa posse... vão dizer que você é safado.”

A força da identidade exotizada é muito grande entre Brasileiros e Portugueses, já que a quantidade de situações efetivas de “malandragens” não é aparentemente maior que entre outros imigrantes. A má fama relaciona-se com algo fora da ação cotidiana e da experiência, a potencialidade de uma história de representação da malandragem. É muito provável, inclusive, que essa percepção reforce ao máximo as experiências negativas que efetivamente foram praticadas por Brasileiros. É como no exemplo de Alex, personagem de Fernanda Torres, no filme *Terra Estrangeira*, quando derruba os pratos por acidente num restaurante lisboeta onde trabalhava como

garçone. Imediatamente, o dono português do bar reclama: “Mas esses Brasileiros, ô pá, não servem para o trabalho mesmo.” Tudo se passa como se existisse um roteiro que informasse previamente a idéia do que são os Brasileiros, permitindo poucas improvisações.

Para entender a efetividade desse encarceramento simbólico, a partir de uma matriz brasileira, hoje em dia, basta ver como exemplo o artigo de Gustavo Loschpe, jornalista da *Folha de São Paulo*, no qual afirma que:

“O único contato que tive na vida com os Portugueses foi por meio dos livros de história e, principalmente, de uma série infinita de piadas e ditos que exemplificam a suposta estupidez lusa em toda e qualquer área do (des)conhecimento humano. Chegando ao aeroporto [de Lisboa], a impressão começou a se confirmar...”¹⁰.

O resto do artigo narra as experiências que “comprovam” os estereótipos. Esse tom racista é definitivamente influenciado pelas representações que, na prática, determinam o que vai ver o jornalista. Essa “verificação” é ressaltada como prova incontestável da veracidade dos estereótipos da “burrice” portuguesa.

Embora os estereótipos sejam cárceres para suas vítimas, são bastante maleáveis para quem os impõe. Trata-se de um tipo particular de representação simbólica, muito mais palpável e eficaz enquanto mensagem de hierarquização social. O estereótipo é uma forma de descrever o “outro” através de uma série de características generalizantes (habitualmente, depreciativas). A eficácia do estereótipo – exemplarmente descrito por Saïd (1995), como conhecimento que não conhece, mas se justifica como um conhecimento empírico – resulta na (e da) hierarquização do campo das alteridades, restando ao estereotipado um lugar inferior em relação ao estereotipador, quando o estereótipo é um consenso na sociedade que abriga os diferentes grupos. O falso conhecimento oferecido pelos estereótipos é, em geral, a matéria da construção das identidades exotizadas. Assim, o processo de construção de identidades de Brasileiros em Portugal é mediado pelo conteúdo dos estereótipos presentes, tanto na matriz portuguesa quanto na brasileira, comumente no que combinam, como as imagens sobre a malandragem, a alegria e hipersexualidade.

A idéia da alegria brasileira é uma longa história discursiva. Data da formação da identidade brasileira, a fábula das três raças, como afirmou Roberto DaMatta (1981). Os próprios Brasileiros definem-se identitariamente como extrovertidos. É como se a alegria fosse um traço genético da brasilidade, o que é, obviamente, problemático. Isso se relaciona à imagem que o Brasil vende, muito exotizada e calcada na divulgação turística da alegria. O que, aliás, tem graves consequências, como o tráfico de prostitutas brasileiras para a Europa e o turismo sexual, inclusive infantil, no Nordeste (Leal e Leal 2002). No caso dos Brasileiros em Portugal, o reforço constante da idéia da alegria opera como parte da essência do Brasileiro no jogo da centralidade. A alegria

¹⁰ *Folha de São Paulo*, 8/11/99, Caderno Folhateen, pp. 6-7.

atribuída ao Brasileiro não deixa de esconder um olhar hierárquico do ex-colonizador. Mas a alegria que o imigrante brasileiro pobre se auto-atribui não deixa de reforçar este lugar de subalternidade, sendo até conivente com tais imposições. É preciso ponderar, entretanto, que essas mesmas relações entre criatividade, alegria e animalidade são partes do discurso lusotropicalista, que serve de substrato para a “narrativa mestra” da nação brasileira. Lembremos que estou aqui preocupado com o lado português dessa equação e não com a discussão sistemática sobre os mesmos mecanismos de subalternidade produzidos no discurso nacional brasileiro.

Obviamente, o Brasileiro não é um tipo padrão que responde universalmente da mesma maneira aos estereótipos e ao jogo da centralidade. Muitos tiram da necessidade da “simpatia” do mercado de trabalho português a sustentação econômica. Muitos representam o papel do “bobo da corte” acriticamente, sem perceber as relações de subordinação que estão aí envolvidas. Outros percebem-nas com clareza e se utilizam dessa situação para “inocentemente” subverter a ordem desfavorável, mas, nos momentos autorizados de alegria. Assim, é comum ver *garçons* e trabalhadores brasileiros pobres zombar de clientes portugueses, durante a pantomima do “atendimento simpático”. Mas há também pessoas que percebem muito claramente o preconceito, que acham ridículo o papel de “mico-de-circo” e criticam essas atuações e reproduções.

4. Futebol como expressão das tensões identitárias

Quando estava a morar no Porto, na casa de uma família portuguesa, era inevitável que eu sentisse uma simpatia natural pelo maior *time* de futebol do Porto, o Futebol Clube do Porto. Ainda mais que Jardel, um jogador brasileiro, àquela época, era o grande nome do *time* e maior goleador do futebol português (e europeu). Fui assistir a jogos do Porto e o interesse pelo futebol e a simpatia declarada pelo Porto em muito facilitou a minha adaptação à família que tão generosamente me hospedou durante os seis meses de minha estadia. Foi uma surpresa perceber que quase nenhum dos Brasileiros torcia pelo Porto e, pelo contrário, a grande maioria nutria uma grande raiva pelo *time* da cidade. Era comum que torcessem pelo Sporting ou Benfica, *times* de Lisboa. Qual seria o mistério desta equação improvável, senão a vontade de marcar a rivalidade em relação aos Portugueses com os quais os Brasileiros conviviam cotidianamente?

De fato, esta é a melhor explicação para uma postura de repúdio à integração simbólica (clânica) que se agregar à torcida de qualquer *time* oferece. Em outro trabalho (Machado, 2000) procurei demonstrar como o futebol propõe uma outra ordem de organização da realidade, dividida em “clãs” e não em classes sociais, de forma a atravessar as diferenças sociais e criar uma outra gramática social que todos compartilham. Em Portugal, esta outra “gramática”, ao contrário do Brasil, é mais profundamente ligada às rivalidades regionais, e o futebol não é uma linguagem que tenha ultrapassado o regionalismo. Torcer pelos *times* de Lisboa, na cidade do Porto, é uma grande ofensa. Lembremos que, no Porto, há pelo menos outro *time* de importância nacional, o Boavista, mas os Brasileiros não escolhem nem mesmo o *time* menor do Porto, mas os grandes rivais lisboetas.

Ao escolher estes *times*, os imigrantes se aproveitam da linguagem das rivalidades regionais para manifestar sua própria rivalidade:

“Como você pode torcer para o Porto? Eu sou Benfica desde que cheguei aqui, há seis anos.”

“Mas o Porto é um *time* muito antipático, daí começamos a torcer para o Sporting.”

Esse ato de manifestação anuncia uma oposição ao que representa o *time* do Porto: uma capacidade englobante (Dumont, 1985) da sociedade portuense. Torcer pelo Benfica ou pelo Sporting, no Porto, significa uma oposição aos Portugueses com os quais os Brasileiros convivem. Mas é um tipo de oposição que leva os antagonismos e insatisfações da vida cotidiana para uma outra linguagem, a linguagem clânica do futebol. Sendo jogada num outro campo, a oposição é menos ofensiva e melhor aceite, pois é da ordem da organização do universo simbólico do futebol que existam oposições. Nas situações cotidianas, pude presenciar várias situações onde os Brasileiros zombavam de Portugueses com quem conviviam por ocasião de alguma derrota do Porto. Nesta hora, era comum chamarem os Portugueses de *galegos*, como se a forma preconceituosa fosse legitimada pela situação momentânea de inferioridade do torcedor do *time* que perdeu.

Não raro, os meus amigos brasileiros ficavam constrangidos com a minha evidente escolha pelo Porto, como se estivesse quebrando uma regra implícita: nunca valorizar ou dar ênfase às vitórias portuguesas, mesmo que sejam apenas no futebol, nunca se entregar simbolicamente. Imagino que esse comportamento simbólico agressivo tem três fontes principais, necessariamente interligadas. Uma delas é a constante exploração na qual vivem e a humilhação que sofrem os imigrantes ilegais e mesmo os legais. Essas situações são as imposições feitas pelos padrões portugueses que se aproveitam da ilegalidade dos empregados, mas também as manifestações de racismo que os Brasileiros sofrem com certa regularidade. São as desconfianças para aceitar cheques de um Brasileiro, os olhares desconfiados nos locais públicos, as dificuldades para alugar uma casa, os comentários maldosos sobre o Brasil, as cantadas ofensivas que qualquer mulher brasileira recebe, etc. Todo esse universo configura uma reação defensiva contra os que discriminam, contra a situação de fragilidade estrutural em que a maioria se encontra.

Outro nexos de fatores está ligado ao próprio jogo da centralidade, que pode ser caracterizado por uma busca ao centro da brasilidade e também pode ser visto como uma fuga ao centro da portuguesidade: é um processo também central no jogo, pois quanto mais português se é, menos brasileiro. Não é por acaso que uma das ofensas mais comuns é dizer que fulano está parecendo “*galego*”¹¹, que “engalegou”, ou seja, que se aproximou demais do centro oposto ao valorizado. De certa forma, é este processo que faz com que os Brasileiros pobres desprezem aqueles Brasileiros de classe média que tentam se “dissolver” entre os Portugueses. Misturando-se com as experiências de discriminação, não é difícil entender que torcer pelo Porto é um problema. Além disso, outra argumentação é comum: aquela que despreza todo o futebol português

¹¹ A forma ofensiva de se referir aos Portugueses, entre os imigrantes brasileiros, é “galego”.

e valoriza a presença de jogadores brasileiros nos campeonatos. Para todos os Brasileiros, se os Portugueses aprenderam alguma coisa sobre futebol, foi por causa dos jogadores brasileiros que inundam os campeonatos portugueses.

Outro dado fundamental é que o desempenho da seleção brasileira é muito importante para os imigrantes, emergindo como a forma oficial de cancelar a brasilidade do jogo da centralidade, por ser o símbolo mais palpável em termos de pátria a que os imigrantes têm acesso. Assim, durante minha estadia em Portugal, no ano de 2000, quando se desenvolviam as eliminatórias da Copa do Mundo de 2002, as notícias sobre a seleção brasileira eram cruciais para o humor dos imigrantes. Como a seleção fazia sua pior campanha de todos os tempos nas eliminatórias sul-americanas, e, ao mesmo tempo, Portugal fazia uma campanha brilhante nas eliminatórias europeias, o humor era muito ruim. Os Brasileiros ficavam realmente deprimidos, quando os Portugueses gozavam frontalmente das derrotas brasileiras, dizendo que o Brasil não era mais aquele e que Portugal tinha um *time* muito melhor. Perante as derrotas, os Brasileiros tinham pouco a fazer.

Outro nexo de fatores que explica o posicionamento agressivo em relação ao futebol do Porto, num nível local, e ao futebol português num nível mais abrangente, corresponde às representações que os Brasileiros elaboram no Brasil sobre os Portugueses. Se aqueles imaginavam encontrar um país de burros onde pudessem “vencer fácil na vida”, o encontro com a realidade, acaba por levar os imigrantes a reformularem as imagens, mas mantendo uma hostilidade simbólica declarada. Não funciona mais a zombaria, mas apenas a hostilidade que gerou a zombaria, incentivada grandemente pelos conflitos do mercado de trabalho.

5. Associações e o discurso da desunião

Outra dimensão importante dos processos de construção identitária recorrente, entre os imigrantes, é a idéia da falta de união pois, na compreensão de alguns, há uma diferença crucial entre o imigrante brasileiro no mercado de trabalho e na hora da festa. No local de trabalho ele seria tendencialmente individualista, ganancioso e pouco preocupado com associações. Mas, na hora de matar as saudades, se juntaria muito facilmente para fazer festas. Novamente, as reflexões sobre o cotidiano chocam-se com os pressupostos da identidade exotizada, tão importantes no jogo da centralidade. Mas a oposição é aparente, pois a grande recorrência da afirmação da desunião entre Brasileiros serve, paradoxalmente, para referendar a idéia de que o Brasileiro deveria ser, conforme a identidade exotizada determina, um ser de bom coração e sempre disposto a ajudar. Como os Brasileiros que as pessoas conhecem não seguem tal padrão, tendem a ser considerados não tão brasileiros quanto aquele que faz a crítica, que, em geral, afirma que ele próprio ajuda aos demais conterrâneos. Ou seja, afirmações dessa natureza servem como mais um instrumento político para construir centralidades, destacando como pessoal uma característica que todos deveriam ter. Sendo assim, quem afirma que os Brasileiros não são unidos acaba por tentar confirmar ou ampliar a própria centralidade.

Essa forma de ver os fenômenos na construção da auto-imagem do Brasileiro, permeada pela consideração do jogo da centralidade, permite que nos distancie criticamente da fala dos imigrantes e a tomemos a partir de um contexto mais abrangente. No caso de imigrantes brasileiros, são comuns análises sobre a suposta desunião e incapacidade de organização entre os imigrantes, em diferentes contextos. O fenômeno é tratado como concreto porque os imigrantes o declaram e as explicações sempre chegam à conclusão de que a desunião é fruto da competição por recursos escassos. Entretanto, esta explicação convive com o paradoxo que outros grupos de imigrantes, supostamente, se unem mais que os Brasileiros, embora também disputem recursos escassos.

Os Brasileiros ajudam-se mutuamente e isto constitui um dos definidores da brasilidade atribuída por cada participante no jogo da centralidade. A ajuda mútua seria uma forma de controlo social entre os imigrantes e a sua relação com o jogo da centralidade garante a continuidade de um sistema de prestações instável. Ora, a afirmação pelos imigrantes de que impera a desunião seria contraditória, se não a considerarmos como afirmação política de construção de centralidade. Podemos pensar outros argumentos para explicar as famosas dificuldades de associação entre os imigrantes brasileiros. Não como fruto da desunião tomada como fato, que deveria ser um argumento sempre questionado, mas como resultado, no Porto, do jogo da centralidade. Como a disputa é pela centralidade atribuída, qualquer um que consiga montar uma associação de importância terá uma visibilidade muito grande, pois o reconhecimento virá da sociedade portuguesa, desejosa de algum interlocutor com a comunidade brasileira. Assim, assumir a liderança de qualquer movimento associativo é destacar-se entre Brasileiros e Portugueses e aumentar significativamente, vertiginosamente, a capacidade de centralidade. Obviamente, qualquer um que o faça despertará muitas resistências, principalmente dos *brokers* mais centrais que não estiverem nesta associação. Ora, as pressões e a falta de apoio dificultam em muito a possibilidade de associação efetiva.

Não só é difícil formar associações como é difícil mantê-las, como demonstram as histórias de associações que não deram certo. Houve ao menos duas tentativas de associações de imigrantes no Porto.¹² Uma luso-brasileira e a Associação de Apoio aos Brasileiros em Portugal (ABRAP). Entretanto, na visão dos imigrantes, ambas fracassaram por cometerem o pecado do egoísmo. Ou seja, segundo eles, as associações não foram frutos de movimentações políticas conscientes e visavam apenas o lucro dos organizadores. Eram corriqueiros encontros de final de semana que serviam apenas os interesses dos dirigentes; em geral, os donos de restaurantes organizavam feijoadas em seus bares. Logo, as pessoas perceberam o suposto caráter “predatório” dessas iniciativas e deixaram de participar das mesmas.

As seguintes falas explicam melhor essa idéia:

“Depois veio a ABRAP que foi em noventa e um. O cara fazia reunião no restaurante dele porque ele vendia feijoada e caipirinha. Iam oitenta pessoas... Nossa! Imagina.”

¹² No momento de realização do estudo havia uma associação brasileira no Porto (Associação Mais Brasil).

“Existiu uma associação aqui que, se tivesse continuado seria muito boa, que era ABRAP, Associação de Brasileiros em Portugal. Mas não existe mais, foi o que ele falou, foi fundada, começou com uma série de atividades culturais e sociais, mas parou. Era para ser uma associação completamente diferente. É um pouquinho de cabeça que falta, é tudo interesse pessoal. É muita gente que quer se promover. Em relação à nossa questão, muita gente quis se promover às nossas custas. Apareceram aqui pessoas, salvadores da pátria, querendo se promover às nossas custas.”

A contraposição, entre associação coletiva e ganância pessoal, é sempre evidente nas conversas. A respeito das tentativas de associação realmente efetivadas, vemos que persiste a tensão entre interesses localizados *versus* interesses universais de Brasileiros. A pecha de “interesses de um grupinho” é uma forma de tirar centralidade das associações que buscam ou buscaram se afirmar como Brasileiras. Nesta perspectiva, a Casa do Brasil de Lisboa e a ABOP (Associação Brasileira de Odontologia em Portugal) são vistas como representantes de interesses localizados e as tentativas passadas com projectos como a ABRAP (Associação de Apoio aos Brasileiros em Portugal) estão também inseridas nessa lógica. Só uma estrutura associativa verdadeiramente representativa dos Brasileiros poderia não ser “mesquinha”; mas uma associação como esta, no Porto, dado o jogo da centralidade, lutará sempre contra muitos interesses. Ou seja, qualquer tentativa de associação será combatida numa disputa política de deslegitimação imediata. É por isso que as falas indicam a suposta mesquinha destas estruturas, mais preocupadas em defender interesses localizados. Ou, acusação muito pior, é a de que são ou foram associações controladas por Portugueses.

Vejamos mais estas falas:

“Teve uma das reuniões da ABRAP que foi a subida do Rio d’Ouro num barco com uma feijoada, entendeu? Eu já existia aqui e nunca tinha sido convidado, nunca fui convidado para participar dessa associação, e as pessoas que vieram me falar eram todos Portugueses que iam lá porque iam putas brasileiras! E não tinham nada a ver com a associação! Nada! Quem me convidou foi Português! Que vivia aqui, que nasceu aqui...”

“Você já foi à *Casa do Brasil de Lisboa* ou não? Não funciona. Tem o quê, vinte pessoas lá dentro? Você tem quase trinta mil Brasileiros aqui legalizados. O que significa um grupo de vinte pessoas? O que significa uma luta de quatrocentos e oitenta dentistas para o Brasileiro? Mas esses quatrocentos e oitenta estão fazendo mais barulho do que os outros vinte e cinco mil e quinhentos, está entendendo? Eu acho que é muita covardia. Eu acho que é covardia de Brasileiro, entendeu?”

Se, no discurso, a ganância individual impede a união, esta também se liga à percepção não verbalizada de que o Brasil não é realmente homogêneo e as diferenças internas ficam evidentes quando o assunto é uma rixa entre Brasileiros.

“Mas olha que, de vez em quando, também a gente encontra aí uns Brasileiros escrotos também que discriminam; há uma discriminação entre Brasileiros também. Há isso também, não pode se negar.

– Como é que funciona?

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

– Como é que funciona? Como funciona, por exemplo, Rio-São Paulo, como funciona Porto-Lisboa, que é uma chatice só, não vou defender o Rio de Janeiro por eu ser de lá, mas a história que se ouve aqui, o Brasileiro quando quer tratar mal um outro Brasileiro perante um Português, é que o Carioca é malandro, o Carioca não faz nada, que o Carioca trabalha o ano todo de bermuda e de camiseta e tal, que o Paulista é que trabalha, porque o Gaúcho é que tem o melhor estilo de vida. Quer dizer, é uma competição, em vez de procurar unir, todos os Brasileiros e defender o Brasil em si, não. Há um fracionamento de regiões, há mesmo assim um sistema desse de dizer: ‘Ah, lá em São Paulo é que se vive bem, em Curitiba é que se vive bem...’.”

As palavras do entrevistado podem levantar a seguinte dúvida: como é que os imigrantes disputam uma centralidade na auto-representação considerando-se mais brasileiros que os demais, e, ao mesmo tempo, são incapazes de superar as segmentações regionais? Talvez porque as identidades regionais são um dos elementos no jogo da centralidade, pois algumas delas podem ser mais valorizadas do que outras, conferindo mais representatividade a determinados lugares de origem. A relação entre regionalidades e centralidade não é estática, é muito móvel e fruto de diversos fatores. Por causa da maleabilidade, que os sujeitos da disputa política percebem, as tentativas de valorizar a própria origem e desvalorizar a dos demais são mecanismos muito comuns, em geral, permeados pelos estereótipos que, no Brasil, se constroem sobre as diversas regiões do país.

6. Comunidade brasileira?

Há um tema comum, nas várias entrevistas, conversas e observações dos imigrantes: é que os Brasileiros brigam demais entre si, que há falta de união da “comunidade” brasileira.

“Agora, eu acho que o grande mal do imigrante brasileiro é não se unir. Não se une. Então, se tentou fazer aqui associações e coisas, não funcionou. Não funciona.”

A sombra de uma suposta comunidade brasileira paira sempre como um espectro negativo, ou seja, é algo que se desejaria e em nome da qual se lamenta, mas que não existe de fato, devido à desunião, ganância e individualismo dos membros dessa não-comunidade. Temos agora as condições de desconstruir tal discurso e verificar como a suposta “comunidade negativa” é uma arma política para legitimar quem fala e desvalorizar os demais. Ou seja, existe sim uma “comunidade” brasileira no que se refere aos sujeitos da minha pesquisa, que se organiza em torno de um cotidiano regado e uma constante disputa política que garante lugares no mercado de trabalho, através da mercantilização cultural. Esta comunidade tem a singular característica de não querer se enxergar como um grupo de pessoas dividindo concepções semelhantes, com circuitos estruturados de reciprocidade, com códigos linguísticos e até um sotaque próprio. Isso ocorre porque reconhecer a união é uma forma de valorizar os *brokers* em destaque, em geral aqueles que controlam a dinâmica da “comunidade”. O discurso da “crise eterna” mantém acesa a disputa entre os principais *brokers* e os pretendentes, sempre buscando organizar a comunidade a partir da própria centralidade ou, através da própria influência para ajudar pessoas, estabelecer

circuitos de convivência estáveis e aumentar a própria centralidade. Ou seja, assumir a comunidade seria atribuir centralidade a alguém, e isto ninguém faz em vão.

Para alguns, a característica marcante da maioria dos imigrantes no Porto e da própria “comunidade brasileira” é só querer se prejudicar a si mesma. Seria uma guerra de todos contra todos que implicaria numa desunião muito grande.

“Aqui tem muitos ‘traíras’ [pessoas não confiáveis] mesmo, muitos! Isso, se você perguntar pra qualquer brasileiro, eles vão falar o mesmo. Tem pessoas e pessoas, mas aqui há mais Brasileiros que querem prejudicar o outro.”

“Mas, em alguns lugares... na noite, está todo o mundo bem, tomando cerveja, mas também tem um pessoal que tenta prejudicar o outro.”

Um dos entrevistados contou a história de um Brasileiro a quem ajudou, deu dinheiro, emprego e depois não retribuiu nada. Do mesmo modo, outros demonstram como alguns “deram” trambiques e prejudicaram a imagem dos Brasileiros em geral. Criaram a fama do Brasileiro como caloteiro e de pouca confiança. Vemos nesses argumentos tanto a visão da decadência temporal da brasilidade, causada pelo “enxame” de imigrantes – argumento que legitima os mais antigos –, como os mesmos argumentos de autodestruição da própria imagem que, se desvalorizam a imagem genérica dos “brasileiros”, acabam por reforçar a brasilidade de quem fala. Pois, obviamente, quem fala sempre dirá ser mesmo diferente, etc.

É comum a idéia do “Brasileiro contra Brasileiro”, tendo a inveja, um tema sempre aludido, um papel crucial. A inveja opera como um tipo de bruxaria moderna, algo que pode causar a derrocada de alguém, inclusive física¹³. A inveja, através do “olho gordo”, denuncia, entretanto, a existência de uma vida comum entre os Brasileiros, já que a feitiçaria, como diria Levi-Strauss, é eminentemente social. A inveja é um dos elementos de construção da “comunidade”, pois cria uma linguagem comum de defesa, uma forma de sociabilidade marcada pela competição simbólica por brasilidade e pela competição econômica acirrada em mercados reduzidos.

“Aí hoje eu permaneço nesse cargo, nessa função, há seis anos. Então isso aí traz... dá muita inveja das pessoas [de outros Brasileiros]”

“Porque os Brasileiros que vão na minha casa ou vão de olho grande naquilo que eu tenho, vão pra invejar aquilo que eu tenho... né?”

O circuito de prestações e contraprestações entre Brasileiros existe e inclui todos os setores importantes da vida destes no Porto: desde a concessão de oportunidades de emprego, empréstimo de dinheiro, permissão de moradia, até a doação pura e simples de alimentos e bens dos

¹³ Sobre este tema, entre imigrantes brasileiros, ver Torresan (1994), para Brasileiros na Inglaterra, e Ribeiro (1999), para Brasileiros nos EUA.

mais variados. A inveja funciona nesse sistema como um propulsor para a solidariedade dos que estão em melhor situação. É quase uma obrigação arranjar empregos para os conhecidos e os conhecidos desses conhecidos. Isso implica necessariamente uma espécie de comunidade, onde há os que podem exigir prestações, que, em geral, são os mais antigos em termos de imigração. Mas isso não impede, pelo contrário, quase leva a uma mesma opinião dos Brasileiros, em relação aos seus conterrâneos: a de que são muitos nos quais não se pode confiar. Isso também é causado por um circuito de prestações condenado ao não fechamento num sistema coerente, pois muitos dos imigrantes que entram no jogo das prestações deixam o Porto antes de retribuírem qualquer coisa, muitos desistem da imigração, outros se mudam para países diversos. É um sistema de prestações tenso. Há, inclusive, um mito de formação de uma comunidade mais fechada no início da imigração, quando todos eram mais unidos, que foi dispersa pela chegada de muitos imigrantes.

O fato é que há uma vivência coletiva, há um sistema com suas regras e circuitos específicos, há projetos hegemônicos de identidade, marcados pela *carioquice* e *baianidade*, ao mesmo tempo em que há uma grande influência da parte sul do país (os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), por meio do mercado da carne. Há desavenças entre possíveis representantes da comunidade, há a inveja e circuitos de prestação. Há hierarquias e exploração do trabalho, há quem tente fugir desse meio.

7. Comentários finais

Neste capítulo, apresentei uma reflexão breve sobre a construção da identidade de Brasileiros pobres no Porto. Para tanto, focalizei a visão destes sobre os Portugueses e Portugal. Ao longo do artigo, contrastei essa visão dos Brasileiros, à imagem que deles fazem os Portugueses, através da minha experiência pessoal, durante o trabalho de campo. Em seguida, vimos algumas distinções básicas que são construídas, entre uns e outros, como a oposição entre alegria e tristeza. Vimos que o jogo da centralidade é determinante na forma de definir quem é brasileiro ou português, ou quem em algum momento é mais ou menos português, como forma de inclusão ou exclusão das disputas internas por poder. Como contraponto da identidade exotizada brasileira, que articula o jogo da centralidade, vimos que uma imaginação sobre o “Português”, como parâmetro oposto ao “Brasileiro”, é formulada. Através do caso da escolha dos *times* de futebol pudemos perceber como, no cotidiano brasileiro do Porto, os imigrantes marcam as rivalidades em relação aos Portugueses.

O contraste entre a identidade exotizada brasileira e a imaginação de uma identidade portuguesa reificada, por parte dos Brasileiros, é marcado pela dicotomia básica entre alegria e tristeza, que caracterizaria a distinção entre os Brasileiros (alegres) e os Portugueses (tristes). Por fim, analisei mais detidamente a existência ou não de uma comunidade brasileira segundo os imigrantes e como esta existência (ou não-existência) se refere ao próprio jogo da centralidade, que determina o olhar sobre a suposta desunião entre os Brasileiros. Este processo resulta na

negação de uma comunidade pelos sujeitos, embora eles vivam numa realidade marcada por intensos laços de reciprocidade e regras das mais variadas.

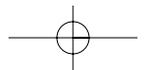
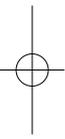
Ao analisar as visões que imigrantes brasileiros organizam sobre a própria experiência, procurei inseri-las num quadro etnográfico, ou seja, a análise das representações estará preocupada com as relações entre o jogo da centralidade e a identidade exotizada. As relações se mostraram através das consequências, no discurso dos imigrantes, do processo de exotização da identidade brasileira em Portugal e do próprio jogo da centralidade, um dos mecanismos de promoção acentuado dessa exotização. Enfatizei também a relação entre Brasileiros e Portugueses, de modo a poder examinar os diferentes níveis em que esta se estabelece e desenvolve.

Referências bibliográficas

- BAGANHA, M. I. & GÓIS, P. (1998/1999) – “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 52/53, Nov. 1998/Fev. 1999, pp. 229-280.
- BARNES, J. A. (1987) – “Redes sociais e processo político”, in FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo, Global, pp. 159-195.
- CASA DO BRASIL DE LISBOA (2004) – *A ‘2.ª vaga’ de imigração brasileira para Portugal (1998-2003)*, Lisboa, Casa do Brasil de Lisboa.
- IGT/ACIME/SEF (2002) – *Primeira versão do relatório sobre a evolução do fenómeno migratório relativo ao ano de 2001, 1 de Março de 2002*, (Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2001, n.º 2, alínea d). Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Inspeção-Geral do Trabalho. Disponível no site www.acime.gov.pt. (acessado em Junho de 2002).
- CLIFFORD, Geertz (1980) – *Negara, O Estado Teatro no Século XIX*, Lisboa, Difel.
- DAMATTA, Roberto (1981) – “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”, in *Relativizando Uma introdução à Antropologia Social*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- DUMONT, L. (1985) – *O Individualismo – uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*, Rio de Janeiro, Rocco.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (1995) – “A Saudade Portuguesa na América: Artefatos Visuais, Histórias Oraís e a Tradução de Culturas”, in *Horizontes Antropológicos* (publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS), volume temático sobre Antropologia Visual, Porto Alegre, ano 1, n. 2, pp. 59-68.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (1981) – *The Petty Supporters of a Stratified Order: The Economic Entrepreneurs of Matriz, São Paulo, Brazil (1887-1974)*, Nova Iorque, Columbia University, 1981. (Phd em Antropologia).
- HALL, Stuart (1996) – “Identidade cultural na diáspora”, in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24.
- LEAL, Maria de Fátima e LEAL, Maria Lúcia (orgs.) (2002) – *Pesquisa sobre tráfico de mulheres*,

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

- crianças e adolescentes para fins de exploração comercial sexual no Brasil*, Brasília, Relatório Nacional, Pestrat/Cecria.
- MACHADO, Fernando Luís (1997) – “Contornos e especificidades da imigração em Portugal”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n. 24, pp. 9-44.
- MACHADO, Igor José de Reno (2003) – *Cárcere Público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto*, Tese de doutorado em Ciências Sociais, Campinas, IFCH, Unicamp., 2003.
- MACHADO, Igor José de Reno (2004) – *Identidade e subordinação ativa, uma etnografia dos imigrantes brasileiros no Porto*, Portugal. Trabalho apresentado ao III Prêmio ABA-Ford de Direitos Humanos (Menção honrosa), Recife.
- MACHADO, Igor José de Reno (2000) – “Futebol, Clãs e Nação”, *Dados*, vol. 43/1.
- MAYER, Adrian (1987) – “A Importância dos “Quase-grupos” no Estudo das Sociedades Complexas”, in FELDMAN-BIANCO, Bela (org), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo, Global.
- NUNES Leal, V. (1976) – *Coronelismo, Enxada e Voto*, São Paulo, Alfa e Ômega.
- RIBEIRO, Gustavo Lins (1999) – “O que Faz o Brasil, Brazil: Jogos Identitários em São Francisco”, in REIS e SALES, *Cenas do Brasil Migrante*, São Paulo, Boitempo Editorial.
- SAID, Edward (1995) – *Cultura e Imperialismo*, São Paulo, Companhia das Letras.
- TORRESAN, Ângela M. (1994) – *Quem parte, quem fica: Uma etnografia sobre imigrantes brasileiros em Londres*, Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, PPGAS/MN.



IX

**O FUTURO DA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL:
OLHARES, PERSPECTIVAS E INTERROGAÇÕES**

ROBERTO CARNEIRO
Universidade Católica Portuguesa

FERNANDO CRISTÓVÃO
*ACLUS – Associação de Cultura Lusófona
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*

IGOR JOSÉ DE RENÓ MACHADO
*Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos
Centro de Estudos de Migrações Internacionais – Universidade Estadual de Campinas*

JORGE MALHEIROS
*Centro de Estudos Geográficos
Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa*

JOÃO PEIXOTO
*SOCIUS – Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa*

De algum modo, este capítulo procura encerrar a trajetória circular que se imaginou para este trabalho. Começámos por problematizar e por efectuar a síntese dos conhecimentos relativos à imigração brasileira para Portugal que, posteriormente e de forma específica, cada autor desenvolveu e aprofundou ao longo de sete capítulos autónomos. Neste “momento final”, que antecede um conjunto de análises complementares mais curtas e singelas, estabelece-se uma inevitável ligação com o primeiro capítulo – nele descrevemos e reflectimos acerca dos processos que conduziram à situação presente; agora, ancorados na riqueza da informação e das explicações fornecidas, projectamos o futuro, apoiados num conjunto de olhares distintos, embora complementares e integrados, que retomam as dimensões-chave da análise.

Contudo, são “as questões acerca da imigração brasileira para Portugal” que constituem o elo entre o “presente” do início do livro e o “futuro” que se pretende abrir no seu final. Se as investigações que suportaram os vários capítulos procuraram dar resposta a um conjunto de interrogações iniciais, foi precisamente este processo de pesquisa que contribuiu para levantar um segundo conjunto de questões – para as quais ainda não temos resposta – que foram emergindo à medida que progredíamos e esta obra colectiva ia ganhando forma. Após “quatro olhares prospectivos para o futuro”, é com estas últimas interrogações que encerramos este capítulo.

1. Um olhar para a dinâmica do fluxo migratório e a sua articulação com as necessidades do mercado de trabalho português: percursos e tendências

Relativamente à intensidade do fluxo migratório, pode-se prever que a curto prazo tenderá a continuar significativo, sendo arriscado qualquer prognóstico para prazos médios e longos. Certamente o processo de reunião familiar continuará a sustentar o movimento na próxima década, devendo também assumir-se que o retorno será mais intenso do que se imagina e que diversas remigrações para países terceiros acontecerão. De qualquer forma, a presença de um fluxo constante de imigrantes brasileiros será ainda uma realidade presente nos próximos anos. Obviamente, as condições da economia brasileira, um possível crescimento sustentável, a valorização do Real frente ao Euro e ao Dólar podem incitar a um arrefecimento dos fluxos, bem como o prolongamento da situação de estagnação económica ou de fraco crescimento económico em Portugal. Outro factor de restrição pode ser o endurecimento gradual das políticas migratórias associadas a uma maior perseguição aos imigrantes, com destaque para os que prolongaram as estadias em situação irregular.

Outro elemento importante a considerar diz respeito ao impacte das legislações de controlo de migração nos locais de origem dos migrantes. Tomando como exemplo o caso de Governador Valadares (Minas Gerais), verifica-se que o destino principal das migrações valadarenses é os Estados Unidos, surgindo a migração para Portugal como segunda opção. Os factos mostram que a restrição cada vez maior à entrada de migrantes nos EUA não resultou numa diminuição do fluxo de migrantes de Valadares para aquele país. Contudo, parece ter diminuído o ritmo de crescimento do fluxo, dirigindo-se agora parte dele para um novo destino: Portugal (e, mais recentemente, a Inglaterra).

Pode-se prever que o endurecimento sucessivo das legislações que regulam a entrada de migrantes e uma política de restrição à entrada de Brasileiros, aplicada pelo SEF, resultem num processo de encarecimento da viagem do migrante, que terá de fazer deslocações terrestres cada vez maiores (chegar a um país terceiro da União Europeia e deslocar-se clandestinamente para Portugal), dependendo de redes de agentes especializados em explorar o trabalho migrante que, em cenários mais pessimistas, envolvem quadrilhas de falsificadores de documentos, traficantes de pessoas, redes de prostituição forçada e outras. Este processo terá, inevitavelmente, consequências ao nível da diminuição da capacidade de enviar remessas, contribuindo também para a eventual facilitação dos processos de desestruturação familiar.

Embora seja previsível um papel forte das redes organizadas de contrabando e tráfico de migrantes brasileiros no futuro, tal situação pode, num quadro alternativo, ser menos intensa do que na actualidade. Efectivamente, o elevado número de Brasileiros já instalados em Portugal permite a constituição de redes migratórias informais que irão potenciar a imigração futura, através do processamento de informação e da implementação de processos de entreajuda. As redes de contrabando e tráfico também deverão ter um campo de acção significativo: face à contínua restrição política e às dificuldades de entrada, este tipo de redes torna-se crucial para a con-

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

cretização dos projectos migratórios, quer exista ou não uma rede informal de suporte instalada no país. Contudo, o fortalecimento das redes de suporte informais poderá suavizar alguns dos efeitos das redes organizadas, devendo referir-se que, até agora, estas têm actuado sobretudo no “contrabando” de imigrantes brasileiros para Portugal, não procurando formas mais intensas de exploração – com a eventual excepção de algumas redes ligadas à prostituição –, como tem sucedido com imigrantes de outras nacionalidades.

De qualquer modo, o aumento da imigração irregular de Brasileiros em Portugal é uma hipótese forte, sobretudo se se mantiverem ou mesmo acentuarem os constrangimentos políticos e as oportunidades laborais da actualidade. Na vertente política, o Estado português continua a procurar um modo eficaz de regular a imigração. A proposta que surgiu há poucos anos, de criação de quotas por sector do mercado de trabalho, com a correspondente emissão de vistos de trabalho, não tem provado ser eficaz noutros contextos, incluindo países como Espanha. Se reflectirmos sobre as dificuldades práticas de regulação notamos, por um lado, que as dinâmicas conjunturais do mercado de trabalho dificultam a prospectiva de vagas por sector. Por outro lado, a lógica política deverá sempre impor barreiras à liberalidade dos empregadores. Sabe-se, neste aspecto, que os empregadores se têm alinhado cada vez mais com sectores pró-imigração das sociedades europeias, em particular na Europa do Sul. Finalmente, as dificuldades de inspecção nos locais de trabalho sugerem que as dinâmicas informais vão continuar a proliferar, atraindo imigrantes em situação precária.

Na vertente laboral, a imigração futura irá depender do estado geral da economia portuguesa. Na actualidade, as razões conjunturais de expansão são escassas e o forte apelo à imigração, que se verificou a partir de meados dos anos 90 em sectores como a construção civil, é hoje mais reduzido. No entanto, tudo aponta para que o desenvolvimento do desejado processo de retoma económica tenha implícita uma nova dinamização do sector das obras públicas, que envolverá, provavelmente, a realização de alguns grandes projectos (novo aeroporto, TGV...), reflectindo-se isto no incremento da procura de emprego por parte deste sector, com evidentes efeitos sobre a atracção de imigrantes.

Adicionalmente, a tendência para uma maior terciarização económica do país, à custa de uma relativa desindustrialização da sua base produtiva, com particular incidência nos sectores de turismo, actividades de lazer, hotelaria, restauração e comércio favorecerá a atracção de imigração laboral de origem brasileira, nomeadamente porque, a par com outros factores, beneficiam da vantagem linguística. Idêntico efeito terá o desenvolvimento de serviços de proximidade a pessoas e famílias se, o que se apresenta como bastante provável, o governo vier a criar condições adequadas à criação de empresas que operem nestas actividades e, correlativamente, vier a instituir incentivos fiscais aos clientes desses mesmos serviços contra a apresentação de documentação legal comprovativa da sua aquisição. Efectivamente, a percentagem de Valor Acrescentado Bruto, nos serviços em Portugal, dista ainda cerca de 3-4% do valor médio da UE-15 (66,9% para 70,1%). A desagregação do emprego confirma essa diferença: enquanto em Portugal o emprego nos serviços se situa na ordem dos 60%, na UE-15, o valor homólogo é superior a 69%. Essas

circunstâncias denunciam um potencial elevado de criação de riqueza – e de emprego – nos domínios mais terciarizados de actividade económica.

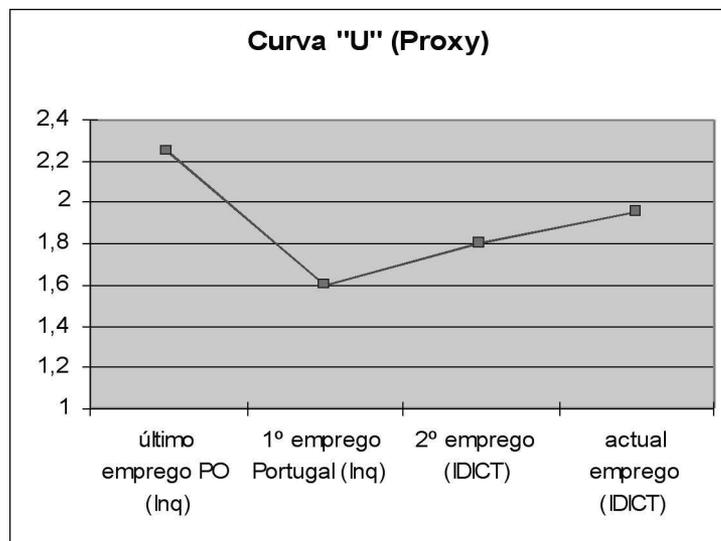
Deve ainda mencionar-se que a particularidade de alguns destes sectores reside no facto de a sua expansão não estar tão sujeita a factores de curto prazo e de estarem inscritos numa lógica bem vinculada de segmentação laboral. Sectores como o emprego doméstico, a assistência a idosos e, em menor grau, o trabalho na hotelaria, restauração e comércio, têm registado grande procura de imigrantes devido, em grande parte, ao menor interesse dos Portugueses. É certo que a melhoria das condições contratuais e de rendimento nalguns destes sectores, a par da diminuição do peso da economia informal, conduziria a maior “competição” entre mão-de-obra nacional e imigrante. Mas o crescimento sustentado do emprego, a par de outro tipo de preferências dos portugueses (incluindo a emigração), poderão continuar a justificar uma imigração continuada, muitas vezes irregular.

A maior incerteza, no campo laboral, reside nos ritmos de expansão do emprego. A haver crescimento forte – como sucedeu no passado recente –, existirão condições para uma absorção continuada de imigrantes provenientes de diversas origens, com destaque para o Brasil, a par da satisfação das necessidades de emprego dos Portugueses. A existência de segmentos no mercado de trabalho constringerá, porém, a deslocação de nacionais e estrangeiros entre sectores, criando alguma rigidez no sistema. Tal poderá beneficiar o emprego para imigrantes, embora os afaste de uma integração social mais plena. A haver crescimento fraco ou retracção económica, o cenário de maior competição pelo emprego, entre imigrantes de diversas origens e nacionais, será provável¹. Neste caso, a imigração brasileira não deverá ser tão intensa, embora possa beneficiar da “etnicização” de alguns segmentos – empregos onde a contratação de Brasileiros é mais frequente, dada a proximidade linguística, o reforço das redes de informação e recrutamento já existentes, bem como as imagens e os estereótipos (alegres, comunicativos...) que sobre eles são construídos.

Relativamente à evolução da mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros, já presentes em Portugal, podemos tomar como ponto de partida estudos recentes que confirmam a ocorrência de uma curva em U: num primeiro tempo, o imigrante sofre uma acentuada desqualificação relativamente ao último emprego no país de origem – e também em relação às suas habilitações formais – vindo a recuperar gradualmente o estatuto profissional, num prazo de tempo que varia consoante o grupo étnico em observação. A mobilidade ocupacional verifica-se no mesmo sector de actividade (vertical) ou com trânsito entre sectores de actividade (horizontal). Os brasileiros demonstram um declínio menos acentuado, entre o último emprego no Brasil e o primeiro emprego em Portugal, do que os demais grupos imigrantes. Em contrapartida, são um dos grupos socioculturais com maior dificuldade de recuperação da “*décalage*” profissional sofrida, nos primeiros tempos de integração no mercado de trabalho português.

¹ Note-se que, dadas as suas características muito especiais, a imigração brasileira não tem sofrido uma grande concorrência de outros grupos imigrantes (Africanos ou da Europa de Leste) no mercado de trabalho. Constatou-se, também, que os imigrantes brasileiros evidenciam uma resumida incidência do trabalho temporário ao contrário, por exemplo, dos trabalhadores africanos.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL



Legenda: PO – país de origem
IDICT – Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (MTSS)
Fonte: Carneiro, R. et al (2006), A mobilidade ocupacional do trabalhador imigrante em Portugal, Lisboa: DGEEP-MTSS, Coleção Cogitum n. 20

Do mesmo passo, os imigrantes brasileiros caracterizam-se por uma ausência genérica de especialização profissional, encaminhando-se preferencialmente para actividades nos sectores dos serviços. Por um lado, eles são um dos grupos socioculturais que demonstra maior flexibilidade laboral, sendo proporcionalmente menos afectados pela crise de desemprego, e, por outro, revelam uma maior propensão para permanecer em profissões menos qualificadas. A sua mobilidade é, pois, predominantemente de índole horizontal.

2. Olhar para os lugares de destino: o futuro da geografia dos Brasileiros em Portugal

Em termos geográficos, os Brasileiros são um dos grupos imigrantes que se encontram mais uniformemente distribuídos pelo País, evidenciando uma grande adaptabilidade à variabilidade das condições concretas locais dos mercados de trabalho. Contudo, a 2.ª vaga de imigração (pós-1998) contribuiu para acentuar os níveis de concentração em determinados lugares, com destaque para a Área Metropolitana de Lisboa (Margem Sul do Tejo) e os seus prolongamentos, o Algarve e algumas regiões periféricas que têm uma agricultura de mercado importante e cidades médias com algum dinamismo (em termos da construção civil ou do comércio e dos serviços).

Embora a imigração brasileira não tenha conhecido um abrandamento visível, no período de estagnação económica iniciado em 2002, em termos de distribuição regional, parece verificar-se

uma certa dificuldade para que os espaços periféricos mantenham os níveis de atracção imigratória verificados em torno da transição do século. Efectivamente, num contexto marcado pela progressiva redução dos fundos comunitários, associada ao final do 3.º Quadro Comunitário de Apoio e, também, pelas tendências para a divergência entre as economias regionais que, tipicamente, caracterizam os períodos de retracção e estagnação económicas, compreende-se que o dinamismo das regiões periféricas se atenua com consequências evidentes sobre a capacidade de geração e fixação de emprego. Se associarmos a estes elementos o final de algumas grandes obras públicas que tiveram lugar em espaços periféricos (Barragem do Alqueva, auto-estradas e IC's do interior, reconstruções e infra-estruturas aeroportuárias nos Açores...), completamos o quadro que aponta para uma redução da capacidade de atracção dos mercados de trabalho das regiões periféricas, com impactes evidentes sobre as populações imigrantes. A manter-se esta situação – que poderá alterar-se com a chegada dos fundos comunitários previstos no QREN (2007-2012), sobretudo se associados a um processo de retoma da economia nacional e de sobre-investimento relativo nas áreas periféricas do país –, é de esperar que o Algarve, a AML e os seus prolongamentos e, eventualmente, o Norte Litoral reforcem as suas posições como destinos principais dos imigrantes brasileiros. De resto, pode mesmo admitir-se que alguns imigrantes brasileiros, até agora residentes no interior do País, se desloquem para as principais metrópoles do litoral, onde as oportunidades de trabalho são mais abundantes e, em muitos casos, melhor remuneradas.

Perante este quadro, e tendo em consideração os padrões existentes e as tendências em curso, é de prever que os impactes demográfico e económico dos imigrantes brasileiros nas regiões periféricas sejam relativamente limitados, com excepção de situações localizadas – algumas aldeias ou vilas de reduzida dimensão – onde pequenas oportunidades de emprego conseguem fixar algumas famílias brasileiras em contextos marcados por retracção demográfica e envelhecimento significativo. Já em determinadas localidades, situadas no prolongamento da Área Metropolitana de Lisboa, nalgumas cidades médias do interior e no litoral do Algarve e das regiões Centro e Norte, é de esperar que o impacte da presença crescente de Brasileiros se faça sentir ao nível das práticas e ofertas culturais e da própria dinâmica do mercado de trabalho.

3. Olhares para a origem: impactes e ligações

Do ponto de vista dos lugares de onde partem os Brasileiros, dada a enorme dispersão das origens, é difícil delimitar consequências gerais, além do óbvio fortalecimento das redes sociais ligando os dois países a que se associa um reforço dos vínculos entre as famílias “de lá e de cá”. Na verdade, uma pesquisa desenvolvida em Governador Valadares (Estado de Minas Gerais – Machado 2005/2006) indica como as famílias divididas, entre Portugal e o Brasil, se estruturam através da circulação do dinheiro das remessas. Ou seja, a remessa é muito mais uma questão de estrutura das relações de parentesco do que um problema de balança de pagamentos. Só por si, isso evidencia a abordagem equivocada, tanto das políticas públicas de captação de remessas dos emigrantes, por parte do governo brasileiro, como da política de extracção de recur-

dos dos imigrantes pelo governo português, através de legislações muito mais preocupadas em impor multas severas aos migrantes do que em integrá-los na sociedade portuguesa.

Nesse aspecto, o dinheiro das remessas vai continuar a circular e a irrigar a economia de milhares de famílias brasileiras em todo o País. Como é de esperar, o impacto desse dinheiro tende a ser diluído dentro da economia brasileira, activando principalmente o sector da construção civil. Se durante a estadia do imigrante no estrangeiro, as remessas se destinam a satisfazer necessidades básicas das famílias (alimentação, vestuário, pagamento de rendas) ou se acumulam, frequentemente, como poupanças bancárias, após o regresso destes, as estratégias de investimento familiar são reforçadas e a construção de moradias e apartamentos torna-se o principal destino daquelas (Soares, 1995; Rossi, capítulo 6 deste estudo). Neste contexto, e embora as remessas correspondam a transferências dos particulares, seria interessante analisar de que forma estas poderiam contribuir para estratégias de desenvolvimento nos locais de origem, através da sua incorporação em projectos orientados para a renovação da economia (novas actividades, melhoria dos circuitos de distribuição, etc.), a criação de infra-estruturas e equipamentos (escolas, rede de estradas, etc.) ou a intervenção social. Eventualmente, já existirão alguns projectos deste teor no Brasil que interessaria avaliar. De qualquer forma, experiências desenvolvidas noutros países latino-americanos, como o México ou a Colômbia, evidenciam resultados muito interessantes no âmbito do co-desenvolvimento, mostrando que é possível associar fluxos migratórios bem sucedidos e enquadrados (temporários ou permanentes), ganhos para os próprios imigrantes e benefícios para a comunidade através de projectos de desenvolvimento local que tiram partido da experiência e do capital daqueles que partem, chegando mesmo a multiplicá-lo.

Para além dos fluxos financeiros e dos seus efeitos, serão de esperar outras mudanças, ao nível cultural e social, uma vez que estadias prolongadas no estrangeiro implicam, inevitavelmente, algumas modificações nos hábitos e práticas de quotidiano dos imigrantes, por mais ténues que sejam. Veremos se, no futuro, nalgumas localidades do Brasil mais atingidas pela emigração para Portugal, não despontarão pequenos detalhes de mudança ao nível da incorporação de uma ou outra expressão linguística portuguesa, da decoração de estabelecimentos comerciais, de alguns pormenores associados ao saber-fazer na construção civil e do próprio quadro das relações sociais e familiares. Sabe-se que as migrações internacionais influenciam, de modos diversos, o quadro das relações familiares; atendendo ao crescente número de casamentos mistos entre Portugueses(as) e Brasileiras(os), os impactes parecem crescentes a este nível.

4. Olhares sobre o imaginário: representações, identidades e utopias lusófonas

E vale a pena terminar com o imaginário e as representações. Provavelmente, um dos principais impactes da grande quantidade de Brasileiros em Portugal será, provavelmente, uma transformação gradual na imagem que estes em geral têm de Portugal e, reciprocamente, que os Portugueses possuem do Brasil e dos Brasileiros. Este processo já está em curso e marca uma característica histórica do relacionamento entre os dois países, que é a profusão de imagens construídas

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

ao longo de séculos. Se, em meados do século XIX, a imagem do português no Brasil era marcada justamente pela emigração portuguesa, no final do século XIX e durante o século XX, vários historiadores identificam uma transformação nos estereótipos, ligada à constituição da República Brasileira e aos conflitos no mercado de trabalho (Ribeiro, 1992; Alencastro, 1988 e Machado, 2003, entre outros).

No século XX, consolidou-se a imagem do “português burro”, sendo esta personagem presença cativa no universo do humor brasileiro. Este estereótipo perdura até hoje, impedindo o conhecimento mais efectivo de Portugal e dos Portugueses. Mas a movimentação de Brasileiros de diversas localidades de vários Estados do Brasil (Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, etc.) para Portugal, nos últimos 15 anos, produziu certamente uma transformação gradual daquela personagem estereotipada, tornando-se, progressivamente, Portugal, um lugar reconhecido e respeitado. Em termos culturais, a deslocação e fixação dos Brasileiros em Portugal estão a produzir (e produzirão muito mais no futuro) uma desmontagem sistemática dos antigos estereótipos brasileiros sobre os Portugueses. Esse reconhecimento proporciona uma melhoria substancial na relação entre os dois países. Ao transformarem Portugal em lugar de destino, os Brasileiros acabam por atribuir-lhe maior consideração.

Contudo, essa relação é contrabalançada pela experiência negativa de exploração, racismo e dificuldades várias que muito migrantes enfrentaram, gerando uma espécie de “volta ressentida”. Este processo da discriminação, principalmente de mulheres brasileiras, tende a dar origem a outro tipo de produção de estereótipos, curiosamente semelhantes aos de meados do século XIX, nos quais o Português deixa de ser o motivo de piada para voltar a ser o “espertalhão” e o explorador do trabalho dos Brasileiros. De qualquer forma, assistiremos a uma transformação da imagem dos Portugueses no Brasil, o que já se faz sentir nos *media* em geral, por exemplo, através de uma presença mais regular de Portugal nos noticiários sobre política internacional.

Efectivamente, Portugal vai cada vez mais aparecer como um nexo importante de toda a emigração brasileira para a Europa, como uma espécie de plataforma de lançamento. Cada vez mais redes vão interligando o Brasil, Portugal e um terceiro país, dentro da União Europeia, sendo muito normal que os migrantes circulem por esses três lugares. Portugal está a transformar-se numa espécie de porto seguro para os Brasileiros na Europa. E isso tende a ser importante mesmo em tempos de crise económica em Portugal, uma vez que não podemos desprezar a importância da língua na decisão emigratória de muitos Brasileiros, com destaque para aqueles que possuem pouca escolarização para padrões portugueses. Uma previsão que se pode fazer sem muito receio de errar é que muitos Brasileiros continuarão a migrar para Portugal principalmente por conta da facilidade linguística, embora esse não seja o único motivo que os conduz a Portugal.

Esta relevância da Língua Portuguesa, enquanto factor incentivador da imigração brasileira para Portugal, permite posicioná-la no quadro do mundo lusófono remetendo, necessariamente, para o contexto mais amplo da própria Lusofonia. Na actual conjuntura socioeconómica, cultural e

política dum mundo cada vez mais globalizado e multicultural, dois factos põem em relevo a importância e as possibilidades da Lusofonia em geral, e do Brasil em particular: o humanismo lusófono e o potencial económico brasileiro.

Foi ainda na fase das relações luso-brasileiras agitadas e conflituosas que surgiram os primeiros sinais de mudança e se lançaram as sementes para a Lusofonia futura. Em plena tempestade lusófoba – a tal que possibilitou a construção, primeiro da imagem do Português explorador dos brasileiros, progressivamente transformado no Português imigrante “burro” –, fruto inevitável da independência, que iria perturbar o relacionamento entre os dois países até cerca de 1930, um notável pensador brasileiro, Sílvio Romero, em 1902, apelou para uma espécie de união ou comunidade de defesa constituída pelo Brasil e por Portugal e colónias. O objectivo, não apenas imediato, era o de se fazer face às ambições das federações e blocos das potências, que depois da Conferência de Berlim de 1885 não só partilharam a África (Alemães, Ingleses, Franceses) como alimentavam também outros projectos hegemónicos, relativamente a Portugal, ao Brasil e a outras pequenas nações. Corajosamente, e contra a corrente, Romero preconizou uma aliança, argumentando acima de tudo com o facto de uma língua comum nos unir (como acontecia com Ingleses e Franceses), vantagem essa a reforçar com o recomeço da emigração portuguesa, factor acrescido de robustecimento da identidade do Brasil contra os separatismos dos Alemães e Italianos instalados no interior do país.

Do lado português, Fernando Pessoa, anos mais tarde, argumentou com a importância da Língua como pátria de um Quinto Império cultural, proposto várias vezes também nas suas ideias sobre “atlantismo”. Na mesma linha, a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Academia das Ciências chamavam à atenção para a grande importância social e estratégica do reatar dos laços de amizade e cooperação.

Com a independência das antigas colónias portuguesas de África, a partir de 1975, e a adopção da Língua Portuguesa como língua oficial, pelos seus principais responsáveis, começaram a concretizar-se os sonhos de Vieira, Romero e Fernando Pessoa, podendo-se falar já na existência de um grande espaço lusófono, caracterizado especialmente pela sua riqueza e originalidade cultural de povos miscigenados, mas não suficientemente industrializados ou economicamente desenvolvidos.

Assim, *grosso modo*, desde os anos 30 do século passado que a lusofobia se foi transformando, embora de forma lenta e socialmente segmentada, em lusofilia, e o relacionamento luso-brasileiro foi melhorando progressivamente. De qualquer modo, é nos últimos 30 anos, designadamente após o restabelecimento dos regimes democráticos nos dois países, que se assistiu a uma maior aproximação entre estes e os seus povos. Evidências deste processo correspondem ao bom acolhimento, no Brasil, de um novo tipo de emigração portuguesa em 1975 e, também, à proximidade que os Portugueses atribuem aos imigrantes brasileiros que, em número nunca antes atingido, demandaram a terra lusa, a partir do momento em que o país entrou na União Europeia e, sobretudo, após 1998-99. Neste novo quadro, a velha Lusitânia passou a ser olhada também

como a sua e a funcionar como porta de entrada para outros países europeus. Hoje, são o maior grupo de estrangeiros residente em Portugal – quase 70 000 com a situação regularizada, num conjunto mais vasto que se aproximará dos 200 000, em toda a Europa.

Tem sido benéfica esta imigração, por desfazer preconceitos e contribuir para criar um relacionamento de familiaridade espontânea. O agrado com que antes tinham sido recebidos inúmeros artistas e músicos, bem como a favorável audiência das telenovelas, já haviam preparado o terreno para um acolhimento que, não obstante algumas situações de exploração em sede de mercado laboral (formal e, sobretudo, informal) e os momentos de tensão existentes e assinalados ao longo dos capítulos anteriores, tem sido globalmente positivo.

Esta convivência interétnica, que deve ser alargada aos restantes quatrocentos mil imigrantes provenientes, não só dos PALOP, mas também de muitos outros países, empresta ao panorama multicultural português uma dinâmica de relativa tolerância que contribui para facilitar uma integração por vezes difícil nos aspectos socioeconómicos. Julgamos que este contributo acaba, também, por ser benéfico para a própria Europa, na medida em que ajuda a atenuar preconceitos racistas e xenófobos, aparentemente maiores do que os nossos, como demonstraram os tumultos de Novembro de 2005, em França, e as reacções violentas nos países islâmicos contra as caricaturas de Maomé.

Observando a História, é fácil concluir que, se antes os conflitos, para além das guerras, entre povos de culturas e religiões diferentes, não eram em maior número devido ao facto de estarem separados por milhares de quilómetros, estes estão hoje a tornar-se mais frequentes no interior de um mesmo país multiétnico, por ainda não existirem hábitos de tolerância e faltarem mediações apaziguadoras, capazes de gerar maiores consensos. O humanismo lusófono pode assim dar o seu contributo para o estabelecimento de uma vida colectiva mais pacífica e tolerante.

Em complemento deste contributo para a paz e a harmonia social, a lusofonia e seus valores projectam-se no futuro, através do Brasil, já considerado como grande potência, entre as novas potências emergentes no mundo do futuro, nas áreas da economia e da política. Conjuntamente com a economia, viajam a Língua e os seus valores. Ora, entre essas novas potências emergentes, a Língua Portuguesa, transportada pelo Brasil, é a única língua da Europa ocidental a cobrir o novo espaço de tipo holográfico, das grandes potências do futuro. E, com ela, vai a Lusofonia que não pode isolar-se no quadro da globalização, mas aproveitar a oportunidade para se aliar às suas irmãs, as línguas românicas (o Espanhol, o Francês, o Italiano) para criar o grande espaço latino, em condições de emparceirar, ou mesmo conter, a dinâmica avassaladora do Inglês.

Estamos certos de que a união das quatro fonias românicas, em muito poderá contribuir para tornar mais humana e justa a cultura da racionalidade que a Europa tanto preza, mas que se manifesta por vezes racista em relação às outras culturas e religiões as quais, também elas, podem constituir outros tantos factores de estabilidade e pacificação, ultrapassadas que foram ou vão sendo algumas das suas tendências fundamentalistas.

5. *Olhares em falta: questões a aprofundar e a explorar*

Os Brasileiros constituem já hoje o maior grupo imigrante em Portugal. Essa tendência relativa não parece sofrer abrandamento nos anos mais próximos de crise económica e de elevado desemprego. Dito de outro modo, a redução dos fluxos de imigração – legal e indocumentada – em 2004 e 2005, é muito mais evidente noutros grupos, com destaque para os Europeus de Leste, do que em relação a Brasileiros. Aliás, em termos de integração, a população brasileira é aquela que sofre a menor “erosão” nas atitudes e comportamentos subtis de rejeição por parte dos nacionais, demonstrando que as condições de “saturação”, relativamente à absorção de imigrantes brasileiros, se encontram distanciadas dos sentimentos detectáveis para outros grupos populacionais. Uma projecção das tendências recentes levar-nos-ia, pois, a admitir uma acentuação no futuro próximo do peso dos Brasileiros no conjunto da população estrangeira em Portugal e uma sua presença ainda mais conspícua no total do emprego, com destaque para o sector terciário.

No entanto, poderá suceder que a maior dispersão dos Brasileiros pela Europa crie destinos concorrenciais, podendo estes alargar-se mais ainda devido aos processos de consolidação das “novas” economias de mercado dos países do último alargamento da UE, num contexto de circulação facilitada da mão-de-obra. De momento, deve referir-se que já são muito significativos os contingentes de Brasileiros em Espanha, Itália ou Reino Unido, por exemplo. Nesses países, realizam um tipo de trabalho não muito diverso daquele que desempenham em Portugal. As condições de rendimento são, no entanto, mais favoráveis. A consolidação de redes informais, bem como o accionamento de redes organizadas para esses destinos, poderá levar a um crescente “desvio” da imigração, antes dirigida a Portugal. Neste quadro, as facilidades aparentes de integração em Portugal, decorrentes dos laços históricos e da língua, poderiam ver diminuído o seu poder atractivo, face às barreiras objectivas à integração no nosso país e a um maior interesse económico da entrada em países europeus com fortes dinâmicas de crescimento ou níveis de rendimento mais altos.

De qualquer forma, perante os vários cenários que se podem equacionar – *i)* estabilização do efectivo ou crescimento lento num contexto de reduzida dinâmica económica; *ii)* crescimento atenuado por um efeito de redistribuição para outros países europeus; e *iii)* crescimento forte num quadro de recuperação acentuada da economia portuguesa) –, a imigração brasileira para Portugal e, provavelmente, para algumas outras regiões europeias, constituirá um processo relevante, pelo menos a curto e médio prazo.

Assim sendo, a investigação da imigração brasileira para Portugal e, também, para a Europa, continua a ter toda a pertinência, possuindo um vasto campo de expansão. Não se trata apenas de “saber mais” acerca dos imigrantes brasileiros, atitude básica de qualquer pesquisa científica; trata-se, também, de obter conhecimentos mais profundos e objectivos que permitam melhorar os processos migratórios (no domínio económico, dos transportes e comunicações...) e, sobretudo, as políticas que pretendem gerir os fluxos e promover a integração.

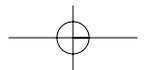
E como as respostas encontradas ao longo das pesquisas que foram sintetizadas nos diversos capítulos deste trabalho levantaram, como afirmámos no início, novas interrogações, resolvemos explicitá-las aqui, mostrando que o campo de investigação se encontra completamente em aberto, sendo desejável e necessário que jovens investigadores, em teses e projectos de investigação, continuem a produzir novo conhecimento e novas respostas, completando e actualizando os resultados de que já dispomos. Adicionalmente, torna-se fundamental o desenvolvimento de projectos de investigação transnacionais, que associem investigadores portugueses e brasileiros, de modo a que futuras pesquisas consigam conjugar o olhar da saída (a emigração) com o olhar da entrada (a imigração), ultrapassando uma barreira epistemológica que se mantém na maioria dos trabalhos.

Procurar saber mais, acerca do modo como se articula a imigração brasileira para Portugal com a imigração brasileira para outros países da Europa; qual a influência efectiva dos imigrantes brasileiros em Portugal e das suas instituições sobre algumas decisões políticas tomadas pelo governo brasileiro (e, eventualmente, pelo governo português), em matérias como a política externa ou a captação de remessas; quais os canais efectivos do tráfico de mulheres e que alternativas existem para a integração destas imigrantes; como se está a processar a integração dos jovens brasileiros nas escolas e universidades portuguesas ou quais são as práticas transnacionais dos imigrantes brasileiros e que impactes específicos têm nos lugares de origem, são apenas algumas interrogações que podem alimentar o trabalho inovador de jovens investigadores, desejavelmente no quadro de equipas transnacionais.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe (1988) – “Escravos e proletários”, *Novos Estudos*, Cebrap n. 21, pp. 30-57.
- RIBEIRO, Gladys Sabina (1992) – “Pés-de-chumbo e garrafeiros: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro, no primeiro reinado (1822-1831)”, *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, pp. 141-165
- MACHADO, Igor José de Reno (2003) – *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Tese de Doutoramento, Campinas, Unicamp.
- MACHADO, Igor José de Reno (2005/2006) – *Família e indústria da migração em Governador Valadares: destino Portugal*. Projeto de pesquisa em andamento, financiamento CNPq, 2005/2006.
- SOARES, Weber (1995) – *Emigrantes e investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense*, Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IPPUR, UFRJ.

ANÁLISES COMPLEMENTARES



X

**REDEFININDO A GEOGRAFIA POLÍTICA NACIONAL:
SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

LETÍCIA MORA CALDERÓN CHELIUS
Instituto Mora, México D. F.

Como todos os grupos de emigrantes, os Brasileiros desenvolveram uma série de processos que reflectem a sua história nacional. No caso da participação política, esta experiência tem um cunho próprio que se encontra em total sintonia com a vida política do seu país de origem. Tal significa que a participação política dos Brasileiros radicados no exterior se desenvolve essencialmente na sequência dos acontecimentos políticos que ocorrem no Brasil. Desta forma, as táticas, propostas e pedidos são elaborados tendo em consideração o seu país. Assim se explica a intensificação destes processos no decurso de conjunturas políticas relevantes no Brasil – essencialmente, os processos eleitorais –, altura em que os cidadãos radicados no exterior rearticulam forças, fortalecem as organizações que os mantêm unidos no quotidiano ou se expressam através das urnas. Os elementos que participam de forma activa e quotidiana constituem uma minoria em relação ao universo total da comunidade brasileira radicada no estrangeiro. Contudo, o relevante é que as suas organizações, principalmente as sediadas nalgumas cidades europeias, principalmente em Lisboa, conseguiram, pela sua continuidade ao longo do tempo e sobretudo pela sua interacção com os actores do cenário político contemporâneo do Brasil, o seu estabelecimento como interlocutoras do governo em exercício. Efectivamente, o Itamaraty¹ não pode continuar a ignorá-las.

Os eleitores que votam, a partir do exterior, constituem também uma percentagem relativamente baixa do conjunto de cidadãos radicados no estrangeiro – tal como acontece em todas as experiências internacionais nas quais é permitido o sufrágio fora do país. Contudo, o seu voto representa um acto simbólico de grande relevância, pois confirma a sua pertença à nação. Mais, dado que o sistema eleitoral brasileiro permite uma segunda volta, no caso hipotético de uma eleição muito renhida, 1% de potenciais eleitores poderiam definir os resultados², pelo que o voto dos emigrantes é parte integrante da aritmética política nacional.

Para analisar a dinâmica da participação política da diáspora brasileira, é importante considerar algumas das suas características. Um primeiro ponto é que a prática política desenvolvida se

¹ Termo que, em linguagem corrente, designa o Ministério das Relações Exteriores do Brasil que se localiza no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

² Se considerarmos que a eleição de 1989 se definiu numa segunda volta eleitoral, na qual Cardoso ganhou a Lula da Silva por uma diferença de 5% dos votos, podemos assumir que o eleitorado fora do país pode ser um factor a ter em conta.

centrou principalmente na dinâmica eleitoral. Ao contrário de outras comunidades de estrangeiros que se expressam politicamente através de associações de imigrantes, actos comunitários e organizações de apoio às suas comunidades de origem, os Brasileiros mantêm este tipo de participação social³, principalmente através da religião (Braga Martes, 1999). Contudo, o exercício político em todas as suas vertentes encontra-se fortemente associado à esfera eleitoral, situação explicada, historicamente, pelo facto de a noção de cidadania brasileira se ter fortalecido com a ideia do poder do voto como conquista democrática⁴. Tal teve a consequência de, sobretudo em datas recentes e de forma semelhante à que habitualmente ocorre noutras experiências políticas transnacionais, estender para além das fronteiras nacionais a arena da disputa eleitoral do país de origem (Calderón, 2004).

Saliente-se contudo que, dado o relativamente recente fluxo migratório brasileiro, as organizações existentes têm um grande poder de mobilização entre os seus associados e conseguiram um alto nível de interacção com os actores-chave da vida política brasileira, o que conduziu à emergência do tema das migrações, anteriormente inédito no país, enquanto componente da agenda política nacional.

Um segundo ponto é que a identidade política dos que participam se define a partir das opções partidárias do Brasil. Os partidos são, portanto, as máquinas políticas com as quais se identificam os eleitores, frequentemente em torno de um candidato específico. Este é um elemento-chave já que a participação política e o acompanhamento das campanhas eleitorais coincide com processos de grande eferescência eleitoral, como sucedeu durante as eleições de 1998 e 2002, onde a disputa partidária levantou grandes expectativas, ultrapassando as fronteiras nacionais.

1. A origem política de uma migração económica

Os partidos são os canais através dos quais se tem vinculado, ao longo dos anos, uma participação política mais estável e regular. Não obstante, o Partido dos Trabalhadores (PT) constitui a opção partidária que reuniu o grupo mais importante dos que se envolvem na vida política. Os seus membros residentes no estrangeiro foram os únicos que planearam incluir um ponto sobre a problemática dos que vivem fora do Brasil no programa político-eleitoral. Mas porque é que é este partido de esquerda, que alcançou finalmente o poder nas eleições de 2002, concentrou a grande maioria dos Brasileiros politicamente mobilizados? As razões têm de ser analisadas à luz de um contexto histórico que remonta aos anos da ditadura, período no qual um grupo impor-

³ Existe uma interessante reconstrução desta relação, através das cartas, fotografias e vídeos dos emigrantes e suas famílias, amigos, namorados. A este propósito, ver Oliveira Assis (1999).

⁴ Uma das características do regime militar brasileiro foi a realização regular de eleições, durante os anos da ditadura (1965-1985). Este facto diferencia-a de outros países da região como a Argentina e o Chile, onde se eliminou qualquer vestígio democrático. Se bem que a regularidade dos actos eleitorais tivesse como objectivo criar uma fachada democrática para proteger o regime, acabou por converter-se num elemento central da cultura política brasileira que reforçou a ideia do direito de voto como direito dos cidadãos (Meneguello, 1998).

tante de activistas, líderes sindicais, académicos, intelectuais, artistas e estudantes, muitos dos quais militantes actuais do PT, foram exilados. Daqui decorre que muitos membros deste partido tenham sido sensíveis à problemática dos residentes no estrangeiro. Adicionalmente, dentro do núcleo dos próprios cidadãos brasileiros que residem no exterior, alguns foram exilados ou perseguidos politicamente, o que lhes confere a legitimidade para falar “em nome dos ausentes da pátria” e, ao mesmo tempo, justifica o seu interesse e activismo no que respeita à política do seu país. E há também a considerar que o exílio não é um episódio histórico que já não está em vigor mas que, pelo contrário, se mantém como uma referência no imaginário colectivo do Brasil⁵. Como é hábito acontecer em contexto de ditaduras militares, desenvolveu-se um longo processo no qual se reescreveu a história, incluindo um reconhecimento histórico do papel activo que a dado momento os exilados tiveram ao expressarem vozes contrárias à situação existente, acompanhando do exterior o processo de oposição ao regime. Muitos desses activistas, não obstante a sua ausência forçada do Brasil, conformaram-se a um “exílio democratizador”, que, de longe e nas suas trincheiras, contribuiu para o fim da ditadura militar (Malheiros e Caldeira, 2004). No entanto, é importante salientar que o exílio político não constitui uma razão para explicar o fluxo migratório actual, que é essencialmente económico, mas a sua força radica no peso simbólico que ainda mantém enquanto referência na vida política dos emigrantes.

Outra componente que contribui para acentuar o carácter politicamente significativo da participação da comunidade brasileira relaciona-se com o facto de a sua origem se situar no mesmo contexto que consolidou o fluxo migratório. Isto ocorreu em finais dos anos oitenta⁶ quando terminou a “euforia democrática”⁷ e uma população mais do que empobrecida, desiludida, viu coarctadas as suas possibilidades de mobilidade social com uma grande quebra das expectativas atribuídas à democracia. O desemprego, a falta de oportunidades, os níveis salariais, a inflação elevada e os desejos de consumo, misturados com uma visão fatalista que se desenvolveu durante os anos da ditadura mantiveram a ideia de que com a democracia as coisas mudariam “magicamente” (Sales, 1999). Desta forma, a associação do fluxo migratório actual ao “desencanto democrático” vinculará para sempre o tema migratório ao contexto político. E se,

⁵ Perante a repressão, a esquerda dividiu-se e a ala mais radical optou pela luta armada. Uma das acções mais conhecidas foi a multiplicação dos sequestros de membros de corpos diplomáticos estrangeiros para negociar em troca da libertação de prisioneiros políticos. A acção de maior peso foi o sequestro do Embaixador dos Estados Unidos, que foi trocado por quinze presos políticos, os quais foram posteriormente transferidos para o México. Perante estes actos, o Estado brasileiro aumentou as suas acções repressivas e praticamente acabou com a guerrilha urbana.

⁶ Os primeiros êxodos para o exterior datam dos anos cinquenta, mas trata-se de casos isolados, aventureiros, alguma história por contar. O fluxo migratório, como tal, só tem lugar a partir de finais da década de oitenta.

⁷ No início dos anos oitenta, o Brasil encontrava-se seriamente endividado; a inflação atingia valores anuais da ordem dos 223% e o Governo decidiu recorrer aos programas do Fundo Monetário Internacional. O presidente Sarney decretou um novo programa monetário denominado Plano Cruzado. Ao mudar a moeda em vigor e associar a esse processo outras medidas económicas procurava combater o crescimento da inflação. A situação crítica manteve-se e, embora o clima de optimismo político continuasse vigente, o factor económico começou a fazer estragos na população. A emigração internacional começou a ser, pela primeira vez, uma opção para contornar a crise económica.

inicialmente, as notícias publicadas esporadicamente na imprensa, sobre Brasileiros que atravessavam a fronteira mexicana em direcção aos Estados Unidos, surpreenderam e indignaram a opinião pública⁸, com o passar dos anos o crescente fluxo migratório foi interpretado como resultado da incapacidade do sistema para gerar condições capazes de inibir o êxodo, o que inevitavelmente politiza as diversas posições que explicam o fenómeno.

A partir destas circunstâncias, que poderemos definir como “justificação original para a participação política”, quer enquanto militância produzida pelo exílio, quer enquanto motivação originada pelo desencanto democrático, podemos observar que a participação regular, organizada e mais militante dos Brasileiros no exterior, se canaliza através dos partidos existentes no Brasil, com destaque, no quadro da história política recente, para o partido que representou a oposição durante um longo período, o PT liderado por Lula da Silva. Neste tipo de participação existem núcleos – não necessariamente numerosos mas de grande activismo – de simpatizantes e militantes desse partido, sediados em diferentes cidades de instalação de emigrantes brasileiros, como Boston, Miami e São Francisco nos Estados Unidos e, principalmente, Lisboa, Paris e Londres na Europa. São especialmente estes núcleos, como o que está radicado em Lisboa, que se tornaram interlocutores directos do governo brasileiro, assim que o partido da sua militância (PT) chegou ao poder em 2002.

Por outro lado, existe um nível de participação que se canaliza sobretudo nas eleições, tanto pela mera tomada de posição sobre a realidade política (nível informado), como pelo acompanhamento da conjuntura eleitoral e o possível exercício do direito de voto. Apesar deste ser obrigatório, é de realçar que o voto dos Brasileiros no exterior não revela níveis muito elevados de participação; contudo, nas conjunturas eleitorais, tem-se reactivado o interesse pela política nacional. Em cada eleição alteraram-se os índices de participação o que se explica pelo interesse que a própria eleição desperta no eleitorado em geral. A importância da eleição transnacional passa pelo facto de se tratar de um procedimento de inclusão política e de reconhecimento da condição de cidadão que o estado brasileiro concede a quem emigrou. Há que considerar igualmente que a ampliação deste direito é o produto de uma circunstância também ela política, uma vez que ocorreu no quadro reconciliador da transição democrática, o que lhe confere um valor adicional, não apenas simbólico mas também pragmático.

2. O valor do voto no exterior

Historicamente, é importante referir que, em 1965, se incluiu pela primeira vez, na lei eleitoral, a legislação que permite aos Brasileiros residentes no exterior participar nas eleições para presidente e vice-presidente⁹. Na realidade, os legisladores que a aprovaram não tinham em mente

⁸ “O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, considera que os Brasileiros que pensam deixar o país, para ganhar a vida fora, deviam ficar e ajudar o Brasil” (*Jornal da Tarde*, São Paulo, 19 de Junho de 1994).

⁹ O Código Eleitoral de 1954 menciona pela primeira vez a possibilidade de votar fora do domicílio eleitoral correspondente, assinalando no Artigo 4.º que “O voto é obrigatório para os Brasileiros dos dois sexos, com

os escassos Brasileiros que viviam fora do território brasileiro registados para esse fim, devendo a promulgação da lei ver-se como o resultado de um esforço político centrado num vasto debate sobre a extensão dos direitos políticos e enquadrado no final do período conhecido como a experiência democrática (1945-1964). No entanto, a lei do voto no exterior¹⁰ e as restantes leis eleitorais aprovadas nesse período promulgaram-se originalmente em circunstâncias diferentes das do “espírito democrático” que as havia inspirado. Desta forma, ainda que a lei do voto no estrangeiro se tenha promulgado em 1965, só entrou em vigor em 1985, com o regresso da democracia. Apenas nessa altura foi regulamentado e se começou a poder exercer o direito de voto estando ausente do país¹¹.

Para os legisladores que constituíram a Assembleia Nacional Constituinte, mandatados para redigir a Nova Constituição (os mesmos que debateram a lei do voto no estrangeiro) não existiu praticamente nenhum argumento contra a extensão deste direito a todos os cidadãos brasileiros. A distância ao país de origem não foi considerada, em circunstância alguma, um obstáculo à criação de condições que permitissem votar a partir do estrangeiro, talvez porque depois de mais de vinte anos de governo militar se assumiu que a geografia não podia ser mais restritiva e excluyente do que os militares que haviam estado no poder.

Em 1989, os Brasileiros votaram, pela primeira vez depois de 1960, em eleições presidenciais directas. Foi neste processo eleitoral, o primeiro após a aprovação da Nova Constituição de 1988, que se realizaram as primeiras eleições fora do país. Esta primeira experiência transnacional (1989) repetiu-se nas eleições de 1994, 1998 e 2002, todas com segunda volta. Os Brasileiros emigrantes participaram em ambas as voltas eleitorais.

Ainda que a lei estipule que o directo de voto está circunscrito às eleições presidenciais e vice-presidenciais, foi aprovada uma Resolução para permitir que os Brasileiros residentes no estrangeiro fossem incluídos no referendo de 21 de Abril de 1993, no qual se pediu à população para se pronunciar sobre o tipo de governo que a nação brasileira devia manter – presidencialista, parlamentarista; república ou monarquia (Resolução n.º 18 923. Processo n.º 13 533 – Classe 10ª)¹².

excepção de: b) Os que se encontram fora do seu domicílio”. Contudo, dado que a lei não é explícita quanto ao voto no exterior, é erróneo supor que esta é a primeira lei da América Latina que inclui esta possibilidade.

¹⁰ Código Eleitoral de 1965, Capítulo VII, “Nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, pode votar o eleitor que se encontra no estrangeiro”.

¹¹ Se considerarmos estritamente a data da sua promulgação, a lei eleitoral brasileira do direito ao voto seria, em conjunto com a da Colômbia de 1961, uma das primeiras leis deste tipo a ser aprovada em países da América Latina.

¹² Art. 1º: “No dia 21 de Abril de 1993 – data do referendo para escolha da forma (república ou monarquia constitucional) e do sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) – poderão exercer o direito de voto os eleitores regularmente inscritos até 10 de Janeiro de 1993.”

3) Como votar, estando no estrangeiro

Até à data, e desde que foi aprovada a legislação sobre o voto no estrangeiro, em 1988, foram elaboradas, consecutivamente, várias Resoluções que renovaram determinados mecanismos e adaptaram outros. Por exemplo, desde a eleição presidencial de 1998, é utilizado o voto electrónico através de computadores instalados em todo o país. Contudo, este sistema tecnológico não foi aplicado no estrangeiro mantendo-se o processo de eleição tradicional com boletins de voto. Apesar das modificações, o sistema de voto no exterior permanece essencialmente o mesmo desde 1989. Até à data, é apenas permitido o voto, a partir do estrangeiro, para a eleição do Presidente e do Vice-presidente, salvo algumas excepções (como o referendo mencionado anteriormente). O recenseamento dos eleitores realiza-se nas sedes das embaixadas e consulados que correspondam à residência do cidadão brasileiro no estrangeiro e todos os trâmites do registo estão a cargo dos funcionários diplomáticos que os remeterão para o Ministério das Relações Exteriores em Brasília. Um magistrado eleitoral da 1.ª Zona do Distrito Federal tem a função de emitir os títulos eleitorais (credenciais), cancelar os registos anteriores e elaborar os boletins de voto. Após este processo, todo o material regressa às representações diplomáticas que são responsáveis por notificar os eleitores sobre a hora e local da votação¹³.

Um aspecto muito importante é que só podem votar os eleitores que se tenham recenseado com antecedência, sendo estritamente proibido o voto aos eleitores em trânsito. Este ponto e a obrigatoriedade dos períodos de recenseamento tornam-se impeditivos da participação já que eliminam muitos dos potenciais votantes que não fizeram o seu registo com a antecedência suficiente ou que se encontram apenas transitoriamente fora do país mas que não estão a residir de forma definitiva no estrangeiro (estudantes, trabalhadores temporários, turistas)¹⁴.

Um elemento que influencia a dinâmica do voto, no exterior do Brasil, está relacionado com o facto de este ser obrigatório para todos com idade superior a 18 anos e inferior a 70 anos e fa-

¹³ Para acreditar uma secção eleitoral no exterior é necessário que estejam inscritos pelo menos trinta eleitores. Se existirem mais de quatrocentos eleitores dever-se-á instalar uma nova secção eleitoral em locais oficiais do Governo brasileiro. A composição da mesa de voto, tanto na primeira como numa possível segunda volta eleitoral (até ao momento, em todas as eleições teve lugar uma segunda volta), será organizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, considerando as propostas dos responsáveis pelas missões diplomáticas. Os partidos políticos poderão fiscalizar a eleição, seguindo o mesmo regulamento vigente para as mesas de voto dentro do país.

¹⁴ Para sustentar este argumento, analisemos os prazos para recenseamento dos eleitores no estrangeiro. De acordo com a Resolução n.º 12 768, de 20 de Maio de 1986 (*“Dispõe sobre o recadastramento dos eleitores no exterior”*), foi dado o prazo de um mês para os eleitores se registarem (Art. 7.º: *“O recadastramento dos eleitores a que se referem estas instruções será efectuado até 30 de Junho de 1986”*). Para a eleição presidencial de 1989, o prazo foi prolongado *“Considerando a necessidade de revisão e listagem do eleitorado”*; contudo, este período continuou a ser algo restritivo, correspondendo agora a dois meses e meio – Resolução n.º 5192, de 13 de Abril de 1989 (*“Dispõe sobre o alistamento e a revisão do eleitorado no exterior e dá outras providências”*) que determina o supracitado prazo para o registo (Art. 3.º: *“A revisão ou alistamento dos eleitores de que cuidam estas instruções deverão fazer-se até 30 de Junho de 1989”*).

cultativo (opcional) para os que residem no estrangeiro¹⁵. Contudo, ainda que o voto seja opcional nestas circunstâncias, é necessário justificar a abstenção e, neste casos, pagar a respectiva coima ao juízo do juiz eleitoral. Caso contrário, estão previstas várias penalizações, tais como impossibilidade de:

- Concorrer a concurso ou prova para cargo ou funções públicas;
- Receber honorários ou salários pelo desempenho de funções num emprego público ou para-estatal;
- Obter créditos de sociedades de economia mista, caixas económicas federais ou estatais e, também, quaisquer instituições de crédito participadas pelo governo ou que envolvam membros deste na administração;
- Obter o passaporte ou bilhete de identidade;
- Renovar matrículas em estabelecimentos de ensino oficial ou fiscalizados pelo governo¹⁶.

Para os residentes no exterior, existe um parágrafo único que assinala que nos casos em que o eleitor não justifique a abstenção nem pague a coima respectiva, as penalizações previstas apenas se aplicam nos dois meses seguintes ao regresso ao seu país¹⁷. Esta normativa não parece constituir uma motivação para que os Brasileiros acorram às urnas de uma forma massiva, sobretudo porque os emigrantes tendem a residir de modo mais permanente fora do país. Pode dizer-se que a participação política, através do voto, é um diagnóstico do mapa migratório brasileiro, já que em praticamente todas as sedes diplomáticas há eleitores inscritos. Nalguns casos trata-

¹⁵ Passa-se o mesmo com todos os cidadãos brasileiros que têm entre 16 e 18 anos de idade.

¹⁶ Retirado das Normas para a Votação de 1998. Tribunal Superior Eleitoral, Resolução n.º 20 104 (3/3/98) que dispõe sobre o Voto do Eleitor Residente no Exterior, nas eleições presidenciais de 1998.

¹⁷ Normas para a justificação dos eleitores que não votem. Resolução n.º 9306, relativa aos eleitores que se encontram no exterior:

Art. 10.º – Se o eleitor se encontrar fora do país, poderá justificar a falta, até trinta dias após a realização da eleição, mediante um simples comunicado ao juiz eleitoral da sua área de inscrição.

- 1 – Se o eleitor não o fizer terá um prazo de trinta dias após o regresso ao país para justificar a sua ausência, mostrando para isso o passaporte ou documento equivalente.
- 2 – Se, em qualquer destas hipóteses, o eleitor não regressar à zona onde está inscrito dentro de um prazo de trinta dias, poderá justificar-se e receber o comprovativo modelo número 3 junto do juízo eleitoral da zona onde se encontra, o qual comunicará a justificação da falta ao juízo da área de inscrição.
- 3 – A justificação da falta do eleitor que se encontrava no estrangeiro poderá também ser feita junto do juízo eleitoral da área de inscrição pela entidade pública ou privada à qual esteja vinculado.
- 4 – O pedido de justificação deverá incluir o número de eleitor ou, no seu lugar, outros dados que permitam a sua identificação.
- 5 – O modelo comprovativo 3, expedido pelo juízo eleitoral, será enviado ao remetente da comunicação para ser entregue posteriormente ao eleitor.

-se de comunidades pequenas, mas noutros casos a afluência chega a ser numerosa, sobretudo porque é uma forma de os cidadãos interessados expressarem a sua opinião política sem que para isso seja necessário um activismo constante como entre os que são militantes regulares.

4. Da influência política da comunidade emigrante – o exemplo precoce de Portugal

O aspecto mais singular da participação política dos Brasileiros advém do facto de se tratar de um fluxo relativamente novo (um movimento regular desenvolvido nos últimos vinte anos) que, em pouco tempo, conseguiu estabelecer canais de representação com o governo brasileiro. Ao contrário de outras diásporas, existem grupos de cidadãos brasileiros que se tornaram interlocutores junto do Estado, conseguindo ter influência em programas, estratégias e projectos dirigidos aos Brasileiros residentes no estrangeiro. Um exemplo foi o episódio da “*carta*”. Este episódio teve lugar na campanha política para a Presidência do Brasil, em 2002, quando, pela primeira vez, se ouviram promessas eleitorais para “os Brasileiros longe de casa”. Tratou-se de uma carta pública enviada pelo então candidato, Luíz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, à Casa do Brasil de Lisboa, e distribuída posteriormente a outras entidades representantes dos Brasileiros no estrangeiro. Esta *carta* foi a primeira de muitas outras notas informativas sobre as candidaturas, as plataformas políticas e as propostas de campanha do candidato do PT e de outros candidatos, com o objectivo explícito, de acordo com o portal *Brasil em Portugal*, de “promover a informação aos seus visitantes sobre as eleições – 2002”.

Esta *carta* reveste-se do interesse de se tratar de um documento político, assinado por Lula, o Presidente eleito, em que um político de primeiro nível fala, pela primeira vez, de muitos dos temas da problemática migratória (defesa dos direitos humanos, protecção e manutenção das remessas, apoio consular, fomento do comércio transnacional). Apesar de a *carta* estar dirigida de um modo geral “aos Brasileiros no estrangeiro”, os seus destinatários directos são aqueles que mantêm um nível de participação, activismo ou interesse pela política do seu país de origem. Trata-se, portanto, de um reconhecimento explícito do longo processo de participação política que os Brasileiros desenvolveram no estrangeiro.

A *carta* constitui, assim, “um conjunto mínimo de compromissos de governo, extraídos das resoluções do *I Encontro Ibérico de Brasileiros no Exterior*”, o que se traduziu, uma vez Lula chegou ao poder, na criação de organismos de representação das diferentes comunidades de emigrantes, programas de apoio (jurídico, regras de cobranças pelo envio de remessas, etc.), relações diplomáticas com os países de maior recepção de emigrantes, bem como de outras iniciativas. Em síntese, a importância da *carta* passa pelo facto de esta ser um prelúdio dos ajustamentos que foram sendo introduzidos na política migratória do Brasil com respeito aos cidadãos residentes no exterior, o que a torna actual no contexto do debate internacional que prevê a necessidade do desenvolvimento pelos estados de origem de uma política migratória dirigida às suas diásporas. Trata-se, portanto, de um compromisso político que efectivamente se traduz no desencadear

de diversos programas e projectos que necessitam de ser avaliados quanto à sua eficácia concreta. Podemos dizer que, apesar de a *carta* estar dirigida aos “Brasileiros longe de casa”, tem por interlocutores directos aqueles que se têm mantido politicamente organizados, bem como os potenciais votantes.

5. Em jeito de conclusão

Durante as marchas populares de emigrantes que se realizaram no início de 2006, em diversas cidades dos Estados Unidos, viu-se esporadicamente a bandeira do Brasil, verde amarela, «ordem e progresso». Tratava-se de cidadãos brasileiros que, ao sentirem-se estrangeiros em terra alheia, faziam pedidos universais por direitos, exigindo reconhecimento na sociedade onde estão radicados. São Brasileiros que se unem a um movimento em que a origem nacional perde a sua essência para dar lugar a uma frente mais ampla. Não obstante, a sua identidade política de origem nacional mantém-se viva e é um sinal da sua pertença, pelo que este tipo de participação, que se enquadra numa conjuntura muito específica da vida política dos Estados Unidos, não substitui, de forma alguma, a experiência desenvolvida pelos emigrantes brasileiros mobilizados politicamente, seja quotidianamente através da militância, seja no contexto das convocatórias eleitorais, inclusivamente sem exercer o voto, mas dando opiniões e mantendo-se informados sobre a política nacional.

Afinal, o que caracteriza a participação política brasileira é o facto de ter conseguido que alguns grupos fossem reconhecidos pelo Estado Brasileiro como interlocutores, levando a que este tivesse de dar respostas às questões próprias da condição migratória. O facto de os imigrantes brasileiros terem conseguido um certo nível de representação e reconhecimento como minoria política é explicado por elementos históricos e simbólicos presentes na experiência migratória do Brasil, sendo relevante a relativa rapidez deste processo, quando comparado com a situação de outras comunidades migrantes politicamente activas, que levaram décadas para obter o seu reconhecimento junto das autoridades dos seus países de origem¹⁸.

Referências bibliográficas e bibliografia de apoio

- BRAGA MARTES, Ana Cristina (1999) – *Brasileiros nos Estados Unidos, um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*, São Paulo, Editora Paz e Terra.
- CALDERÓN CHELIUS, Leticia (2000) – “O voto dos mexicanos no exterior, uma agenda a cumprir”, *Novos Estudos*, Centro Brasileiro de Pesquisadores (CEBRAP), São Paulo, n. 58, pp. 41-52.
- CALDERÓN CHELIUS, Leticia (2004) – *Votar en la distancia, la extensión de derechos políticos a migrantes, experiencias comparadas*, México, Instituto Mora.
- CORTÉZ, Cácia (1993) – *Os Brasiguaios, Os refugiados desconhecidos*, Campo Grande, Brasil, Agora.

¹⁸ Ver Calderón Chelius (2004).

- FAUSTO, Boris (1999) – *Fazer a América: A imigração em massa para a América*, São Paulo, Edit. EDUSP.
- MARGOLIS, Maxine L. (1993) – *Little Brazil, An ethnography of brazilian immigrants in New York City*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- MENEGUELLO, Rachel (1998) – *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Editora Paz e Terra.
- MASSEY, Douglas S., et al. (1991) – *Los ausentes. El proceso social de la migración internacional en el occidente de México*, México, Alianza Editorial/Consejo para la Cultura y las Artes, colección Los Noventas.
- MALHEIROS, Jorge e CALDEIRA, María José (2004) – “El voto, arma del pueblo: La participación política de los emigrantes portugueses”, in CALDERÓN CHELIUS, Leticia *Votar en la distancia, la extensión de derechos políticos a migrantes, experiencias comparadas*. México, Instituto Mora, pp. 457-488.
- OLIVEIRA ASSIS, Gláucia de (1999) – “Estar aqui... estar lá...: Uma cartografia da emigração valadarense para os Estados Unidos”, in SALES, Teresa e ROCHA REIS, Rossana (org.), *Cenas do Brasil migrante*, São Paulo, Jinkings Editores Associados Ltda, pp. 125-166.
- PATARRA LOPES, Neide, (coord.) (1996) – *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*, Campinas, FUNAP/ NEPO – Universidade de Campinas.
- SALES, Teresa e ROCHA REIS, Rossana (org.) (1999) – *Cenas do Brasil migrante*, São Paulo, Jinkings Editores Associados Ltda.
- SALES, Teresa (1999) – *Brasileiros longe de casa*, São Paulo, Editora Cortez.
- WAGNER, Carlos (1992) – *Brasiguaios – homens sem pátria*, Petrópolis, Vozes.

Elementos complementares

Artigos, Códigos e Leis

- Constituição da República Federativa do Brasil*, Constituição de 1998, com Reformas de 1999.
- FERREIRA, Pinto (1976) – *Código Eleitoral comentado*, Rio de Janeiro, Série Legislação Comentada, Editora Rio.
- MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (1996) – *Herança XX, Agenda XXI, Dados, Fatos, Flashes*, Outubro de 1996.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – *Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar*, 2.^a edição – revista e ampliada –, Junho de 1998.

Leis específicas

- Tribunal Superior Eleitoral. Resolução n.º 9306. Processo n. 4581 – Classe X – Distrito Federal, Brasília – *Instruções para justificação do eleitor que se encontrar no exterior*. Capítulo III, artigo 10. Publicado no *Diário da Justiça*, 18 de Maio de 1976.
- Tribunal Superior Eleitoral, Resolução n.º 12 768 (de 20 de Maio de 1986) – Processo n. 7 860 – Classe 10.^a, Distrito Federal, Brasília – *Dispõe sobre o Recadastramento dos eleitores no exterior*.
- Tribunal Superior Eleitoral, Resolução n.º 15 192 (de 13 de Abril de 1989) – Processo n. 10 017 –

Classe 10.^a, Distrito Federal (Brasília). *Dispõe sobre o alistamento e a revisão do eleitorado no exterior e dá outras providências.*

Tribunal Superior Eleitoral, Resolução n.º 18 923 – Processo n. 13 533 – Classe 10.^a, Instruções. Brasília D. F. *Dispõe sobre o voto do eleitor em trânsito e do residente no exterior no plebiscito de 21 de Abril de 1993.*

Tribunal Superior Eleitoral, Resolução n.º 18 985, Processo n. 13 604 – Classe 10.^a, Brasília, Distrito Federal. *Aprova o modelo da folha de presença e do comprovante de votação do eleitor em trânsito e do residente no exterior, 1993.*

Secretaria de Coordenação Eleitoral, Subsecretaria de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções, Publicação de Decisão. Resolução de 22/02/94. Processo n.º 14 157 – Classe 10.^a – Distrito Federal (Brasília). *Altera os prazos previstos nos artigos 1.º, 4.º, 5.º e 9.º das instruções sobre voto do eleitor residente no exterior nas eleições presidenciais de 3 de Outubro de 1994.*

Tribunal Superior Eleitoral, Resolução n.º 20 163 (7/4/98), Instrução n.º 37 – Classe 12 – Distrito Federal, Brasília. *Altera o artigo 6.º da Resolução no 20 104 – dispõe sobre o voto do eleitor residente no exterior nas eleições presidenciais de 1998.*

Tribunal Superior Eleitoral, Resolução n.º 20 104 (3/3/98), Instrução n.º 37 – Classe 12 – Distrito Federal, Brasília, *Dispõe sobre o voto do eleitor residente no exterior nas eleições presidenciais de 1998.*

Tribunal Superior Eleitoral, Resolução n.º 20 275 (04/08/98), Processo administrativo n. 17 239 – Classe 19.^a, Distrito Federal, Brasília. *Altera os artigos 13.º e 14.º da Resolução n.º 20 104 de 03/03/98, que dispõem sobre o voto do eleitor residente no exterior nas eleições presidenciais de 1998. Alterações aprovadas.*

CARTA DE LULA AOS QUE ESTÃO NO EXTERIOR

Carta aos Brasileiros que vivem longe de casa 25 de Agosto de 2002

Entendo bem a situação dos Brasileiros que foram levados a deixar o nosso querido Brasil para tentar uma vida digna em outro país: quando ainda era criança, minha família migrou de Pernambuco para São Paulo, fugindo da fome e do desemprego.

Fico feliz em saber que, mesmo em condições difíceis, muitos desses compatriotas estão contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das localidades onde vivem, sendo muito respeitados pelas autoridades locais. Por outro lado, lamento o fato de muitos viverem sem documentação regular, enfrentando enormes dificuldades.

Mesmo longe de casa, nunca se esquecem de nossa querida pátria. O que conseguem economizar do dinheirinho ganho com muito sacrifício, enviam a seus familiares para que tenham uma vida menos sofrida e, assim, acabam contribuindo para o desenvolvimento social de suas cidades de origem.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

É exatamente pensando nessas pessoas que nós, do PT, definimos uma série de políticas que, além de melhorar as condições de vida no Brasil, defendem todos os que são obrigados a se sujeitar a situações constrangedoras nos países para onde vão tentar uma digna sobrevivência. Ganhando as eleições, posso lhes assegurar que o meu governo fará tudo o que for possível para melhorar essas condições, superando as dificuldades de serem indocumentados.

Nossas políticas são:

- Apoiar a criação de organismos de representação dos emigrantes junto aos Consulados e Embaixadas, para definirmos em conjunto as ações que podem ser implementadas pelo Estado brasileiro com o fim de assegurar seus direitos. Para tal, fortaleceremos as estruturas desses órgãos para oferecer um atendimento digno aos emigrantes brasileiros.*
- Criar instrumentos nos Ministérios de Relações Exteriores e da Justiça para coordenar o atendimento e apoio aos emigrantes. Buscar ampliar e garantir a efetivação de acordos bilaterais entre o Brasil e os países de acolhimento, com o objetivo de assegurar o atendimento das necessidades de nossos compatriotas, concernentes à Segurança Social, reconhecimento de títulos ou de equivalência na educação média e superior, atendimento no sistema de saúde, etc.*
- Reduzir as taxas bancárias cobradas pelo Banco do Brasil para remessas mensais a seus familiares, isentando as remessas inferiores a US\$500.00 e criando produtos financeiros específicos, a fim de viabilizar o acesso ao crédito para a aquisição de casa própria no Brasil.*
- Procurar construir também os caminhos para que os Brasileiros, vivendo longe de casa, possam contribuir para a abertura de novos mercados para nossos produtos, favorecendo principalmente seus municípios e estados de origem.*

Ao mesmo tempo, estaremos implementando no Brasil um conjunto de políticas que vão garantir a retomada do desenvolvimento, com a possibilidade de criar 10 milhões de empregos até 2006. Os micros e pequenos empreendimentos industriais, comerciais e de serviços terão um apoio especial para que floresçam amplamente. Estou seguro de que antes do final do governo estaremos eliminando as principais causas econômicas e sociais que levaram vocês a terem que deixar o nosso país. Dessa forma, os que desejarem, deverão ter condições de voltar e viver dignamente.

Entretanto, para isso, temos que ganhar as eleições de Outubro. Estou bastante confiante a respeito dessa vitória, contando com o voto da maioria dos Brasileiros e Brasileiras que vivem honestamente, trabalhando e lutando. Maioria da qual, vocês, companheiros residentes no exterior, fazem parte com toda certeza. Com o seu apoio, essa vitória dará início a uma nova etapa da história de nosso país.

Um abraço fraterno e solidário a todas e a todos.

Luiz INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente de Honra do PT

XI

ACORDOS BILATERAIS E LEGALIZAÇÃO: O IMPACTE NA INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS EM PORTUGAL

BEATRIZ PADILLA

CIES (Centro de Investigação em Estudos de Sociologia)
ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Não há dúvida que é fundamental os imigrantes estarem integrados ou incorporados na sociedade de acolhimento. Para assegurar a sua integração, há políticas públicas que, em diferentes âmbitos, tentam assistir ou ajudar os imigrantes no seu processo de integração ou incorporação. Nem sempre as políticas têm como único público-alvo os imigrantes, já que muitas delas se direccionam, de forma mais geral, contra a exclusão social, embora existam também casos específicos de políticas exclusivamente direccionadas para imigrantes. Os processos de legalização são um exemplo de política específica, que procura resolver o problema dos imigrantes que permanecem num país de forma irregular, isto é, sem possuírem os documentos requeridos para esse efeito.

Segundo Mármora (2002: 325), “as políticas de incorporação dos imigrantes têm como objectivo principal a activa participação deles nas esferas social, cultural, política e económica da sociedade de acolhimento”. Este autor divide as políticas de incorporação em programas de inserção sociocultural, dos quais se destacam os programas de regularização de imigrantes irregulares, e programas de inserção laboral.

Nas últimas décadas, e como fruto do aumento da imigração ilegal ou indocumentada, muitos países, incluindo países historicamente de imigração e países de imigração recente, têm recorrido a processos extraordinários de regularização.

EUA	1986, 1986 (Programa para trabalhadores agrícolas)
Canadá	1973
Espanha	1985, 1991, 1996, 2000, 2001 e 2005
Itália	1986, 1990, 1995, 1998 e 2002
Argentina	1964, 1974, 1983, 1991, 2004
Portugal	1992/93, 1996, 2001 (autorizações de permanência), 2003 (Brasileiros), 2004 ¹

¹ Este processo, popularmente designado como “regularização dos correios”, uma vez que o pré-registo das solicitações no ACIME era efectuado a partir de uma estação de correios, teve como base a regulamentação do Decreto-Lei sobre Entrada, Saída e Permanência de Estrangeiros em Portugal (DL n.º 34/2003, de 12 de Março), efectuada pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2004. Ao abrigo de duas alíneas do artigo 71.º deste último DR, abriu-se, entre Maio e Junho de 2004, uma possibilidade de regularização para os estrangeiros em situação ilegal que estivessem a exercer uma actividade profissional em Portugal e que efectuassem contribuições fiscais e descontos para a Segurança Social, por um período de pelo menos três meses.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 11.1

Processos de Legalização em Portugal

Processo	Legalizados	Características
1992-1993	16 000	39 000 processos – destaque para Cabo Verde & Angola
1996	30 000	35 000 processos – sobretudo oriundos dos PALOP
2001 (Autorizações de Permanência – AP's)(*))	183 833	Europeus de Leste, Brasileiros, PALOP e outros
2003 Acordo Lula (Brasileiros)	13 998 (MNE)	30 000 registados – 16 173 prorrogações (SEF)
2004 (“Correios”)	?	50 196 registados – 3019 prorrogações

(*) Embora encerrado para novas solicitações em Novembro de 2001, devido a demoras nos procedimentos, a concessão de AP's prolongou-se até 2003, tendo mesmo chegado a ser atribuídas algumas já em 2004.

Fonte: Relatório Provedor Justiça, Baganha et.al, 2002, SEF e MNE. Elaboração própria.

Estas medidas de regularização ou legalização dos imigrantes são excepcionais, de uma perspectiva jurídica e administrativa, mas são uma consequência natural e lógica das migrações irregulares vinculadas à existência de uma economia informal. Efectivamente, na maioria dos casos, os imigrantes que se legalizam já estão incorporados ou integrados em algumas esferas da sociedade de acolhimento, não obstante as limitações formais e substantivas à cidadania que experimentam no seu quotidiano. Embora os programas de legalização dos imigrantes pareçam responder a um mesmo objectivo, nem sempre é assim. Diferentes objectivos podem estar na origem destes processos de regularização, designadamente: garantir o controlo e aprofundar o conhecimento sobre a qualidade e quantidade de irregulares, integrar os imigrantes, ampliando os seus direitos de cidadania na sociedade de acolhimento; tentar melhorar a condição social do imigrante ilegal; aumentar a transparência nos mercados de trabalho; ou apenas responder a políticas internacionais (Mármora, 2002: 339).

Um outro aspecto importante nos programas ou processos de legalização consiste na consideração das diversas etapas dos mesmos, de modo a tornar possível uma avaliação integral do sucesso ou insucesso. Neste sentido, Mármora (2002) menciona que as etapas identificáveis nos processos de legalização são a preparatória, a de execução e a posterior, podendo a implementação e o desenvolvimento de todas elas deparar-se com problemas devido a deficiências de

planificação. Na etapa preparatória, na qual participam geralmente as partes interessadas – países implicados e actores do país de acolhimento, desde o governo até às associações de imigrantes –, muitas decisões importantes são tomadas e discutidas. Na segunda etapa, de execução ou implementação, os órgãos ou agências, geralmente do governo, são responsáveis por gerir os processos segundo o estipulado na regulamentação, detectando-se, frequentemente, uma série de problemas como a resistência ou inércia dos agentes executores, bem como uma certa desordem, quando a complexidade dos processos requer o envolvimento de muitos actores diferentes que pertencem também a agências distintas, por exemplo, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério do Trabalho, etc. Finalmente, a última etapa de pós-regularização avalia se os objectivos determinados foram atingidos.

No caso do *Acordo sobre a Contratação Recíproca de Nacionais*, a compreensão do seu contexto implica aprofundar um pouco o conhecimento sobre a pré-negociação e os antecedentes à assinatura do mesmo, já que não foi só a visita do Presidente Lula da Silva que levou à sua assinatura. Um acordo é sempre o produto dum processo de concertação. A Casa do Brasil de Lisboa, associação de imigrantes reconhecida oficialmente em Portugal, tinha mantido contactos e reuniões com o governo brasileiro no Brasil, tanto com o poder legislativo como com alguns Ministérios (Justiça, Relações Exteriores, etc.), informando sobre a situação dos imigrantes brasileiros em Portugal. Posteriormente, uma comissão bicameral realizou uma visita a Portugal, dialogando com autoridades portuguesas e efectuando reuniões com a comunidade brasileira. Na sequência destes procedimentos, foi então assinado o *Acordo* que apresentaremos e discutiremos de seguida.

Com esta informação podemos passar a analisar o caso do acordo bilateral, conhecido como o “Acordo Lula” ou *Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, sobre a Contratação Recíproca de Nacionais*, assinado a 11 de Julho de 2003.

Algumas questões surgem, quando tentamos analisar o desenvolvimento do processo de legalização dos cidadãos brasileiros em Portugal, designadamente: *i)* Qual é ou era o objectivo do processo de legalização dos cidadãos brasileiros?; *ii)* Como foi introduzido e implementado?; *iii)* Como decorreu ou ainda decorre o processo?; *iv)* Quais têm sido os obstáculos encontrados?; *v)* Tem tido o sucesso esperado?

Para uma melhor resposta às duas primeiras questões, é melhor trocar-lhes a ordem. Na realidade, o *Acordo Lula* é um dos três acordos bilaterais assinados entre os dois países, no mesmo dia e, talvez, o mais famoso, sendo os outros relativos à Prevenção e Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes e à Facilitação da Circulação das Pessoas. O *Acordo Lula* decorre do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e o Brasil, assinado a 22 de Abril de 2000, em Porto Seguro, data de comemoração da “Descoberta” do Brasil.

A inovação introduzida pelo *Acordo Lula* face aos anteriores processos de legalização é que, pela primeira vez, um Tratado ou Acordo Internacional, neste caso bilateral, é o motor dum processo

de legalização extraordinário. Todos os anteriores processos emanavam duma lei ou decreto de carácter universal. Este aspecto é muito importante porque foi a primeira vez que se definiu um processo de regularização extraordinária para apenas um grupo de imigrantes, o que gerou reacções por parte de outras comunidades estrangeiras residentes em Portugal. Na verdade, o processo de regularização subsequente, que teve na sua base as pré-inscrições efectuadas no ACIME, a partir das Estações de Correio, no período Maio-Junho de 2004, está, de algum modo, relacionado com essas reacções.

O *Acordo* determina que, em Portugal, o Ministério de Segurança Social e do Trabalho é a entidade responsável pela execução do mesmo e cria uma comissão mista para assegurar a adequada execução do *Acordo*. Além destas especificações, o facto de ser um acordo bilateral implicou que tivesse que ser regulamentado e que se estabelecesse uma série de passos a seguir para a sua implementação. Apenas a 25 de Agosto de 2003 um decreto regulamentou o *Acordo*, estabelecendo que, entre esse dia e o dia 8 de Setembro, as pessoas deviam fazer um pré-registo para posteriormente serem contactadas, dando-se então início à tramitação do processo de legalização. Cerca de 30 000 Brasileiros fizeram o pré-registo em todo o País, sendo importante destacar a acção de divulgação que realizaram a Casa do Brasil, o Consulado do Brasil e o ACIME. O *Acordo*, assinado no dia 11 de Julho de 2003, foi aprovado no dia 19 de Setembro, e só trinta dias depois, a 20 de Outubro de 2003, é que o processo de legalização efectivamente se iniciou. Na regulamentação do *Acordo* estipulou-se um roteiro com vários passos que requeriam uma série de documentação obrigatória de diferentes tipos, designadamente:

Passo 1: O imigrante, com a carta de convocatória do SEF, deve solicitar uma prorrogação de permanência, provando que entrou em Portugal antes do dia 11 de Julho (carimbo do passaporte, número de contribuinte, inscrição na Segurança Social, abertura de conta bancária, transferências bancárias, contrato de arrendamento registado nas Finanças, contrato de luz, telefone, matrícula de inscrição consular, etc.). No momento de prorrogar a estadia em Portugal, o imigrante deverá pagar multas por dois motivos diferentes: por estadia ilegal no país (80 a 700 euros) e por cada prorrogação de estadia de 90 dias.

Passo 2: Uma vez obtido o visto que prorroga a permanência, a entidade empregadora deverá apresentar no INDICT ou IGT o contrato de trabalho do imigrante para obter um parecer favorável; o contrato deve ir acompanhado duma série de requisitos e elementos documentais que incluem, para além do contrato assinado pela entidade empregadora, um conjunto de documentos e informação sobre a empresa, designadamente: código CAE, categoria profissional do trabalhador, valor e periodicidade de pagamento, provas de pagamento do imposto de selo, prova de licenciamento ou aprovação de funcionamento do estabelecimento, provas de que a empresa mantém em funcionamento serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho, etc...

Passo 3: Com a prorrogação da permanência e o parecer favorável da Inspeção-Geral do Trabalho, o imigrante brasileiro deve telefonar para marcar uma visita a um dos consulados de Portugal em Espanha: Sevilha, Vigo e Madrid, para expedição do visto de trabalho, utilizando o formu-

lário Schengen. No consulado, deverá comparecer com outros documentos, além do contrato e a prorrogação: o passaporte, o registo criminal, tanto de Portugal como do país de origem, e um atestado médico.

Após discussão sobre como se introduziu e implementou o processo de legalização produto do *Acordo Lula*, e tendo descrito o roteiro que lhe está associado, podemos agora tentar responder a outras questões. Qual foi o objectivo do *Acordo Lula* e do denominado processo de legalização, só para Brasileiros? Na sua parte introdutória, o *Acordo* assinala que, tendo em conta o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta de 2000, desejando intensificar e estimular os laços de amizade e cooperação entre os dois povos, e, conscientes da necessidade de facilitar a circulação dos seus nacionais para prestação de trabalho no território dos Estados Contratantes, os estados acordam que os nacionais (Brasileiros e Portugueses) possam, mediante contratos validados de trabalho e por períodos limitados de tempo, desenvolver uma actividade profissional por conta de outrem e tramitem os vistos correspondentes em prazos inferiores a sessenta dias. À primeira vista, o *Acordo* não é claro em relação a legalização. Efectivamente, este não fala especificamente de legalização de imigrantes, da sua integração e melhoria da sua condição, nem da necessidade de conhecer a quantidade e qualidade dos Brasileiros que se encontram indocumentados em Portugal. Em todo o caso, numa perspectiva mais atenta, podemos ler nas entrelinhas do *Acordo*, nas suas regulamentações e nos roteiros obrigatórios, a intenção de o Estado Português lograr uma maior transparência nos mercados laborais, não só na perspectiva da incorporação legal do trabalhador nas empresas, mas também na perspectiva de controlo do Estado sobre essas empresas, exigindo o cumprimento de diversas regras, como as obrigações fiscais e as normas de segurança e higiene laboral, como requisitos para validar o desejado contrato de trabalho.

Sem declará-lo abertamente, o Estado Português teria certamente efectuado alguma avaliação sobre a situação dos imigrantes brasileiros indocumentados em Portugal, mesmo que o número destes tenha sido subestimado. Na verdade, cerca de 30 000 Brasileiros se registaram, sendo o número esperado menos de metade. Não seria possível assinar um acordo binacional desta natureza sem considerar o contexto global das relações Portugal-Brasil, sobretudo no que diz respeito a imigração. Neste sentido, os Brasileiros foram reconhecidos como a maior comunidade imigrante em Portugal, inclusivamente pelas autoridades do SEF. Por outro lado, esta relação transatlântica tem uma longa história, na qual a emigração e a presença portuguesa no Brasil ocupam um lugar de destaque, tendo este país, ao longo do tempo, dado tratamento especial aos Portugueses, facilitando a sua integração (Padilla, 2004).

A resposta à pergunta “Como decorreu ou decorre o processo?” não é simples, sendo preferível optar por tentar responder à pergunta “Quais têm sido os obstáculos encontrados?”, em simultâneo. O roteiro obrigatório do processo de legalização é relativamente complexo e envolve a participação de vários organismos governamentais portugueses e brasileiros na expedição de documentos. O lado português inclui o SEF, a IGT ou INDICT, o Ministério da Justiça, os Centros de Saúde e outros. O lado brasileiro inclui o Consulado do Brasil, em Portugal, e outros organismos

que efectuam tarefas como a emissão do registo criminal, a actualização de passaportes, etc. Finalmente, o Governo Português disponibilizou três consulados em Espanha (Vigo, Sevilha e Madrid) para outorgar os vistos de trabalho, na etapa final do processo. A complexidade do processo levou a que os obstáculos, no decorrer do mesmo, tenham sido múltiplos, sem necessariamente existir um culpado. Como já advertiu Mármora (2002), a inércia de algumas estruturas administrativas não é o único obstáculo. A falta de recursos (humanos, financeiros, de formação, de estrutura, etc.) e o défice de formação específica do pessoal responsável pode contribuir para que um processo de legalização não cumpra os seus objectivos. Duma perspectiva política, podemos também identificar alguns obstáculos que se evidenciaram no decorrer do processo, nomeadamente as posições divergentes no âmbito de um governo de coligação. Enquanto o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, responsável pela execução do *Acordo*, e o SEF se mostravam cépticos, o ACIME e outros participantes tinham uma posição positiva.

Um outro obstáculo ao processo de legalização dos Brasileiros tem sido o valor das multas. No início, pensou-se que quem não tivesse o dinheiro para pagar as várias multas poderia iniciar o processo, mas isso não foi possível, acabando por afastar assim os registados que não tinham as verbas necessárias, o que não surpreende devido aos ordenados relativamente baixos auferidos pela maioria dos Brasileiros. Também é verdade que muitos Brasileiros não compareceram no SEF, podendo pensar-se que entre os principais motivos está a dificuldade de pagar as multas, embora se devam também considerar factores adicionais como a incerteza em relação à efectiva entrega das convocatórias para comparecer no Serviço de Estrangeiros, devido às alterações de morada, a demora no envio daquelas ou o receio/constrangimento de se deslocar a um serviço de carácter policial como o SEF. Adicionalmente, há Brasileiros que não conseguiram contratos de trabalho, devido às empresas empregadoras não cumprirem as normas de segurança e higiene no trabalho ou ao facto de o patrão recusar, ou não conseguir, passar um contrato de trabalho, sendo que um importante número de pré-registados trabalhava em sectores como a construção civil e o serviço doméstico, actividades caracterizadas pela informalidade (Padilla, 2005). Um outro factor negativo, foi o *timing* do processo de legalização, a decorrer num ciclo de recessão da economia nacional e internacional. Por exemplo, as obras públicas, que correspondiam a uma das principais fontes de emprego dos Brasileiros, sofreram neste período uma redução bastante significativa.

Neste sentido, Mármora (2002) menciona que nem todos os processos de legalização devem estar ligados necessariamente à existência de postos de trabalho. Muitas vezes, os que se baseiam na existência de emprego acabam num círculo vicioso em que o emprego leva a um visto e este à obtenção de emprego, caindo-se numa situação em que não se percebe qual é a condição básica inicial, isto é, qual é o ovo e qual a galinha. Embora a posse dum contrato de trabalho não seja a situação óptima, segundo Mármora (2002), é importante perceber que desde a perspectiva de legitimar o processo perante os nacionais, neste caso os Portugueses, isto pode ser importante. Neste sentido, foi determinado que a posse de um contrato de trabalho válido funcionasse como requisito tanto para o processo de legalização dos Brasileiros como para o processo conhecido como “dos correios”, que envolve os imigrantes de todas as nacionalidades.

Finalmente, no quadro de uma última questão, podemos perguntar-nos se o processo de legalização dos Brasileiros tem tido o sucesso esperado. Esta pergunta é difícil de responder, não só porque esta regularização ainda não acabou, mas também porque os objectivos nunca foram muito claros. Com os dados disponíveis podemos afirmar que o processo tem sido muito lento, e que muitos dos pré-registados têm ficado de fora, o que significa que o número de Brasileiros em situação irregular continuará a ser significativo, até porque as chegadas não pararam em 2004 e 2005. Efectivamente, é possível afirmar que muitos Brasileiros ficaram desiludidos e que, ao optimismo inicial identificado nas entrevistas, se seguiu um marcado cepticismo.

Referências bibliográficas

- BAGANHA, Maria Ioannis, FERRÃO, João e MALHEIROS, Jorge (2002) – *Os Movimentos Migratórios Externos e sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- MÁRMORA, Lélío (2002) – *Las Políticas de Migraciones Internacionales*, Buenos Aires, Paidós.
- PADILLA, Beatriz (2004) – *Do Fado ao Tango: A imigração invisível dos portugueses na região platina*, Camões Virtual Center, <http://www.instituto-camoes.pt/CVC/bvc/artigos/emigracaoplatina.pdf>.
- PADILLA, Beatriz (2005) – *Redes sociales de los brasileiros recién llegados a Portugal: solidaridad étnica o empatia étnica?* Socius Working Paper, n. 2, Lisboa, ISEG. (<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publica/coes/wp/wp200502.pdf>).
- Relatório do Provedor de Justiça elaborado por Catarina Sampaio Ventura.
- SOS Racismo (2002) – *A imigração em Portugal*, Lisboa, Artes Gráficas.

**ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E A REPÚBLICA PORTUGUESA
SOBRE CONTRATAÇÃO RECÍPROCA DE NACIONAIS**

A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
e
A REPÚBLICA PORTUGUESA,

adiante designadas como “Estados Contratantes”,

Tendo em vista o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Porto Seguro, em 22 de Abril de 2000;

Desejando intensificar e estimular os laços de amizade e cooperação já existentes entre os dois povos;

Conscientes da necessidade de facilitar a circulação dos seus nacionais para prestação de trabalho no território dos Estados Contratantes;

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1.º

1. O presente Acordo aplica-se aos cidadãos da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa, adiante designados como “nacionais” que, mediante contratos validados pelos órgãos competentes do Estado receptor, se desloquem ao território deste Estado, por períodos limitados de tempo, para aí desenvolverem uma actividade profissional por conta de outrem.

2. Os nacionais de ambos os Estados Contratantes poderão ser contratados para todas as profissões cujo exercício não seja, ou não esteja, permanente ou temporariamente, vedado a estrangeiros, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor.

ARTIGO 2.º

1. A tramitação de qualquer tipo de visto, de acordo com a legislação interna do Estado receptor, não deverá ultrapassar o período de sessenta (60) dias, contados a partir da instrução completa do processo.

2. Os vistos emitidos ao abrigo do número anterior poderão se prorrogados no território do Estado receptor, nos termos da respectiva legislação interna.

ARTIGO 3.º

A entrada, a permanência e o emprego de nacionais, efectuados ao abrigo do presente Acordo, serão regulados pela legislação em vigor no Estado receptor.

ARTIGO 4.º

As autoridades responsáveis pela execução do presente acordo, adiante designadas como “órgãos competentes”, são:

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

- a) Na República Portuguesa:
 - o Ministério da Segurança Social e do Trabalho;
- b) Na República Federativa do Brasil:
 - o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Justiça.

ARTIGO 5.º

Os órgãos competentes trocarão entre si informação disponível sobre as oportunidades de trabalho e os sectores de actividade em que as mesmas existam, bem como sobre as disponibilidades de mão-de-obra.

ARTIGO 6.º

1. Aos nacionais de ambos os Estados Contratantes serão emitidos vistos adequados, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor.
2. O facto de um nacional de um dos Estados Contratantes se encontrar no território do outro Estado Contratante, à data da assinatura do presente Acordo, é considerado razão atendível para a aceitação de um pedido de visto num posto consular de carreira fora da área da sua residência, desde que aí esteja em situação legal e tenha a sua permanência regularizada no Estado Contratante em que se encontra.

ARTIGO 7.º

Os nacionais contratados poderão fazer-se acompanhar de elementos do seu núcleo familiar, nos termos da legislação em vigor no Estado receptor.

ARTIGO 8.º

Os trabalhadores contratados ao abrigo do presente Acordo gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas obrigações de natureza laboral em vigor para os trabalhadores nacionais do Estado receptor e da mesma protecção no que se refere à aplicação das leis relativas à higiene e segurança do trabalho.

ARTIGO 9.º

1. Os nacionais contratados, ao abrigo do presente Acordo, poderão transferir para o seu Estado de origem, em moeda livremente conversível, a remuneração auferida no território do Estado receptor de acordo com a legislação em vigor neste Estado.
2. A importação e exportação de bens pessoais por parte do nacional serão efectuadas de acordo com a legislação em vigor em cada um dos Estados Contratantes.

ARTIGO 10.º

Os órgãos competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si informações sobre a legislação em vigor nas respectivas ordens internas, relativa à entrada, permanência e contratação de cidadãos estrangeiros, bem como sobre direito laboral em geral.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

ARTIGO 11.º

Os procedimentos, relativos à execução do presente Acordo, no que respeita aos processos de recrutamento e selecção dos trabalhadores, observarão a legislação interna de cada Estado Contratante.

ARTIGO 12.º

Os Estados Contratantes adoptarão os mecanismos administrativos necessários à execução do presente Acordo.

ARTIGO 13.º

1. Para assegurar a adequada execução do estabelecido no presente Acordo, nomeadamente o previsto nos artigos 2.º, 3.º, 6.º, 11.º e 12.º, e no espírito dos entendimentos alcançados nos “trabalhos preparatórios”, é criada uma Comissão Mista de alto nível, presidida por membros do Poder Executivo de cada um dos Estados Contratantes.
2. Os Estados Contratantes acordarão, por via diplomática, a data da realização da primeira reunião da referida Comissão, a qual terá lugar em Portugal, até 15 dias após a entrada em vigor do presente Acordo.
3. A Comissão reunir-se-á ainda, alternadamente, a cada seis meses no território cada um dos Estados Contratantes.

ARTIGO 14.º

1. O presente Acordo vigorará por um período de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de um ano, salvo se algum dos Estados Contratantes o denunciar, por escrito e por via diplomática, com a antecedência mínima de seis (6) meses, relativamente ao termo do respectivo período de vigência.
2. Os direitos adquiridos, durante a vigência do Acordo, assim como os pedidos em tramitação, não serão afectados pela denúncia.

ARTIGO 15.º

O presente Acordo pode ser objecto de revisão, a pedido de qualquer dos Estados Contratantes. As alterações entrarão em vigor nos termos previstos no artigo 16.º

ARTIGO 16.º

O presente Acordo entrará em vigor no trigésimo dia, após a data da segunda notificação, por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de direito interno, nos Estados Contratantes, necessários para o efeito.

Feito em Lisboa, em onze de Julho de 2003, em dois originais em língua portuguesa, ambos fazendo igualmente fé.

XII

A 2.^a VAGA DA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL (1998-2003): ESTUDO DE OPINIÃO A IMIGRANTES RESIDENTES NOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E ELEMENTOS DE ANÁLISE

CASA DO BRASIL EM LISBOA

1. Metodologia: recolha e tratamento de informação

1.1 Universo

O universo do estudo é constituído pela população brasileira imigrante em Portugal, maior de 15 anos, residente nos **distritos de Lisboa e Setúbal**, que chegou na chamada segunda vaga de imigração, iniciada em 1998/1999, onde se incluem aqueles que obtiveram a sua autorização de permanência, no período compreendido entre Janeiro de 2001 e Agosto de 2002.

Segundo dados fornecidos pelo IDICT/IGT, em Junho de 2003, o número de indivíduos que preenchiam as condições referidas era de **24 260**. Destes, 19 066 (78,6%) distribuem-se pelo distrito de Lisboa e 5194 (21,4%) pelo distrito de Setúbal. Por sexo, a distribuição é a seguinte: 63,9% do sexo masculino e 36,1% do sexo feminino.

Este número de imigrantes brasileiros, registados pelos organismos oficiais, estava aquém do número real de imigrantes brasileiros que integravam o universo do estudo, porque existia um número (não quantificado) de imigrantes sem qualquer pedido de documentação para obtenção da autorização de residência.

A amostra correspondente a este estudo inclui apenas maiores de 15 anos, considerando-se os seguintes grupos etários:

- 15 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 64 anos

Quanto à sua distribuição pelas diferentes localidades dos distritos de Lisboa e Setúbal, não estão disponíveis dados precisos. São conhecidos alguns locais/bairros de grande concentração de população imigrante brasileira (ex.: Costa da Caparica, Ericeira), mas grande parte da comunidade imigrante está localizada em zonas/bairros ainda não referenciados. No decorrer do estudo,

efectuámos entrevistas num importante bairro de construção precária que alberga cerca de 2000 imigrantes no concelho do Seixal e que não estava referenciado nos dados recolhidos junto ao IDICT¹.

1.2 *Amostra*

1.2.1 PROCESSO DE AMOSTRAGEM

Seguiu-se o método de amostragem por quotas, recolhendo-se uma amostra representativa, estratificada segundo três variáveis:

- a região de residência
- a idade
- o sexo

A amostragem é orientada por um critério de proporcionalidade, perante a estrutura do universo e relativamente às três variáveis definidas.

Na selecção da amostra, percorreu-se o faseamento seguinte: escolha da localidade; opção por itinerário aleatório; selecção de locais públicos habitualmente frequentados por imigrantes brasileiros (estações e terminais de transportes públicos, centros comerciais, feiras, ruas e cafés, estaleiros de construção civil, zonas habitacionais de grande concentração imigrante brasileira); selecção de indivíduos a serem inquiridos (indivíduos isolados, um indivíduo por grupo ou habitação).

1.2.2 DIMENSÃO DA AMOSTRA

A **amostra** do presente estudo foi dimensionada em **400 entrevistados**.

O universo em estudo é uma população que não está recenseada na sua totalidade. Embora a sua dimensão seja superior aos 24 260 recenseados no IDICT, mantém-se inferior ao número de casos-limite para um universo considerado finito – 100 000 casos. Assim, o universo do presente estudo é um universo finito.

Apesar de, no presente estudo, o método de recolha da amostra não ser o sistema aleatório simples construído a partir de um universo totalmente recenseado e localizado, aplicamos as fórmulas habitualmente utilizadas para definir o tamanho da amostra neste tipo de estudos (para uma margem de confiança de 95,5% e erro de $\pm 5\%$).

¹ Refira-se que à data de realização do estudo, ainda não estava iniciado o processo de regularização extraordinário para Brasileiros, que se encontra descrito no capítulo 11 da secção *Análises Complementares*, incluída neste livro.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

A aplicação de um método de amostragem por quotas coloca a necessidade de uma amostra de maior dimensão para margens de erro equivalentes (geralmente, em cerca de 50% maior do que para a amostra aleatória referida). Uma amostra de 400 entrevistas significa, para o presente estudo, uma margem de erro próxima dos $\pm 6\%$, para o nível de confiança referido acima.

A composição da amostra é a indicada nos quadros seguintes:

QUADRO 12.1

Distribuição dos inquiridos segundo a residência

Localidade de residência	Indivíduos inquiridos	%
Amadora	24	6,0
Arruda dos Vinhos	1	0,3
Cascais	6	1,5
Ericeira/Mafra	34	8,5
Lisboa	142	35,5
Loures	11	2,8
Odivelas	8	2,0
Oeiras	10	2,5
Sintra	23	5,8
Vila Franca Xira	27	6,8
Almada	51	12,8
Barreiro	10	2,5
Seixal	25	6,3
Setúbal	28	7,0
Total	400	100,0

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 12.2

Distribuição dos inquiridos segundo o grupo etário

Idade	Indivíduos inquiridos	%
de 15 a 24 anos	108	27,0
de 25 a 34 anos	200	50,0
de 35 a 64 anos	92	23,0
Total	400	100,0

QUADRO 12.3

Distribuição dos inquiridos segundo o sexo

Sexo	Indivíduos inquiridos	%
Masculino	255	63,8
Feminino	145	36,3
Total	400	100,0

1.3 *Técnicas utilizadas*

No presente estudo realizaram-se entrevistas directivas, pessoais, na residência dos entrevistados ou em locais públicos, de acordo com um questionário previamente elaborado.

O tempo médio de duração de cada entrevista foi de 25 minutos.

1.4 *Aplicação do inquérito e técnicas de tratamento da informação*

1.4.1 FORMAÇÃO DE ENTREVISTADORES

Os entrevistadores foram recrutados entre colaboradores da Casa do Brasil e estudantes de Sociologia e Antropologia (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa). Foram escolhidos 5 (cinco)

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

candidatos, sendo três de nacionalidade brasileira e dois de nacionalidade portuguesa, todos eles com conhecimento e experiência de trabalho relativamente à imigração brasileira.

Realizou-se uma acção de formação de entrevistadores, na qual se apresentou os objectivos do estudo destinado a conhecer o perfil e a opinião desta nova vaga de imigrantes brasileiros. Seguidamente, foi ministrada uma preparação específica sobre a “situação de entrevista” e sobre o inquérito, durante a qual foi apresentado e distribuído um manual de instruções para o preenchimento do questionário.

O trabalho de concretização das entrevistas foi realizado por duas equipas mistas (entrevistadores de ambas as nacionalidades e sexos).

1.4.2 DATA DE REALIZAÇÃO

O lançamento do inquérito teve o seu início no dia 23 de Junho de 2003 e os trabalhos decorreram até ao dia 7 de Julho do mesmo ano.

1.4.3 CONTROLO E VERIFICAÇÃO

Dos 400 questionários relativos às entrevistas realizadas, os responsáveis do estudo procederam a uma verificação telefónica de 50 questionários, testando desta forma a validade dos mesmos e da selecção da amostra.

Além desta verificação, a totalidade dos questionários foi revista no que respeita ao seu correcto preenchimento.

1.4.4 CODIFICAÇÃO, TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os questionários, após codificação das respostas, foram objecto de tratamento informático. Uma vez organizada uma base de dados, esta foi trabalhada mediante a utilização da aplicação estatística para as ciências sociais SPSS.

Foram elaborados quadros de cruzamento das principais variáveis, além dos quadros de frequências absolutas e relativas dos resultados do inquérito.

1.5 Conteúdo do Questionário – notas breves

O inquérito realizado procurou fazer uma recolha de dados para a caracterização do perfil sociológico dos imigrantes brasileiros da denominada “2.ª vaga”, e consistiu numa sondagem de opinião à população imigrante brasileira sobre a decisão de emigração, a sua inserção social e laboral em Portugal e as suas perspectivas de retorno ao Brasil.

No inquérito, consideraram-se algumas variáveis de caracterização dos inquiridos (sexo, idade, residência, tempo de permanência) como variáveis independentes explicativas das diferentes opiniões perante os temas sondados.

2. Apresentação de resultados

2.1 Perfil do imigrante de “2.ª vaga”

Esta vaga de imigração brasileira, frequentemente designada por “2.ª vaga”, tem o seu início em 1998 e é uma comunidade imigrante bastante jovem (60% dos inquiridos tem idade inferior a 31 anos e 75% idade compreendida entre 20 e 35 anos). Os dados do IDICT relativos a todo o País, e ao total de 30 209 imigrantes brasileiros com contratos registados, entre Janeiro de 2001 e Julho de 2002, apresentavam 76% de indivíduos com menos de 35 anos (percentagem seguida pelo presente estudo em que, dos 400 inquiridos, 77% tem menos de 35 anos – Quadro 12.2 de caracterização da amostra).

Esta comunidade imigrante é maioritariamente masculina; a amostra inquirida respeitou a proporcionalidade da distribuição expressa pelos dados do IDICT já referidos: 64% de imigrantes do sexo masculino e 36% do sexo feminino (Quadro 12.3 – caracterização da amostra).

A situação familiar da maioria dos inquiridos (51,8%) é a de solteiro/divorciado, e os que não têm filhos também são mais da metade (51,5%). Igualmente, mais de metade dos inquiridos (53,8%) não vive com a sua família em Portugal (Quadros 12.4 e 12.5²).

A maioria desta vaga imigrante chegou a Portugal há menos de 2 anos (52,8% dos inquiridos chegou há menos de dois anos e 21,8% há menos de 1 ano).

Cerca de 80% das pessoas questionadas vem de 5 Estados brasileiros, localizados na região sudeste e na sua vizinhança: Minas Gerais (31%), Espírito Santo (13,3%), São Paulo (12,8%), Paraná (12%) e Goiás (9,8%) (Quadro 12.6).

A nível académico, a maioria dos inquiridos – 60% – completou o ensino secundário, e 7,3% dos inquiridos têm licenciatura no ensino superior (Quadro 12.7).

A actual ocupação profissional dos inquiridos situa-se maioritariamente na área do comércio e restauração (42,5%), seguida do sector secundário (32%), no qual se destaca a construção civil com 27,8% da amostra. De referir que cerca de 8% dos inquiridos estava em situação de desemprego (Quadro 12.8A).

No Brasil, a ocupação profissional dos indivíduos questionados também era significativa nestes sectores: no comércio e restauração ocupavam-se 25,3% dos inquiridos e no sector operário cerca de 21,5%. Os 11,8% dos inquiridos que, no Brasil, eram trabalhadores administrativos, junto aos 7,5% que eram estudantes, viram a sua ocupação profissional alterada em contexto imigratório. Perante este quadro, a mobilidade profissional registada nos primeiros anos de pre-

² Todos os quadros mencionados daqui em diante estão incluídos no final deste capítulo (ponto 3).

sença no mercado de trabalho português aponta para algum reforço das formas de inserção em segmentos pouco qualificados, com destaque para a construção civil e o comércio. O facto de se registar uma redução dos inquiridos que desempenhavam funções técnicas e administrativas, por comparação à situação observada no Brasil, confirma esta tendência para alguma mobilidade profissional descendente, em termos de qualificações e prestígio social das actividades desempenhadas (Quadro 12.8B).

Relativamente ao estatuto jurídico dos Brasileiros, no momento da inquirição, os dados recolhidos no presente estudo apontam para uma elevada percentagem de “indocumentados”. Embora 17,3% diga possuir “visto de trabalho” e 32,5% afirme ter “autorização de permanência”, verifica-se que 36,3% dos inquiridos não tinham documentação para a sua situação de imigrante, o que permite avaliar a dimensão desta fatia da população como bem superior à estimativa de 10% assumida pela Casa do Brasil de Lisboa, à data de início deste estudo (Quadro 12.9A). É significativo que 72,9% dos que têm um tempo de permanência “entre 3 meses e 1 ano” se encontrassem numa situação de “indocumentados”, assim como 54% dos que chegaram a Portugal “entre 1 e 2 anos”, antes da aplicação do questionário. Verifica-se assim a situação precária em que os inquiridos chegados, entre 2001 e 2003, afirmavam encontrar-se à data da entrevista. Com o prolongamento do tempo de permanência em Portugal, os imigrantes brasileiros experimentam um processo de estabilização e consolidação, que se reflecte, também, num claro predomínio dos estatutos legais, relativamente aos casos de falta de documentos. Efectivamente, para os que têm um tempo de permanência entre “2 e 5 anos”, a situação maioritária é a de “autorização de permanência” (48,7%), seguindo-se aqueles que possuem “visto de trabalho” (27,5%). Entre estes, as respostas que apontam para situações de “indocumentado” não ultrapassam os 13% (Quadro 12.9B).

Por último, e tendo em conta o erro amostral associado à informação recolhida, pode estimar-se que a percentagem de indocumentados, no momento de realização do inquérito, se situaria entre 30 e 42% do total de imigrantes brasileiros instalados em Portugal, valor que o processo de regularização extraordinário entretanto iniciado parece, de algum modo, confirmar³.

2.2 *Decisão e processo de emigração*

2.2.1 RAZÕES MAIS IMPORTANTES QUE ENQUADRAM A DECISÃO

Quando os inquiridos são questionados sobre os motivos que justificaram a sua emigração, verifica-se que 54,5% consideram terem sido “os baixos salários no Brasil” a condicionar a sua de-

³ Se considerarmos como referência cerca de 65 000 Brasileiros com autorizações de residência e de permanência, em 2003, as 14 000 regularizações registadas no âmbito do denominado “Acordo Lula” correspondem a apenas 21%. Contudo, se nos basearmos nas solicitações (30 000), o significado dos irregulares face aos imigrantes titulares de documentos válidos passa para cerca de 46% (ver Padilla, capítulo 11 – *Análises Complementares* –, neste livro). Perante estes dados, é de supor que o valor real se situasse entre 30 e 40%, o que se ajusta à estimativa associada à amostra recolhida neste estudo.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

cisão de emigrar, enquanto 25% afirma ter sido o “desemprego no Brasil”. Evidencia-se assim a motivação essencialmente económica desta vaga migratória, sendo essa a natureza das motivações referidas por 79,5% dos respondentes (Quadro 12.10).

Existe uma maior percentagem de “não respostas” a esta questão, nos inquiridos do sexo feminino (10,3%, o dobro dos 5,1% registados para os respondentes do sexo masculino). Os “baixos salários” são mais assinalados pelos inquiridos do sexo masculino (56,1%) do que pelo sexo feminino (51,7%), e o “desemprego” também (25,9% pelo sexo masculino e 23,4% pelo sexo feminino).

Dos que consideram o “desemprego” como principal razão, as maiores percentagens encontram-se nos inquiridos das classes etárias mais baixas (dos 15/24 anos – são 27,8%; dos 25/34 anos – são 26%, enquanto os de 35/54 anos são 19,6%).

Das razões menos escolhidas, importa realçar que 8,3% dos mais jovens (15/24 anos) consideraram importante “a procura de valorização académica” (esta razão é também mais relevante entre os homens – 5,1% do que entre as mulheres – 2,8%); no caso da “violência urbana”, apesar de pouco referida, é uma referência cujo crescimento percentual acompanha directamente a sequência das classes etárias (3,4% dos 15/24 anos, 4,5% dos 25/34 anos e 5,4% dos 35/54 anos – no conjunto da amostra, o valor registado é de 4,5% – ver Quadro 12.10).

2.2.1 CONDIÇÕES E CANAIS DE EMIGRAÇÃO

Quanto ao destino da emigração, Portugal foi a primeira escolha para 62,8% das pessoas incluídas na amostra; a outra grande primeira escolha (não concretizada) seria, para 29,3% dos inquiridos, a emigração para os EUA.

No quadro da opção pela emigração para Portugal, foram mais considerados como Importante/Muito Importante os factores:

“Esperar uma integração mais fácil” – para 72,3% dos inquiridos;

“Conhecer a Língua Portuguesa” – para 71,8% dos inquiridos;

A maioria desta vaga migratória tem como principal canal de emigração o “apoio de parentes e amigos que já cá estavam” (78% dos inquiridos, em números absolutos 312 dos 400 inquiridos).

2.3 *Inserção social e laboral em Portugal*

2.3.1 A INSERÇÃO LABORAL E A MOBILIDADE OCUPACIONAL

Como foi referido anteriormente, a mobilidade ocupacional dos inquiridos assinala um movimento descendente. As ocupações em profissões menos qualificadas no sector secundário passaram de 21,5% no Brasil para 32% em Portugal, o trabalho doméstico/limpeza de 3,3% no Brasil para

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

5,5% em Portugal e as actividades no comércio e restauração de 25,3% no Brasil para 42,6% em Portugal. Por outro lado, ocupações como trabalhador administrativo descem de 11,8% no Brasil para 2,0% em Portugal, e as ocupações de Professor e de Quadro Técnico também se reduzem de cerca de 6,3% para 1%.

Enquanto as ocupações operárias da construção civil se mantêm (82,5% dos operários, no Brasil, continuam a ter idêntica ocupação como imigrantes), apenas 10,6% dos que eram trabalhadores administrativos no Brasil, continuam a sê-lo em Portugal. Verifica-se igualmente uma deslocação de ocupações em comércio e restauração no Brasil para o operariado da construção civil em Portugal. Finalmente, dos 13 inquiridos que eram professores no Brasil, nenhum exercia essa actividade em Portugal, estando todos ocupados em actividades de comércio e restauração (Quadro 12.8B).

Também a precariedade dos vínculos laborais é de salientar. Para além dos 8% de desempregados registados entre os imigrantes inquiridos, 44,8% afirmam estar com contrato a prazo e 33,8% (trabalhadores com e sem recibo) dizem estar sem qualquer vínculo contratual. Importa ressaltar que, apesar de 8% se encontrar em situação de desemprego (32 inquiridos), apenas 0,3% (um inquirido) depende de subsídio de desemprego para a sua subsistência (Quadro 12.11).

Apenas 3,3% dos respondentes disse estar sindicalizado e do total de inquiridos, 29,5% afirma trabalhar sem descontar para qualquer tipo de sistema de Segurança Social/Saúde (Quadro 12.12).

2.3.2 CONDIÇÕES DE ALOJAMENTO

Dos inquiridos que vivem com a sua família, 71,2% fazem-no em “*casa alugada*”. Dos restantes que estão acompanhados da família, 16,8% vivem em “*casa partilhada*”, e 3,8% em “*quarto alugado*”.

Dos respondentes que **não** vivem com a sua família em Portugal, 45,1% vivem em “*casa partilhada*”, 36,3% em casa alugada e 12,6% em “*quarto alugado*”.

No conjunto, 52,3% dos inquiridos vive em “*casa alugada*”, e 40,8% vive em “*casa partilhada*” ou “*quarto alugado*” (Quadro 12.13).

2.3.3 A SITUAÇÃO DE IMIGRANTE E A QUALIDADE DE VIDA

Sobre as actuais condições de vida desta comunidade imigrante, exceptuando o **rendimento actual** que, para 77,1% dos inquiridos, é considerado Melhor/Muito Melhor, os outros itens considerados não são sentidos de forma positiva (Quadro 12.14).

Com efeito, verifica-se uma opinião muito positiva no que respeita aos níveis de **rendimento mensal** alcançado. Para **75%** dos inquiridos que trabalham no sector do “comércio” é

“melhor/muito melhor”, sendo esta percentagem de **84%** para os inquiridos que trabalham na “restauração” e de **86%** para os que trabalham como operários especializados de construção civil.

A opinião sobre a **qualidade da habitação** onde vivem actualmente, em comparação com a situação anterior no Brasil, revela um grau de insatisfação elevado. Na verdade, no conjunto dos inquiridos existe uma opinião negativa quanto à actual situação habitacional: 44,5% considera a actual habitação “*pio*” e 29,8% sente estar a viver em habitação “*igual*”. Apenas 25% diz ter melhorado a sua situação neste domínio (Quadro 12.14).

Quanto à **qualidade dos sistemas de saúde a que têm acesso** em Portugal, existe uma opinião claramente negativa para 36% da amostra e, globalmente, os cuidados de saúde a que estes imigrantes têm acesso são vistos como “iguais/piiores” para **71,8%** dos inquiridos (Quadro 12.14).

O modo como **ocupam os tempos de lazer** assinala também uma perspectiva claramente negativa comparativamente ao estilo de lazer vivido anteriormente por este conjunto de imigrantes. Para 64,8% dos 400 inquiridos, “o modo como ocupa os seus momentos de lazer” em Portugal é sentido como “*pio*” do que o modo como o fazia no Brasil. Para 16,8% dos inquiridos, a ocupação dos momentos de lazer mantém-se numa condição “*igual*”. Finalmente, apenas 12,3% dos respondentes afirma que em Portugal ocupa “*melhor*” os seus momentos de lazer, e 5,5% que os tempos livres são “*muito melhor*” ocupados em Portugal. Quanto a este ponto é de salientar que 27,5% tem como primeira escolha “encontrar a turma do Brasil” e 26% assinala “ver televisão”.

2.3.4 ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

Para 44,8% dos respondentes existiram “bastantes” situações que mostraram serem bem recebidos onde vivem e/ou onde trabalham; já para 7,8% dos inquiridos não existiu “nenhuma” situação dessas. Por outro lado, é de referir que 45,3% dos inquiridos considera ter visto “bastantes” casos de discriminação da parte dos Portugueses em relação aos Brasileiros, mas 19,3% diz nunca ter visto “nenhuma” situação dessas. Note-se que se considerarmos conjuntamente os que assinalam “*bastantes*” casos e “*alguns*” casos, a percentagem global dos respondentes sobe para 71,9%. Por último, referem ter tido conflitos com cidadãos portugueses, pelo facto de serem Brasileiros, 34,5% dos inquiridos, mas 65,3% afirma nunca os ter tido.

Considerando as diversas sub-áreas que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, verifica-se que a identificação de “bastantes” casos de discriminação é mais significativa nos concelhos da periferia norte de Lisboa (AML-Norte). É também nesta sub-área que a percentagem de respondentes que declara nunca ter visto “nenhuma” situação de discriminação atinge um dos valores mais baixos (16,7%, valor apenas superior ao das respostas dos inquiridos residentes em Almada) (Quadro 12.15).

Uma leitura mais cuidada dos resultados obtidos nesta questão, aponta para um crescimento das respostas que identificam “bastantes” casos de discriminação nos locais onde os níveis de

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

concentração de Brasileiros são mais elevados, concretamente Almada (inclui a Costa da Caparica) e a Ericeira (em ambos os casos, a categoria “bastantes casos de discriminação” suplanta os 50% das respostas). Em contrapartida, o espaço caracterizado pelo maior cosmopolitismo e pela frequência mais elevada de contactos interétnicos, quer efectivos, quer decorrentes da simples constatação da presença visual do “outro” – Lisboa – regista a maior percentagem de respostas no conjunto das categorias “poucos e nenhuns casos de discriminação” e claramente a menor na categoria “bastantes casos de discriminação” (Quadro 12.15).

2.3.5 POUPANÇA IMIGRANTE – FLUXOS MONETÁRIOS COM O BRASIL

Pelas respostas de 85% dos inquiridos, o seu salário é superior ao salário mínimo nacional, afirmando mesmo 35% dos respondentes que o valor do seu salário é superior a dois salários mínimos portugueses.

Dos 400 inquiridos, 62,3% afirma enviar poupanças para o Brasil (Quadro 12.16A) – mensalmente 37% (148 respondentes) e 24% (96 entrevistados) “às vezes”.

No conjunto das respostas dos que afirmam enviar remessas, a análise dos valores destas permite concluir que (Quadro 12.16B):

- A maioria envia entre 101 e 300 euros (cerca de 40%);
- Aproximadamente 30% efectua remessas que se situam entre 301 e 500 euros;
- Cerca de 18% envia mais de 500 euros;
- Bastante poucos remetem valores inferiores a 100 euros (11,6%).

Entre os imigrantes que trabalham nos diversos sectores profissionais, destacam-se, no grupo dos que enviam as suas poupanças, os “operários da construção – especializados”, uma vez que 74,7% destes afirma proceder à emissão de remessas financeiras. Entre os “trabalhadores do comércio” são 64,4% os que procedem a envios de poupanças e nos “trabalhadores da restauração”, 68,7%. Em ambos os casos, as percentagens ultrapassam o valor global de inquiridos que enviam remessas (62,3%, como referido anteriormente).

Por sexo, entre os inquiridos do sexo masculino, 65,9% envia poupanças. Já os respondentes do sexo feminino que transferem remessas representam 54,5% do total.

Relativamente a montantes enviados, e à sua regularidade, entre os inquiridos que efectuem as suas transferências mensalmente, há uma distribuição quase equitativa, entre os que enviam mais de 300 euros por mês (50,0%) e aqueles que enviam quantias inferiores a esta (49,3%). Relativamente aos respondentes que efectuem envios “às vezes”, aumenta o número dos que

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

remetem quantias inferiores a 300 euros (54%) e reduz-se a percentagem daqueles que transferem valores mais elevados (45%) (Quadro 12.16B).

2.4 *Perspectivas de retorno ao Brasil*

Entre aqueles que afirmam não pensar fixar-se em Portugal (42,8%), 95% diz querer retornar ao Brasil (31,2% do total dos 400 inquiridos). Embora 40,5% afirme “de momento não pensar em voltar”, para 45% o objectivo é “voltar logo que consiga juntar umas poupanças”. Dos inquiridos, 13,5% pensa “só voltar quando o Brasil estiver em melhor situação económica” (Quadro 12.17).

Entre os respondentes mais novos, classe etária 15/24 anos, a opção de “voltar logo que conseguir juntar umas poupanças” obtém 48,1% das respostas. Também partilham desta opinião 45,7% dos inquiridos “mais velhos” – da classe etária 35/54 anos. É na classe etária 25/34 anos que esta opinião colhe 43% das opiniões e praticamente “empata” com os outros 43,5% que “de momento não pensam em voltar”. A opção de “só voltar, quando o Brasil estiver em melhor situação económica” é aquela que regista menores percentagens, situando-se entre os 13 e os 14%, em qualquer das classes etárias (Quadro 12.17).

Relativamente a diferenças de opinião dos inquiridos do sexo masculino e feminino, verificamos que é no último que encontramos a percentagem de 46,2% para a opção de voltar logo que “consiga juntar umas poupanças”, enquanto nos inquiridos do sexo masculino esta fica-se pelos 44,3%. Entre os inquiridos dos dois sexos, regista-se uma diferença importante entre os 15,3% do sexo masculino que consideram só voltar quando o Brasil estiver em melhor situação económica e os 10,3% de respondentes femininos que transmitem opinião idêntica.

3. Quadros de dados

QUADRO 12.4

Estado civil dos inquiridos

	n	%
Solteiro/Divorciado	207	51,8
Casado	140	35,0
Viúvo	2	0,5
União de facto	50	12,5
NR	1	0,3
Total	400	100,0

QUADRO 12.5

Inquiridos que vivem com a família em Portugal

	n	%
Sim	184	46,0
Não	215	53,8
NR	1	,3
Total	400	100,0

QUADRO 12.6

Origem geográfica (principais Estados)

	n	%
Espírito Santo	54	13,5
Minas Gerais	124	31,0
Paraná	48	12,0
São Paulo	51	12,8
Goiás	39	9,8
Outros	84	21,0
Total	400	100,0

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 12.7

Escolaridade dos inquiridos

	n	%
Sem escolaridade	1	0,3
Ensino Básico incompleto	69	17,3
Ensino Básico completo	54	13,5
Ensino Secundário incompleto	36	9,0
Ensino Secundário completo	181	45,3
Ensino Superior incompleto	30	7,5
Ensino Superior completo	29	7,3
Total	400	100,0

QUADRO 12.8A

Distribuição dos inquiridos por categorias profissionais

	n	%
Op. Construção especializado	75	18,8
Op. Construção não especializado	36	9,0
Op. Industrial especializado	12	3,0
Op. Industrial não especializado	5	1,3
Trabalho Doméstico/Limpeza	22	5,5
Trabalhador do Comércio e Restauração	170	42,5
Trabalhador Administrativo	8	2,0
Empresário	5	1,3
Professores e Quadros Técnicos	4	1,0
Desempregado	32	8,0
Estudante	2	,5
Outra ocupação	29	7,3
Total	400	100,0

QUADRO 12.8B

Grupos profissionais dos imigrantes no país de origem segundo os grupos profissionais em Portugal

	Operário Construção especiali- zado	Operário Construção não especiali- zado	Operário Industrial especiali- zado	Operário Industrial não espe- cializado	Trabalho Doméstico/ /Limpeza	Trabalhador Comércio e Restauração	Trabalha dor adminis- trativo	Empresá- rio	Professores/ /Quadros Técnicos	Desem- pregado	Estu- dante	Outra ocupação	Total
Op. Construção especializado	33 82,5%	2 5,0%	0 0%	2 5,0%	0 0%	2 5,0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 2,5%	0 0%	0 0%	40 100,0%
Op. Construção não especializado	0 0%	4 50,0%	1 12,5%	0 0%	0 0%	1 12,5%	0 0%	0 0%	0 0%	1 12,5%	0 0%	1 12,5%	8 100,0%
Op. Indústria especializado	10 34,5%	4 13,8%	2 6,9%	0 0%	0 0%	9 31,0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 6,9%	0 0%	2 6,9%	29 100,0%
Op. Indústria não especializado	1 11,1%	4 44,4%	0 0%	1 11,1%	1 11,1%	1 11,1%	0 0%	0 0%	0 0%	1 11,1%	0 0%	0 0%	9 100,0%
Trabalhador Doméstico/Limpeza	1 7,7%	0 0%	0 0%	0 0%	6 46,2%	3 23,1%	0 0%	0 0%	0 0%	2 15,4%	0 0%	1 7,7%	13 100,0%
Trabalhador Comércio/ Restauração	13 12,9%	7 6,9%	3 3,0%	1 1,0%	4 4,0%	62 61,4%	1 1,0%	0 0%	0 0%	6 5,9%	1 1,0%	3 3,0%	101 100,0%
Trabalhador Administrativo	2 4,3%	3 6,4%	1 2,1%	1 2,1%	2 4,3%	26 55,3%	5 10,6%	0 0%	0 0%	5 10,6%	0 0%	2 4,3%	47 100,0%
Empresário	2 14,3%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	6 42,9%	1 7,1%	4 28,6%	0 0%	1 7,1%	0 0%	0 0%	14 100,0%
Professor/ /Quadro Técnico	2 8,0%	0 0%	2 8,0%	0 0%	1 4,0%	11 44,0%	1 4,0%	0 0%	3 12,0%	3 12,0%	0 0%	2 8,0%	25 100,0%
Desempregado	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 33,3%	0 0%	1 33,3%	0 0%	1 33,3%	0 0%	0 0%	3 100,0%
Estudante	1 3,3%	5 16,7%	1 3,3%	0 0%	3 10,0%	16 53,3%	0 0%	0 0%	1 3,3%	1 3,3%	1 3,3%	1 3,3%	30 100,0%
Outra Ocupação	10 12,3%	7 8,6%	2 2,5%	0 0%	5 6,2%	32 39,5%	0 0%	0 0%	0 0%	8 9,9%	0 0%	17 21,0%	81 100,0%
Total	75 18,8%	36 9,0%	12 3,0%	5 1,3%	22 5,5%	170 42,5%	8 2,0%	5 1,3%	4 1,0%	32 8,0%	2 0,5%	29 7,3%	400 100,0%

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 12.9A

Estatuto legal de estrangeiro

	n	%
Autorização de Residência	30	7,5
Autorização de Permanência	130	32,5
Visto de Trabalho	69	17,3
Visto de Estudo	6	1,5
Visto de Estadia Temporária	3	0,8
Turista	17	4,3
Outra situação	145	36,3
Total	400	100,0

QUADRO 12.9B

Estatuto jurídico em Portugal, segundo o tempo de permanência

	Autorização de Residência	Autorização de Permanência	Visto de Trabalho	Visto de Estudo	Visto de Estadia Temporária	Turista	Outra Situação	Total
< 3 meses	1	0	0	1	1	11	3	17
	5,9%	,0%	,0%	5,9%	5,9%	64,7%	17,6%	100,0%
3 m - 1 ano	3	7	2	3	0	4	51	70
	4,3%	10,0%	2,9%	4,3%	0%	5,7%	72,9%	100,0%
1 - 2 anos	6	31	15	1	2	2	67	124
	4,8%	25,0%	12,1%	,8%	1,6%	1,6%	54,0%	100,0%
2 - 5 anos	20	92	52	1	0	0	24	189
	10,6%	48,7%	27,5%	,5%	0%	,0%	12,7%	100,0%
Total	30	130	69	6	3	17	145	400
	7,5%	32,5%	17,3%	1,5%	0,8%	4,3%	36,3%	100,0%

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 12.10

Principais motivos para emigração

	n	%
Baixos salários no Brasil	218	54,5
Violência urbana	18	4,5
Falta de desenvolvimento profissional	19	4,8
Desemprego no Brasil	100	25,0
Procura de valorização académica	17	4,3
NS/NR	28	7,0
Total	400	100,0

QUADRO 12.11

Situação contratual

	n	%
Contrato a prazo	179	44,8
Efectivo	50	12,5
Trabalho "a recibos"	27	6,8
Trabalho sem recibos (apenas acordo oral)	108	27,0
NR	36	9,0
Total	400	100,0

QUADRO 12.12

Descontos para sistemas de saúde e segurança social

	n	%
Com Segurança Social	242	60,5
Sem Segurança Social	127	31,8
Seguro de Saúde Privado	9	2,3
NR	31	7,8
Total	400	100,0

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 12.13

Tipo de alojamento onde habitavam no momento do inquérito

	n	%
Quarto arrendado	35	8,8
Casa arrendada	209	52,3
Casa partilhada	128	32,0
Pensão/Hotel	4	1,0
Outra situação	24	6,0
Total	400	100,0

QUADRO 12.14

Comparação da situação dos inquiridos em Portugal (no momento do inquérito) com a situação dos mesmos no Brasil

	Muito Melhor	Melhor	Igual	Pior	NS/NR	Total
Qualidade da Habitação	28 7,0%	73 18,3%	119 29,8%	178 44,5%	2 0,5%	400 100%
Nível de Rendimento	97 24,3%	211 52,8%	55 13,8%	14 3,5%	23 5,8%	400 100%
Sistema de Saúde	17 4,3%	62 15,5%	143 35,8%	144 36%	34 8,5%	400 100%
Ocupação dos Tempos de Lazer	22 5,5%	49 12,3%	67 16,8%	259 64,8%	3 0,8%	400 100%

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 12.15

Casos de discriminação contra Brasileiros nas sub-regiões da AML

	Bastantes	Alguns	Poucos	Nenhuns	Total
AML Sul	54 47,4%	29 25,4%	6 5,3%	25 21,9%	114 100,0%
Almada	27 52,9%	14 27,5%	2 3,9%	8 15,7%	51 100,0%
AML Norte (excepto Lisboa)	71 49,3%	33 22,9%	16 11,1%	24 16,7%	144 100,0%
Ericeira	20 58,9	6 17,6	2 5,9	6 17,6	34 100,0
Lisboa	56 39,4%	45 31,7%	13 9,2%	28 19,7%	142 100,0%
Total	181 45,2%	107 26,7%	35 8,8%	77 19,3%	400 100,0%

QUADRO 12.16A

Remessas enviadas pelos inquiridos

	n	%
Sim	249	62,3
Não	149	37,3
NR	2	0,5
Total	400	100,0

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL

QUADRO 12.16B

Remessas – Regularidade do envio por montante

	≤ €100	€101 a €300	€301 a €500	> €500	NR	Total
Quinzenal	0 0,0%	3 60,0%	1 20,0%	1 20,0%	0 0,0%	5 100,0%
Mensal	14 9,5%	59 39,9%	50 33,8%	24 16,2%	1 0,7%	148 100,0%
Às vezes	15 15,6%	36 37,5%	24 25,0%	19 19,8%	2 2,1%	96 100,0%
Total	29 11,6%	98 39,4%	75 30,1%	44 17,7%	3 1,2%	249 100,0%

QUADRO 12.17

Expectativas de retorno ao Brasil segundo a idade

	de 15 a 24 anos	de 25 a 34 anos	de 35 a 54 anos	Total
Voltar logo que consiga juntar umas poupanças	52 48,1%	86 43,0%	42 45,7%	180 45,0%
Só voltar quando o Brasil estiver em melhor situação económica	15 13,9%	27 13,5%	12 13,0%	54 13,5%
De momento não pensa em voltar	38 35,2%	87 43,5%	37 40,2%	162 40,5%
NR	3 2,8%	0 0,0%	1 1,1%	4 1,0%
Total	108 100,0%	200 100,0%	92 100,0%	400 100,0%

